



2  
0  
1  
0

PRESTAÇÃO DE CONTAS

RELATÓRIO DE GESTÃO

**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL



## CÂMARA MUNICIPAL

### PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

António Gonçalves Bragança Fernandes

### VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

António Domingos Silva Tiago

### VEREADORA

Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho

### VEREADOR

Mário Nuno Alves de Sousa Neves

### VEREADOR

Paulo Fernando de Sousa Ramalho

### VEREADORA

Marta Moreira de Sá Peneda

### VEREADOR

Manuel Marques Nogueira dos Santos

### VEREADOR

Hernâni Avelino da Costa Ribeiro

### VEREADOR

Mário José Gomes Gouveia

### VEREADOR

José Manuel Santos Correia

### VEREADORA

Maria Inês Loureiro Rodrigues

2  
0  
1  
0

RELAÇÃO NOMINAL DOS RESPONSÁVEIS

**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL





2  
0  
1  
0

ÍNDICE

**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL



---

|                                                                |            |
|----------------------------------------------------------------|------------|
| <b>INTRODUÇÃO</b>                                              | <b>11</b>  |
| <b>ANÁLISE ORÇAMENTAL</b>                                      | <b>15</b>  |
| <b>EXECUÇÃO GLOBAL DO ORÇAMENTO</b>                            | <b>17</b>  |
| ORÇAMENTO INICIAL VERSUS FINAL E EXECUÇÃO                      | 19         |
| ALTERAÇÕES E REVISÕES AO ORÇAMENTO                             | 20         |
| RELAÇÃO ENTRE RECEITA E DESPESA                                | 23         |
| Evolução dos Fluxos Monetários                                 | 23         |
| Poupança Corrente                                              | 24         |
| Fontes de Financiamento do Investimento                        | 26         |
| FLUXOS DE CAIXA E CONTAS DE ORDEM                              | 27         |
| Fluxos de Caixa                                                | 27         |
| Contas de Ordem                                                | 30         |
| <b>EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA</b>                          | <b>33</b>  |
| ANÁLISE GLOBAL DA RECEITA                                      | 35         |
| Receitas Próprias                                              | 37         |
| Receitas Liquidadas e não cobradas                             | 42         |
| Transferências                                                 | 43         |
| Passivos Financeiros                                           | 53         |
| <b>EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA</b>                          | <b>55</b>  |
| ANÁLISE GLOBAL DA DESPESA                                      | 57         |
| DESPESAS DE FUNCIONAMENTO                                      | 59         |
| Despesas com Pessoal                                           | 60         |
| Despesas com Aquisição de Bens e Serviços                      | 65         |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES                                       | 70         |
| INVESTIMENTO GLOBAL                                            | 72         |
| Investimento Directo                                           | 73         |
| Transferências de Capital                                      | 81         |
| Activos Financeiros                                            | 83         |
| GRANDES OPÇÕES DO PLANO                                        | 84         |
| Funções Gerais                                                 | 87         |
| Funções Sociais                                                | 88         |
| Funções Económicas                                             | 90         |
| Outras Funções                                                 | 91         |
| <b>ANÁLISE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO</b>                          | <b>93</b>  |
| <b>ENQUADRAMENTO</b>                                           | <b>95</b>  |
| <b>ENDIVIDAMENTO – STRICTO SENSU</b>                           | <b>97</b>  |
| DÍVIDA GLOBAL                                                  | 97         |
| DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO                                  | 98         |
| Serviço De Dívida De Médio e Longo Prazo                       | 100        |
| Composição da Dívida de Médio e Longo Prazo no Fim da Gerência | 102        |
| DÍVIDA DE CURTO PRAZO                                          | 103        |
| <b>ENDIVIDAMENTO – LATO SENSU</b>                              | <b>106</b> |
| LIMITES LEGAIS DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL                      | 107        |

---

---

|                                                                                                                              |                                     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------|
| ENTIDADES RELEVANTES PARA OS LIMITES LEGAIS                                                                                  | 108                                 |
| LIMITE À CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS                                                                                          | 110                                 |
| Limite dos Empréstimos de Curto Prazo                                                                                        | 110                                 |
| Limite dos Empréstimos de Médio e Longo Prazo                                                                                | 111                                 |
| LIMITE AO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICIPAL                                                                                    | 113                                 |
| <b>ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA</b>                                                                                          | <b>119</b>                          |
| <b>BALANÇO</b>                                                                                                               | <b>121</b>                          |
| ACTIVO                                                                                                                       | 123                                 |
| Activo Não Corrente                                                                                                          | 124                                 |
| Activo Corrente                                                                                                              | 126                                 |
| Acréscimos e Diferimentos                                                                                                    | 127                                 |
| PASSIVO                                                                                                                      | 129                                 |
| Passivo Não Corrente                                                                                                         | 130                                 |
| Passivo Corrente                                                                                                             | 130                                 |
| Acréscimos e Diferimentos                                                                                                    | 131                                 |
| FUNDOS PRÓPRIOS                                                                                                              | 131                                 |
| <b>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</b>                                                                                            | <b>133</b>                          |
| <b>PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>                                                               | <b>139</b>                          |
| <b>INDICADORES DE GESTÃO</b>                                                                                                 | <b>143</b>                          |
| <b>INDICADORES ORÇAMENTAIS</b>                                                                                               | <b>145</b>                          |
| <b>INDICADORES ECONOMICO PATRIMONIAIS</b>                                                                                    | <b>149</b>                          |
| <b>ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>                                                                                   | <b>151</b>                          |
| <b>INTRODUÇÃO</b>                                                                                                            | <b>153</b>                          |
| 8.1 – CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE                                                                                             | 153                                 |
| 8.1.1. Identificação                                                                                                         | 153                                 |
| 8.1.2. Legislação                                                                                                            | 153                                 |
| 8.1.3. Estrutura Organizacional Efectiva                                                                                     | 154                                 |
| 8.1.4. Descrição Sumária das Actividades                                                                                     | 154                                 |
| 8.1.5. Recursos Humanos                                                                                                      | 154                                 |
| 8.1.6. Organização Contabilística                                                                                            | 155                                 |
| 8.1.7. Outras informações relevantes                                                                                         | 156                                 |
| <b>NOTAS AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</b>                                                                         | <b>157</b>                          |
| 8.2 – NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS                                                                        | 159                                 |
| Nota 8.2.1 – Derrogação das disposições do POCAL                                                                             | 159                                 |
| Nota 8.2.2 – Valores Comparativos                                                                                            | 159                                 |
| Nota 8.2.3 – Critérios valorimétricos                                                                                        | 159                                 |
| Nota 8.2.6 – Comentário às contas 43.1 «Despesas de Instalação» e 43.2 «Despesas de Investigação e Desenvolvimento»          | 160                                 |
| Nota 8.2.7 – Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado e nas respectivas amortizações e provisões              | 160                                 |
| Nota 8.2.8 – Desagregação de cada uma das rubricas dos mapas antecedentes                                                    | 160                                 |
| Nota 8.2.11 – Quadro Discriminativo das Reavaliações                                                                         | <b>Erro! Marcador não definido.</b> |
| Nota 8.2.14 – Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade | 160                                 |

---



---

|                                                                                                                                                       |            |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| Nota 8.2.15 – Identificação dos bens de domínio público que não são objecto de amortização e indicação das respectivas razões                         | 161        |
| Nota 8.2.16 – Identificação das Entidades Participadas                                                                                                | 161        |
| Nota 8.2.18 – Discriminação da Conta «Outras aplicações financeiras»                                                                                  | 162        |
| Nota 8.2.22 – Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço          | 162        |
| Nota 8.2.26 – Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança de acordo com o mapa respectivo. | 162        |
| Nota 8.2.27 – Desdobramento das contas de provisões acumuladas                                                                                        | 163        |
| Nota 8.2.28 – Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 – Fundo Patrimonial                | 165        |
| Nota 8.2.29 – Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas                                                                | 166        |
| Nota 8.2.31 – Demonstração dos resultados financeiros                                                                                                 | 167        |
| Nota 8.2.32 – Demonstração dos resultados extraordinários                                                                                             | 167        |
| Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício                                                                                                 | 168        |
| <b>NOTAS AO PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPECTIVA EXECUÇÃO</b>                                                                                             | <b>169</b> |
| <b>8.3 – NOTAS AO PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPECTIVA EXECUÇÃO</b>                                                                                       | <b>171</b> |
| Nota 8.3.1 – Modificações ao orçamento                                                                                                                | 171        |
| Nota 8.3.2 – Modificações ao plano plurianual de investimentos                                                                                        | 171        |
| Nota 8.3.6 – Endividamento                                                                                                                            | 171        |
| <b>CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS</b>                                                                                                                   | <b>173</b> |

---





2  
0  
1  
0

INTRODUÇÃO

**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL



Na sequência do colapso generalizado do sistema financeiro e da grave recessão económica que se instalou a nível mundial, o ano de 2010 assume-se como um marco histórico ao nível das finanças públicas. Os governos assumem publicamente a necessidade urgente de consolidação orçamental das finanças públicas e comprometem-se a adoptar todas as medidas necessárias para o efeito.

Em Portugal, face à dimensão do tão famigerado défice público, esta questão assumiu particular relevância, tendo o governo adoptado em 2010 um conjunto de duras medidas, cujas linhas gerais são públicas e conhecidas, o que desde logo exigiu e continuará a exigir, pelo menos nos próximos tempos, o esforço convergente de todas as organizações públicas para esse fim.

Daí que, presentemente neste cenário de crise, as instituições públicas lutem para manter os seus níveis de serviço face a consecutivos cortes orçamentais sentidos em quase todas as áreas de actuação, pelo que, o controlo e a optimização de custos tornam-se prementes para uma gestão orçamental eficaz, assim como, a procura de instrumentos que criem valor no negócio e a análise da rendibilidade dos vários âmbitos de actuação das organizações públicas.

Neste contexto, assume particular relevância a obtenção de informação económica, financeira e patrimonial fiável e oportuna que melhore possibilite a tomada de decisões e uma gestão mais eficiente, eficaz e económica na utilização dos sempre escassos recursos financeiros, bem como a necessidade de aos gestores públicos e aos responsáveis políticos lhes ser exigida uma atitude de *Accountability*.

Não obstante o termo ser de difícil tradução, é por todos considerado como um sinónimo de uma exigente prestação de responsabilidades de actos de gestão pública, não só na perspectiva contabilística monetária e financeira como também, e sobretudo no mérito e eficácia da concretização de programas pré estabelecidos e estrategicamente aferidos a planos de acção.

Torna-se assim cada vez mais importante a obrigação de prestar contas como dever dos que administram, a qualquer título, dinheiros ou outros activos públicos.

Na linha de orientação destes princípios, o regime de contabilidade autárquica legalmente estabelecido (POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e respectivas alterações) determina a elaboração dos documentos de prestação de contas, dos quais deve fazer parte integrante o relatório de gestão.

A necessária e profícua sistematização dos diferentes dados inerentes ao universo financeiro e contabilístico dita que no presente relatório de gestão seja adoptada a seguinte metodologia:

No primeiro capítulo, apresenta-se uma apreciação de âmbito orçamental, inicialmente centrada na execução global do orçamento, seguida de uma abordagem individual às componentes da Receita e da Despesa Municipal, desenvolvendo-se por último a respectiva articulação entre ambas, designadamente ao nível da evolução da poupança corrente, fluxos monetários e das fontes de financiamento do investimento, incluindo-se ainda os fluxos de caixa e contas de ordem.

No segundo capítulo, é realizada uma análise detalhada ao endividamento autárquico, questão de preponderância no contexto global da administração pública. Neste domínio considera-se indispensável contextualizar os efeitos decorrentes das alterações impostas a meio do exercício económico pela Lei n.º 12-A/2010 que visa reforçar e acelerar a redução de défice excessivo e o controlo do crescimento da

dívida pública, uma vez que determina novos limites ao endividamento municipal ainda mais restritivos do que os que decorrem da Lei das Finanças Locais.

Assim, se até 30 de Junho de 2010 o município estava obrigado a cumprir os limites de endividamento estabelecidos pela Lei das Finanças Locais, a partir de 01 de Julho de 2010, **a meio de um exercício económico, é importante que se reitere**, é-lhe imposto um novo limite, a impossibilidade de acordar contratualmente novos empréstimos, incluindo todas as formas de dívida, que impliquem um aumento do seu endividamento líquido

Embora a lei não seja clara parece decorrer como novo limite a Regra do Endividamento Líquido Nulo, o que significa que o Endividamento Líquido do Município no final do exercício de 2010 terá de ser menor ou igual que o valor apurado à data de 30 de Junho de 2010, sob pena de incumprimento dos limites legais.

No terceiro capítulo, insere-se a análise económico-financeira traduzida pelas considerações de cariz patrimonial, ao Balanço e à Demonstração dos Resultados.

O quarto capítulo é dedicado a um conjunto de indicadores de gestão, quer de natureza orçamental quer patrimonial.

Do quinto capítulo, como suporte fundamental desta análise, constam os anexos às demonstrações financeiras, nos quais se agregam informações indispensáveis à correcta avaliação e interpretação das contas prestadas.

No último capítulo inclui-se a certificação legal de contas, assinalando-se que o Município da Maia, uma vez mais e pelo quarto ano consecutivo, apresenta as suas contas devidamente auditadas.

Como apontamento final regista-se que a Consolidação de Contas já é aplicável ao exercício de 2010, fruto da recente publicação da Portaria n.º 474/2010, de 15 de Junho, através da qual é aprovada (art.º 1.º) a Orientação n.º 1/2010, intitulada de “Orientação Genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo”, à qual se encontra obrigado o Município da Maia.

Porém, atendendo à laboriosidade deste processo, associado ao facto de o exercício de 2010 ser considerado como o “ano zero” da consolidação de contas no subsector das autarquias locais, e não tendo até à presente data sido publicitadas quaisquer instruções que permitam ultrapassar algumas lacunas em matérias não previstas naquelas normas, cujo suprimento nos parece essencial para permitir a operacionalização da obrigação de consolidação de contas, bem como, à existência de um conjunto vasto de documentação específica que faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas onde se inclui obrigatoriamente um relatório de gestão de contas consolidadas, será a Consolidação de Contas do Município da Maia do exercício de 2010 apresentada em dossier individualizado.



2  
0  
1  
0

ANÁLISE ORÇAMENTAL

**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL







2  
0  
1  
0

EXECUÇÃO GLOBAL DO ORÇAMENTO

**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL



## ORÇAMENTO INICIAL VERSUS FINAL E EXECUÇÃO

O capítulo em análise é fundamental para compreender melhor os factores relacionados com a execução orçamental de 2010, no que se refere ao procedimento do desenvolvimento das suas principais oscilações. Cada uma destas perspectivas de análise, bem como a respectiva evolução, será objecto de maior detalhe ao longo do presente documento.

O estudo da variação entre o orçamento inicial, final e executado permite avaliar a capacidade de concretizar os projectos que foram propostos, nomeadamente a capacidade de gestão dos recursos da autarquia, bem como o esforço de angariação da receita, factor fundamental para a realização do objectivo político.

A organização orçamental assenta em receitas correntes e receitas de capital, que suportam as despesas correntes e as despesas de capital, respeitando o princípio do equilíbrio orçamental e sempre numa perspectiva de optimização dos recursos recebidos, face às necessidades de despesa.

De igual modo a anteriores gerências a taxa de execução da receita reporta-se à taxa de cobrança efectiva, e a taxa de execução da despesa, respeita a obrigações efectivamente pagas e não à despesa realizada.

| ORÇAMENTO DO ANO DE 2010   |                    |                    |            |                   |                    |               |
|----------------------------|--------------------|--------------------|------------|-------------------|--------------------|---------------|
|                            | Previsão           |                    |            | Execução          |                    | Taxa de       |
|                            | Inicial            | Final              | Desvio     | Valor             | Desvio             | Execução %    |
| Receitas Correntes         | 64.519.223         | 64.519.223         | 0          | 59.187.335        | -5.331.888         | 91,74%        |
| Receitas de Capital        | 41.241.537         | 40.167.832         | -1.073.705 | 10.082.082        | -30.085.750        | 25,10%        |
| Outras Receitas            | 100                | 100                | 0          | 24.978            | 24.878             | 24978,25%     |
| Saldo da gerência anterior | 0                  | 1.073.705          | 1.073.705  | 1.073.705         | 0                  | 100,00%       |
| <b>Total</b>               | <b>105.760.860</b> | <b>105.760.860</b> | <b>0</b>   | <b>70.368.101</b> | <b>-35.392.759</b> | <b>66,54%</b> |
| Despesas Correntes         | 52.618.790         | 52.701.875         | 83.085     | 42.516.376        | -10.185.499        | 80,67%        |
| Despesas de Capital        | 53.142.070         | 53.058.985         | -83.085    | 27.499.150        | -25.559.835        | 51,83%        |
| <b>Total</b>               | <b>105.760.860</b> | <b>105.760.860</b> | <b>0</b>   | <b>70.015.526</b> | <b>-35.745.334</b> | <b>66,20%</b> |

Unidade: Euros

No ano de 2010 o Orçamento Inicial foi aprovado pelo valor de 105.760.860€, sendo a previsão para as Receitas Correntes de 64.519.223€ e tendo-se estimado para as Despesas Correntes a dotação inicial de 52.618.790€, o que determina que foi assegurado o respeito pelo princípio do equilíbrio orçamental.

Em matéria de rubricas de natureza de capital, o orçamento inicial das despesas foi definido para 53.142.070€ e o da receita para 41.241.537€, o que de igual modo determina que se estimou que parte das despesas de investimentos fosse financiada por receitas de carácter corrente.

Aprovado o Orçamento Inicial nestes termos, em consequência do conjunto das modificações aprovados no decurso do exercício económico de 2010, apura-se como Orçamento Final para este exercício o mesmo valor, ou seja 105.760.860€, não se reflectindo por isso qualquer aumento dotação global do orçamento.

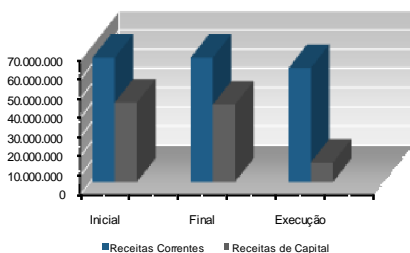
No campo da execução orçamental verifica-se que a taxa de execução das receitas correntes foi de 91,74%, o que significa que para uma previsão final de 64.519.223€ se atingiu uma execução de 59.187.335€ o que traduz um desvio de (-) 5.331.888€, o que deriva de uma diminuição mais expressiva dos impostos directos e indirectos, mais concretamente no do imposto municipal sobre imóveis (IMI), derrama e loteamento e obras, respectivamente.

No que respeita às receitas de capital, estas continuam a ficar muito aquém do previsto, uma vez que para uma previsão final de 40.167.832€ apenas se atingiu uma execução de 10.082.082€, representando um desvio desfavorável de (-) 30.085.750€ e uma taxa de execução de 25,10%, fruto da forte recessão económica que se tem vivido, e que é um facto alheio à vontade dos Órgãos da Administração Municipal;

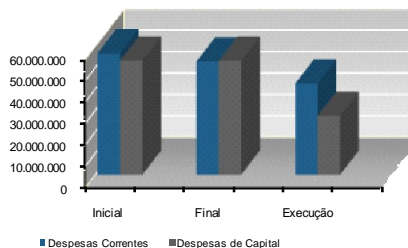
No capítulo da despesa, a taxa de execução atingiu 66,20%, com as despesas correntes a cumprir 80,67% e as despesas de capital 51,83% do total orçamentado, o que determina que sejam as despesas correntes aquelas que mais se destacam na realização deste orçamento.

Os gráficos abaixo apresentados atestam as diferenças atrás anotadas.

COMPARAÇÃO ENTRE RECEITA ORÇAMENTAL INICIAL, FINAL E EXECUTADA



COMPARAÇÃO ENTRE DESPESA ORÇAMENTAL INICIAL, FINAL E EXECUTADA



## ALTERAÇÕES E REVISÕES AO ORÇAMENTO

Ao longo dos exercícios económicos são por norma ultimadas modificações orçamentais, que originam correcções aos valores inicialmente previstos, através do reforço e/ou anulação das respectivas dotações. O decorrido exercício de 2010 não foi excepção à regra, na medida em que sucederam catorze modificações ao orçamento, menos três do que no ano anterior, nos termos a seguir identificados:

| NATUREZA DAS MODIFICAÇÕES            |            |          |
|--------------------------------------|------------|----------|
| ANO 2010                             |            |          |
|                                      | Alterações | Revisões |
| Orçamento da Despesa                 | 13         | 1        |
| Plano Plurianual de Investimentos    | 11         | 1        |
| Plano de Actividades Mais Relevantes | 13         | 1        |
| Orçamento da Receita                 | 1          | 0        |

Unidade: Número

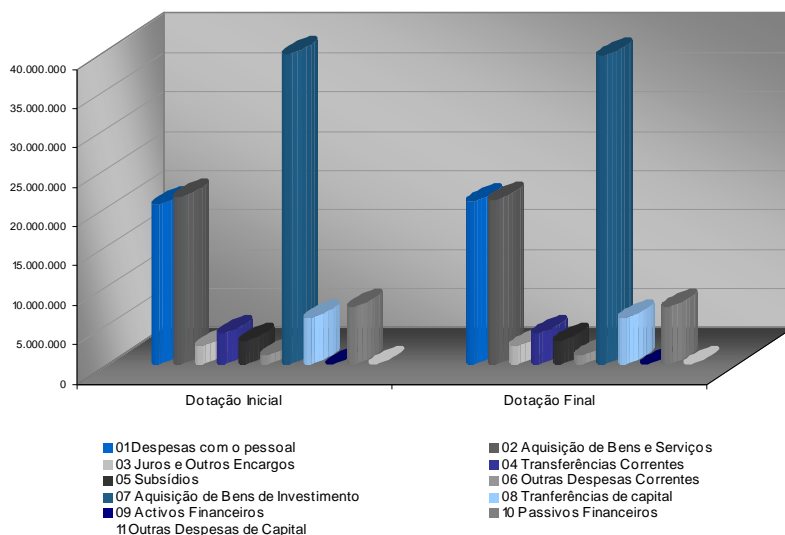
Estruturando a informação referente às modificações orçamentais realizadas em grupos em que se agregam tanto os reforços como as anulações a que foram sujeitos os diferentes capítulos económicos da Despesa e da Receita Autárquica avalia-se de seguida o comportamento das respectivas dotações

orçamentais durante este ano, face aos consecutivos ajustamentos das previsões às realizações então efectivadas.

| MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS À DESPESA   |                    |                |                       |                  |                    |                |                |               |
|--------------------------------------|--------------------|----------------|-----------------------|------------------|--------------------|----------------|----------------|---------------|
| Capítulos                            | Dotação Inicial    |                | Alterações e Revisões |                  | Dotação Final      |                | Variação       |               |
|                                      | Valor              | %              | Reforços              | Deduções         | Valor              | %              | Valor          | %             |
| <b>Despesas Correntes</b>            | <b>52.618.790</b>  | <b>49,75%</b>  | <b>6.502.071</b>      | <b>6.418.986</b> | <b>52.701.875</b>  | <b>49,83%</b>  | <b>83.085</b>  | <b>0,16%</b>  |
| 01 Despesas com o pessoal            | 20.409.300         | 19,30%         | 4.516.918             | 4.166.217        | 20.760.001         | 19,63%         | 350.701        | 1,69%         |
| 02 Aquisição de Bens e Serviços      | 21.328.990         | 20,17%         | 1.685.227             | 2.071.470        | 20.942.748         | 19,80%         | -386.242       | -1,84%        |
| 03 Juros e Outros Encargos           | 2.539.450          | 2,40%          | 7.000                 | 0                | 2.546.450          | 2,41%          | 7.000          | 0,27%         |
| 04 Transferências Correntes          | 3.941.400          | 3,73%          | 156.926               | 46.700           | 4.051.626          | 3,83%          | 110.226        | 2,72%         |
| 05 Subsídios                         | 3.123.050          | 2,95%          | 0                     | 5.000            | 3.118.050          | 2,95%          | -5.000         | -0,16%        |
| 06 Outras Despesas Correntes         | 1.276.600          | 1,21%          | 136.000               | 129.600          | 1.283.000          | 1,21%          | 6.400          | 0,50%         |
| <b>Despesas Capital</b>              | <b>53.142.070</b>  | <b>50,25%</b>  | <b>3.483.292</b>      | <b>3.566.377</b> | <b>53.058.985</b>  | <b>50,17%</b>  | <b>-83.085</b> | <b>-0,16%</b> |
| 07 Aquisição de Bens de Investimento | 39.553.520         | 37,40%         | 3.407.467             | 3.560.677        | 39.400.310         | 37,25%         | -153.210       | -0,39%        |
| 08 Transferências de capital         | 6.010.700          | 5,68%          | 60.700                | 5.700            | 6.065.700          | 5,74%          | 55.000         | 0,91%         |
| 09 Activos Financeiros               | 61.250             | 0,06%          | 15.125                | 0                | 76.375             | 0,07%          | 15.125         | 19,80%        |
| 10 Passivos Financeiros              | 7.456.850          | 7,05%          | 0                     | 0                | 7.456.850          | 7,05%          | 0              | 0,00%         |
| 11 Outras Despesas de Capital        | 59.750             | 0,06%          | 0                     | 0                | 59.750             | 0,06%          | 0              | 0,00%         |
| <b>TOTAL</b>                         | <b>105.760.860</b> | <b>100,00%</b> | <b>9.985.363</b>      | <b>9.985.363</b> | <b>105.760.860</b> | <b>100,00%</b> | <b>0</b>       | <b>0,00%</b>  |

Un: Euros

#### M ODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS À DESPESA



Sobressai da apreciação do quadro supra que em consequência das catorze alterações realizadas ao orçamento da despesa em 2010, foram consumados reforços no valor global de 9.985.363€ que tiveram como única contrapartida a redução de dotações em diversas rubricas que se encontravam excessivamente dotadas. Na generalidade das alterações efectuadas os reforços das rubricas de natureza corrente foram assegurados por anulações da mesma espécie, excepção feita quanto ao reforço das despesas de pessoal que obrigou a recorrer à diminuição de 83.805€ nas despesas de capital.

Em matéria de Despesas Correntes a modificação positiva de maior significado no valor de 350.701€, ocorreu na componente das “Despesas com o Pessoal”, produto sobretudo de novas necessidades decorrentes das transferências de competências da administração central em matéria educacional não contempladas nos documentos previsionais.

Também a contribuir de forma relevante, face ao acréscimo de 110.226€, aparece o grupo das “Transferências Correntes” a fim de permitir a atribuição de subsídios, às Juntas de Freguesias e a diversas Associações do Concelho.

Convém de igual modo mencionar o impacto negativo na dotação da rubrica “Aquisição de Bens e Serviços” no valor (-) 386.242€, o correspondente a uma diminuição de (-) 1,69%, fruto sobretudo do esforço de contenção de despesa nesta área.

As despesas de capital, para além das possíveis implicações que os diferentes reforços e as anulações contêm no orçamento da despesa, têm de ter obrigatoriamente reflexos no Plano Plurianual de Investimentos e ou Plano de Actividades Mais Relevantes, determinando por isso alterações ou até mesmo revisões naqueles documentos.

No âmbito destas despesas, regista-se que a modificação negativa da quantia (-) 153.210€, assinalada no grupo de “Aquisição de Bens de Investimento”, realizada a título excepcional, teve por finalidade reforçar parte do grupo das “Despesas com o Pessoal”, em consequência das razões anteriormente expostas.

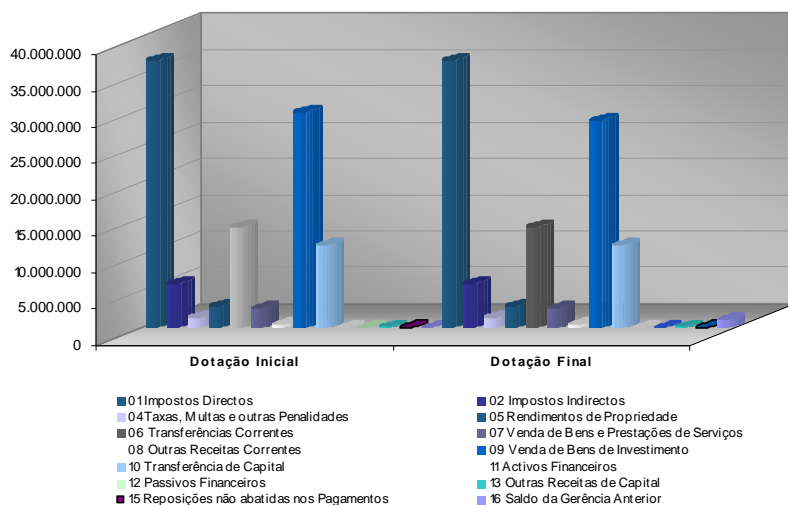
A variação positiva em cerca de 0,91%, anotada nas “Transferências de Capital”, foi determinada pelo reforço no projecto designado por “Comparticipação para investimentos na Lipor – Serviço Intermunicipalizado de Tratamento de Lixos da Região do Porto”, inscrito no PAM, a fim de permitir as participações da Câmara para investimento, atendendo que as mesmas são pagas em função da quantidade de recolha de resíduos sólidos urbanos, o que se torna difícil prever o valor exacto em sede de elaboração do orçamento. As demais modificações ao Plano de Actividades Mais Relevantes destinaram-se apenas a proceder a meros reajustamentos de natureza diversa na despesa associada a diversos projectos.

Quanto ao Plano Plurianual de Investimentos, as onze alterações efectuadas, não implicaram qualquer aumento da dotação global do orçamento da despesa, tendo como única finalidade reforçar e reajustar diversas despesas relacionadas com vários projectos.

No que respeita à revisão efectuada ao orçamento da despesa, interessa referir que esta também não provocou qualquer impacto nas dotações globais, ao ter como único objectivo incluir os dois seguintes projectos:

- A “Construção de Espaço de Quarentena, tendo em vista ampliação do Zoo da Maia”, no Plano Plurianual de Investimentos;
- A “Adesão do Município a uma Agência de Energia Intermunicipal da AMP”, no Plano de Actividades Municipais.

### MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS À RECEITA



No âmbito do Orçamento da Receita, apenas uma única alteração foi efectuada, tendo por finalidade a integração do “Saldo Transitado da Gerência Anterior” no montante de 1.073.705€, não tendo originado qualquer impacto na dotação global do orçamento uma vez que a mesma teve também como contrapartida a diminuição da rubrica “Venda de Bens de Investimento”, esta com dotação excedentária, fruto da não concretização de um conjunto de expectativas de arrecadação de receita, atentas às circunstâncias associadas à conjuntura económica desfavorável e alheias à vontade do executivo municipal.

### RELAÇÃO ENTRE RECEITA E DESPESA

#### EVOLUÇÃO DOS FLUXOS MONETÁRIOS

De modo a avaliar as fontes de financiamento do exercício, desenvolve-se uma análise em termos de dotações orçamentais à evolução da variação de activos que, durante o último quadriénio, tiveram reflexos no saldo final da conta de gerência. Pretende-se relacionar a evolução das despesas e receitas efectivas e confronta-las com o desenvolvimento quer do saldo corrente do exercício (receita corrente – despesa corrente), quer do de capital (receita de capital – despesas de capital), aferindo em que medida contribuem para financiar a gerência do exercício seguinte.

|                            | 2007              |                    |                  | 2008              |                    |                  | 2009              |                    |                  | 2010              |                    |                |
|----------------------------|-------------------|--------------------|------------------|-------------------|--------------------|------------------|-------------------|--------------------|------------------|-------------------|--------------------|----------------|
|                            | Receita Cobrada   | Despesas Executada | Diferença        | Receita Cobrada   | Despesas Executada | Diferença        | Receita Cobrada   | Despesas Executada | Diferença        | Receita Cobrada   | Despesas Executada | Diferença      |
| Saldo da gerência anterior | 1.199.612         | 0                  | 1.199.612        | 1.066.177         | 0                  | 1.066.177        | 4.175.863         | 0                  | 4.175.863        | 1.073.705         | 0                  | 1.073.705      |
| Corrente                   | 64.124.545        | 41.344.768         | 22.779.777       | 65.330.229        | 46.684.767         | 18.645.462       | 62.092.790        | 49.571.627         | 12.521.162       | 59.187.335        | 42.516.376         | 16.670.959     |
| Capital                    | 22.027.363        | 44.960.721         | -22.933.358      | 13.285.316        | 28.825.662         | -15.540.346      | 16.326.354        | 31.960.930         | -15.634.577      | 10.082.082        | 27.499.150         | -17.417.068    |
| Outras                     | 20.146            |                    | 20.146           | 4.570             |                    | 4.570            | 11.257            |                    | 11.257           | 24.978            |                    | 24.978         |
| <b>TOTAL</b>               | <b>87.371.666</b> | <b>86.305.489</b>  | <b>1.066.177</b> | <b>79.686.292</b> | <b>75.510.429</b>  | <b>4.175.863</b> | <b>82.606.263</b> | <b>81.532.558</b>  | <b>1.073.705</b> | <b>70.368.101</b> | <b>70.015.526</b>  | <b>352.574</b> |

Un. Euros

Do observado verifica-se que ao longo dos quatro anos, o montante de receitas correntes cobradas é sempre superior ao montante das despesas pagas, determinando deste modo a existência de saldos

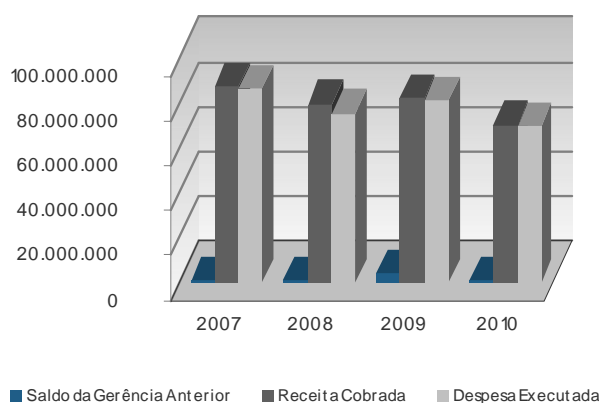
correntes positivos que geram a designada Poupança Corrente Bruta, anotando-se o expressivo acréscimo registado nesta componente no corrente exercício económico.

O mesmo princípio não é aplicável às componentes de natureza de capital, dado que as receitas de capital cobradas são sempre inferiores às despesas de capital pagas, o que de forma recorrente origina saldos de capital negativos, que em 2010 apresentam um significativo aumento face aos valores apurados nos dois anos transactos.

Em termos globais, balanceando o total da receita cobrada com a despesa paga, regista-se no ano de 2010 o expressivo decréscimo do saldo que transita para a gerência seguinte, assim como a redução da materialidade do seu valor.

Neste contexto é notório que uma parte das despesas pagas foi indubitavelmente financiada pela poupança corrente gerada no exercício, bem como, pelo saldo transitado de anteriores gerências, tendência bem reflectiva no gráfico que se segue.

#### EVOLUÇÃO DOS FLUXOS MONETÁRIOS



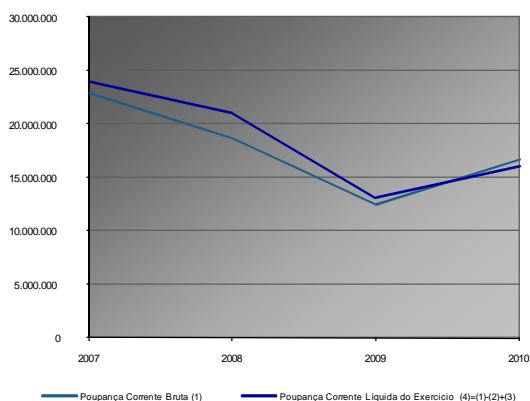
#### POUPANÇA CORRENTE

No âmbito das disposições legais existentes, quer no actual diploma que regula a Contabilidade das Autarquia Locais (POCAL), como nos anteriores, o princípio do equilíbrio orçamental (ex-ante), determina o modelo orçamental e contabilístico das autarquias locais, ao estabelecer que o Orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas, impondo que as receitas correntes sejam pelo menos, iguais às despesas correntes. Tais condições em termos de execução orçamental funcionam como forma de contenção do deficit orçamental e de formação da poupança corrente, tendo em vista a sua aplicação na despesa de investimento.



| EVOLUÇÃO DA POUPANÇA CORRENTE DO EXERCÍCIO                          |                   |                   |                   |                   |
|---------------------------------------------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
|                                                                     | 2007              | 2008              | 2009              | 2010              |
| Receita Corrente Executada                                          | 64.124.545        | 65.330.229        | 62.092.790        | 59.187.335        |
| Despesa Corrente Executada                                          | 41.344.768        | 46.684.767        | 49.571.627        | 42.516.376        |
| <b>Poupança Corrente Bruta (1)</b>                                  | <b>22.779.777</b> | <b>18.645.462</b> | <b>12.521.162</b> | <b>16.670.959</b> |
| Variação                                                            | 55,92%            | -18,15%           | -32,85%           | 33,14%            |
| <b>Dívida Corrente Transitada (2)</b>                               | <b>-383.548</b>   | <b>-477.416</b>   | <b>-1.993.288</b> | <b>740.750</b>    |
| Da Gerência Anterior                                                | 4.685.444         | 4.301.896         | 3.824.480         | 1.831.192         |
| Para a Gerência Seguinte                                            | 4.301.896         | 3.824.480         | 1.831.192         | 2.571.941         |
| <b>Receita Corrente Liquidada e não cobrada do pp exercício (3)</b> | <b>832.951</b>    | <b>1.808.523</b>  | <b>-1.474.246</b> | <b>72.809</b>     |
| Da Gerência Anterior                                                | 3.109.590         | 3.942.541         | 5.751.064         | 4.276.818         |
| Para a Gerência Seguinte                                            | 3.942.541         | 5.751.064         | 4.276.818         | 4.349.627         |
| <b>Poupança Corrente Líquida do Exercício (4)=(1)-(2)+(3)</b>       | <b>23.996.276</b> | <b>20.931.401</b> | <b>13.040.205</b> | <b>16.003.019</b> |
| Variação                                                            | 61,61%            | -12,77%           | -37,70%           | 22,72%            |

EVOLUÇÃO DA POUPANÇA CORRENTE



No cômputo geral da execução orçamental do município durante este período, é perceptível que o orçamento municipal tem respeitado integralmente este equilíbrio, face ao volume das receitas correntes cobradas que não foi absorvido pela totalidade das despesas correntes pagas, o que traduz sucessivas poupanças correntes brutas.

Conclusão idêntica é extrapolável no caso de se incluir na análise as dívidas transitadas e a receita liquidada e não cobrada, considerando os valores apresentados pela Poupança Líquida Corrente em qualquer um dos exercícios económicos, merecendo especial destaque o acréscimo que esta apresenta no presente ano, fruto da redução substancial da dívida transitada de 2009.

De igual modo se assinala que mesmo que seja excluído da análise o valor da receita liquidada e não cobrada, no ano de 2010 a taxa de cobertura das despesas correntes orçamentais assumidas e realizadas (incluindo dívida transitada) pelas receitas disponíveis (retratada apenas no saldo final das dotações orçamentais) foi mais uma vez superior a 100%, claro indício de que princípio do equilíbrio orçamental em sentido substancial também foi cumprido.

## FONTES DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO

Com o objectivo de avaliar como foi financiado o investimento autárquico realizado durante o exercício de 2010, não deixando de salvaguardar que de acordo com o princípio da não consignação, em regra, o produto de quaisquer receitas não pode ser afecto à cobertura de determinadas despesas, salvo quando essa afectação for permitida por lei, como é o caso específico de alguns investimentos que têm subjacentes a comparticipação de fundos comunitários e/ou a cooperação técnica e financeira do Estado, insere-se um quadro que ilustra bem os contributos das diversas rubricas.

Nesta esteira as receitas municipais foram agregadas em função da sua relevância em dois grandes grupos, as de carácter corrente que aparecem associadas à poupança corrente gerada no exercício, deduzida que seja das amortizações de capital e de outras despesas de capital de carácter residual e não reprodutivo, e as de natureza de capital que em função da sua tipicidade aparecem mais desagregadas, incluindo-se por último o contributo do saldo da gerência anterior.

| FONTES DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO                                                         |                      |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|
| 2010                                                                                            |                      |
|                                                                                                 | Valor                |
| <b>Receitas Capital (1)</b>                                                                     | <b>10.082.082</b>    |
| Venda de Bens de Investimento                                                                   | 1.119.138            |
| FEF Capital                                                                                     | 1.953.381            |
| Fundos comunitários                                                                             | 6.513.490            |
| Outras Trans Capital                                                                            | 491.611              |
| Passivos Financeiros                                                                            | 0                    |
| Activos Financeiros                                                                             | 4.463                |
| Outras receitas de Capital                                                                      | 0                    |
| <b>Poupança Corrente Disponível para Financiar Investimento (2) = (3)-(4)-(5)</b>               | <b>9.214.178</b>     |
| Poupança Corrente (3)                                                                           | 16.670.959           |
| Amortizações de Capital (4)                                                                     | 7.456.781            |
| Outras Despesas Captital (5)                                                                    | 0                    |
| <b>Reposições não abatidas nos pagamentos (6)</b>                                               | <b>24.978</b>        |
| <b>Total Receita Gerada no Exercício Disponível para Financiar Investimento (7)=(1)+(2)+(6)</b> | <b>19.321.239</b>    |
| <b>Saldo gerência anterior (8)</b>                                                              | <b>1.073.705</b>     |
| <b>TOTAL (9) = (7)+(8)</b>                                                                      | <b>20.394.944</b>    |
| <b>Despesas de Investimento pagas (10)</b>                                                      | <b>20.042.369,57</b> |
| <b>Despesas de Investimento (10) / Fontes Financiamento (9)</b>                                 | <b>98,27%</b>        |
| <b>Saldo para a Gerência Seguinte = (9)-(10)</b>                                                | <b>352.574</b>       |

Un: Euros

Como é dado a observar, durante a gerência de 2010 o volume de receitas arrecadadas disponível para financiar despesas de investimento de carácter produtivo, totalizou 19.321.239€, contribuindo assim para suportar cerca de 96,4% do investimento pago, tendo o valor residual dos 1.073.705€ sido financiado pelo saldo que transitou da gerência anterior.

Globalmente analisados os dados, reconhece-se que neste ano assumem maior preponderância as receitas provenientes da componente de capital ao concorrerem com cerca de 50% para o investimento pago, apesar da poupança corrente gerada continuar a assumir valores significativos, e de, ponderada

isoladamente, permitir financiar muito mais do que 50% do investimento pago. Todavia deduzidas que lhe sejam as amortizações de capital e outras despesas de capital de carácter não reprodutivo, cujo pagamento deverá ser atempadamente salvaguardado, são responsáveis por 46% do investimento executado, valor que se faz questão de registar que mesmo assim é elevado.

Efectivamente concorreu sobremodo para o seu financiamento a receita de capital cobrada (50,3%) especialmente por conta da rubrica de fundos comunitários que é responsável por 32,5% do total do investimento pago, logo seguida pelas receitas oriundas dos Fundos Municipais, que não excederam os 1.953.381€, valor este inferior ao que era inicialmente espectável face à redução imposta em finais de Junho pelas alterações introduzidos pelo conhecido PEC 3 (Programa de Estabilidade e Crescimento) em consequência da necessidade de medidas adicionais de consolidação orçamental.

Releva-se ainda o contributo da venda de bens de investimento que durante 2010, ao contrário do ocorrido no ano transacto, assume maior importância ao participar com 1.119.138€, que resultam sobremaneira das receitas obtidas por conta da constituição do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Praça Maior, no montante de 1.000.000€, com a venda do terreno n.º 2, sito no lugar de Real em Vermoim Maia.

A contribuição do saldo transitado de 2009 para a realização de investimentos municipais continua a ser positiva, mantendo-se em termos absolutos em níveis semelhantes aos apurados na última gerência, ao totalizar 1.073.705€.

Convém também mencionar que face ao volume decorrente das fontes de financiamento, concretizado que foi o pagamento de despesa de investimento no montante de 20.042.370€, ainda foi possível gerar um saldo para a gerência seguinte de 352.574€.

## **FLUXOS DE CAIXA E CONTAS DE ORDEM**

Na sequência de uma recomendação do Tribunal de Contas e apesar do que está preconizado no ponto 7.6 do POCAL, o movimento das cauções quando em dinheiro está inserido no “Mapa de Fluxos de Caixa” por estas serem objecto de tratamento contabilístico no sistema de contabilidade patrimonial, e estarem devidamente reflectidas no saldo das dotações não orçamentais, bem como na conta de disponibilidades constante do balanço da autarquia.

Em tal conformidade no “Mapa das Contas de Ordem” só estão reflectidas as cauções e depósitos de garantia que revestem a forma de seguro caução, garantia bancária ou outra forma semelhante titulada por um documento.

## **FLUXOS DE CAIXA**

O mapa de fluxos de caixa é um documento síntese que apresenta os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício e que estão associados à execução do orçamento e às demais operações não orçamentais (operações de tesouraria e cauções em dinheiro), sendo evidenciados neste documento, os

respectivos saldos, da gerência anterior e para a gerência seguinte, desagregados de acordo com a sua origem.

Relativamente às cauções em dinheiro e as operações de tesouraria regista-se que se tratam de operações de entrada e saída de fundos sem implicações orçamentais que os serviços autárquicos realizam para terceiros, sendo apenas objecto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial.

O quadro abaixo discriminado mostra em síntese todos os movimentos dos fluxos de caixa ocorridos durante o exercício de 2010.

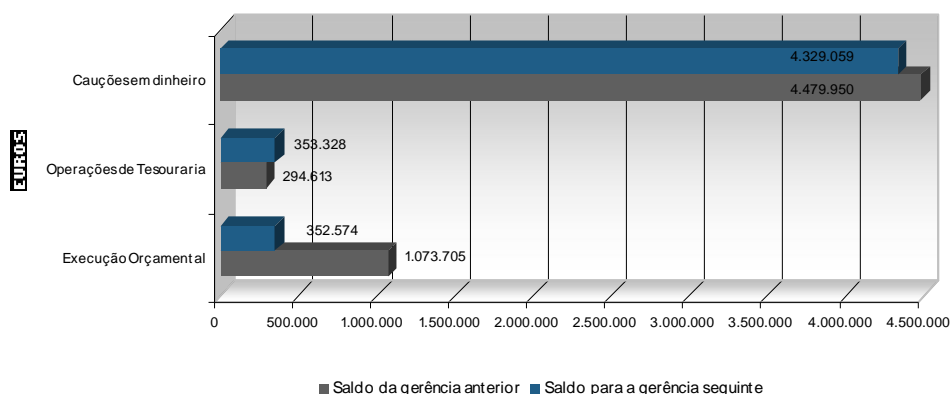
| RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA DE 2010 |               |                      |                                       |                      |
|------------------------------------|---------------|----------------------|---------------------------------------|----------------------|
| Recebimentos                       |               |                      | Pagamentos                            |                      |
| <b>Saldo da gerência anterior</b>  |               | <b>5.848.268,26</b>  | <b>Despesas Orçamentais</b>           | <b>70.015.526,26</b> |
| Execução Orçamental                | 1.073.705,14  |                      | Correntes                             | 42.516.375,88        |
| Operações de Tesouraria            | 294.613,47    |                      | Capital                               | 27.499.150,38        |
| Cauções em dinheiro                | 4.479.949,65  |                      |                                       |                      |
| <b>Receitas Orçamentais</b>        |               | <b>69.294.395,59</b> | <b>Dotações não Orçamentais</b>       | <b>3.513.722,07</b>  |
| Correntes                          | 59.187.335,14 |                      | Operações de Tesouraria               | 3.167.615,84         |
| Capital                            | 10.082.082,20 |                      | Cauções em dinheiro                   | 346.106,23           |
| Outras                             | 24.978,25     |                      |                                       |                      |
| <b>Dotações não orçamentais</b>    |               | <b>3.421.546,38</b>  | <b>Saldo para a gerência seguinte</b> | <b>5.034.961,90</b>  |
| Operações de Tesouraria            | 3.226.330,59  |                      | Execução Orçamental                   | 352.574,47           |
| Cauções em dinheiro                | 195.215,79    |                      | Operações de Tesouraria               | 353.328,22           |
|                                    |               |                      | Cauções em dinheiro                   | 4.329.059,21         |
| <b>Total</b>                       |               | <b>78.564.210,23</b> | <b>Total</b>                          | <b>78.564.210,23</b> |

Unidade Euros

O resultado dos movimentos financeiros ocorridos durante a gerência de 2010 evidencia que:

- as entradas de fundos corresponderam a 72.715.943€ dos quais 69.294.396€ são provenientes de receitas orçamentais, e o diferencial de receitas não orçamentais: 3.226.331€ oriundos de operações de tesouraria e 195.216€ de cauções em dinheiro.
- as saídas de fundos equivaleram a 73.529.248€ dos quais 70.015.526€ resultam de despesas orçamentais e o residual de despesas não orçamentais: 3.167.616€ provenientes de operações de tesouraria e 346.106€ de cauções em dinheiro.
- comparando recebimentos e pagamentos é visível que transita para a gerência seguinte um saldo de 5.034.962€, cabendo às dotações orçamentais a exígua quantia de 353.328€ e o valor de maior materialidade às cauções em dinheiro que totalizam 4.329.059€.
- a expressiva diminuição do saldo que transita para a gerência seguinte, cuja ilustração gráfica se insere.

**COMPARAÇÃO ENTRE O SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR E O SALDO DA GERÊNCIA SEGUINTE NO RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA DE 2010**



O quadro que se segue demonstra o movimento das diversas contas que constituem as operações de natureza não orçamental, isto é, das cobranças que os serviços do Município da Maia realizaram para terceiros, evidenciadas num primeiro momento por entradas de fundos que mais tarde se consubstanciam em saídas, uma vez que retratam valores que entraram no cofre do município mas estão consignadas a outras entidades.

| RESUMO DAS OPERAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS<br>(Operações de tesouraria e caucões em dinheiro)<br>ANO 2010 |                            |                  |                  |                  |                                |                  |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------|------------------|------------------|------------------|--------------------------------|------------------|
| Designação das contas                                                                               | Saldo de gerência anterior |                  | Movimento anual  |                  | Saldo para a gerência seguinte |                  |
|                                                                                                     | Devidor                    | Credor           | Débito           | Crédito          | Devidor                        | Credor           |
| <b>21 CLIENTES/CONTRIBUINTES/UTENTES</b>                                                            | <b>0</b>                   | <b>1.757.362</b> | <b>127.075</b>   | <b>128.141</b>   | <b>0</b>                       | <b>1.758.429</b> |
| <b>21.7 Clientes e Utentes com Cauções</b>                                                          |                            |                  |                  |                  |                                |                  |
| 21.7.1 De Execução de Obras (Loteamentos,.....)                                                     |                            | 1.675.130        | 122.265          | 121.241          | 0                              | 1.674.106        |
| 21.7.3 Clientes e utentes c/ caucões LO até 31/12/2001                                              |                            | 16.829           |                  |                  | 0                              | 16.829           |
| 21.7.9 Outras                                                                                       |                            | 65.403           | 4.809            | 6.900            | 0                              | 67.493           |
| <b>24 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS</b>                                                            | <b>0</b>                   | <b>213.851</b>   | <b>2.872.932</b> | <b>2.907.698</b> | <b>0</b>                       | <b>248.617</b>   |
| <b>24.2 Retenção de impostos sobre rendimentos</b>                                                  |                            |                  |                  |                  |                                |                  |
| 24.2.1 Trabalho dependente                                                                          |                            | 87.774           | 1.251.760        | 1.272.276        | 0                              | 108.290          |
| 24.2.2 Trabalho independente                                                                        |                            | 5.649            | 84.109           | 87.748           | 0                              | 9.288            |
| 24.2.4 Prediais                                                                                     |                            |                  | 548              | 548              | 0                              | 0                |
| 24.2.5 Pensões                                                                                      |                            |                  | 2.142            | 2.745            | 0                              | 603              |
| <b>24.4 Restantes impostos</b>                                                                      |                            |                  |                  |                  |                                |                  |
| 24.4.1 Imposto de selo                                                                              |                            | 4.863            | 10.921           | 9.312            | 0                              | 3.255            |
| 24.4.2 Imposto de selo outros                                                                       |                            |                  |                  | 1.077            |                                | 1.077            |
| <b>24.5 Contribuições para a Segurança Social</b>                                                   |                            |                  |                  |                  |                                |                  |
| 24.5.1 Caixa Geral de Aposentações                                                                  |                            | 74.804           | 1.031.839        | 1.032.700        | 0                              | 75.664           |
| 24.5.2 ADSE                                                                                         |                            | 14.009           | 168.654          | 169.329          | 0                              | 14.685           |
| 24.5.3 Instituto Gestão Financeira Segurança Social                                                 |                            | 25.087           | 317.635          | 325.986          | 0                              | 33.438           |
| <b>24.9 Outras Contribuições</b>                                                                    |                            |                  |                  |                  |                                |                  |
| 24.9.2 Multas e coimas                                                                              |                            | 1.666            |                  | 653              | 0                              | 2.318            |
| 24.9.3 Direcção Geral de Contribuições e Impostos                                                   |                            |                  | 5.325            | 5.325            | 0                              | 0                |
| 24.9.4 Instituto Gestão Tesouraria Crédito Público                                                  |                            |                  |                  |                  | 0                              | 0                |
| <b>26 OUTROS DEVEDORES E CREDITORES</b>                                                             | <b>0</b>                   | <b>2.803.350</b> | <b>513.715</b>   | <b>385.706</b>   | <b>0</b>                       | <b>2.675.341</b> |
| <b>26.1 Fornecedores de Imobilizado</b>                                                             |                            |                  |                  |                  |                                |                  |
| 26.1.2.1 Fornecedores de Imobilizado c/ caucões - individual                                        |                            | 1.777.869        | 176.789          | 67.074           | 0                              | 1.668.154        |
| <b>26.2 Pessoal</b>                                                                                 |                            |                  |                  |                  |                                |                  |
| 26.2.9 Outras operações com o pessoal                                                               |                            | 18               | 1.122            | 1.185            | 0                              | 81               |
| <b>26.3 Sindicatos</b>                                                                              |                            |                  |                  |                  |                                |                  |
| 26.3.1 Sindicatos Trabalhadores Administração Local                                                 |                            | 585              | 6.931            | 6.884            | 0                              | 537              |
| 26.3.2 Sindicato Trabalhadores Administração Pública                                                |                            | 1.027            | 12.130           | 12.073           | 0                              | 970              |
| 26.3.3 Sindicato Engenheiros do Norte                                                               |                            | 9                | 140              | 143              | 0                              | 12               |
| 26.3.4 Sindicato Técnicos Adm. Auxiliares Educação                                                  |                            | 5                | 58               | 58               | 0                              | 5                |
| 26.3.5 Sindicato Trabalhadores Função Pública Norte                                                 |                            | 27               | 326              | 320              | 0                              | 21               |
| 26.3.6 Sindicato Professores da Zona Norte                                                          |                            | 18               | 200              | 199              | 0                              | 17               |
| 26.3.7 Sindicato Nacional dos Policias Municipais                                                   |                            | 95               | 1.309            | 1.324            | 0                              | 110              |
| <b>26.8 Devedores e credores diversos</b>                                                           |                            |                  |                  |                  |                                |                  |
| 26.8.7 Devedores diversos - outros                                                                  |                            |                  |                  |                  | 0                              | 0                |
| 26.8.8 Credores diversos de caucões até 31/12/2001                                                  |                            | 944.719          | 42.243           |                  | 0                              | 902.476          |
| 26.8.9 Credores diversos - outros                                                                   |                            | 78.979           | 272.467          | 296.447          | 0                              | 102.959          |
| <b>Totais</b>                                                                                       | <b>0</b>                   | <b>4.774.563</b> | <b>3.513.722</b> | <b>3.421.546</b> | <b>0</b>                       | <b>4.682.387</b> |

Unidade: Euros

No presente exercício os fluxos financeiros de entradas em cofre e destinados a outras entidades fixaram-se em 3.513.722€, enquanto que os movimentos de saída totalizaram o valor de 3.421.546€. A quase totalidade destes movimentos são de natureza fiscal destinados a ser entregues ao Estado, designadamente em matéria de retenção de impostos sobre rendimento e contribuições para a Segurança Social, pelo que o tempo que permanecem nos cofres da autarquia é reduzido uma vez cumpridos os prazos de entrega legalmente impostos.

Considerando o exposto, as cauções em dinheiro ao assumirem a maior preponderância no total das operações não orçamentais, são certamente resultado dos saldos que transitaram de gerências transitadas.

Estes fluxos de entrada e a saída de fundos por operações de tesouraria, tal como nas operações de índole orçamental, são sempre documentados, respectivamente por guia de recebimento e ordem de pagamento.

## CONTAS DE ORDEM

As contas de ordem têm por finalidade contabilizar factos ou circunstâncias que não produzem modificações no património da autarquia, mas que representam possibilidades de futuras alterações ao mesmo.

Anota-se, contudo, que apenas se faz referência à movimentação de garantias e cauções tituladas por papel, uma vez que as garantias prestadas em numerário, constam do mapa de operações de tesouraria, por terem dado origem a registos na contabilidade patrimonial.

Tendo em conta a sua natureza a informação foi organizada em três quadros distintos um para “Garantias e Cauções Recepcionadas”, outro para “Garantias a Favor de Terceiros”, e um último para “Recibos para Cobrança”.

| GARANTIAS E CAUÇÕES RECEPCIONADAS                      |                            |                                         |                  |                |                                |  |
|--------------------------------------------------------|----------------------------|-----------------------------------------|------------------|----------------|--------------------------------|--|
| Excluindo Cauções em Dinheiro                          |                            |                                         |                  |                |                                |  |
| Designação das contas                                  | Saldo de gerência anterior | Movimento anual das garantias e cauções |                  |                | Saldo para a gerência seguinte |  |
|                                                        |                            | Prestadas (B)                           | Devolvidas (C)   | Accionadas (D) |                                |  |
|                                                        | (A)                        |                                         |                  |                | (E)=(A)+(B)-(C)-(D)            |  |
| <b>09.2</b> <b>Garantias</b>                           |                            |                                         |                  |                |                                |  |
| 09.2.1 De empreitadas e fornecimentos                  | 5.670.232                  | 988.927                                 | 686.322          | 0              | 5.972.836                      |  |
| 09.2.2 Para execução de obras                          | 18.652.129                 | 2.932.341                               | 3.221.978        |                | 18.362.492                     |  |
| 09.2.3 Outras Garantias                                | 8.928                      |                                         |                  |                | 8.928                          |  |
| 09.2.4 Garantias até 31.12.2001                        |                            |                                         |                  |                | 0                              |  |
| 09.2.5 Hipotecas                                       | 4.257.278                  | 478.596                                 | 50.000           |                | 4.685.874                      |  |
| 09.2.6.01 Seguros-Caução - empreitadas e fornecimentos | 233.962                    | 148.906                                 | 2.343            |                | 380.525                        |  |
| 09.2.6.02 Seguros-Caução - execução de obras           | 599.687                    |                                         |                  |                | 599.687                        |  |
| <b>Total</b>                                           | <b>29.422.217</b>          | <b>4.548.770</b>                        | <b>3.960.644</b> | <b>0</b>       | <b>30.010.342</b>              |  |

Unidade: Euros

Conforme se pode constatar, as garantias prestadas a favor da autarquia totalizaram o montante de 4.548.770€, enquanto as garantias devolvidas ascenderam aos 3.960.644€, transitando para a gerência seguinte um saldo de 30.010.342€, que resulta superior ao da gerência anterior.

A rubrica que mais se destaca no quadro das garantias e cauções recepcionadas é a de execução de obras, uma vez que foram prestadas no ano de 2010, 2.932.341€ em garantias, valor este inferior ao das garantias devolvidas, cujo montante rondou os 3.221.978€, resultado da devolução de garantias do próprio ano e de anos anteriores.

| GARANTIAS E CAUÇÕES A FAVOR DE TERCEIROS |                                |                            |                                         |                |                |                                                       |
|------------------------------------------|--------------------------------|----------------------------|-----------------------------------------|----------------|----------------|-------------------------------------------------------|
| Designação das contas                    |                                | Saldo de gerência anterior | Movimento anual das garantias e cauções |                |                | Saldo para a gerência seguinte<br>(E)=(A)+(B)-(C)-(D) |
|                                          |                                |                            | Prestadas (B)                           | Devolvidas (C) | Accionadas (D) |                                                       |
|                                          |                                | (A)                        |                                         |                |                |                                                       |
| 09.4                                     | Cauções a favor de terceiros   |                            | 0                                       |                |                |                                                       |
| 09.4.1                                   | Vasilhames                     |                            |                                         |                |                | 0                                                     |
| 09.5                                     | Garantias a favor de terceiros | 5.467.928                  |                                         |                |                |                                                       |
| 09.5.1                                   | Empreitadas e fornecimentos    | 292.141                    |                                         | 30.000         |                | 262.141                                               |
| 09.5.2                                   | Hipoteca a favor de terceiros  | 5.175.787                  |                                         |                |                | 5.175.787                                             |
| <b>Total</b>                             |                                | <b>5.467.928</b>           |                                         |                | <b>Total</b>   | <b>5.437.928</b>                                      |

Unidade: Euros

Como é dado a observar durante o exercício de 2010 não foi prestada pela autarquia qualquer garantia ou caução a favor de terceiros registando-se apenas a devolução por parte do IEP - Instituto de Estradas de Portugal, de uma garantia de 30.000€ prestada pelo município para boa execução dos trabalhos executados, finalizados que foram os trabalhos realizados.

Assim o total das garantias prestadas tituladas em 5.437.928€ decorrem de compromissos assumidos em anteriores gerências, como sejam:

- a hipoteca sobre o Fórum no montante de 5.175.787€ registada a favor do Ministério das Finanças em 2007, tendo em vista a suspensão do processo de execução fiscal existente, em consequência do município ter contestado a decisão da cobrança do IVA associada ao processo de antecipação das rendas habitacionais realizado em 2004 a favor de terceiros.
- uma garantia prestada em 2007 pelo montante de 159.641€ a favor do IFADAP – Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura;
- três garantias prestadas pelo município em 2005 a favor da ARHNORTE, IP – Administração da Região Hidrográfica do Norte, IP, duas de 25.000€ e uma de 50.000€
- uma garantia prestada em 2005 a favor do IEP – Instituto de Estradas de Portugal, no valor de 2.500€

| RECIBOS PARA COBRANÇA |                                    |                            |                 |          |              |                                                   |
|-----------------------|------------------------------------|----------------------------|-----------------|----------|--------------|---------------------------------------------------|
| Designação das contas |                                    | Saldo de gerência anterior | Movimento anual |          |              | Saldo para a gerência seguinte<br>(D)=(A)-(B)+(C) |
|                       |                                    |                            | Cobrança (B)    | Anulação | Emissão (C)  |                                                   |
|                       |                                    | (A)                        |                 |          |              |                                                   |
| 09.3                  | Receita Virtual                    | 1.568.230                  |                 |          |              |                                                   |
| 09.3.1                | Receita Virtual de Anos Anteriores | 1.568.230                  |                 | 13       |              | 1.568.217                                         |
| 09.3.2                | Receita Virtual do Próprio Ano     |                            |                 |          |              | 0                                                 |
| <b>Total</b>          |                                    | <b>1.568.230</b>           |                 |          | <b>Total</b> | <b>1.568.217</b>                                  |

Unidade: Euros

O valor dos documentos debitados ao tesoureiro, a designada receita virtual e identificados no quadro como recibos para cobrança, foi neste exercício económico sujeito a uma redução de 13€ em consequência da anulação de três documentos emitidos no ano de 2001: dois requerimentos pelo valor de 1,30€ e 1,25€ respectivamente, bem como de uma licença de publicidade no valor de 10,57€. Fruto desta redução a referida receita virtual no final da gerência de 2010 posicionou-se em 1.568.217€







2  
0  
1  
0

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL



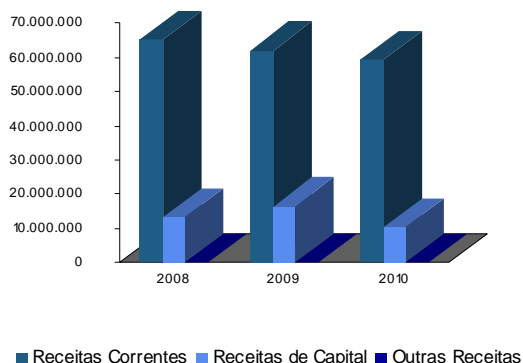
## ANÁLISE GLOBAL DA RECEITA

| Estrutura Geral da Receita            |                   |                    |                   |                    |                    |                   |                |                    |                  |
|---------------------------------------|-------------------|--------------------|-------------------|--------------------|--------------------|-------------------|----------------|--------------------|------------------|
|                                       | 2008              |                    | 2009              |                    | 2010               |                   |                |                    |                  |
|                                       | Execução          | Variação 2007/2008 | Execução          | Variação 2008/2009 | Previsão           | Execução          | Peso           | Variação 2009/2010 | Taxa de Execução |
| <b>Receitas Correntes</b>             | <b>65.330.229</b> | <b>1,88%</b>       | <b>62.092.790</b> | <b>-4,96%</b>      | <b>64.519.223</b>  | <b>59.187.335</b> | <b>85,41%</b>  | <b>-4,68%</b>      | <b>91,74%</b>    |
| Impostos Directos                     | 37.057.703        | -6,03%             | 36.064.999        | -2,68%             | 36.904.000         | 33.733.189        | 48,68%         | -6,47%             | 91,41%           |
| Impostos Indirectos                   | 8.365.849         | 38,80%             | 5.127.152         | -38,71%            | 6.069.200          | 4.449.180         | 6,42%          | -13,22%            | 73,31%           |
| Taxas, Multas e Outras Penalidades    | 1.049.690         | -37,83%            | 1.240.338         | 18,16%             | 1.416.500          | 974.876           | 1,41%          | -21,40%            | 68,82%           |
| Rendimentos de Propriedade            | 2.497.397         | 10,53%             | 2.912.363         | 16,62%             | 3.016.600          | 3.232.751         | 4,67%          | 11,00%             | 107,17%          |
| Tranferências Correntes               | 12.438.471        | 9,14%              | 13.547.122        | 8,91%              | 13.929.679         | 13.626.944        | 19,67%         | 0,59%              | 97,83%           |
| Venda de Bens e Prestação de Serviços | 3.116.736         | 3,64%              | 2.940.849         | -5,64%             | 2.702.800          | 3.017.005         | 4,35%          | 2,59%              | 111,63%          |
| Outras Receitas Correntes             | 804.382           | 158,93%            | 259.967           | -67,68%            | 480.444            | 153.389           | 0,22%          | -41,00%            | 31,93%           |
| <b>Receitas de Capital</b>            | <b>13.285.316</b> | <b>-39,69%</b>     | <b>16.326.354</b> | <b>22,89%</b>      | <b>40.167.832</b>  | <b>10.082.082</b> | <b>14,55%</b>  | <b>-38,25%</b>     | <b>25,10%</b>    |
| Venda de Bens de Investimento         | 7.663.234         | -14,68%            | 82.369            | -98,93%            | 28.655.730         | 1.119.138         | 1,62%          | 1258,70%           | 3,91%            |
| Tranferências de Capital              | 3.621.978         | -1,74%             | 3.450.730         | -4,73%             | 11.355.902         | 8.958.482         | 12,93%         | 159,61%            | 78,89%           |
| Activos Financeiros                   | 0                 |                    | 0                 |                    | 100                | 4.463             | 0,01%          |                    | 4462,57%         |
| Passivos Financeiros                  | 2.000.000         | -78,14%            | 12.545.533        | 527,28%            | 0                  | 0                 | 0,00%          | -100,00%           |                  |
| Outras Receitas de Capital            | 105               | -99,95%            | 247.722           | 236818,52%         | 156.100            | 0                 | 0,00%          | -100,00%           | 0,00%            |
| <b>Outras Receitas</b>                | <b>4.570</b>      | <b>-77,32%</b>     | <b>11.257</b>     | <b>146,35%</b>     | <b>100</b>         | <b>24.978</b>     | <b>0,04%</b>   | <b>121,89%</b>     | <b>24978,25%</b> |
| <b>Total das Receitas</b>             | <b>78.620.115</b> | <b>-8,76%</b>      | <b>78.430.400</b> | <b>-0,24%</b>      | <b>104.687.155</b> | <b>69.294.396</b> | <b>100,00%</b> | <b>-11,65%</b>     | <b>66,19%</b>    |

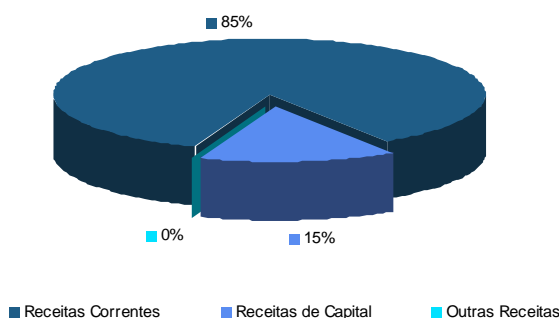
Ao longo do triénio em apreço é visível a tendência decrescente do total de receita arrecadada, tanto nas rubricas de natureza corrente como nas de natureza capital, não obstante o comportamento mais instável destas últimas. Não é por isso despiciente registar neste exercício económico o seu avultado decréscimo que representa (-) 9.136.004€ em comparação com a receita arrecadada em 2009, isto é, cerca de (-) 11,65%, ao totalizar 69.294.396€.

As receitas correntes, têm sido recorrentemente as que mais se destacam em termos de desempenho orçamental, conforme demonstrado no quadro supra aposto e bem espelhado pelos gráficos que se seguem.

EVOLUÇÃO DA RECEITA



#### COMPOSIÇÃO DA RECETA EM 2010



Analisando as **receitas correntes de 2010**, concluí-se que estas continuam a ter um desempenho excelente, no total da receita arrecadada (85,41%), apesar de terem diminuído 4,68% em relação ao ano anterior, resultante do decréscimo de duas das suas rubricas mais representativas, os impostos directos com um peso de 48,68% e com uma diminuição de 6,47% e os impostos indirectos com um peso de 6,42% e um decréscimo de 13,22%. Posteriormente estas rubricas serão alvo de análise mais pormenorizada. Este tipo de receita apresenta uma taxa de execução de 91,74%, perfazendo um total de 59.187.335€

As **receitas de capital em 2010** representam 14,55% do total das receitas, totalizando 10.082.082€ e apresentam uma diminuição de 38,25% face ao ano transacto. Este decréscimo teve importância primordial na prestação negativa (-11,65%) do total da receita arrecadada. Pese embora, à partida a arrecadação de receita expresse esta prestação negativa de 11,65%, não se pode ignorar o facto de no ano transacto se ter contraído um empréstimo bancário de MLP no âmbito do Programa de Regularização Extraordinário de Dívida (PREDE), que contemplava o montante de 12.545.533€, na rubrica passivos financeiros da componente receitas de capital, o que contribuiu sobremaneira para o desempenho menos expressivo desta componente, no ano em apreço.

No que concerne às Outras Receitas, regista-se que não têm qualquer expressividade no total e que se referem única e exclusivamente às reposições não abatidas nos pagamentos.

Decompõe-se seguidamente alguns subgrupos da receita tendo em vista promover uma avaliação mais pormenorizada:

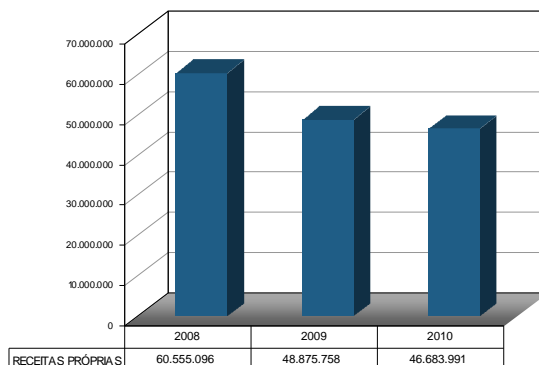
- Receitas Próprias
- Receita liquidada e não cobrada
- Transferências
- Passivos

## RECEITAS PRÓPRIAS

Neste capítulo pretende-se analisar a autonomia financeira do município, ou seja a sua capacidade de gerar receitas próprias, excluindo-se para esse efeito do total da receita arrecadada a componente das receitas que são provenientes de transferências e empréstimos contraídos. Considera-se analogamente a distribuição entre receitas correntes e de capital, e o peso destas na receita total. Pondera-se ainda as receitas próprias do ano em apreço, relativamente a anos anteriores.

| RECEITAS PRÓPRIAS                     |                   |                |                   |                |                   |                   |                |                     |                      |                   |
|---------------------------------------|-------------------|----------------|-------------------|----------------|-------------------|-------------------|----------------|---------------------|----------------------|-------------------|
|                                       | 2008              |                | 2009              |                | 2010              |                   | Variação       | % Receitas Próprias | % Receitas Correntes | % Receitas Totais |
|                                       | Valor             | Variação       | Valor             | Variação       | Previsão          | Execução          |                |                     |                      |                   |
| <b>Receitas Correntes</b>             |                   |                |                   |                |                   |                   |                |                     |                      |                   |
| Impostos Directos                     | 37.057.703        | -6,03%         | 36.064.999        | -2,68%         | 36.904.000        | 33.733.189        | -6,47%         | 72,26%              | 56,99%               | 48,68%            |
| Impostos Indirectos                   | 8.365.849         | 38,80%         | 5.127.152         | -38,71%        | 6.069.200         | 4.449.180         | -13,22%        | 9,53%               | 7,52%                | 6,42%             |
| Taxas, Multas e Outras Penalidades    | 1.049.690         | -37,83%        | 1.240.338         | 18,16%         | 1.416.500         | 974.876           | -21,40%        | 2,09%               | 1,65%                | 1,41%             |
| Rendimentos de Propriedade            | 2.497.397         | 10,53%         | 2.912.363         | 16,62%         | 3.016.600         | 3.232.751         | 11,00%         | 6,92%               | 5,46%                | 4,67%             |
| Venda de Bens e Prestação de Serviços | 3.116.736         | 3,64%          | 2.940.849         | -5,64%         | 2.702.800         | 3.017.005         | 2,59%          | 6,46%               | 5,10%                | 4,35%             |
| Outras Receitas Correntes             | 804.382           | 158,93%        | 259.967           | -67,68%        | 480.444           | 153.389           | -41,00%        | 0,33%               | 0,26%                | 0,22%             |
| <b>Total</b>                          | <b>52.891.758</b> | <b>0,31%</b>   | <b>48.545.667</b> | <b>-8,22%</b>  | <b>50.589.544</b> | <b>45.560.391</b> | <b>-6,15%</b>  | <b>97,59%</b>       | <b>76,98%</b>        | <b>65,75%</b>     |
| <b>Receitas Capital</b>               |                   |                |                   |                |                   |                   |                |                     |                      |                   |
| Venda de Bens de Investimento         | 7.663.234         | -14,68%        | 82.369            | -98,93%        | 28.655.730        | 1.119.138         | 1258,70%       | 2,40%               | 1,89%                | 1,62%             |
| Activos Financeiros                   | 0                 |                | 0                 |                | 100               | 4.463             |                | 0,01%               | 0,01%                | 0,01%             |
| Outras Receitas de Capital            | 105               | -99,95%        | 247.722           | 236818,52%     | 156.100           | 0                 | -100%          | 0,00%               | 0,00%                | 0,00%             |
| <b>Total</b>                          | <b>7.663.338</b>  | <b>-16,65%</b> | <b>330.091</b>    | <b>-95,69%</b> | <b>28.811.930</b> | <b>1.123.600</b>  | <b>240,39%</b> | <b>2,41%</b>        | <b>1,90%</b>         | <b>1,62%</b>      |
| <b>Total das Receitas Próprias</b>    | <b>60.555.096</b> | <b>-2,21%</b>  | <b>48.875.758</b> | <b>-19,29%</b> | <b>79.401.474</b> | <b>46.683.991</b> | <b>-4,48%</b>  | <b>100,00%</b>      | <b>78,87%</b>        | <b>67,37%</b>     |
| Total das Receitas Correntes          | 65.330.229        | 1,88%          | 62.092.790        | -4,96%         | 64.519.223        | 59.187.335        | -4,68%         | -                   | 100,00%              | 85,41%            |
| Total das Receitas                    | 78.620.115        | -8,76%         | 78.430.400        | -0,24%         | 74.626.283        | 69.294.396        | -11,65%        | -                   | -                    | 100,00%           |

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS



Os dados aqui presentes revelam bem a tendência decrescente das receitas próprias ao longo das últimas gerências, sendo de anotar que no presente exercício, estas se cifraram em 46.683.991€, o que representa um decréscimo de 4,48% face ao ano de 2009.

Apesar deste decréscimo continua a ser notório que durante 2010, as componentes que mais contribuem para o montante desta rubrica são os Impostos Directos, os Impostos Indirectos, os Rendimentos de Propriedade e a Venda de Bens e Prestação de Serviços, no que às receitas correntes diz respeito e a Venda de Bens de Investimento, no que toca às receitas de capital.

Deve evidenciar-se, quanto a este subgrupo e a título de explicação de uma prestação negativa que se situa nos 4,48%, neste tipo de receitas, que a componente que mais contribuiu foram os Impostos Directos, com um montante de (-) 2.331.810€, facto este que advém do seu peso de 72,26%, nas receitas próprias. Outra componente, com prestação negativa de 677.972€ que influencia o resultado desta rubrica, dado que tem um peso de 9,53%, é os Impostos Indirectos.

Assim, quanto às receitas correntes, fruto da sua preponderância será dada especial atenção aos Impostos Directos.

Por sua vez, os Impostos Indirectos têm um peso que ronda os 10% e evidenciaram um decréscimo de cerca de 13%.

No que respeita às restantes componentes das receitas correntes, como as Taxas, Multas e Outras Penalidades e as Outras Receitas Correntes, apesar de seguirem uma tendência também negativa, ambas têm pesos insignificantes de 2,09% e 0,33% respectivamente, como tal os desempenhos de (-) 21,40% e (-) 41%, pouco influenciam o resultado final. O resultado da componente Taxas Multas e Outras Penalidades, é fruto maioritariamente da rubrica Loteamentos e Obras (-) 28,79%.

De realçar o desempenho positivo dos agregados Rendimentos de Propriedade e Venda de Bens e Prestação de Serviços com prestações de (+) 320.388€ e (+) 76.156€, tendo pesos de 6,92% e 6,46% respectivamente.

Destacam-se em matéria de Rendimentos de Propriedade:

- a prestação referente à cedência de um prédio urbano sito à Avenida Luís de Camões, por parte deste município, através da constituição de um direito de superfície à Administração Regional do Norte no montante de 495.000€;
- a renda de concessão paga pela empresa EDP ao município, no valor de 2.249.909,84 relativa à actividade de distribuição de energia eléctrica em baixa tensão, pela utilização do subsolo e das vias públicas.

No que concerne às receitas de capital, estas preconizaram um aumento bastante significativo de 240,39%, apesar da sua pouca expressividade no âmbito das receitas próprias fruto do seu peso meramente residual de 2,41%. Aqui é de relevar a Venda de Bens de Investimento que ascendeu a 1.119.138€, do qual se destaca a constituição do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Praça Maior, no montante de 1.000.000€, com a venda do terreno n.º 2, sito no lugar de Real em Vermoim Maia. A componente dos activos financeiros ascendeu ao montante de 4.463€ e refere-se única e exclusivamente a contratos celebrados no âmbito do programa MaiaFinicia.

Para se poder aferir melhor o resultado das receitas correntes, procede-se de seguida ao seu desmembramento, pelos agregados que melhor representam a sua variação. Salientam-se as rubricas de Impostos Directos (72,26%), Impostos Indirectos em conjunto com Taxas Multas e Outras Penalidades (11,62%) e Venda de Bens e Prestação de Serviços (6,46%).

### **Impostos Directos**

O quadro que se introduz de seguida é representativo da evolução dos impostos directos ao longo do último triénio.

| IMPOSTOS DIRECTOS                                     |                   |                   |                   |                |               |
|-------------------------------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|----------------|---------------|
|                                                       | 2008              | 2009              | 2010              |                |               |
|                                                       | Execução          | Execução          | Execução          | Peso           | variação      |
| <b>Impostos directos</b>                              |                   |                   |                   |                |               |
| Imposto Municipal s/ Imóveis                          | 18.176.964        | 16.817.614        | 18.388.618        | 54,51%         | 9,34%         |
| Imposto Único de Circulação                           | 1.880.739         | 2.127.704         | 2.243.175         | 6,65%          | 5,43%         |
| Imposto Municipal s/ Transmissões Onerosas de Imóveis | 8.788.862         | 6.508.915         | 6.330.392         | 18,77%         | -2,74%        |
| Derrama                                               | 7.548.801         | 10.404.754        | 6.450.484         | 19,12%         | -38,00%       |
| Contribuição Autárquica                               | 160.879           | 147.119           | 100.039           | 0,30%          | -32,00%       |
| Imposto de Sisa                                       | 432.129           | 26.226            | 199.185           | 0,59%          | 659,48%       |
| Imposto Municipal s/ Veículos                         | 0                 | 0                 | 0                 | 0,00%          |               |
| Impostos Directos Diversos                            | 0                 | 0                 | 0                 | 0,00%          |               |
| Contribuição Especial                                 | 69.328            | 32.667            | 21.295            | 0,06%          | -34,81%       |
| <b>Total</b>                                          | <b>37.057.703</b> | <b>36.064.999</b> | <b>33.733.189</b> | <b>100,00%</b> | <b>-6,47%</b> |

Un:Euros

Da análise do último triénio em termos de evolução dos impostos directos, pode-se reconhecer:

- Os sucessivos decréscimos desta componente da receita, resultado sobretudo do comportamento negativo do IMT que remonta a 2008 assim como da Derrama no que toca ao exercício 2010 ao reduzir cerca de 38%.
- Que as componentes mais representativas desta rubrica são sempre o IMI, a DERRAMA e o IMT, assumindo especial preponderância o IMI.
- Que no ano em apreciação, esta receita fiscal cifrou-se em 33.733.189€, o que originou um decréscimo de 6,47% relativamente ao transacto ano.

De facto, constata-se que o maior contribuinte dos impostos directos é o IMI ao atingir sempre níveis de execução entre os 16 e os 18 milhões de Euros, tendo-se arrecadado no exercício de 2010, por conta deste imposto 18.388.618€, o que representa uma variação de (+) 9,34% face a 2009 e 54,51% do seu peso total.

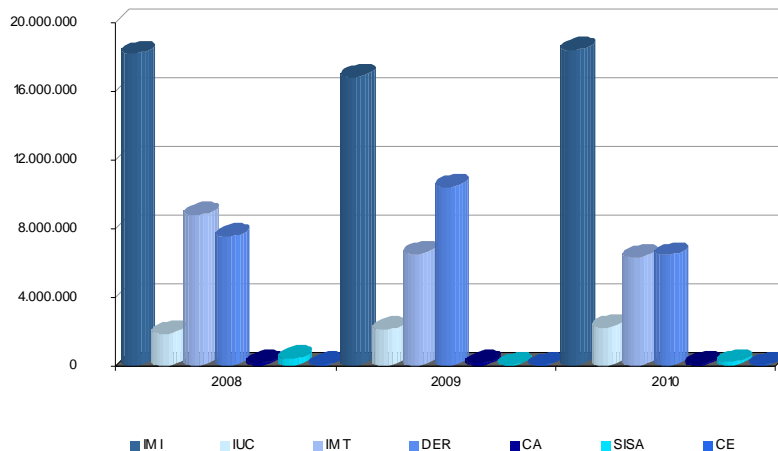
Em 2010 aparece logo a seguir a Derrama, com um peso de 19,12% no total dos Impostos Directos tendo sido arrecadado por conta desta vertente 6.450.484€, o que representa um decréscimo de 38,00% , menos cerca de 4 milhões de euros em relação ao ano de 2009. A título meramente informativo, refere-se que no ano em estudo, a exemplo do ano transacto, o lançamento da derrama foi aprovado pelo valor de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC, ao abrigo do disposto no artigo 14.º da Lei 2/2007 de 15 de Janeiro.

O IMT protagonizou uma arrecadação de receita na importância de 6.330.392€, o que caracteriza uma diminuição de 2,74%, face a 2009 tendo um peso de 18,77% neste tipo de receita fiscal.

A receita fiscal, segue de perto a tendência da conjuntura económica que o país atravessa, é portanto inerente a esta actual situação que haja também um ajustamento nos montantes arrecadados.

Demonstra-se seguidamente, com a introdução de um gráfico, a evolução dos Impostos Directos.

### EVOLUÇÃO IMPOSTOS DIRECTOS



### Impostos Indirectos e Taxas, Multas e Outras Penalidades

| IMPOSTOS INDIRECTOS E TAXAS MULTAS E OUTRAS PENALIDADES |                  |                  |                    |                  |                  |                |                |                    |                  |
|---------------------------------------------------------|------------------|------------------|--------------------|------------------|------------------|----------------|----------------|--------------------|------------------|
|                                                         | 2008             |                  | 2009               |                  | 2010             |                | Peso           | Variação 2009/2010 | Taxa de Execução |
|                                                         | Execução         | Execução         | Variação 2008/2009 | Previsão         | Execução         |                |                |                    |                  |
| Mercados e Feiras                                       | 25.320           | 26.055           | 2,91%              | 25.400           | 47.118           | 0,87%          | 80,84%         | 185,50%            |                  |
| Loteamentos e Obras                                     | 7.806.009        | 4.231.491        | -45,79%            | 6.038.900        | 3.329.339        | 61,38%         | -21,32%        | 55,13%             |                  |
| Ocupação da Via Pública                                 | 706.613          | 1.400.801        | 98,24%             | 598.600          | 1.304.011        | 24,04%         | -6,91%         | 217,84%            |                  |
| Publicidade                                             | 227.173          | 236.907          | 4,28%              | 229.900          | 298.690          | 5,51%          | 26,08%         | 129,92%            |                  |
| Outros                                                  | 355.556          | 295.984          | -16,75%            | 329.400          | 281.493          | 5,19%          | -4,90%         | 85,46%             |                  |
| Caça, uso e porte de arma                               | 256              | 3                | -98,83%            | 300              | 40               | 0,00%          | 1230,00%       | 13,30%             |                  |
| Multas e Outras Penalidades                             | 294.612          | 176.249          | -40,18%            | 263.200          | 163.366          | 3,01%          | -7,31%         | 62,07%             |                  |
| <b>Total</b>                                            | <b>9.415.539</b> | <b>6.367.490</b> | <b>-32,37%</b>     | <b>7.485.700</b> | <b>5.424.056</b> | <b>100,00%</b> | <b>-14,82%</b> | <b>72,46%</b>      |                  |

Un/Euros

Também nesta componente é notória a diminuição da receita arrecadada ao longo deste período, assumindo aqui especial relevância o contributo negativo da rubrica de loteamentos e obras, que em 2010 ao reduzir (-) 21% face a 2009 determinou sobremaneira o corte de (-)14,82% verificado nesta rubrica.

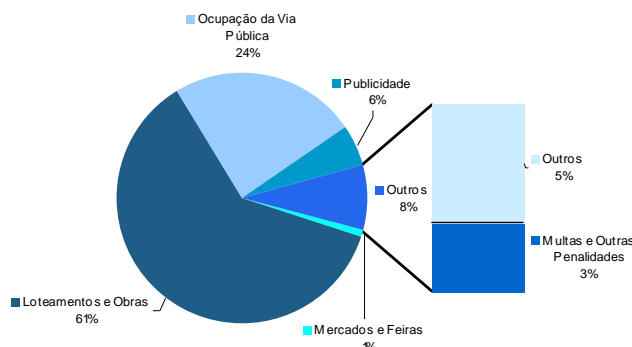
Este decréscimo em 2010 na área de Loteamentos e Obras resultou da similitude de comportamento de ambos os contribuintes, uma vez que à quebra de (-)635.487€ nos Impostos Indirectos pagos pelas empresas acresceu o corte de (-)266.665€ nas taxas pagas pelos particulares. Destacam-se neste âmbito os impostos pagos pelas empresas: PERHABITA, SOCIEDADE DE CONSTRUÇOES, LDA, com um montante de 618.883,89€ e BOAVIAGEM - SOCIEDADE DE ADMINISTRAÇÃO IMOBILIÁRIA, SA com 471.827,64€

A Ocupação da Via Pública, segue no ano em análise a mesma tendência da rubrica anteriormente analisada, com uma variação negativa de (-)6,91% e um peso de 24,04%, tendo arrecadado um total de 1.304.011€ Confluiu significativamente, para este bolo o montante de 780.051,17€, proveniente dos SMAS, e a Portgás com 477.571,64€

O gráfico de seguida representado, espelha a distribuição deste tipo de receita no ano de 2010



### IMPOSTOS INDIRECTOS ETXS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES



### Venda de bens e Prestações de serviços Correntes

| VENDA DE BENS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRENTES |                  |                  |                  |                  |                |                |                    |
|-------------------------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|----------------|----------------|--------------------|
|                                                 | 2008             | 2009             | 2010             |                  |                |                |                    |
|                                                 | Execução         | Execução         | Previsão         | Execução         | Peso           | Varição        | Taxa de Execução % |
| <b>Venda de Bens</b>                            | 14.541           | 13.811           | 14.100           | 26.345           | 0,87%          | 90,76%         | 186,84%            |
| <b>Prestação Serviços Diversos</b>              |                  |                  |                  |                  |                |                |                    |
| S. Sociais, recr., cult. desportivos            | 2.052.141        | 2.198.510        | 2.003.000        | 2.430.051        | 80,55%         | 10,53%         | 121,32%            |
| Serv. Específicos autarq. locais                | 659.592          | 565.518          | 581.700          | 467.502          | 15,50%         | -17,33%        | 80,37%             |
| Aluguer espaços e equip.                        | 30.204           | 33.616           | 32.000           | 37.879           | 1,26%          | 12,68%         | 118,37%            |
| Vistorias e ensaios                             | 30.702           | 22.839           | 30.200           | 37.642           | 1,25%          | 64,81%         | 124,64%            |
| Outros                                          | 4                | 7                | 100              | 8                | 0,00%          | 6,83%          | 7,98%              |
| <b>Sub Total</b>                                | <b>2.787.183</b> | <b>2.834.301</b> | <b>2.661.100</b> | <b>2.999.427</b> | <b>99,42%</b>  | <b>5,83%</b>   | <b>112,71%</b>     |
| <b>Rendas e Alugueres</b>                       |                  |                  |                  |                  |                |                |                    |
| Habitação e edifícios                           | 329.553          | 106.548          | 41.700           | 17.578           | 0,58%          | -83,50%        | 42,15%             |
| Outros- Rendas e alugueres                      | 0                | 0                | 100              | 0                | 0,00%          |                | 0,00%              |
| <b>Sub Total</b>                                | <b>329.553</b>   | <b>106.548</b>   | <b>41.800</b>    | <b>17.578</b>    | <b>0,58%</b>   | <b>-83,50%</b> | <b>42,05%</b>      |
| <b>Total</b>                                    | <b>3.116.736</b> | <b>2.940.849</b> | <b>2.702.900</b> | <b>3.017.005</b> | <b>100,00%</b> | <b>2,59%</b>   | <b>111,62%</b>     |

Un: Euros

Invertendo a tendência de 2009 regista-se que em 2010 se realizaram vendas e prestações de serviços no valor de 3.017.005€, o que teve como resultado um incremento no total desta rubrica de 2,59%, e uma taxa de execução de 111,62%.

Nesta componente, é de realçar o grande contributo dos Serviços Sociais, Recreativos, Culturais e Desportivos que ao longo do triénio assumem sempre o maior peso e em 2010 totalizam 2.430.051€. Apresenta um acréscimo na receita de 10,53% face a 2009 para o qual não é de todo alheio a entrada em vigor do novo Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais.

Neste exercício os Serviços Específicos das Autarquias Locais, com um peso de 15,50%, apresentam no entanto um decréscimo de 17,33% em relação a 2009 justificado pelo expressivo atraso na entrada das receitas oriundas dos serviços da educação.

Nesta vertente, sendo a segunda mais representativa da prestação de serviços, é de realçar a venda de senhas de refeição escolares para as EB1, que explicam 316.570,80€, do total dos 467.502€ arrecadados

nesta rubrica, sendo de anotar que o município para além de assumir a totalidade do custo das refeições escolares no caso de alunos carenciados, assume também uma quota parte dos custos da restante população escolar, considerando que os encarregados de educação só suportam 1,20€ por refeição quando o seu custo representa 1,85€.

As vistorias e ensaios arrecadaram 37.642€ e tem um peso de 1,25% e um crescimento de 64,81%.

As restantes componentes, apesar de terem desempenhos positivos, dada a sua pouca expressividade, não merecem comentários alongados, sendo de referir apenas que, o aluguer de espaços e equipamentos, totalizou 37.879€, tem um peso de 1,26% e um incremento de 12,68%.

Nas rendas e alugueres, pese embora o seu expressivo decréscimo de (-) 83,50%, o seu diminuto peso de 0,58% impediu que esta afectasse o comportamento global deste tipo de receita, consequência directa da integração dos edifícios Tribunal da Comarca da Maia e do Ministério Público, no Fundo de Investimento Imobiliário Maia-Imo, que justificavam as rendas de maior monta.

Resta salientar que, o facto da receita arrecadada pelo município ter diminuído, é indissociável da conjuntura económica que o país atravessa.

## RECEITAS LIQUIDADAS E NÃO COBRADAS

| MAPA DE CONTROLO DA RECEITA        |                     |                     |                      |                          |                         |                             |                    |
|------------------------------------|---------------------|---------------------|----------------------|--------------------------|-------------------------|-----------------------------|--------------------|
| Receitas                           | 2009                |                     |                      | 2010                     |                         |                             | Variação 2009/2010 |
|                                    | Receitas por cobrar | Receitas Liquidadas | Liquidações Anuladas | Receitas Cobradas Brutas | Receita Cobrada Líquida | Receitas por cobrar em 2010 |                    |
| <b>RECEITAS CORRENTES</b>          |                     |                     |                      |                          |                         |                             |                    |
| Impostos Directos                  |                     | 33.737.241          | 4.052                | 33.733.189               | 32.842.430              |                             |                    |
| Impostos Indirectos                | 3.353.481           | 4.591.607           | 57.576               | 4.449.180                | 4.448.952               | 3.438.333                   | 2,53%              |
| Taxas, Multas e Outras Penalidades | 414.387             | 983.889             | 19.897               | 974.876                  | 972.875                 | 403.503                     | -2,63%             |
| Rendimentos de Propriedade         | 796                 | 3.234.459           | 1.706                | 3.232.751                | 3.232.751               | 798                         | 0,19%              |
| Transferências Correntes           |                     | 13.626.944          |                      | 13.626.944               | 13.626.944              |                             |                    |
| Venda de Bens e Serviços Correntes | 289.229             | 3.005.290           | 7.448                | 3.017.005                | 2.971.543               | 270.066                     | -6,63%             |
| Outras Receitas Correntes          | 218.925             | 171.392             |                      | 153.389                  | 153.309                 | 236.928                     | 8,22%              |
| <b>RECEITAS CAPITAL</b>            |                     |                     |                      |                          |                         |                             |                    |
| Vendas de Bens de Investimento     | 2.107.840           | 1.136.223           | 3.064                | 1.119.138                | 1.119.138               | 2.121.862                   | 0,67%              |
| Transferências de Capital          |                     | 8.958.482           |                      | 8.958.482                | 8.958.482               |                             |                    |
| Activos Financeiros                | 486                 | 3.977               |                      | 4.463                    | 4.463                   |                             | -100,00%           |
| Outras Receitas de Capital         | 1.513.441           |                     |                      |                          |                         | 1.513.441                   | 0,00%              |
| Outras Receitas                    | 11.105              | 24.978              |                      | 24.978                   | 24.978                  | 11.105                      | 0,00%              |
| <b>Total</b>                       | <b>7.909.690</b>    | <b>69.474.482</b>   | <b>93.742</b>        | <b>69.294.396</b>        | <b>68.355.866</b>       | <b>7.996.035</b>            | <b>1,09%</b>       |

Un: Euros

As receitas liquidadas e não cobradas atingem no final exercício em análise a expressiva importância de 7.996.035€, sendo 88% deste valor imputável a apenas três rubricas: Impostos Indirectos, Vendas de Bens de Investimento e Outras Receitas de Capital:

- Em matéria de Impostos indirectos cujo valor global ascende a 3.438.333€ sobressai a contribuição dos loteamentos e obras que, só por si, preenchem 2.084.995€, nestas estão embutidas as receitas por arrecadar das taxas de urbanização e das taxas por não cedência de área, logo seguida da ocupação de via pública, que absorve o montante de 1.184.601€.
- As Vendas de Bens de Investimento são associadas ao montante de taxas urbanísticas pela não cedência de áreas por cobrar, na quantia de 2.121.862€, considerando à data o registo contabilístico existente.

- Quanto à receita não cobrada da componente Outras Receitas de Capital, o valor mantém-se desde o exercício de 2007 e tem a ver, como já se aludiu no ano transacto, com reembolsos derivados de encargos assumidos com amortizações dos empreendimentos PER, geridos pela empresa Espaço Municipal, à qual corresponde o montante de 1.320.308,51€

No cômputo geral da receita liquidada e não cobrada, cerca de 42% encontra-se a ser dirimida em sede de execução, onde de igual modo se destaca o contributo de todas as rubricas associadas directa e indirectamente à área de loteamentos e obras

No que toca às liquidações anuladas, regista-se para o exercício em análise o total de 93.742, sendo 61% referente a Impostos Indirectos. Importa de igual modo evidenciar que é a rubrica de Loteamentos e Obras que representa a maior fatia deste valor ao avocar 57.576€ de anulações, sendo que na sua maioria resultam de arquivamentos officiosos de processos por deserção dos requerentes.

Na rubrica de Impostos Directos, as anulações, cujo valor é residual, são determinadas por erros nas cobranças efectuadas pela Direcção Geral de Impostos e já deduzidos nas transferências realizadas para o Município.

Anota-se que as anulações correspondentes a meras rectificações de receita assumiram a quantia de 55.357€

Por último assinala-se que o município tem seguido uma política de empreendimento de todos os esforços possíveis no sentido de recuperar a receita liquidada e não cobrada, designadamente permitindo o pagamento em prestações. Na persistente missão da recuperação da dívida de terceiros, transitam para execução fiscal os documentos cujo prazo de pagamento voluntário tenha expirado sem que o cliente tenha manifestado vontade de sanar a sua dívida.

## **TRANSFERÊNCIAS**

No núcleo de acção de uma autarquia, encontramos os elementos motivacionais da sua existência e por consequência da sua acção, como sejam, a população e o território que lhe cabe administrar e os bens e serviços públicos que lhe estão atribuídos produzir. A relação entre ambos é axiomática, ou seja, dentro das suas atribuições e competências cabe-lhe decidir quais as melhores opções a seguir, com vista a uma melhor resposta às necessidades da população.

A centralização *versus* descentralização dos poderes públicos, é um tema que vem suscitando aprofundados debates, no entanto, o núcleo central nesta questão é aquele que resulta do axioma mencionado anteriormente. Ao mesmo tempo observa-se que os munícipes tem cada vez mais consciência da sua soberania enquanto consumidores de bens públicos, e esses munícipes, no contexto de uma sociedade democrática, têm assumido, enquanto decisores sobre o papel da governação na sua área territorial, o *empowerment* que tal situação lhe confere, exigindo mais especialização na prestação do serviço público, ou seja, que a par da descentralização sejam encontradas formas de organização municipal capazes de se adaptar à envolvente e por consequência às suas necessidades.

Tem havido um reconhecimento geral, que o poder político centralizado é gerador de ineficiências ao nível das decisões de natureza política, quer seja pelas opções de investimento público prosseguidas, que em muitos dos casos não correspondem às verdadeiras necessidades públicas das comunidades locais, quer seja pela redistribuição da receita pública. O que está em causa, é a aproximação da solução do problema à origem do mesmo, e que, da acção pública resultem serviços públicos de qualidade e cuja avaliação pelos munícipes conclua nesse sentido, ou seja, serviços prestados com qualidade, eficiência, eficácia e economicidade.

Desta forma poderá dizer-se que a transferência de atribuições e competências para os municípios não está vazia de metas e objectivos, antes tem um grande desígnio que deve ser perseguido, ou seja, a produção de melhores serviços e bens públicos, necessariamente ajustados aos interesses locais, e que na medida do alcançável possam contribuir para o todo nacional, não de forma puramente quantitativa, mas essencialmente, de forma qualitativa.

Neste mesmo sentido veio a Lei 159/99 de 14 de Setembro, estabelecer o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, bem como estabelecer os princípios gerais sobre os quais assenta tal processo, destacando-se:

- A coesão nacional;
- A solidariedade inter-regional;
- A eficiência e eficácia da gestão com respeito pelos direitos dos administrados;
- A subsidiariedade entre níveis de administração, aproximando o poder dos cidadãos;
- A coordenação de actuação em matéria de investimentos.

Na actual Lei das Finanças Locais e na sequência do regime anterior, tenta-se integrar e ampliar do ponto de vista financeiro os princípios previstos pela Lei 159/99, destacando-se:

- O “princípio da coerência”, que reafirma e reforça a ideia da descentralização através das atribuições e competências, às quais deve corresponder em paralelo uma efectiva transferência financeira;
- A coordenação das finanças locais com as estaduais, a qual visa o desenvolvimento equilibrado de todo o país e ainda atingir os objectivos e as metas com as quais Portugal se comprometeu no seio da união Europeia;
- O equilíbrio financeiro vertical e horizontal entre autarquias do mesmo grau, referindo-se o primeiro à necessidade de adequar os recursos de cada nível de administração às atribuições e competências que lhe correspondem. Já o segundo, refere-se à necessidade de afectar a receita pública de forma a conseguir diminuir as desigualdades geradas por diferentes capacidades em matéria de arrecadação de receitas ou necessidade de realização de despesa.

Da conjugação de ambas as leis resulta que as autarquias apesar de terem maior facilidade para detectar e resolver problemas das populações do seu território, não dispõem de meios financeiros suficientes para os solucionar, entendimento que a própria Lei das Finanças Locais perfilha, ao reforçar não só o princípio da descentralização mas também a necessidade de lhe estar associado uma efectiva transferência financeira.

Na óptica económica as receitas provenientes de transferências subdividem-se em correntes e de capital, podendo as primeiras ser definidas como aquelas que se destinam ao financiamento de despesas correntes ou sem uma afectação conhecida *a priori*, e para financiamento de despesas de investimento no caso das segundas. Tais receitas, conforme se referiu anteriormente, encerram em si um determinado objectivo ou seja a produção de melhores serviços e bens públicos.

Também nesta matéria o Município da Maia tem tentado que as suas opções estratégicas reflectam os interesses locais, mas que ao mesmo tempo possam contribuir para o desenvolvimento do país. Tais opções estratégicas reflectem, dentro das atribuições e competências que lhe são conferidas pelos diplomas legais, necessidades identificadas que são alvo prioritário de resposta.

No quadro seguinte reflecte-se a natureza e montante das transferências recebidas no último triénio, as quais têm contribuído para a concretização do objectivo anteriormente mencionado.

| TRANSFERÊNCIAS                                       |                   |                   |                     |                   |                     |
|------------------------------------------------------|-------------------|-------------------|---------------------|-------------------|---------------------|
|                                                      | 2008              | 2009              | Variação<br>2008/09 | 2010              | Variação<br>2009/10 |
| <b>Transferências Correntes</b>                      | <b>12.438.471</b> | <b>13.547.122</b> | <b>8,9%</b>         | <b>13.626.944</b> | <b>0,6%</b>         |
| <b>Estado</b>                                        | <b>12.384.915</b> | <b>13.460.921</b> | <b>8,7%</b>         | <b>13.384.775</b> | <b>-0,6%</b>        |
| Fundo de Equilíbrio Financeiro                       | 2.996.769         | 2.898.739         | -3,3%               | 2.930.071         | 1,1%                |
| Fundo Social Municipal                               | 1.766.303         | 1.991.601         | 12,8%               | 1.951.718         | -2,0%               |
| Participação Variável no IRS                         | 5.469.818         | 6.019.441         | 10,0%               | 6.138.745         | 2,0%                |
| Outros                                               | 2.152.025         | 2.551.140         | 18,5%               | 2.364.241         | -7,3%               |
| Comparticipação em projectos comunitários            | 15.596            | 58.827            | 277,2%              | 170.147           | 189,2%              |
| Serviços e Fundos Autónomos                          | 4.500             | 4.300             | -4,4%               | 48.948            | 1038,3%             |
| Segurança Social                                     | 33.460            | 23.074            | -31,0%              | 23.074            | 0,0%                |
| <b>Transferências de Capital</b>                     | <b>3.621.978</b>  | <b>3.450.730</b>  | <b>-4,7%</b>        | <b>8.958.482</b>  | <b>159,6%</b>       |
| <b>Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras</b> | <b>11.648</b>     | <b>0</b>          | <b>-100,0%</b>      | <b>18.353</b>     | <b>100,0%</b>       |
| <b>Estado</b>                                        | <b>2.224.128</b>  | <b>1.932.492</b>  | <b>-13,1%</b>       | <b>1.953.381</b>  | <b>1,1%</b>         |
| Fundo de Equilíbrio Financeiro                       | 1.997.846         | 1.932.492         | -3,3%               | 1.953.381         | 1,1%                |
| Cooperação técnica e financeira                      | 226.282           | 0                 | -100,0%             | 0                 | S/Var.              |
| Outros                                               | 0                 | 0                 | S/Var.              | 0                 | S/Var.              |
| Comparticipação em projectos comunitários            | 1.250.614         | 690.202           | -44,8%              | 6.513.490         | 843,7%              |
| Serviços e Fundos Autónomos                          | 135.288           | 828.036           | 512,1%              | 473.258           | -42,8%              |
| <b>Total</b>                                         | <b>16.060.449</b> | <b>16.997.852</b> | <b>5,8%</b>         | <b>22.585.426</b> | <b>32,9%</b>        |

Unid: Euros

Numa abordagem geral das transferências, pelo seu total e pelos dois grandes grupos que as compõem, correntes e de capital, verifica-se que ao longo do último triénio estas componentes aumentaram, à excepção das transferências de capital, assumindo particular relevância o incremento que registaram neste exercício de 2010, para o que contribuiu sobremaneira o comportamento das transferências de capital, sobretudo em matéria de participações de fundos comunitários que foram responsáveis por 6.513.490€ do total da receita arrecada.

Efectivamente do ponto de vista global a variação percentual em 2010 face ao ano anterior traduziu-se num acréscimo de 32,9% no total das transferências. Já na divisão entre correntes e de capital pode-se constatar que houve um acréscimo residual nas correntes, cujo percentual ascende a 0,6%, e um acréscimo nas de capital de 159,6%.

Em relação às primeiras o pequeno acréscimo é resultado do decréscimo das transferências do estado em 0,6%, explicado sobretudo pelo fraco crescimento (1%) das transferências previstas anualmente pelo orçamento do estado em consequência dos graves cortes verificados em meados de Junho com a entrada em vigor da Lei 12-A/2010 de 30 de Junho que veio introduzir um conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental para reforçar e acelerar a redução do défice excessivo e o controlo do crescimento da dívida pública previstos no Programa de Estabilidade e Crescimento e cujo impacto

financeiro será analisado mais à frente. Adicionalmente o decréscimo de 7,3% registado na rubrica “Outros”, contribuiu também de forma significativa para a redução assinalada dos 0,6%, e que de igual modo será avaliado posteriormente de forma mais detalhada.

Em relação às transferências de capital, como foi referido, o forte acréscimo é explicado pela variação muito positiva na rubrica “Comparticipação em projectos comunitários” que apresenta um acréscimo de 843,7% face ao ano de 2009.

Como conclusão global, traduzida pelo gráfico seguinte, extrai-se que em matéria de transferências o peso das que se destinaram a investimento aumentou significativamente em 2010 face a 2009, tendo por seu lado o peso das transferências correntes aumentado de forma residual.

EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL



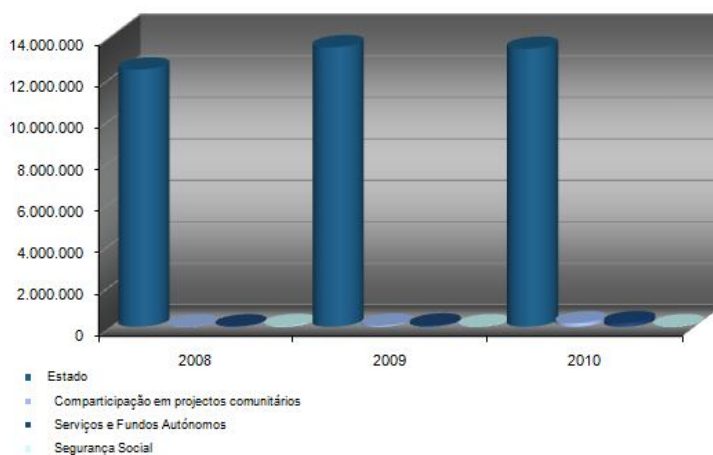
### Transferências Correntes

No que se refere a cada um dos principais agregados das transferências correntes, o gráfico infra reproduzido espelha bem a sua evolução, bem como o quadro seguinte no que toca ao peso de cada uma das componentes, quer como percentagem da componente corrente, quer como percentagem do total das transferências, quer ainda como percentagem da receita total.

| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES                              |                   |                   |                   |                |                |                |                |                |                |                 |                |                |
|-------------------------------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|----------------|----------------|
|                                                       | 2008              |                   |                   | 2009           |                |                | 2010           |                |                | % Receita Total |                |                |
|                                                       | Valor             | Valor             | Valor             | %              | %              | %              | %              | %              | %              | %               | %              |                |
| <b>Transferências Correntes</b>                       | <b>12.438.471</b> | <b>13.547.122</b> | <b>13.626.944</b> | <b>100,00%</b> | <b>100,00%</b> | <b>100,00%</b> | <b>15,82%</b>  | <b>17,27%</b>  | <b>19,67%</b>  |                 |                |                |
| Transferências do Estado - Correntes                  | 12.384.915        | 13.460.922        | 13.384.775        | 99,57%         | 99,36%         | 98,22%         | 77,11%         | 79,19%         | 59,26%         | 15,75%          | 17,16%         | 19,32%         |
| Fundo de Equilíbrio Financeiro                        | 2.996.769         | 2.898.739         | 2.930.071         | 24,09%         | 21,40%         | 21,50%         | 18,66%         | 17,05%         | 12,97%         | 3,81%           | 3,70%          | 4,23%          |
| Fundo Social Municipal                                | 1.766.303         | 1.991.601         | 1.951.718         | 14,20%         | 14,70%         | 14,32%         | 11,00%         | 11,72%         | 8,64%          | 2,25%           | 2,54%          | 2,82%          |
| Participação Variável no IRS                          | 5.469.818         | 6.019.441         | 6.138.745         | 43,98%         | 44,43%         | 45,05%         | 34,06%         | 35,41%         | 27,18%         | 6,96%           | 7,67%          | 8,86%          |
| Outros                                                | 2.152.025         | 2.551.141         | 2.384.241         | 17,30%         | 18,83%         | 17,35%         | 13,40%         | 15,01%         | 10,47%         | 2,74%           | 3,25%          | 3,41%          |
| Comparticipação em projectos comunitários - Correntes | 15.596            | 58.827            | 170.147           | 0,13%          | 0,43%          | 1,25%          | 0,10%          | 0,35%          | 0,75%          | 0,02%           | 0,08%          | 0,25%          |
| Serviços e Fundos Autónomos - Correntes               | 4.500             | 4.300             | 48.948            | 0,04%          | 0,03%          | 0,36%          | 0,03%          | 0,03%          | 0,22%          | 0,01%           | 0,01%          | 0,07%          |
| Segurança Social - Correntes                          | 33.460            | 23.074            | 0,00              | 0,27%          | 0,17%          | 0,00%          | 0,21%          | 0,14%          | 0,00%          | 0,04%           | 0,03%          | 0,00%          |
| <b>Totais de Transferências Correntes</b>             | <b>12.438.471</b> | <b>13.547.122</b> | <b>13.626.944</b> | <b>100,00%</b> | <b>100,00%</b> | <b>100,00%</b> | <b>77,45%</b>  | <b>79,70%</b>  | <b>60,34%</b>  | <b>15,82%</b>   | <b>17,27%</b>  | <b>19,67%</b>  |
| <b>Totais de Transferências</b>                       | <b>16.060.449</b> | <b>16.997.852</b> | <b>22.585.426</b> | -              | -              | -              | <b>100,00%</b> | <b>100,00%</b> | <b>100,00%</b> | <b>20,43%</b>   | <b>21,67%</b>  | <b>32,59%</b>  |
| <b>Totais Receita</b>                                 | <b>78.620.115</b> | <b>78.430.400</b> | <b>69.294.398</b> | -              | -              | -              | -              | -              | -              | <b>100,00%</b>  | <b>100,00%</b> | <b>100,00%</b> |

Unid. Euros

### EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES



Pela análise dos dados anteriores é notório que ao longo do triénio a rubrica transferências correntes do “Estado”, é aquela que tem maior peso no total das transferências correntes para o Município. Este tipo de transferências é responsável por mais de 99% do total das transferências correntes no triénio em análise, apresentando um decréscimo percentual residual desde 2008. No total das transferências o cenário é um pouco diferente já que há um decréscimo de cerca de 20% face a 2009, tal é explicado pelo aumento significativo do peso de outras rubricas no total das transferências, nomeadamente nas transferências de capital. Já o peso no total da receita continua com tendência de crescimento face aos dois anos anteriores, a principal razão para este aumento foi uma quebra no total da receita de mais de 9 milhões de euros face aos dois anos anteriores, que fez com que o resultado da relação entre ambos os agregados permanecesse com tendência de crescimento.

Numa análise individualizada das suas componentes verifica-se de igual modo que ao longo do triénio é sempre a “Participação Variável no IRS” que apresenta o maior peso, quer em termos absolutos quer em termos relativos, representando em 2010, 45,05% do total das transferências correntes, 27,18% do total das transferências e 8,86% da receita total. Verifica-se assim que em 2010 o seu peso relativo e absoluto cresceu face aos dois anos anteriores, mas apenas no que diz respeito à percentagem das transferências correntes e receita total, já que, no total das transferências o seu peso diminuiu por força do aumento de outros agregados.

Logo a seguir, e em qualquer um dos anos identificados, aparece o “Fundo de Equilíbrio Financeiro” que em 2010 apresenta um ligeiro aumento face a 2009 na percentagem total de transferências correntes e receita total, mas uma diminuição do seu peso no total das transferências.

A terceira rubrica com maior preponderância no computo geral das componentes assinaladas ao longo de todos os anos é a designada “Outros” a qual agrega diversas componentes que serão objecto de análise mais detalhada em ponto próprio. Quanto ao seu peso total das transferências correntes houve uma ligeira diminuição de cerca de 1,5%. Já no que diz respeito ao total das transferências e total da receita, verificou-se no primeiro caso uma diminuição de cerca de 4,5%, explicada como já vimos atrás pelo aumento do peso de outras rubricas no total das transferências. Já no segundo caso houve um ligeiro aumento também explicado pela diminuição do total da receita. Os impulsionadores deste tipo de receita

serão analisados mais adiante. Em matéria de variação regista-se nesta rubrica um acréscimo em 2009 face a 2008, sendo que, em 2010 houve um decréscimo percentual de 7,30% face a 2009.

Por fim surge o outro fundo de natureza corrente, o “Fundo Social Municipal”, que se destina a financiar determinadas despesas, relativas a atribuições e competências dos municípios associadas a funções sociais, nomeadamente na educação, na saúde ou na acção social, registando-se que atingiu em 2008, 14,2% das transferências correntes e 11% da totalidade das transferências. Em 2009 regista um ligeiro acréscimo quer em termos relativos quer em termos absolutos em relação ao ano anterior, apresentando também um ligeiro aumento na sua representatividade. Em 2010 inverteu-se a tendência de crescimento desta receita apresentando um peso relativo de 14,32% das transferências correntes, um ligeiro decréscimo face a 2009, mas também como percentagem do total das transferências, que viu o seu valor diminuído de 11,72% para 8,64%.

As explicações para as variações das rubricas atrás mencionadas encontram-se em duas fontes distintas, por um lado na diminuição imposta pela lei 12-A/2010 de 30 de Junho, por outro lado no crescimento de outras rubricas no total das transferências que obviaram a diminuição do peso destas.

Quanto à primeira, veio esta lei impor uma diminuição das transferências aprovadas na Lei do Orçamento do Estado para 2010, Lei 3-B/2010 de 28 de Abril, bem ilustrada no quadro seguinte:

| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES APÓS ALTERAÇÃO DA LEI DO ORÇAMENTO DO ESTADO |                   |                   |                     |                      |                   |                               |                      |
|-----------------------------------------------------------------------|-------------------|-------------------|---------------------|----------------------|-------------------|-------------------------------|----------------------|
|                                                                       | 2009              | 2010              | Variação<br>2009/10 | 2010<br>Previsto O.E | 2010<br>Final     | Variação<br>Previsto/Efectivo | Variação<br>Efectiva |
| <b>Transferências Correntes - Estado</b>                              | <b>10.909.781</b> | <b>11.020.534</b> | <b>1,0%</b>         | <b>11.385.121</b>    | <b>11.020.534</b> | <b>-3,2%</b>                  | <b>1,0%</b>          |
| Fundo de Equilíbrio Financeiro - Corrente                             | 2.898.739         | 2.930.071         | 1,1%                | 3.148.898            | 2.930.071         | -6,9%                         | 1,1%                 |
| Fundo Social Municipal                                                | 1.991.601         | 1.951.718         | -2,0%               | 2.097.478            | 1.951.718         | -6,9%                         | -2,0%                |
| Participação Variável no IRS                                          | 6.019.441         | 6.138.745         | 2,0%                | 6.138.745            | 6.138.745         | 0,0%                          | 2,0%                 |
| <b>Total</b>                                                          | <b>10.909.781</b> | <b>11.020.534</b> | <b>1,0%</b>         | <b>11.385.121</b>    | <b>11.020.534</b> | <b>-3,2%</b>                  | <b>1,0%</b>          |

Unid: Euros

Como é possível avaliar pelo quadro, as transferências correntes do estado por força da Lei 12-A/2010, tiveram uma diminuição de 3,2% face ao inicialmente projectado na Lei do Orçamento do Estado para 2010, o peso da diminuição concentra-se no Fundo de Equilíbrio Financeiro e no Fundo Social Municipal, permanecendo inalterada a Participação Variável no IRS, por força da definição da taxa a aplicar por parte do município decorrente do artigo 20.º da Lei das Finanças Locais.

A diminuição aplicada fundamenta-se na Lei 91/2001 de 20 de Agosto – Lei de Enquadramento Orçamental – artigo 88.º, alterada e republicada pela Lei 48/2004 de 24 de Agosto, como forma de assegurar os princípios da estabilidade orçamental e da solidariedade recíproca, decorrentes do Tratado que institui a Comunidade Europeia e do Pacto de Estabilidade e Crescimento. Estes princípios também estão presentes na Lei das Finanças Locais, artigos 4.º e 5.º, que aqui se vêem aplicados por força das circunstâncias excepcionais que decorrem do cumprimento do Pacto de Estabilidade e Crescimento.

As transferências de “Fundos e Serviços Autónomos”, “Segurança Social” bem como a “Comparticipação em Projectos Comunitários” continuam, no lado das transferências correntes, a ter um significado residual, ainda que a comparticipação em projectos comunitários tenha aumentado em cerca de 189%, mas que em termos absolutos tal aumento se cifra em cerca de 111.000€, ou seja, com pouco significado nos totais em análise.



## Transferências de Capital

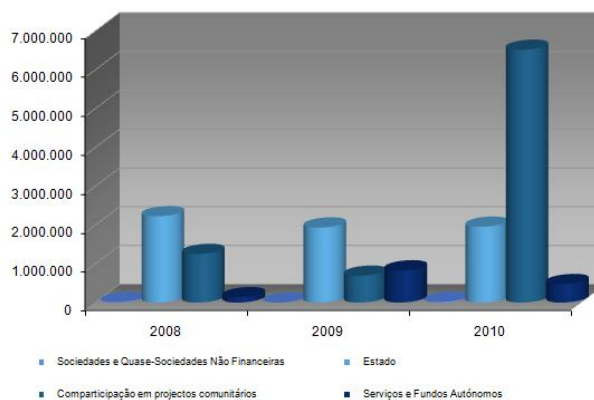
Comportamento variável tiveram as transferências de capital ao longo destes três anos, pois apesar de apresentarem uma diminuição percentual de 4,73% em 2009 face a 2008, em 2010 o cenário é completamente diverso apresentando um acréscimo de 159,6% face a 2009, o que em termos absolutos se traduziu numa variação positiva superior a 5,5 milhões de euros.

| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL                           |                   |                   |                   |                |                |                |                          |                |                |                        |                |                |                 |      |      |
|-----------------------------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|----------------|----------------|----------------|--------------------------|----------------|----------------|------------------------|----------------|----------------|-----------------|------|------|
|                                                     | 2008              |                   |                   | 2009           |                |                | % Transferências Capital |                |                | % Transferências Total |                |                | % Receita Total |      |      |
|                                                     | 2008              | 2009              | 2010              | 2008           | 2009           | 2010           | 2008                     | 2009           | 2010           | 2008                   | 2009           | 2010           | 2008            | 2009 | 2010 |
| <b>Transferências de Capital</b>                    |                   |                   |                   |                |                |                |                          |                |                |                        |                |                |                 |      |      |
| Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras       | 11.648            | 0,00              | 18.352,82         | 0,32%          | 0,00%          | 0,20%          | 0,07%                    | 0,00%          | 0,08%          | 0,01%                  | 0,00%          | 0,03%          |                 |      |      |
| Transferências do Estado - Capital                  | 2.224.128         | 1.932.492         | 1.953.381         | 61,41%         | 56,00%         | 21,80%         | 13,85%                   | 11,37%         | 8,65%          | 2,83%                  | 2,46%          | 2,82%          |                 |      |      |
| Fundo de Equilíbrio Financeiro                      | 1.997.846         | 1.932.492         | 1.953.381         | 55,16%         | 56,00%         | 21,80%         | 12,44%                   | 11,37%         | 8,65%          | 2,54%                  | 2,46%          | 2,82%          |                 |      |      |
| Cooperação técnica e financeira                     | 226.282           | 0,00              | 0,00              | 6,25%          | 0,00%          | 0,00%          | 1,41%                    | 0,00%          | 0,00%          | 0,29%                  | 0,00%          | 0,00%          |                 |      |      |
| Comparticipação em projectos comunitários - Capital | 1.250.914         | 690.202           | 6.513.490         | 34,54%         | 20,00%         | 72,71%         | 7,79%                    | 4,06%          | 28,84%         | 1,59%                  | 0,88%          | 9,40%          |                 |      |      |
| Serviços e Fundos Autónomos - Capital               | 135.288           | 828.036           | 473.258           | 3,74%          | 24,00%         | 5,28%          | 0,84%                    | 4,87%          | 2,10%          | 0,17%                  | 1,06%          | 0,68%          |                 |      |      |
| <b>Totais de Transferências de Capital</b>          | <b>3.621.978</b>  | <b>3.450.730</b>  | <b>8.958.482</b>  | <b>100,00%</b> | <b>100,00%</b> | <b>100,00%</b> | <b>22,55%</b>            | <b>20,30%</b>  | <b>39,66%</b>  | <b>4,61%</b>           | <b>4,40%</b>   | <b>12,93%</b>  |                 |      |      |
| <b>Totais de Transferências</b>                     | <b>16.060.449</b> | <b>16.997.852</b> | <b>22.585.426</b> | -              | -              | -              | <b>100,00%</b>           | <b>100,00%</b> | <b>100,00%</b> | <b>20,43%</b>          | <b>21,67%</b>  | <b>32,59%</b>  |                 |      |      |
| <b>Totais Receita</b>                               | <b>78.620.115</b> | <b>78.430.400</b> | <b>69.294.396</b> | -              | -              | -              | -                        | -              | -              | <b>100,00%</b>         | <b>100,00%</b> | <b>100,00%</b> |                 |      |      |

Unid: Euros

O mesmo raciocínio é aplicável quanto ao peso de cada uma das suas componentes, espelhado no quadro supra uma vez que, se em 2008 e 2009 a maior importância estava acometida às Transferências de Estado, designadamente ao Fundo de Equilíbrio Financeiro, em 2010 inverte-se esta tendência assumindo a rubrica de Participação em Projectos Comunitários a maior preponderância, como bem retrata do gráfico seguinte.

EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL



De facto, verifica-se que no total das transferências, as de capital representavam em 2008 um percentual de 22,55%, em 2009 de 20,30% passando em 2010 para 39,66%.

Tal evidência é explicada pelo forte crescimento das transferências que visam participar projectos financiados por fundos comunitários. O peso desta rubrica no total das transferências de capital ascendeu a 72,71%, quando em 2009 representava apenas 20% e em 2008 representava 34,54%. Em relação ao seu peso no total das transferências e no total da receita o cenário é idêntico, apresentando forte crescimento percentual, no primeiro caso passa de 4,06% para 28,84% e no segundo caso passa de 0,88% para 9,40%, não sendo desprezível, quanto a esta última referência, o impacto decorrente da forte redução da Receita Total.

Este comportamento ao nível das comparticipações comunitárias não é de estranhar tendo em conta a maturidade de execução dos projectos em curso, que ao encontrarem-se na sua fase final determina concentração de transferências deste tipo no ano em curso.

Quanto às restantes rubricas é de destacar a diminuição do peso de cada uma delas no contexto das transferências de capital, muito por força do crescimento da rubrica anteriormente analisada, mas no caso dos “Serviços e Fundos Autónomos” a diminuição do seu peso deve-se também a uma forte quebra no valor deste tipo de transferências, que se viu em 2010 reduzido em 42,8% face a 2009, fruto da comparticipação auferida do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana para financiar o Programa Especial de Realojamento. Tais projectos estavam em fim de ciclo de financiamento, tendo sido recebido durante este ano o saldo remanescente.

Relativamente às transferências de capital do estado, já se mencionou que estas evoluíram positivamente, contudo, esta evolução foi prejudicada pela alteração legislativa à Lei do Orçamento do Estado para 2010, Lei 3-B/2010 de 28 de Abril, produzida pela Lei 12-A/2010. Conforme se pode constatar pelo quadro seguinte, houve um acréscimo global neste tipo de receita, contudo o seu crescimento cifrava-se em 8,6% quando foi aprovada a Lei do Orçamento do Estado, sendo esta evolução diminuída para 1,1% após a publicação da Lei 12-A/2010.

| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL APÓS ALTERAÇÃO DA LEI DO ORÇAMENTO DO ESTADO |                  |                  |                     |                      |                  |                               |                      |
|------------------------------------------------------------------------|------------------|------------------|---------------------|----------------------|------------------|-------------------------------|----------------------|
|                                                                        | 2009             | 2010             | Variação<br>2009/10 | 2010<br>Previsto O.E | 2010<br>Final    | Variação<br>Previsto/Efectivo | Variação<br>Efectiva |
| <b>Transferências Capital - Estado</b>                                 | <b>1.932.492</b> | <b>1.953.381</b> | <b>1,1%</b>         | <b>2.099.266</b>     | <b>1.953.381</b> | <b>-6,9%</b>                  | <b>1,1%</b>          |
| Fundo de Equilíbrio Financeiro                                         | 1.932.492        | 1.953.381        | 1,1%                | 2.099.266            | 1.953.381        | -6,9%                         | 1,1%                 |
| <b>Total</b>                                                           | <b>1.932.492</b> | <b>1.953.381</b> | <b>1,1%</b>         | <b>2.099.266</b>     | <b>1.953.381</b> | <b>-6,9%</b>                  | <b>1,1%</b>          |

Unid: Euros

A quebra em causa atingiu os 6,9%, o que em valor absoluto representa 145.885 euros. De referir que a diminuição global da receita (corrente e capital) após esta alteração à Lei do Orçamento do Estado se cifrou em 510.472 euros.

### **Resumo dos Projectos Co-financiados**

Por último, insere-se um mapa resumo com o montante de receita arrecadada ao abrigo de projectos co-financiados, diferenciando os de natureza corrente dos de capital, analisando a sua evolução nos últimos dois anos.

| TRANSFERÊNCIAS PARA PROJETOS COMPARTICIPADOS                                                                |                  |                     |                  |                     |                |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------|---------------------|------------------|---------------------|----------------|
|                                                                                                             | Ano de 2009      | Variação<br>2008/09 | Ano de 2010      | Variação<br>2009/10 | Peso<br>%      |
| <b>Transferências Correntes</b>                                                                             | <b>2.637.341</b> | <b>19,6%</b>        | <b>2.606.410</b> | <b>-1,2%</b>        | <b>100,0%</b>  |
| <b>Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados</b>                                        | <b>58.827</b>    | <b>277,2%</b>       | <b>170.147</b>   | <b>189,2%</b>       | <b>6,5%</b>    |
| Programa Operacional Potencial Humano - QREN - Qualificação dos Profissionais nas Administração Local       | 8.161            | S/Var               | 0                | -100,0%             | 0,0%           |
| CCDRN - Programa de Estágios Profissionais na Administração Local - 1.ª Edição                              | 0                | -100,0%             | 0                | S/Var               | 0,0%           |
| Programa Operacional Potencial Humano - QREN - Estágios Profissionais nas Administração Local - 2.ª Edição  | 47.981           | 1947,8%             | 12.152           | -74,7%              | 0,5%           |
| Programa Operacional Potencial Humano - QREN - Estágios Profissionais nas Administração Local - 3.ª Edição  | 0                | S/Var               | 46.052           | 100,0%              | 1,8%           |
| ON 2 - O Novo Norte - QREN - Campanha de Informação, Sensibilização Relativa à Qualidade do Ar              | 2.684            | 100,0%              | 24.157           | 800,0%              | 0,9%           |
| Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização - QIMONDA                                                       | 0                | S/Var               | 87.786           | 100,0%              | 3,4%           |
| <b>Serviços e Fundos Autónomos</b>                                                                          | <b>4.300</b>     | <b>-4,4%</b>        | <b>48.948</b>    | <b>1038,3%</b>      | <b>1,9%</b>    |
| Instituto Emprego Formação Profissional - Apoio ao Desenvolvimento do Artesanato                            | 4.300            | -4,4%               | 4.300            | 0,0%                | 0,2%           |
| Instituto Emprego Formação Profissional - Gabinetes de Inserção Profissional                                | 0                | S/Var               | 44.648           | 100,0%              | 1,7%           |
| <b>Segurança Social</b>                                                                                     | <b>23.074</b>    | <b>-31,0%</b>       | <b>23.074</b>    | <b>0,0%</b>         | <b>0,9%</b>    |
| Sistema de Solidariedade e Segurança Social                                                                 | 23.074           | -31,0%              | 23.074           | 0,0%                | 0,9%           |
| <b>Outros:</b>                                                                                              | <b>2.551.141</b> | <b>18,5%</b>        | <b>2.364.241</b> | <b>-7,3%</b>        | <b>90,7%</b>   |
| D.R.E.N. - Transporte de Alunos com Deficiência                                                             | 3.187            | -46,7%              | 2.448            | -23,2%              | 0,1%           |
| D.R.E.N. - Programa de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo Ensino Básico                                 | 1.254.334        | 27,9%               | 1.077.002        | -14,1%              | 41,3%          |
| D.R.E.N. - Acordo de Cooperação no Pré-Escolar - Auxiliares de Acção Educativa                              | 369.641          | -3,6%               | 353.837          | -4,3%               | 13,6%          |
| D.R.E.N. - Acordo de Cooperação no Pré-Escolar - Componente Social                                          | 528.343          | 17,3%               | 705.055          | 33,4%               | 27,1%          |
| D.R.E.N. - Generalização Refeições Escolares a Alunos do 1.º Ciclo                                          | 133.334          | -40,1%              | 96.753           | -27,4%              | 3,7%           |
| Direcção Geral das Autarquias Locais - Transportes Escolares                                                | 97.558           | 59,9%               | 98.338           | 0,8%                | 3,8%           |
| Ministério da Administração Interna - Recenseamento Eleitoral                                               | 2.793            | 5,3%                | 2.808            | 100,0%              | 0,0%           |
| Ministério da Administração Interna - Comparticipação para Despesas com Actos Eleitorais                    | 133.950          | 100,0%              | 0                | -100,0%             | 0,0%           |
| Direcção Geral das Autarquias - Funcionamento do Gabinete Técnico Florestal                                 | 28.000           | -6,7%               | 28.000           | 0,0%                | 1,1%           |
| Agência Portuguesa do Ambiente - Protocolo para Elaboração do Mapa do Ruído                                 | 0                | -100,0%             | 0                | S/Var               | 0,0%           |
| <b>Transferências de Capital</b>                                                                            | <b>1.518.238</b> | <b>8,6%</b>         | <b>7.005.101</b> | <b>361,4%</b>       | <b>100,0%</b>  |
| <b>Sociedades e Quase Sociedades não Financeiras</b>                                                        | <b>0</b>         | <b>-100,0%</b>      | <b>18.353</b>    | <b>100,0%</b>       | <b>0,26%</b>   |
| Projecto Designado de "Bosque Autóctone - Hipermatura Continente"                                           | 0                | -100,0%             | 18.353           | 100,0%              | 0,26%          |
| <b>Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados</b>                                        | <b>690.202</b>   | <b>-44,8%</b>       | <b>6.513.490</b> | <b>843,7%</b>       | <b>92,98%</b>  |
| FEDER - Op. Norte - QCAIII - Eixo 1 - Medida 1.3 - Benef. Arruamentos Diversos em Vários Locais do Concelho | 0                | -100,0%             | 0                | S/Var               | 0,0%           |
| FEDER - Op. Norte - QCA III - Eixo 3 - Med. 3.15 - Benef. E.N.12,13,105,105-2,107,107-1,208,318-1           | 0                | -100,0%             | 0                | S/Var               | 0,0%           |
| FEDER - Op. Norte - QCAIII - Eixo 3 - Medida 3.15 - Benef. E.N. 107, Incluindo Rotundas Padrão e Requeixo   | 0                | -100,0%             | 0                | S/Var               | 0,0%           |
| Programa Operacional Potencial Humano - QREN - Plano Municipal de Acessibilidades                           | 10.232           | 100,0%              | 54.412           | 431,8%              | 0,78%          |
| Programa Operacional Sociedade da Informação - QCA III - Eixo 2 - Medida 2.1 - Espaço Internet da Maia      | 11.086           | 1923,0%             | 0                | -100,0%             | 0,0%           |
| ON 2 - O Novo Norte - QREN - Requalificação da Rede Escolar                                                 | 578.693          | 100,0%              | 6.459.079        | 1016,1%             | 92,21%         |
| PRODED - Op. Norte - QCA III - Eixo 1 - Medida 3.10 - Pavilhão de Gueifães                                  | 90.191           | -80,0%              | 0                | -100,0%             | 0,0%           |
| POS - Conhecimento - Eixo 8 - Medida 8.1 - Projecto Maia Digital                                            | 0                | -100,0%             | 0                | S/Var               | 0,0%           |
| FEDER - Op. Norte - QCAIII - Eixo 3 - Medida 3.16 - Parque Verde de Quires                                  | 0                | -100,0%             | 0                | S/Var               | 0,0%           |
| <b>Serviços e Fundos Autónomos</b>                                                                          | <b>828.036</b>   | <b>512,1%</b>       | <b>473.258</b>   | <b>-42,8%</b>       | <b>6,76%</b>   |
| Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana - Programa Especial de Realojamento                         | 828.036          | 512,1%              | 459.008          | -44,6%              | 6,55%          |
| Instituto Emprego Formação Profissional - Gabinetes de Inserção Profissional                                | 0                | S/Var               | 14.250           | 100,0%              | 0,20%          |
|                                                                                                             | <b>4.155.579</b> | <b>15,32%</b>       | <b>9.611.511</b> | <b>131,29%</b>      | <b>100,00%</b> |

Unid: Euros

Como é dado a observar, e já foi constatado anteriormente, o grande crescimento das receitas consignadas advém da comparticipação comunitária ao abrigo de projectos co-financiados, sobretudo nas rubricas que financiam despesas de capital, assumindo especial destaque:

- Os projectos associados à "Requalificação da Rede Escolar" que foram responsáveis pela cobrança de 6.513.490€ em 2010 e tiveram o maior contributo, apresentando um crescimento face a 2009 de 1016,1%. De salientar que estes projectos são considerados estratégicos por parte da autarquia, promovendo-se desta forma uma aposta nas infra-estruturas associadas à educação, com o objectivo de que as mesmas contribuam de forma significativa para a melhoria da prestação do serviço público – educação.
- Os projectos que visam a inclusão no mercado de trabalho como são o "Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública Local" e o "Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização – QIMONDA", destinando-se o primeiro à integração de jovens licenciados e o segundo a funcionários da QIMONDA que estavam despedidos por via do despedimento colectivo a que estiveram sujeitos.
- Os projectos que têm como objectivo informar e consciencializar a sociedade, como sejam a "Campanha de Informação, Sensibilização Relativa à qualidade do Ar" e o "Plano Municipal de Acessibilidades".

As transferências realizadas sob a designação de "Outras", quase todas indexadas à área da educação, são outra componente de maior materialidade no contexto global dos projectos financiados, apesar de em 2010 terem um decréscimo de 7% face ao ano transacto.

Tal oscilação surge associada a algumas rubricas que podem assumir variabilidade anual, como sejam, o "Programa de Enriquecimento Curricular", a "Generalização de Refeições Escolares", "Transportes

Escolares”, “Acordo de Cooperação no Pré-Escolar”. Tais rubricas variam de acordo com a procura anual, nomeadamente dos alunos que podem usufruir destes serviços e os que efectivamente o solicitam.

Contudo os valores em causa reflectem as variações ocorridas no exercício económico e não as variações ocorridas no ano lectivo, e é sobre este último que o financiamento anual incide, cruzando-se assim num mesmo ano económico financiamento associado a dois anos lectivos distintos. Pelo que, analisando os fluxos financeiros ocorridos nas transferências para a área da educação mas tomando como base de análise o ano lectivo, invertem-se algumas das conclusões referidas.

| TRANSFERÊNCIAS PARA A ÁREA DA EDUCAÇÃO POR ANO LECTIVO                         |                  |                  |          |
|--------------------------------------------------------------------------------|------------------|------------------|----------|
|                                                                                | ANO LECTIVO      |                  |          |
|                                                                                | 2008/2009        | 2009/2010        | Variação |
| Outros:                                                                        | <b>2.431.875</b> | <b>2.362.093</b> | -3%      |
| D.R.E.N. - Transporte de Alunos com Deficiência                                | 5.984            | 3.187            | -47%     |
| D.R.E.N. - Programa de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo Ensino Básico    | 1.125.997        | 1.161.840        | 3%       |
| D.R.E.N. - Acordo de Cooperação no Pré-Escolar - Auxiliares de Acção Educativa | 386.603          | 391.238          | 1%       |
| D.R.E.N. - Acordo de Cooperação no Pré-Escolar - Componente Social             | 657.642          | 552.684          | -16%     |
| D.R.E.N. - Generalização Refeições Escolares a Alunos do 1.º Ciclo             | 158.090          | 154.806          | -2%      |
| Direcção Geral das Autarquias Locais - Transportes Escolares                   | 97.558           | 98.338           | 1%       |

Unid: Euros

De facto, em conformidade com o exposto neste quadro constata-se que ao nível do ano lectivo:

- Não houve quebra mas sim acréscimo de 3% do valor transferido para o “Programa de Enriquecimento Curricular”;
- Não houve quebra mas sim acréscimo no “Acordo de Cooperação no Pré-Escolar – Auxiliares de Acção Educativa”;
- Apesar de surgir um decréscimo de 16% no “Acordo de Cooperação no Pré-Escolar - Componente Social”, tal transferência não contempla ainda um mês que falta pagar pela D.R.E.N. De acordo com os dados existentes houve um acréscimo de alunos, o qual releva para efeitos de cálculo da transferência a efectuar, pelo que a transferência que se estima para este ano lectivo supere a de 2009;
- Ao nível do “Programa de Generalização de Refeições Escolares existe uma pequena quebra, derivada não só de uma ligeira diminuição de alunos que procuraram o serviço, mas essencialmente de uma diminuição na comparticipação por refeição que passou dos 33 cêntimos para os 20 cêntimos;
- O Transporte de Alunos com deficiência depende da candidatura a apresentar pelos Agrupamentos Escolares, pelo que o controlo deste tipo de transferências está concentrado nestes agrupamentos.

Desta forma conclui-se que as variações negativas que se apuraram para o ano económico não são evidenciadas para o ano lectivo. Pode-se concluir assim pelo acréscimo de procura neste tipo de serviços.

Ao nível dos “Serviços e Fundos Autónomos”, destaca-se a seguinte tendência inversa:

- Por um lado, como já se referiu, a quebra de 50% que se verifica nos fundos de natureza de capital oriundos do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, justificada pelo facto de tais projectos no âmbito do Programa Especial de Realojamento, estarem em fim de ciclo de financiamento, logo o

pagamento efectuado em 2010 refere-se a saldos associados a alguns projectos, tendo ficado concluído o financiamento por parte deste instituto neste programa.

- Por outro lado, o acréscimo dos fundos de natureza corrente provenientes de projectos financiados ao abrigo do Instituto de Emprego e Formação Profissional que têm como objectivo dinamizar as medidas de Emprego e Inserção (melhorar), como sejam a implementação de Gabinetes de Emprego e Inserção em quatro freguesias do concelho.

Os projectos financiados por conta da Segurança Social, assumem sempre valores meramente residuais e tem como único destino apoiar as despesas de funcionamento da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Riscos.

### **PASSIVOS FINANCEIROS**

Considerando a existência de capítulo próprio em matéria de análise do endividamento municipal, aqui apenas se refere que no decurso do exercício de 2010 o município não recorreu à contratação de nenhum empréstimo bancário.

Uma vez que a matéria da autonomia financeira é uma questão de fundamental importância em qualquer organização, principalmente nos dias de hoje e que no caso dos municípios se vê agravada pelas reiteradas medidas de contenção orçamental existente, de igual modo se reporta para capítulo próprio um conjunto de indicadores de gestão que permitem avaliar a posição do município quanto a esta matéria





2  
0  
1  
0

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL





## ANÁLISE GLOBAL DA DESPESA

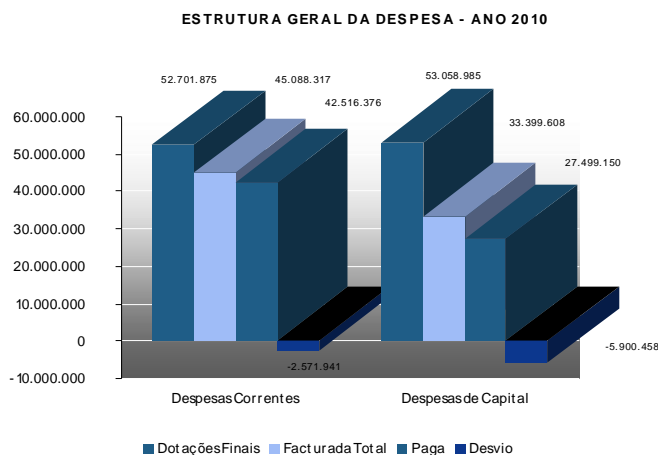
No âmbito deste capítulo, efectua-se uma análise da despesa sob a perspectiva económica, identificando-se, por um lado, o destino privilegiado das despesas correntes ou de capital e por outro, a sua natureza, despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências, etc.

Neste sentido, será efectuada uma avaliação da execução orçamental da despesa em termos de pagamento, bem como da despesa facturada, decompondo esta última em facturação transitada e nova facturação, permitindo aferir a verdadeira dinâmica da realização da despesa.

| ESTRUTURA GERAL DA DESPESA   |                        |                   |                   |                      |                        |                                    |                   |                |                           |                      |
|------------------------------|------------------------|-------------------|-------------------|----------------------|------------------------|------------------------------------|-------------------|----------------|---------------------------|----------------------|
| 2010                         |                        |                   |                   |                      |                        |                                    |                   |                |                           |                      |
|                              | Despesa Facturada      |                   |                   |                      |                        | Variação<br>2009/2010 Fact<br>Nova | Despesa Paga      |                | Taxa de Execução          |                      |
|                              | Dotações Finais<br>(a) | Transitada<br>(b) | Nova<br>(c)       | Total<br>(d)=(b)+(c) | Peso Facturada<br>Nova |                                    | Total<br>(e)      | Peso           | Desp Facturada<br>(d)/(a) | Desp Paga<br>(e)/(d) |
| <b>Despesas Correntes</b>    | <b>52.701.875</b>      | <b>1.831.192</b>  | <b>43.257.125</b> | <b>45.088.317</b>    | <b>62,57%</b>          | <b>-9,08%</b>                      | <b>42.516.376</b> | <b>60,72%</b>  | <b>85,55%</b>             | <b>94,30%</b>        |
| Pessoal                      | 20.760.001             | 59.905            | 19.277.566        | 19.337.471           | 27,89%                 | 2,83%                              | 19.295.370        | 27,56%         | 93,15%                    | 99,78%               |
| Aquisição de Bens e Serviços | 20.942.748             | 1.606.507         | 15.029.305        | 16.635.812           | 21,74%                 | -4,48%                             | 14.359.108        | 20,51%         | 79,43%                    | 86,31%               |
| Juros e Outros Encargos      | 2.546.450              | 0                 | 1.833.257         | 1.833.257            | 2,65%                  | -23,80%                            | 1.833.257         | 2,62%          | 71,99%                    | 100,00%              |
| Transferências Correntes     | 4.051.626              | 100.265           | 3.566.924         | 3.667.189            | 5,16%                  | -7,40%                             | 3.435.429         | 4,91%          | 90,51%                    | 93,68%               |
| Subsídios                    | 3.118.050              | 0                 | 2.403.714         | 2.403.714            | 3,48%                  | -54,50%                            | 2.403.714         | 3,43%          | 77,09%                    | 100,00%              |
| Outras Despesas Correntes    | 1.283.000              | 64.515            | 1.146.360         | 1.210.874            | 1,66%                  | -26,37%                            | 1.189.498         | 1,70%          | 94,38%                    | 98,23%               |
| <b>Despesas de Capital</b>   | <b>53.058.985</b>      | <b>7.527.262</b>  | <b>25.872.346</b> | <b>33.399.608</b>    | <b>37,43%</b>          | <b>2,92%</b>                       | <b>27.499.150</b> | <b>39,28%</b>  | <b>62,95%</b>             | <b>82,33%</b>        |
| Aquisição de Bens de Capital | 39.400.310             | 5.909.839         | 16.978.760        | 22.888.599           | 24,56%                 | 9,14%                              | 17.983.810        | 25,69%         | 58,09%                    | 78,57%               |
| Transferências de Capital    | 6.065.700              | 1.617.423         | 1.393.004         | 3.010.427            | 2,02%                  | -51,63%                            | 2.014.758         | 2,88%          | 49,63%                    | 66,93%               |
| Activos Financeiros          | 76.375                 | 0                 | 43.801            | 43.801               | 0,06%                  | 166,08%                            | 43.801            | 0,06%          | 57,35%                    | 100,00%              |
| Passivos Financeiros         | 7.456.850              | 0                 | 7.456.781         | 7.456.781            | 10,79%                 | 12,78%                             | 7.456.781         | 10,65%         | 100,00%                   | 100,00%              |
| Outras Despesas de Capital   | 59.750                 | 0                 | 0                 | 0                    | 0,00%                  | -100,00%                           | 0                 | 0,00%          | 0,00%                     | 0,00%                |
| <b>Total Geral Despesas</b>  | <b>105.760.860</b>     | <b>9.358.454</b>  | <b>69.129.472</b> | <b>78.487.925</b>    | <b>100,00%</b>         | <b>-4,93%</b>                      | <b>70.015.526</b> | <b>100,00%</b> | <b>74,21%</b>             | <b>89,21%</b>        |

Un: Euros

b) Facturação transitada não excluída dos estornos realizados em 2010



Da apreciação dos dados apresentados conclui-se que no exercício de 2010 do total das despesas orçadas no valor de 105.760.860€ o valor da despesa global facturada atingiu 78.487.925€ tendo sido paga a importância de 70.015.526€

Do total da despesa global facturada 9.358.454€ são imputáveis à despesa transitada do exercício anterior, o que traduz uma elevada taxa de execução ao nível da despesa realizada (74,21%), assim

como algum rigor na elaboração do orçamento, principalmente em matéria de despesas correntes, cuja execução ronda os 86%, em contraposição com os 63% das despesas de capital.

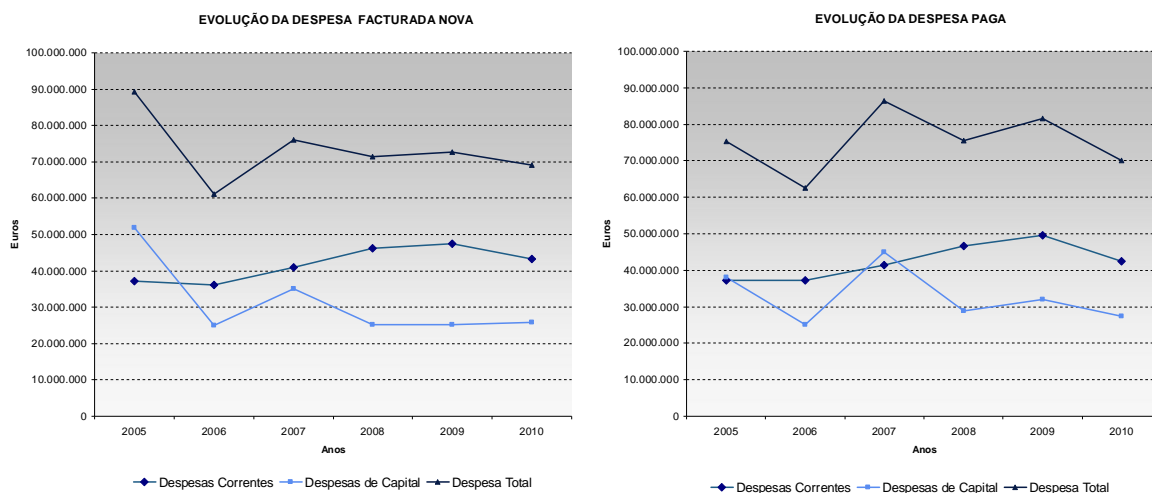
Sobressai também nesta análise a prevalência da facturação das despesas correntes que representam 62,57% do montante global da nova despesa facturada.

Ao nível de despesa paga o ano económico em apreciação exhibe o referido montante de 70.015.526€, traduzindo uma boa taxa de execução de pagamento (89,21%), constatando-se que o maior esforço foi canalizado para as despesas de carácter corrente (60,72%) e que no cômputo geral os pagamentos realizados foram em primeira linha imputáveis às Despesas com Pessoal, seguindo-se a Aquisição de Bens de Capital e a Aquisição de Bens e Serviços.

Avaliando o comportamento da despesa entre 2009 e 2010, alude-se ao decréscimo verificado na despesa facturada nova (-4,93%), que em termos absolutos se traduziu numa diminuição de (-) 3.588.198€, para o que muito tem contribuído a política adoptada pela autarquia de forte contenção na realização da despesa municipal. Mais uma vez o maior contributo adveio das despesas de carácter corrente cujo decréscimo é visível em quase todas as suas rubricas, nomeadamente ao nível da Aquisição de Bens e Serviços e Subsídios.

Em matéria de Despesas de Capital verificou-se um acréscimo de 734.188€ (2,92%) na despesa facturada nova, relevando para este efeito o aumento constatado nas rubricas de Aquisição de Bens de Capital e Passivos Financeiros, apesar do expressivo decréscimo efectivado ao nível das Transferências de Capital (-51,63%).

Ao analisar a variação da despesa nova facturada e despesa paga, justifica-se uma apreciação da sua evolução, representada nos gráficos seguintes.



Dada a importância que ocupam no contexto da estrutura geral da despesa, justifica-se fazer uma análise mais detalhada às seguintes componentes, sendo a parte correspondente ao serviço de dívida avaliada em capítulo próprio dedicado à análise do endividamento:

- Despesas de Funcionamento
- Transferências Correntes

- Investimento Global
- Serviço de Dívida

## DESPESAS DE FUNCIONAMENTO

O conceito de despesas de funcionamento traduz as despesas consideradas como essenciais para o funcionamento de um Município coincidindo, quase na totalidade e na maioria das situações, com a despesa corrente. São sem dúvida um importante índice da diligência do funcionamento Autárquico, na medida em que representam o montante de encargos fixos e obrigatórios suportados pela edilidade, agrupando as despesas com pessoal, as despesas com aquisição de bens e serviços assim como aquelas que são registadas pela rubrica residual designada por “outras despesas correntes”, cuja distribuição nos últimos dois anos é perceptível no quadro infra.

| ESTRUTURA GERAL DAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO |                   |                   |                      |                                |                |               |                   |                   |                      |                                |                |                |                                       |
|-----------------------------------------------|-------------------|-------------------|----------------------|--------------------------------|----------------|---------------|-------------------|-------------------|----------------------|--------------------------------|----------------|----------------|---------------------------------------|
|                                               | 2009              |                   |                      |                                |                |               | 2010              |                   |                      |                                |                |                |                                       |
|                                               | Despesa Facturada |                   |                      | Peso na nova despesa facturada |                |               | Despesa Facturada |                   |                      | Peso na nova despesa facturada |                |                | Despesa Facturada Nova<br>Tx Variação |
|                                               | Transitada<br>(a) | Nova<br>(b)       | Total<br>(c)=(a)+(b) | %Desp Func                     | %Desp corrente | %Desp Total   | Transitada<br>(d) | Nova<br>(e)       | Total<br>(f)=(d)+(e) | %Desp Func                     | %Desp corrente | %Desp Total    |                                       |
| Pessoal                                       | 180.505           | 18.747.393        | 18.927.898           | 52,02%                         | 39,40%         | 25,78%        | 59.905            | 19.277.566        | 19.337.471           | 54,37%                         | 44,57%         | 27,89%         |                                       |
| Aquisição de Bens e Serviços                  | 3.353.526         | 15.734.387        | 19.087.913           | 43,66%                         | 33,07%         | 21,64%        | 1.606.507         | 15.029.305        | 16.635.812           | 42,39%                         | 34,74%         | 21,74%         | -4,48%                                |
| Outras Despesas Correntes                     | 22.062            | 1.556.955         | 1.579.017            | 4,32%                          | 3,27%          | 2,14%         | 64.515            | 1.146.360         | 1.210.874            | 3,23%                          | 2,65%          | 1,66%          | -26,37%                               |
| <b>Total Desp Funcionamento</b>               | <b>3.556.093</b>  | <b>36.038.736</b> | <b>39.594.829</b>    | <b>100,00%</b>                 | <b>75,74%</b>  | <b>49,56%</b> | <b>1.730.927</b>  | <b>35.453.230</b> | <b>37.184.157</b>    | <b>100,00%</b>                 | <b>81,96%</b>  | <b>51,29%</b>  | <b>-1,62%</b>                         |
| <b>Total Despesas Correntes</b>               | <b>3.823.307</b>  | <b>47.579.512</b> | <b>51.402.819</b>    |                                | <b>100,00%</b> | <b>65,43%</b> | <b>1.831.192</b>  | <b>43.257.125</b> | <b>45.088.317</b>    |                                | <b>100,00%</b> | <b>62,57%</b>  | <b>-9,08%</b>                         |
| <b>Total Geral Despesas</b>                   | <b>18.173.342</b> | <b>72.717.670</b> | <b>90.891.011</b>    |                                |                |               | <b>9.358.454</b>  | <b>69.129.472</b> | <b>78.487.925</b>    |                                |                | <b>100,00%</b> | <b>-4,93%</b>                         |

Un: Euros

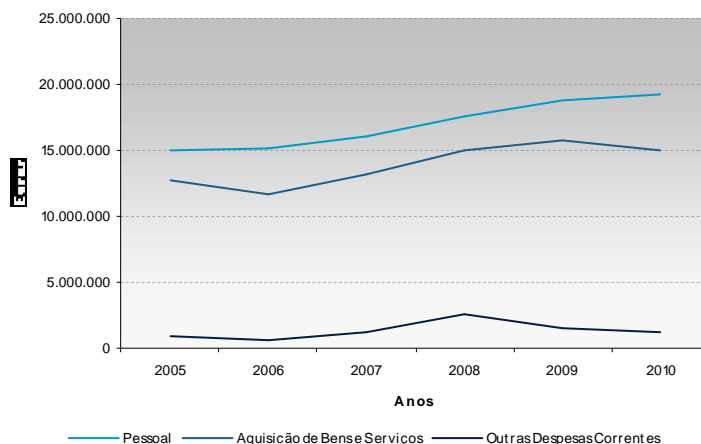
No ano de 2010 as novas despesas de funcionamento atingiram o valor de 35.453.230€, verificando-se uma diminuição de (-) 1,62% em relação ao ano anterior, em resultado da diminuição da facturação das despesas com aquisição de bens e serviços e outras despesas correntes.

Avaliando as despesas de funcionamento no seu cômputo geral afere-se que neste exercício económico a rubrica de despesas com pessoal é a que apresenta um maior peso no total das despesas de funcionamento no que respeita a nova facturação, ao assumir 54,37%, peso este superior ao apurado em 2009 (52,02%), contrariamente ao verificado com a rubrica da aquisição de bens e serviços cujo peso diminui ligeiramente em 2010 ao atingir 42,39 %.

Realça-se também que as despesas de funcionamento realizadas no que respeita à nova facturação têm um peso muito significativo quer no total das despesas correntes quer na despesa total, ao representarem 81,96% e 51,29% respectivamente.

O gráfico que a seguir se apresenta, é representativo da evolução das despesas de funcionamento no que respeita à nova despesa facturada, de onde se retira que estas diminuíram ligeiramente do ano de 2005 para 2006, voltando a aumentar a partir do ano de 2007 até ao ano de 2009, tendência que novamente se inverte no presente exercício ao assistir-se a uma redução destas despesas de (-) 1,62%, fruto da política de contenção na realização destas tipologias de despesas.

#### EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO



Dada a importância que as despesas de funcionamento têm na medida em que traduzem um indicador da dinâmica da actuação da Autarquia, procede-se a uma avaliação mais detalhada das rubricas que as compõem, como sendo as despesas com pessoal e a aquisição de bens e serviços.

#### DESPESAS COM PESSOAL

Na globalidade das despesas correntes da Autarquia, uma das rubricas de maior peso é a de despesas com pessoal, representando cerca de 45% das despesas correntes e 54% das despesas de funcionamento.

As despesas com pessoal englobam as remunerações certas e permanentes com os membros dos órgãos autárquicos, com o pessoal dos quadros ou em qualquer outra situação, remunerações por doença e maternidade/paternidade, subsídio de refeição, subsídios de férias e Natal, despesas de representação, suplementos e prémios. Compreende também outras despesas correlacionadas com o pessoal, designadamente, deslocações e ajudas de custo, trabalho extraordinário e em regime de turnos, abono para falhas, alimentação, alojamento e abonos diversos. Inclui ainda outro tipo de prestações sociais directas, designadamente, subsídio familiar a crianças e jovens, pensões, encargos sobre remunerações (ADSE e Segurança Social), seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais e despesas de saúde.

O quadro que se segue espelha o comportamento destas rubricas, estabelecendo-se uma comparação entre o ano de 2009 e 2010.

| DESPESAS COM PESSOAL                                       |                   |               |                   |                   |                   |                      |                        |                           |
|------------------------------------------------------------|-------------------|---------------|-------------------|-------------------|-------------------|----------------------|------------------------|---------------------------|
|                                                            | 2009              |               |                   | 2010              |                   |                      |                        |                           |
|                                                            | Despesa Facturada |               | Transitada<br>(a) | Despesa Facturada |                   | Total<br>(c)=(a)+(b) | Nova Despesa Facturada |                           |
|                                                            | Nova              |               |                   | Nova<br>(b)       |                   |                      | Peso                   | Varição<br>Valor Tx Cresc |
| <b>Remunerações Certas e Permanentes</b>                   |                   |               |                   |                   |                   |                      |                        |                           |
| Titulares de órgãos soberania e membros órgãos autárquicos | 173.501           |               |                   | 240.045           | 240.045           | 1,25%                | 66.544                 | 38,35%                    |
| Pessoal dos quadros - Regime contrato individual trabalho  | 8.310.170         |               |                   | 8.133.784         | 8.133.784         | 42,19%               | -176.386               | -2,12%                    |
| Pessoal contratado a termo                                 | 2.077.290         |               |                   | 2.199.282         | 2.199.282         | 11,41%               | 121.992                | 5,87%                     |
| Pessoal em regime de tarefa ou avença                      | 817.832           |               |                   | 993.284           | 993.284           | 5,15%                | 175.452                | 21,45%                    |
| Pessoal aguardando aposentação                             | 10.921            |               |                   | 9.973             | 9.973             | 0,05%                | -947                   | -8,68%                    |
| Pessoal em qualquer outra situação                         | 114.472           |               |                   | 311.721           | 311.721           | 1,62%                | 197.249                | 172,31%                   |
| Representação                                              | 143.702           |               |                   | 160.111           | 160.111           | 0,83%                | 16.409                 | 11,42%                    |
| Suplementos e prémios                                      | 0                 |               |                   | 0                 | 0                 | 0,00%                | 0                      |                           |
| Subsídio de refeição                                       | 943.884           |               |                   | 941.552           | 941.552           | 4,88%                | -2.331                 | -0,25%                    |
| Subsídios de férias e de Natal                             | 1.812.897         |               |                   | 1.853.317         | 1.853.317         | 9,61%                | 40.420                 | 2,23%                     |
| Remunerações por doença e maternidade/paternidade          | 402.925           |               |                   | 372.146           | 372.146           | 1,93%                | -30.779                | -7,64%                    |
| <b>Subtotal</b>                                            | <b>14.807.593</b> |               |                   | <b>15.215.215</b> | <b>15.215.215</b> | <b>78,93%</b>        | <b>407.622</b>         | <b>2,75%</b>              |
| <b>Abonos Variáveis ou eventuais</b>                       |                   |               |                   |                   |                   |                      |                        |                           |
| Gratificações variáveis ou eventuais                       | 0                 |               |                   | 0                 | 0                 | 0,00%                | 0                      |                           |
| Horas extraordinárias                                      | 275.182           |               |                   | 177.796           | 177.796           | 0,92%                | -97.386                | -35,39%                   |
| Alimentação e alojamento                                   | 0                 |               |                   | 0                 | 0                 | 0,00%                | 0                      |                           |
| Ajudas de custo                                            | 12.270            |               |                   | 6.091             | 6.091             | 0,03%                | -6.179                 | -50,36%                   |
| Abono para falhas                                          | 3.507             |               |                   | 3.106             | 3.106             | 0,02%                | -401                   | -11,42%                   |
| Formação                                                   | 0                 |               |                   | 0                 | 0                 | 0,00%                | 0                      |                           |
| Colaboração técnica e especializada                        | 0                 |               |                   | 0                 | 0                 | 0,00%                | 0                      |                           |
| Subsídios e abonos de fixação, residência e alojamento     | 0                 |               |                   | 0                 | 0                 | 0,00%                | 0                      |                           |
| Subsídio de prevenção                                      | 0                 |               |                   | 0                 | 0                 | 0,00%                | 0                      |                           |
| Subsídio de trabalho nocturno                              | 4.136             |               |                   | 3.268             | 3.268             | 0,02%                | -867                   | -20,97%                   |
| Subsídio de turno                                          | 363.916           |               |                   | 362.142           | 362.142           | 1,88%                | -1.774                 | -0,49%                    |
| Indemnizações por cessação de funções                      | 0                 |               |                   | 0                 | 0                 | 0,00%                | 0                      |                           |
| Outros suplementos e prémios                               | 68.561            |               |                   | 44.844            | 44.844            | 0,23%                | -23.717                | -34,59%                   |
| <b>Subtotal</b>                                            | <b>727.572</b>    |               |                   | <b>597.247</b>    | <b>597.247</b>    | <b>3,10%</b>         | <b>-130.325</b>        | <b>-17,91%</b>            |
| <b>Segurança Social</b>                                    |                   |               |                   |                   |                   |                      |                        |                           |
| Encargos com a saúde                                       | 566.458           | 59.905        |                   | 710.633           | 770.538           | 3,69%                | 144.175                | 25,45%                    |
| Outros encargos com a saúde                                | 238.313           |               |                   | 264.319           | 264.319           | 1,37%                | 26.005                 | 10,91%                    |
| Subsídio familiar a crianças e jovens                      | 157.602           |               |                   | 134.730           | 134.730           | 0,70%                | -22.872                | -14,51%                   |
| Outras prestações familiares                               | 19.606            |               |                   | 14.280            | 14.280            | 0,07%                | -5.325                 | -27,16%                   |
| Contribuições para a segurança social                      | 2.120.386         |               |                   | 2.139.493         | 2.139.493         | 11,10%               | 19.106                 | 0,90%                     |
| Acidentes em serviço e doenças profissionais               | 0                 |               |                   | 0                 | 0                 | 0,00%                | 0                      |                           |
| Seguros                                                    | 109.863           |               |                   | 152.559           | 152.559           | 0,79%                | 42.696                 | 38,86%                    |
| Outras despesas de segurança social                        | 0                 |               |                   | 49.090            | 49.090            | 0,25%                | 49.090                 |                           |
| <b>Subtotal</b>                                            | <b>3.212.228</b>  | <b>59.905</b> |                   | <b>3.465.103</b>  | <b>3.525.008</b>  | <b>17,97%</b>        | <b>252.875</b>         | <b>7,87%</b>              |
| <b>TOTAL</b>                                               | <b>18.747.393</b> | <b>59.905</b> |                   | <b>19.277.566</b> | <b>19.337.471</b> | <b>100,00%</b>       | <b>530.173</b>         | <b>2,83%</b>              |

Un:Euros

No ano de 2010, as despesas com pessoal tiveram um acréscimo de 2,83% em relação ao ano de 2009, contribuindo para este cenário, o crescimento das despesas com remunerações certas e permanentes, principalmente em matéria de contratos de trabalho a termo certo e em regime de tarefa e avença, e em menos montante pelas despesas com a segurança social.

As *Remunerações Certas e Permanentes* representam 78,93% do total das despesas com pessoal, cabendo-lhes o valor de 15.215.215€ neste exercício económico. Esta rubrica evidencia um acréscimo de 407.622€ (+) 2,75%, justificado principalmente pelo:

- aumento das despesas com pessoal em qualquer outra situação (+) 197.249€, em consequência da existência de nomeações de adjuntos de vereação;
- aumento do pessoal em regime de tarefa ou avença (+) 175.452€, justificado sobretudo pelo acréscimo do n.º de auxiliares e animadores para a educação em resultado da abertura de novos

centros escolares e animadoras que se encontram a desempenhar funções nos Gabinetes de Inserção Profissional;

- aumento de pessoal contratado a termo (+) 121.992€

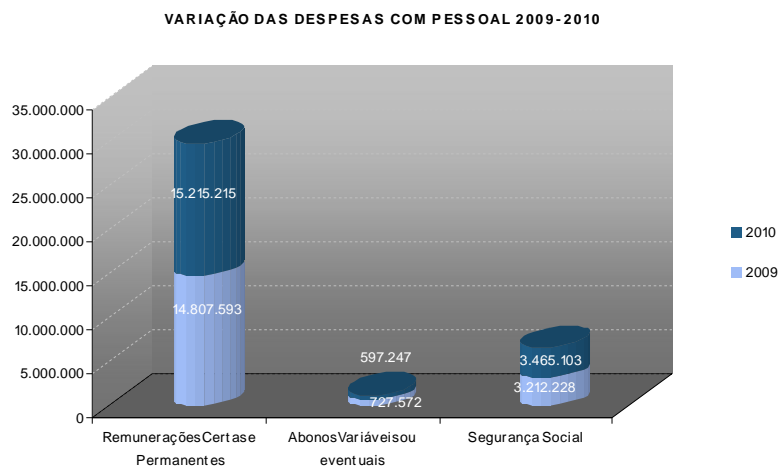
Em menos montante mas também sendo de considerar, temos um aumento na rubrica de titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos (+) 66.544€ que se prende com a nomeação de dois novos vereadores e na rubrica de despesas de representação (+) 16.409€, fruto destas nomeações bem como da decorrente da designação de um novo cargo dirigente.

Importa relevar que não obstante o incremento desta rubrica Remunerações Certas e Permanentes, verifica-se uma ligeira redução das despesas com o pessoal dos quadros – regime contrato individual de trabalho, no montante de (-) 176.386€, em resultado da cessação de funções de trabalhadores por falecimento e aposentação.

Os *Abonos Variáveis ou Eventuais* representam 3,10% do total das despesas com pessoal, cabendo-lhes o valor de 597.247€, apresentando face ao ano transacto uma redução de (-) 130.325€ (-) 17,91%, podendo ser justificada pela expressiva diminuição verificada na rubrica de outros suplementos e prémios e principalmente nas horas extraordinárias, cujas taxas de decrescimento atingiram (-) 34,59% e (-) 35,39% respectivamente.

A *Segurança Social* absorve 17,97% do total das despesas com pessoal, atingindo o montante de 3.525.008€, verificando-se em relação ao ano anterior um aumento de 252.875€ (+) 7,87%, justificado na sua maioria pelo aumento na rubrica encargos com a saúde.

Reproduz-se seguidamente um gráfico que ilustra a variação das rubricas despesas com pessoal nos anos de 2009 e 2010.



### **Limites legais das despesas com pessoal**

A revogação do Decreto-Lei n.º 116/84, de 6 de Abril, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/85, de 13 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 198/91, de 29 de Maio, pela Lei n.º 96/99, de 17 de Julho e pela Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, assim como a alínea d) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, operada pelo artigo 17º do DL n.º 305/2009 de 23 de Outubro – diploma legal que

estabelece o regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais – implica que não se encontrem actualmente fixados limites legais em matéria de despesas com pessoal com os contornos anteriormente existentes.

Acontece no entanto que, no exercício económico de 2010, vigoraram limitações às admissões de pessoal, designadamente ao recrutamento de trabalhadores sem relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida pelos órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação do objectivo definido no artigo 3.º da Lei n.º 12 -A/2008, de 27 de Fevereiro, de acordo com o artigo 23º da Lei do Orçamento de Estado de 2010 - Lei nº 3-B/2010 de 28 de Abril.

Adicionalmente, as autarquias no ano de 2010 deveriam atender ao disposto no artigo 10º da Lei nº 12-A/2010 de 30 Junho, onde determina o controlo do recrutamento de trabalhadores nas administrações regionais e autárquicas – diploma que aprova medidas adicionais de consolidação orçamental que visam reforçar e acelerar a redução de défice excessivo e o controlo do crescimento da dívida pública previstos no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC).

Anote-se ainda que, nos termos do dever de informação constante do nº 6 desse mesmo artigo 10º, ficaram as autarquias locais, a partir de 1 de Julho de 2010, vinculadas a remeter mensalmente à Direcção-Geral das Autarquias Locais, através do Sistema Integrado de Informação da Administração Local, a informação prevista no n.º 5 do artigo 50.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, que naturalmente atentaram nas limitações legais à admissão de pessoal.

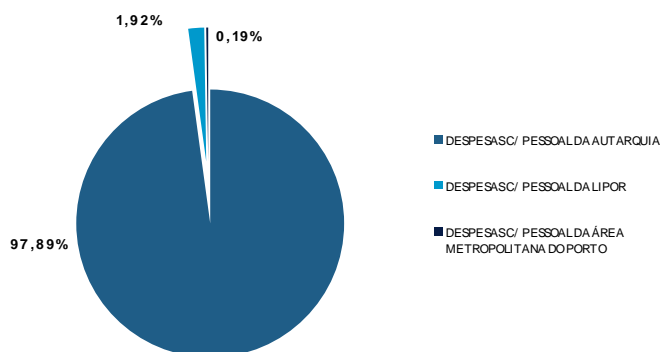
Refira-se, a título de parêntesis, que o conteúdo do artigo 22º da Lei nº 45/2008 de 27 de Agosto, que estabelece o regime jurídico do associativismo municipal, ou do artigo 21º da Lei nº 46/2008 de 27 de Agosto que estabelece o regime jurídico das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto relativo aos encargos com pessoal, onde determinam as condições em que as despesas com pessoal das Áreas Metropolitanas e das Comunidades Intermunicipais relevam para efeitos do limite estabelecido na lei para as despesas com pessoal do quadro dos municípios que as integram, deve ser interpretado face a um contexto em que existiam limites estabelecidos na lei para as despesas com pessoal dos Municípios.

Face ao exposto, e mesmo não tendo sido fixados quaisquer limites legais com os contornos anteriormente existentes, apresenta-se seguidamente um quadro com as despesas com o pessoal da autarquia, bem como os custos fixos com o pessoal a considerar pelo município relativamente à LIPOR e as despesas com pessoal da Área Metropolitana do Porto que são imputadas proporcionalmente à população residente em cada um dos Municípios integrantes.

| DESpesas com pessoal da autarquia, LIPOR e AMP     |                   |
|----------------------------------------------------|-------------------|
| 2010                                               | Valor             |
| DESpesas C/ PESSOAL DA AUTARQUIA                   | 19.295.370        |
| DESpesas C/ PESSOAL DA LIPOR                       | 378.361           |
| DESpesas C/ PESSOAL DA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO | 38.137            |
| <b>Total</b>                                       | <b>19.711.868</b> |

Un: Euros

DESPESAS COM PESSOAL DA AUTARQUIA, LIPOR E AMP - 2010



### Estrutura Orgânica

Face à importância da rubrica Despesas com Pessoal, importa observar a execução e o seu peso por capítulo orgânico durante o exercício de 2010, conforme é visível no quadro seguinte.

| DESPESAS COM PESSOAL                                 |                     |                |                   |                   |                          |                   |                        |                   |
|------------------------------------------------------|---------------------|----------------|-------------------|-------------------|--------------------------|-------------------|------------------------|-------------------|
| 2010                                                 |                     |                |                   |                   |                          |                   |                        |                   |
|                                                      | Despesa Facturada   |                |                   |                   | Despesa Facturada Nova % | Despesa Paga (e)  | Taxa de Execução       |                   |
|                                                      | Dotações Finais (a) | Transitada (b) | Nova (c)          | Total (d)=(b)+(c) |                          |                   | Desp Facturada (d)/(a) | Desp Paga (e)/(d) |
| Classes Inactivas                                    | 12.900              | 0              | 9.973             | 9.973             | 0,05%                    | 9.973             | 77,31%                 | 100,00%           |
| Órgãos de Autarquia                                  | 2.625.267           | 59.905         | 2.322.100         | 2.382.006         | 12,05%                   | 2.339.905         | 90,73%                 | 98,23%            |
| Assembleia Municipal                                 | 27.800              | 0              | 25.734            | 25.734            | 0,13%                    | 25.734            | 92,57%                 | 100,00%           |
| Dept.º Administração Geral                           | 652.496             | 0              | 631.251           | 631.251           | 3,27%                    | 631.251           | 96,74%                 | 100,00%           |
| Dept.º Finanças e Património                         | 815.360             | 0              | 762.159           | 762.159           | 3,95%                    | 762.159           | 93,48%                 | 100,00%           |
| Dept.º Gestão Recursos Humanos                       | 473.697             | 0              | 367.599           | 367.599           | 1,91%                    | 367.599           | 77,60%                 | 100,00%           |
| Dept.º Gestão Urbana                                 | 1.112.323           | 0              | 1.084.215         | 1.084.215         | 5,62%                    | 1.084.215         | 97,47%                 | 100,00%           |
| Dept.º Ambiente e Planeamento Territorial            | 2.106.449           | 0              | 1.992.635         | 1.992.635         | 10,34%                   | 1.992.635         | 94,60%                 | 100,00%           |
| Dept.º Construção e Estruturas Municipais            | 910.680             | 0              | 780.946           | 780.946           | 4,05%                    | 780.946           | 85,75%                 | 100,00%           |
| Dept.º Serv.Conserv.Manut.Estruturas Municipais      | 1.751.031           | 0              | 1.590.703         | 1.590.703         | 8,25%                    | 1.590.703         | 90,84%                 | 100,00%           |
| Dept.º Qualidade Auditoria Interna e Sist.Informação | 385.552             | 0              | 345.088           | 345.088           | 1,79%                    | 345.088           | 89,50%                 | 100,00%           |
| Dept.º Comunicação Imagem e Relações Institucionais  | 246.236             | 0              | 219.144           | 219.144           | 1,14%                    | 219.144           | 89,00%                 | 100,00%           |
| Dept.º Trânsito Transportes                          | 981.405             | 0              | 922.737           | 922.737           | 4,79%                    | 922.737           | 94,02%                 | 100,00%           |
| Dept.º Educação, Acção Social e Juventude            | 4.171.117           | 0              | 3.961.193         | 3.961.193         | 20,55%                   | 3.961.193         | 94,97%                 | 100,00%           |
| Dept.º Cultura e Turismo                             | 1.082.194           | 0              | 1.036.958         | 1.036.958         | 5,38%                    | 1.036.958         | 95,82%                 | 100,00%           |
| Dept.º de Desporto                                   | 2.850.612           | 0              | 2.709.298         | 2.709.298         | 14,05%                   | 2.709.298         | 95,04%                 | 100,00%           |
| Dept.º Jurídico e Contencioso                        | 554.882             | 0              | 515.830           | 515.830           | 2,68%                    | 515.830           | 92,96%                 | 100,00%           |
| <b>TOTAL</b>                                         | <b>20.760.001</b>   | <b>59.905</b>  | <b>19.277.566</b> | <b>19.337.471</b> | <b>100,00%</b>           | <b>19.295.370</b> | <b>93,15%</b>          | <b>99,78%</b>     |

Un: Euros

No presente exercício mais uma vez se constata que, tal-qualmente se tem verificado em anos anteriores, a maior representatividade das despesas com pessoal está associada ao Departamento de Educação, Acção Social e Juventude (20,55%), seguida do Departamento de Desporto (14,05%) e dos Órgãos de Autarquia (12,05%).

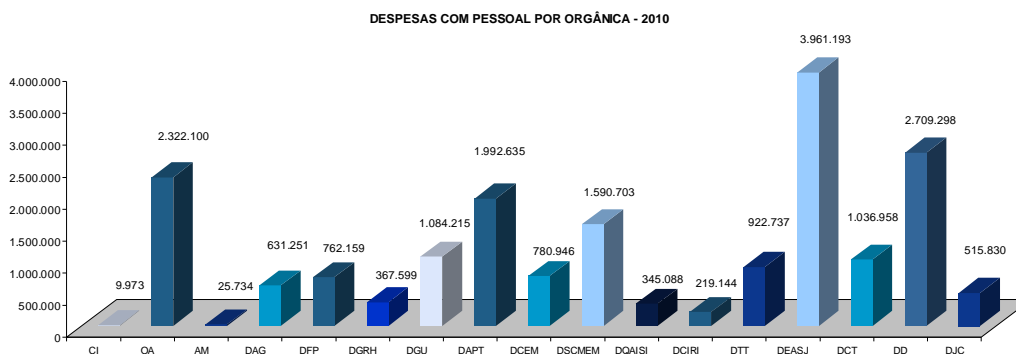
Pese embora o supra mencionado, considerando que o valor apurado para os Órgãos de Autarquia contempla os encargos com a saúde pagos directamente à ADSE de todas as unidades orgânicas do município, verifica-se que esse montante está sobreavaliado. Excluídos tais encargos conclui-se que as despesas com pessoal dessa orgânica avultam apenas em 1.611.467€, reduzindo-se o seu peso no total das despesas com pessoal para 8,36%.



Importa também anotar que na execução das seguintes unidades orgânicas - Departamento da Administração Geral, Departamento de Educação, Acção Social e Juventude, Departamento do Ambiente e Planeamento Territorial e Departamento de Trânsito e Transportes – estão incluídos os encargos decorrentes de funcionários municipais que se encontram a desempenhar funções nas Empresas Municipais - Maiambiente e Espaço Municipal, assumindo o total dos custos suportados com estes funcionários o valor de 232.007€ Todavia tal facto não altera significativamente o peso das mesmas no computo geral das despesas com pessoal, registando-se que no presente exercício económico, esta prestação de serviços, tratando-se de uma facturação de “ cedência de pessoal “ teve o respectivo tratamento contabilístico a nível patrimonial.

Acresce ainda que, nas despesas do Departamento do Ambiente e Planeamento Territorial de 2010, estão também abrangidos os encargos suportados pela autarquia com a ADSE de funcionários que se encontram em regime de requisição na Empresa Municipal Maiambiente, no valor global de 20.576€.

Por último, anatem-se as elevadas taxas de execução das despesas realizadas, quase todas acima dos 90%, assim como da despesa paga cujos níveis de execução atingem os 100% em todas as orgânicas, excepto na rubrica dos Órgãos de Autarquia onde se verifica um desvio que se reporta fundamentalmente a encargos com a saúde por pagar à ADSE, relacionado com o processo de tramitação documental associado à recepção e conferência das facturas.



## DESpesas COM AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

A Aquisição de Bens e Serviços, compreende nomeadamente os bens de consumo, matérias-primas e subsidiárias, combustíveis e lubrificantes, alimentação - refeições confeccionadas, material de escritório, limpeza e higiene, prémios condecorações e ofertas, material de educação cultura e recreio, bem como todas as despesas com a aquisição de serviços a terceiros por parte da Autarquia, acolhendo, designadamente, as despesas correspondentes a encargos das instalações, locação de bens, transportes, comunicações, publicidade, representação municipal, seguros, estudos e consultadoria e encargos da cobrança de receitas. Nesta rubrica são ainda inscritos os pagamentos de emolumentos pelo visto das contas de gerência e contratos e os encargos resultantes de inscrição de funcionários em cursos de especialização e aperfeiçoamento.

| ESTRUTURA GERAL DA AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS |                     |                  |                   |                   |                   |                  |                    |                                |                        |                |
|-------------------------------------------------|---------------------|------------------|-------------------|-------------------|-------------------|------------------|--------------------|--------------------------------|------------------------|----------------|
| 2010                                            |                     |                  |                   |                   |                   |                  |                    |                                |                        |                |
|                                                 | Despesa Facturada   |                  |                   | Total             | Despesa Paga      | Taxa de Execução |                    | Peso na nova despesa facturada |                        |                |
|                                                 | Dotações Finais (a) | Transitada (b)   | Nova (c)          |                   |                   | Desp Paga (e)    | Desp Facturada (d) | %Desp Func (d)/(a)             | %Desp corrente (d)/(a) | %Desp Total    |
| Aquisição de Bens                               | 3.587.946           | 370.411          | 2.435.702         | 2.806.113         | 2.330.370         | 83,05%           | 78,21%             | 6,87%                          | 5,63%                  | 3,52%          |
| Aquisição de Serviços                           | 17.354.802          | 1.236.096        | 12.593.602        | 13.829.699        | 12.028.738        | 86,98%           | 79,69%             | 35,52%                         | 29,11%                 | 18,22%         |
| <b>TOTAL AQUIS.BENS E SERVIÇOS</b>              | <b>20.942.748</b>   | <b>1.606.507</b> | <b>15.029.305</b> | <b>16.635.812</b> | <b>14.359.108</b> | <b>86,31%</b>    | <b>79,43%</b>      | <b>42,39%</b>                  | <b>34,74%</b>          | <b>21,74%</b>  |
| <b>TOTAL DESP FUNCIONAMENTO</b>                 | <b>42.985.749</b>   | <b>1.730.927</b> | <b>35.453.230</b> | <b>37.184.157</b> | <b>34.843.976</b> | <b>93,71%</b>    | <b>86,50%</b>      | <b>100,00%</b>                 | <b>81,96%</b>          | <b>51,29%</b>  |
| <b>TOTAL DESPESAS CORRENTES</b>                 | <b>52.701.875</b>   | <b>1.831.192</b> | <b>43.257.125</b> | <b>45.088.317</b> | <b>42.516.376</b> | <b>94,30%</b>    | <b>85,55%</b>      |                                | <b>100,00%</b>         | <b>62,57%</b>  |
| <b>TOTAL GERAL DESPESAS</b>                     | <b>105.760.860</b>  | <b>9.358.454</b> | <b>69.129.472</b> | <b>78.487.925</b> | <b>70.015.526</b> | <b>89,21%</b>    | <b>74,21%</b>      |                                |                        | <b>100,00%</b> |

Un:Euros

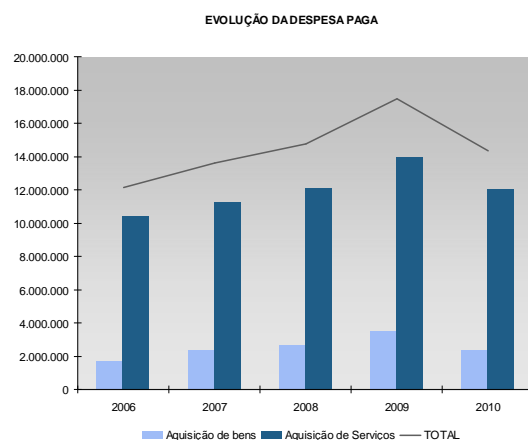
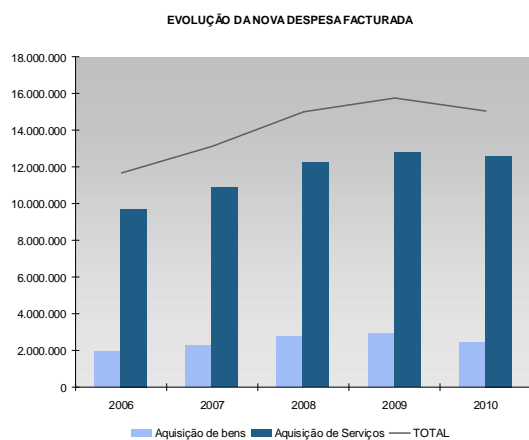
No ano de 2010 a nova despesa facturada pela rubrica de Aquisição de Bens e Serviços totalizou o montante de 15.029.305€, ao qual equivaleu uma taxa de execução da despesa realizada de 79,43% e uma taxa de execução de pagamentos de 86,31%.

Conforme se depreende da informação contida no quadro, a aquisição de bens e serviços representa 42,39% das despesas de funcionamento e 34,74% do total das despesas correntes, destacando-se a rubrica dos serviços com a maior predominância na totalidade das despesas de funcionamento, ao exibir um peso de 35,52% destas.

O quadro e gráficos seguintes são elucidativos da evolução da despesa nova facturada e despesa paga no que respeita á aquisição de bens e serviços ao longo do último quinquénio.

| EVOLUÇÃO DA DESPESA           |                   |                   |                   |                   |                   |                            |                         |
|-------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|----------------------------|-------------------------|
|                               | 2006              | 2007              | 2008              | 2009              | 2010              | Taxa crescimento 2009/2010 | Peso no total Bens Serv |
| <b>DESPESA FACTURADA NOVA</b> |                   |                   |                   |                   |                   |                            |                         |
| Aquisição de Bens             | 1.958.147         | 2.249.138         | 2.768.899         | 2.932.520         | 2.435.702         | -16,94%                    | 16,21%                  |
| Aquisição de Serviços         | 9.707.824         | 10.871.687        | 12.238.686        | 12.801.868        | 12.593.602        | -1,63%                     | 83,79%                  |
| <b>TOTAL</b>                  | <b>11.665.971</b> | <b>13.120.825</b> | <b>15.007.585</b> | <b>15.734.388</b> | <b>15.029.304</b> | <b>-4,48%</b>              | <b>100,00%</b>          |
| <b>DESPESA PAGA</b>           |                   |                   |                   |                   |                   |                            |                         |
| Aquisição de bens             | 1.687.672         | 2.375.747         | 2.661.212         | 3.494.185         | 2.330.370         | -33,31%                    | 16,23%                  |
| Aquisição de Serviços         | 10.452.078        | 11.241.784        | 12.089.070        | 13.987.221        | 12.028.738        | -14,00%                    | 83,77%                  |
| <b>TOTAL</b>                  | <b>12.139.750</b> | <b>13.617.531</b> | <b>14.750.282</b> | <b>17.481.406</b> | <b>14.359.108</b> | <b>-17,86%</b>             | <b>100,00%</b>          |

Un:Euros



Ao analisar a evolução da nova despesa facturada na aquisição de bens e serviços conclui-se que, ao ano de 2006 até 2009 esta tem vindo a aumentar, diminuindo ligeiramente neste exercício económico ao

assumir um decréscimo (-) 4,48%, o mesmo ocorre com a despesa paga ao atingir uma diminuição de (-) 17,86% relativamente ao ano transacto.

### Aquisição de Bens

Apesar do peso da aquisição de bens no total das despesas de funcionamento ser pouco significativo, representando apenas 6,87%, apresenta-se um quadro ilustrativo desta tipologia de despesa.

| AQUISIÇÃO DE BENS                       |                   |                  |                      |                   |                  |                      |                     |                                 |                                     |                        |
|-----------------------------------------|-------------------|------------------|----------------------|-------------------|------------------|----------------------|---------------------|---------------------------------|-------------------------------------|------------------------|
|                                         | 2009              |                  |                      | 2010              |                  |                      | Despesa Paga<br>(g) | Taxa de Cresc.<br>[(e)-(b)]/(b) | % no Total Aq Bens<br>(e)/Total (e) | Tx Execução<br>(g)/(f) |
|                                         | Despesa Facturada |                  |                      | Despesa Facturada |                  |                      |                     |                                 |                                     |                        |
|                                         | Transitada<br>(a) | Nova<br>(b)      | Total<br>(c)=(a)+(b) | Transitada<br>(d) | Nova<br>(e)      | Total<br>(f)=(d)+(e) |                     |                                 |                                     |                        |
| <b>Aquisição de Bens</b>                |                   |                  |                      |                   |                  |                      |                     |                                 |                                     |                        |
| Materias Primas e subsidiárias          | 221.234           | 309.567          | 530.801              | 79.744            | 261.133          | 340.877              | 270.629             | -15,65%                         | 10,72%                              | 79,39%                 |
| Combustíveis e lubrificantes            | 73.023            | 297.885          | 370.908              | 30.115            | 307.847          | 337.962              | 309.022             | 3,34%                           | 12,64%                              | 91,44%                 |
| Munições, explosivos e artificios       | 0                 | 0                | 0                    | 0                 | 0                | 0                    | 0                   |                                 | 0,00%                               |                        |
| Limpeza e higiene                       | 32.615            | 75.335           | 107.950              | 17.192            | 40.343           | 57.535               | 50.075              | -46,45%                         | 1,66%                               | 87,03%                 |
| Alimentação - refeições confeccionadas  | 157.376           | 1.236.616        | 1.393.991            | 290               | 1.223.874        | 1.224.164            | 1.036.583           | -1,03%                          | 50,25%                              | 84,68%                 |
| Alimentação - géneros para confeccionar | 0                 | 2.270            | 2.270                | 0                 | 2.786            | 2.786                | 2.786               | 22,75%                          | 0,11%                               | 100,00%                |
| Vestuário e artigos pessoais            | 12.111            | 26.881           | 38.992               | 7.996             | 40.919           | 48.914               | 39.832              | 52,22%                          | 1,68%                               | 81,43%                 |
| Material de escritório                  | 76.073            | 160.278          | 236.350              | 28.780            | 108.171          | 137.951              | 118.908             | -31,89%                         | 4,48%                               | 86,20%                 |
| Produtos químicos e farmacêuticos       | 41.539            | 59.595           | 101.134              | 8.488             | 35.156           | 43.644               | 40.606              | -41,01%                         | 1,44%                               | 93,04%                 |
| Produtos vendidos nas farmácias         | 0                 | 0                | 0                    | 0                 | 0                | 0                    | 0                   |                                 | 0,00%                               |                        |
| Material de consumo clínico             | 394               | 2.096            | 2.491                | 60                | 1.569            | 1.629                | 1.605               | -25,17%                         | 0,06%                               | 98,53%                 |
| Material de transporte                  | 45.950            | 51.411           | 97.361               | 10.814            | 34.668           | 45.482               | 38.791              | -32,57%                         | 1,42%                               | 85,29%                 |
| Material de consumo hoteleiro           | 0                 | 23.078           | 23.078               | 126               | 4.600            | 4.726                | 794                 | -80,07%                         | 0,19%                               | 16,81%                 |
| Outro material peças                    | 7.174             | 11.122           | 18.296               | 3.005             | 7.242            | 10.247               | 8.631               | -34,89%                         | 0,30%                               | 84,23%                 |
| Prémios condecorações e ofertas         | 72.049            | 249.779          | 321.828              | 85.806            | 106.017          | 191.823              | 136.387             | -57,56%                         | 4,35%                               | 71,10%                 |
| Mercadorias para venda                  | 16.666            | 18.050           | 34.716               | 0                 | 0                | 0                    | 0                   | -100,00%                        | 0,00%                               |                        |
| Ferramentas e utensílios                | 8.449             | 17.357           | 25.806               | 3.392             | 10.528           | 13.920               | 12.520              | -39,34%                         | 0,43%                               | 89,95%                 |
| Livros e documentação técnica           | 161               | 908              | 1.069                | 15                | 1.516            | 1.531                | 1.384               | 67,00%                          | 0,06%                               | 90,41%                 |
| Artigos honoríficos e de decoração      | 0                 | 0                | 0                    | 0                 | 0                | 0                    | 0                   |                                 | 0,00%                               |                        |
| Material de educação cultura e recreio  | 17.440            | 163.714          | 181.155              | 57.015            | 73.699           | 130.714              | 97.139              | -54,98%                         | 3,03%                               | 74,31%                 |
| Outros bens                             | 149.822           | 226.579          | 376.401              | 37.573            | 174.636          | 212.208              | 164.678             | -22,92%                         | 7,17%                               | 77,60%                 |
| <b>Total Aquisição de Bens</b>          | <b>932.076</b>    | <b>2.932.520</b> | <b>3.864.596</b>     | <b>370.411</b>    | <b>2.435.702</b> | <b>2.806.113</b>     | <b>2.330.370</b>    | <b>-16,94%</b>                  | <b>100,00%</b>                      | <b>83,05%</b>          |

Un: Euros

No ano de 2010, a nova despesa facturada na aquisição de bens, importou em 2.435.702€, salientando-se o peso da Alimentação -refeições confeccionadas com 50,25%, que se refere na sua maioria ao fornecimento de refeições nas Escolas do Ensino Básico e Pré-Escolar da rede Pública do Concelho, seguindo-se os combustíveis e lubrificantes com um peso de 12,64% e as matérias-primas e subsidiárias que atingiram 10,72%, sendo também de atestar os níveis de execução de pagamento que assumiram 83,05%.

Convém realçar o facto de que, neste exercício económico, se verificou um decréscimo de (-) 16,94% relevado pela nova facturação de aquisição de bens, resultando fundamentalmente da diminuição verificada nas rubricas de prémios, condecorações e ofertas, material de educação cultura e recreio, outros bens.

Considerando que, no contexto global da aquisição de bens e serviços, se destaca o peso da rubrica de serviços, ao absorver cerca de 84% daquele total, justifica-se uma apreciação mais pormenorizada da mesma, quer por classificação económica, quer por classificação orgânica.

## Aquisição de Serviços por Económica

| AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS POR ECONOMICA |                   |                   |                      |                   |                   |                      |                     |                                 |                                        |                        |
|-------------------------------------|-------------------|-------------------|----------------------|-------------------|-------------------|----------------------|---------------------|---------------------------------|----------------------------------------|------------------------|
|                                     | 2009              |                   |                      | 2010              |                   |                      | Despesa Paga<br>(g) | Taxa de Cresc.<br>[(e)-(b)]/(b) | %Total Aq<br>Serviços<br>(e)/Total (e) | Tx Execução<br>(g)/(f) |
|                                     | Despesa Facturada |                   |                      | Despesa Facturada |                   |                      |                     |                                 |                                        |                        |
|                                     | Transitada<br>(a) | Nova<br>(b)       | Total<br>(c)=(a)+(b) | Transitada<br>(d) | Nova<br>(e)       | Total<br>(f)=(d)+(e) |                     |                                 |                                        |                        |
| <b>Aquisição de Serviços</b>        |                   |                   |                      |                   |                   |                      |                     |                                 |                                        |                        |
| Encargos de instalações             | 147.413           | 2.189.118         | 2.336.530            | 106.303           | 2.391.655         | 2.497.958            | 2.064.069           | 9,25%                           | 18,99%                                 | 82,63%                 |
| Limpeza e higiene                   | 24.255            | 128.334           | 152.589              | 5.443             | 194.543           | 199.986              | 178.557             | 51,59%                          | 1,54%                                  | 89,28%                 |
| Conservação de bens                 | 345.305           | 578.695           | 924.000              | 163.252           | 465.855           | 629.106              | 497.239             | -19,50%                         | 3,70%                                  | 79,04%                 |
| Locação de edifícios                |                   |                   | 0                    | 0                 | 0                 | 0                    | 0                   |                                 | 0,00%                                  |                        |
| Locação material informática        | 0                 | 0                 | 0                    | 0                 | 0                 | 0                    | 0                   |                                 | 0,00%                                  |                        |
| Locação de outros bens              | 193.008           | 214.640           | 407.648              | 161.971           | 461.045           | 623.017              | 429.832             | 114,80%                         | 3,66%                                  | 68,99%                 |
| Comunicações                        | 45.805            | 345.928           | 391.733              | 22.487            | 296.312           | 318.799              | 301.656             | -14,34%                         | 2,35%                                  | 94,62%                 |
| Transportes                         | 165.601           | 483.797           | 649.399              | 60.350            | 467.910           | 528.261              | 474.382             | -3,28%                          | 3,72%                                  | 89,80%                 |
| Representação dos serviços          | 17.206            | 23.749            | 40.955               | 6.022             | 24.439            | 30.461               | 18.376              | 2,91%                           | 0,19%                                  | 60,33%                 |
| Seguros                             | 3.452             | 80.923            | 84.375               | 874               | 56.759            | 57.633               | 56.384              | -29,86%                         | 0,45%                                  | 97,83%                 |
| Deslocações e estadas               | 0                 | 103.755           | 103.755              | 6                 | 50.116            | 50.121               | 50.121              | -51,70%                         | 0,40%                                  | 100,00%                |
| Estudos, pareceres, projectos       | 27.186            | 197.782           | 224.968              | 27.114            | 312.323           | 339.437              | 274.117             | 57,91%                          | 2,48%                                  | 80,76%                 |
| Formação                            | 29.183            | 42.256            | 71.439               | 1.530             | 11.501            | 13.031               | 13.031              | -72,78%                         | 0,09%                                  | 100,00%                |
| Seminários, exposições e similares  | 38.246            | 37.946            | 76.192               | 4.171             | 39.856            | 44.026               | 25.572              | 5,03%                           | 0,32%                                  | 58,08%                 |
| Publicidade                         | 87.113            | 432.798           | 519.910              | 63.576            | 157.173           | 220.749              | 190.635             | -63,68%                         | 1,25%                                  | 86,36%                 |
| Vigilância e segurança              | 288.364           | 866.635           | 1.155.000            | 62.974            | 908.543           | 971.517              | 809.402             | 4,84%                           | 7,21%                                  | 83,31%                 |
| Assistência técnica                 | 7.127             | 189.198           | 196.325              | 30.591            | 263.025           | 293.616              | 236.116             | 39,02%                          | 2,09%                                  | 80,42%                 |
| Outros trabalhos especializados     | 553.449           | 3.311.721         | 3.865.170            | 470.593           | 3.303.442         | 3.774.035            | 3.213.122           | -0,25%                          | 26,23%                                 | 85,14%                 |
| Utilização de infra-estruturas      |                   |                   | 0                    | 0                 | 0                 | 0                    | 0                   |                                 | 0,00%                                  |                        |
| Serviços de saúde                   |                   |                   | 0                    | 0                 | 1.120             | 1.120                | 1.120               |                                 | 0,01%                                  | 100,00%                |
| Outros Serviços Especializados      |                   |                   |                      |                   | 0                 | 0                    | 0                   |                                 | 0,00%                                  |                        |
| Encargos de cobrança de receitas    | 0                 | 617.620           | 617.620              | 0                 | 660.790           | 660.790              | 660.790             | 6,99%                           | 5,25%                                  | 100,00%                |
| Iluminação pública                  | 0                 | 1.650.407         | 1.650.407            | 0                 | 1.807.573         | 1.807.573            | 1.807.573           | 9,52%                           | 14,35%                                 | 100,00%                |
| Outros serviços                     | 448.738           | 1.306.565         | 1.755.303            | 48.839            | 719.622           | 768.461              | 726.644             | -44,92%                         | 5,71%                                  | 94,56%                 |
| <b>Total Aquisição Serviços</b>     | <b>2.421.450</b>  | <b>12.801.868</b> | <b>15.223.318</b>    | <b>1.236.096</b>  | <b>12.593.602</b> | <b>13.829.699</b>    | <b>12.028.738</b>   | <b>-1,63%</b>                   | <b>100,00%</b>                         | <b>86,98%</b>          |

Un: Euros

Da avaliação dos dados constata-se que, a nova despesa facturada na aquisição de serviços teve um decréscimo de (-) 1,63%, assumindo neste exercício económico o valor de 12.593.602€, e a despesa paga totalizou 12.028.738€, apresentando um excelente nível de execução de pagamentos na ordem dos 86,98%.

Em termos de nova despesa facturada, verifica-se que as rubricas com maior peso no total da aquisição de serviços são:

- os outros trabalhos especializados com um peso de 26,23%, assumindo o valor de 3.303.442€, estando aqui relevadas actividades que se destacam como o tratamento de resíduos sólidos urbanos pela Lipor, cujas despesas representam mais de 50% do referido valor, bem como os serviços de manutenção, conservação e beneficiação de espaços ajardinados espalhados pelo Concelho;
- os encargos de instalações com o valor de 2.391.655€ e um peso de 18,99%;
- a iluminação pública que em termos absolutos atingiu o montante de 1.807.573€ revelando um peso de 14,35% no total da aquisição de serviços.

## Aquisição de Serviços por Orgânica

| AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS POR ORGÂNICA                    |                        |                   |                   |                      |                   |                   |                   |                           |                      |
|-------------------------------------------------------|------------------------|-------------------|-------------------|----------------------|-------------------|-------------------|-------------------|---------------------------|----------------------|
| 2010                                                  |                        |                   |                   |                      |                   |                   |                   |                           |                      |
|                                                       | Despesa Facturada      |                   |                   |                      |                   | Desp Paga         |                   | Taxa de Execução          |                      |
|                                                       | Dotações Finais<br>(a) | Transitada<br>(b) | Nova<br>(c)       | Total<br>(d)=(b)+(c) | %<br>(c)/Total(c) | (e)               | %<br>(e)/Total(e) | Desp Facturada<br>(d)/(a) | Desp Paga<br>(e)/(d) |
| Órgãos de Autarquia                                   | 6.447.410              | 331.203           | 5.327.374         | 5.658.576            | 42,30%            | 5.108.242         | 42,47%            | 87,77%                    | 90,27%               |
| Assembleia Municipal                                  | 39.550                 | 8.668             | 4.024             | 12.692               | 0,03%             | 12.583            | 0,10%             | 32,09%                    | 99,14%               |
| Dept.º Administração Geral                            | 54.600                 | 2.341             | 37.779            | 40.121               | 0,30%             | 34.093            | 0,28%             | 73,48%                    | 84,98%               |
| Dept.º Finanças e Património                          | 77.864                 | 38                | 27.171            | 27.209               | 0,22%             | 27.188            | 0,23%             | 34,94%                    | 99,92%               |
| Dept.º Gestão Recursos Humanos                        | 11.150                 | 0                 | 6.234             | 6.234                | 0,05%             | 6.234             | 0,05%             | 55,91%                    | 100,00%              |
| Dept.º Gestão Urbana                                  | 11.100                 | 138               | 2.250             | 2.388                | 0,02%             | 2.297             | 0,02%             | 21,51%                    | 96,18%               |
| Dept.º Ambiente e Planeamento Territorial             | 3.693.900              | 341.751           | 2.792.155         | 3.133.906            | 22,17%            | 2.690.148         | 22,36%            | 84,84%                    | 85,84%               |
| Dept.º Construção e Estruturas Municipais             | 330.950                | 14.769            | 214.248           | 229.017              | 1,70%             | 168.053           | 1,40%             | 69,20%                    | 73,38%               |
| Dept.º Serv.Conserv.Manut.Estruturas Municipais       | 877.190                | 105.356           | 400.482           | 505.838              | 3,18%             | 428.819           | 3,56%             | 57,67%                    | 84,77%               |
| Dept.º Qualidade, Auditoria Interna e Sist.Informação | 379.500                | 24.989            | 253.658           | 278.648              | 2,01%             | 216.762           | 1,80%             | 73,42%                    | 77,79%               |
| Dept.º Comunicação Imagem e Relações Institucionais   | 321.500                | 13.598            | 161.822           | 175.421              | 1,28%             | 145.213           | 1,21%             | 54,56%                    | 82,78%               |
| Dept.º Trânsito Transportes                           | 708.940                | 76.785            | 480.338           | 557.123              | 3,81%             | 471.171           | 3,92%             | 78,59%                    | 84,57%               |
| Dept.º Educação Acção Social e Juventude              | 1.373.475              | 79.924            | 964.348           | 1.044.272            | 7,66%             | 941.546           | 7,83%             | 76,03%                    | 90,16%               |
| Dept.º Cultura e Turismo                              | 1.195.340              | 145.900           | 606.554           | 752.454              | 4,82%             | 608.464           | 5,06%             | 62,95%                    | 80,86%               |
| Dept.º de Desporto                                    | 1.778.283              | 88.837            | 1.286.384         | 1.375.221            | 10,21%            | 1.139.068         | 9,47%             | 77,33%                    | 82,83%               |
| Dept.º Jurídico e Contencioso                         | 54.050                 | 1.800             | 28.781            | 30.581               | 0,23%             | 28.856            | 0,24%             | 56,58%                    | 94,36%               |
| <b>TOTAL</b>                                          | <b>17.354.802</b>      | <b>1.236.096</b>  | <b>12.593.602</b> | <b>13.829.699</b>    | <b>100,00%</b>    | <b>12.028.738</b> | <b>100,00%</b>    | <b>79,69%</b>             | <b>86,98%</b>        |

Un:Euros

Em matéria de aquisição de serviços por orgânica constata-se que, em termos de nova despesa facturada, são os Órgãos de Autarquia que realizam maior volume de despesa na aquisição de serviços ao serem-lhe atribuídos cerca de 42,30% destas, seguindo-se o Departamento de Ambiente e Planeamento Territorial e o Departamento de Desporto, com um peso de 22,17% e 10,21% respectivamente.

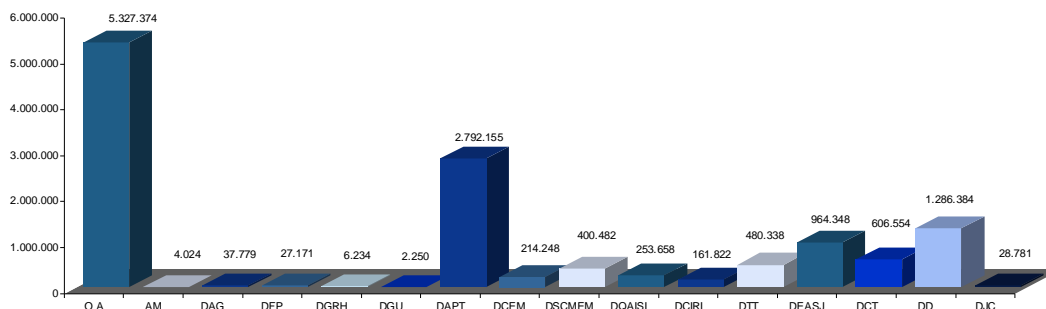
Importa anotar que, nos Órgãos de Autarquia, cujo valor ascende a 5.327.374€, estão contempladas grande parte das despesas comuns a todas as unidades orgânicas do município, nomeadamente encargos de instalações (consumo de electricidade, gás e água). Depurando os referidos valores da aquisição de serviços incorporados nos Órgãos de Autarquia, conclui-se que os mesmos no exercício de 2010 avultam apenas em 2.935.719€, o que traduz não os 42,30% do total da aquisição de serviços mas sim 23,31%.

Logo seguido dos Órgãos de Autarquia, em termos de nova despesa facturada, constata-se que é a orgânica do Departamento de Ambiente e Planeamento Territorial que realiza maior volume de despesa na aquisição de serviços, o que na gerência em apreço totalizou 2.792.155€. Para tal, muito contribuem as despesas inerentes ao tratamento de resíduos sólidos cobradas pela Lipor (1.721.534€) que em abono da verdade, dada a sua natureza, estariam melhor reflectidas na empresa Maiambiente, e a manutenção de jardins.

Por último, anotam-se as elevadas taxas de execução das despesas realizadas e pagas nas diferentes orgânicas, que rondam globalmente os 80% e 87%.

De forma a visualizar melhor o anteriormente exposto, apresenta-se de seguida um gráfico que retrata a distribuição do peso deste tipo de despesa pelas diferentes unidades orgânicas.

#### AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS POR ORGÂNICA - 2010



## TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Ao abrigo das competências que são outorgadas ao Município, que se reportam em vários domínios que vão desde a educação, acção social, tempos livres e desporto, património, cultura e ciência, o Município atribuiu ao longo de 2010, e com vista ao financiamento das suas despesas correntes, determinados subsídios a organismos e entidades.

Estes apoios financeiros concedidos, deverão ser vistos como uma importante fonte de despesa autárquica, responsáveis em 2010 por cerca de 9% do total da nova despesa realizada, revelando o acentuado intervencionismo do Município no processo de desenvolvimento urbano com o objectivo de propiciar condições de incremento aos sectores cultural, desportivo, educacional e de acção social.

Por outro lado, de forma a garantir a transparência e objectividade, o processo de atribuição destes apoios tem sido objecto de enquadramento normativo interno, através de legislação específica de suporte.

O classificador económico desagrega as transferências efectuadas pelos Municípios em três rubricas: *Transferências Correntes*, *Transferências de Capital* e *Subsídios*.

Nas *Transferências Correntes* registam-se todas aquelas que se determinaram a subvencionar a acção de diversas instituições particulares com utilidade municipal, assim como as transferências para as Juntas de Freguesia, que se destinaram a apoiar o funcionamento e respectivas actividades. Inscrevem-se também nesta rubrica as transferências para Instituições Sem Fins Lucrativos, evidenciando-se os apoios concedidos no âmbito das actividades desportivas, culturais, humanitárias, sociais e de acção social escolar.

Relativamente á rubrica dos *Subsídios*, tendo embora a natureza de transferências correntes, revestem-se contudo de características especiais que, sob o aspecto económico, recomendam uma classificação diversa daquelas. Entende-se como Subsídios os fluxos financeiros não reembolsáveis transferidos para as empresas públicas municipais, intermunicipais ou empresas participadas, e que se destinam ao auxílio das correspondentes despesas de funcionamento.

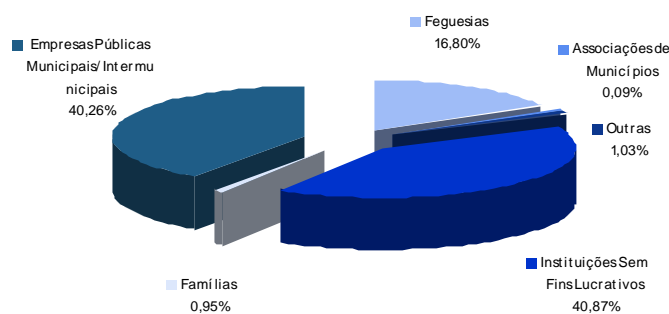
Finalmente em *Transferências de Capital* são registadas todas as transferências que tenham como objectivo o financiamento de despesas de capital das entidades beneficiárias, incluindo as empresas municipais, cuja análise será desenvolvida posteriormente.

De seguida apresenta-se um quadro e um gráfico que reflectem a distribuição das *Transferências Correntes e Subsídios* pelas suas componentes:

| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS           |                   |                  |                   |                     |                   |                  |                   |                  |                |                                          |                              |                                   |                                        |
|------------------------------------------------|-------------------|------------------|-------------------|---------------------|-------------------|------------------|-------------------|------------------|----------------|------------------------------------------|------------------------------|-----------------------------------|----------------------------------------|
|                                                | 2009              |                  |                   |                     | 2010              |                  |                   |                  | Desp Paga      | Peso na nova Desp Facturada (f)/Total(f) | Taxa Variação % ((f)-(b))/b) | Taxa de Execução Desp Paga (h)/g) | Taxa de Execução Desp Facturada (g)/d) |
|                                                | Despesa Facturada |                  |                   | Dotações Finais (d) | Despesa Facturada |                  |                   | Desp Paga (h)    |                |                                          |                              |                                   |                                        |
|                                                | Transitada (a)    | Nova (b)         | Total (c)=(a)+(b) |                     | Transitada (e)    | Nova (f)         | Total (g)=(e)+(f) |                  |                |                                          |                              |                                   |                                        |
| <b>Transferências Correntes</b>                |                   |                  |                   |                     |                   |                  |                   |                  |                |                                          |                              |                                   |                                        |
| Soc. e quase sociedades não financeiras        | 0                 | 0                | 0                 | 5.100               | 0                 | 0                | 0                 | 0                | 0,00%          |                                          |                              | 0,00%                             |                                        |
| <b>Administração Local</b>                     |                   |                  |                   |                     |                   |                  |                   |                  |                |                                          |                              |                                   |                                        |
| Municípios                                     | 0                 | 0                | 0                 | 50                  | 0                 | 0                | 0                 | 0                | 0,00%          |                                          |                              | 0,00%                             |                                        |
| Freguesias                                     | 0                 | 1.009.326        | 1.009.326         | 1.015.100           | 1.521             | 1.003.343        | 1.004.864         | 1.002.343        | 16,80%         | -0,59%                                   | 99,75%                       | 98,99%                            |                                        |
| Serviços Autónomos da Adm. Local               | 0                 | 0                | 0                 | 100                 | 0                 | 0                | 0                 | 0                | 0,00%          |                                          |                              | 0,00%                             |                                        |
| Associações de Municípios                      | 0                 | 0                | 0                 | 5.250               | 0                 | 5.243            | 5.243             | 5.243            | 0,09%          |                                          | 100,00%                      | 99,86%                            |                                        |
| Assembleia Distrital                           | 0                 | 0                | 0                 | 3.400               | 0                 | 0                | 0                 | 0                | 0,00%          |                                          |                              | 0,00%                             |                                        |
| Outras                                         | 0                 | 37.166           | 37.166            | 61.376              | 0                 | 61.376           | 61.376            | 61.376           | 1,03%          | 65,14%                                   | 100,00%                      | 100,00%                           |                                        |
| Instituições sem Fins Lucrativos               | 110.011           | 2.737.996        | 2.848.008         | 2.777.900           | 94.035            | 2.440.481        | 2.534.515         | 2.308.835        | 40,87%         | -10,87%                                  | 91,10%                       | 91,24%                            |                                        |
| Famílias                                       | 0                 | 67.573           | 67.573            | 183.350             | 4.709             | 56.482           | 61.191            | 57.632           | 0,95%          | -16,41%                                  | 94,18%                       | 33,37%                            |                                        |
| <b>Subtotal</b>                                | <b>110.011</b>    | <b>3.852.062</b> | <b>3.962.073</b>  | <b>4.051.626</b>    | <b>100.265</b>    | <b>3.566.924</b> | <b>3.667.189</b>  | <b>3.435.429</b> | <b>59,74%</b>  | <b>-7,40%</b>                            | <b>93,68%</b>                | <b>90,51%</b>                     |                                        |
| <b>Subsídios</b>                               |                   |                  |                   |                     |                   |                  |                   |                  |                |                                          |                              |                                   |                                        |
| <b>Soc. e quase sociedades não financeiras</b> |                   |                  |                   |                     |                   |                  |                   |                  |                |                                          |                              |                                   |                                        |
| Empresas Públicas Municipais/Intermunicipais   | 9.018             | 5.282.888        | 5.291.906         | 3.118.000           | 0                 | 2.403.714        | 2.403.714         | 2.403.714        | 40,26%         | -54,50%                                  | 100,00%                      | 77,09%                            |                                        |
| Outras                                         | 0                 | 0                | 0                 | 50                  | 0                 | 0                | 0                 | 0                | 0,00%          |                                          |                              | 0,00%                             |                                        |
| <b>Subtotal</b>                                | <b>9.018</b>      | <b>5.282.888</b> | <b>5.291.906</b>  | <b>3.118.050</b>    | <b>0</b>          | <b>2.403.714</b> | <b>2.403.714</b>  | <b>2.403.714</b> | <b>40,26%</b>  | <b>-54,50%</b>                           | <b>100,00%</b>               | <b>77,09%</b>                     |                                        |
| <b>TOTAL</b>                                   | <b>119.029</b>    | <b>9.134.950</b> | <b>9.253.979</b>  | <b>7.169.676</b>    | <b>100.265</b>    | <b>5.970.639</b> | <b>6.070.903</b>  | <b>5.839.143</b> | <b>100,00%</b> | <b>-34,64%</b>                           | <b>96,18%</b>                | <b>84,67%</b>                     |                                        |

Un: Euros

DISTRIBUIÇÃO TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS - 2010



Os montantes dos apoios concedidos pela autarquia durante o exercício de 2010, ascenderam a 5.970.639€, consubstanciando-se um decréscimo nesta área de (-) 34,64% em relação ao ano anterior, explicado na sua maioria pela influência da rubrica dos subsídios, principalmente por causa da acumulação no ano de 2009 dos subsídios à exploração atribuídos à Empresa Municipal Maiambiente referentes a dois exercícios económicos. Por outro lado, o subsídio atribuído neste exercício económico à referida Empresa apesar de ter sido aprovado em 2.500.000€ acabou por ser reduzido em 714.285,71€ uma vez que a empresa iria encerrar o exercício de 2010 com resultados equilibrados.

No contexto global das *Transferências Correntes e Subsídios*, o maior peso centra-se nos apoios concedidos às Instituições Sem Fins Lucrativos ao assumir 40,87%, que em termos absolutos se traduziu em 2.440.481€, seguindo-se os subsídios atribuídos às empresas públicas municipais com 40,26% 2.403.714€ e as verbas imputadas às Juntas de Freguesia com 16,80%, 1.003.343€, sendo ainda de salientar as elevadas taxas de execução apuradas ao nível da despesa paga, que atingiram os 96,18%.

Tendo em vista uma análise mais detalhada desta matéria, apresenta-se um quadro com a exposição da distribuição dos Subsídios e Transferências Correntes atribuídos.

| DISTRIBUIÇÃO TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS                                                                                                                                                                                                                                                                                            |           |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| 2010                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |           |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | Valor     |
| <b>SUBSÍDIOS ATRIBUÍDOS ÀS EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                  |           |
| Maiambiente - Empresa Municipal do Ambiente, E.M. - Atribuição de subsídio à exploração no âmbito do contrato de gestão celebrado a 6 de Novembro de 2008 e devidamente visado pelo Tribunal de Contas em 18 Junho de 2009, para efeitos de equilíbrio das suas contas.                                                                      | 1.785.714 |
| Academia das Artes da Maia - Produções Culturais E.M. - Atribuição de subsídio à exploração no âmbito do contrato de gestão celebrado em 7 de Maio de 2009, com visto do Tribunal de Contas em 23 de Setembro de 2009.                                                                                                                       | 618.000   |
| <b>TRANSFERÊNCIAS PARA INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                  |           |
| Associações Desportivas / Clubes e Grupos Desportivos                                                                                                                                                                                                                                                                                        | 1.617.225 |
| Associações Culturais, Recreativas e Dramáticas / Grupos Culturais e Recreativos / Bandas de Música / Associações de Moradores / Comissões Fabriqueiras / Fábricas da Igreja Paroquial                                                                                                                                                       | 215.202   |
| Associações Humanitárias de Bombeiros                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | 215.198   |
| Educação - Agrupamentos de Escolas                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | 229.741   |
| Associações de Carácter Social                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | 31.469    |
| <b>TRANSFERÊNCIAS PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                            |           |
| Transferências Correntes - Despesas Correntes e de Funcionamento                                                                                                                                                                                                                                                                             | 989.991   |
| Outras Transferências - Subsídios atribuídos para comparticipar nas festas do concelho, subsídio extraordinário destinado a minimizar os encargos com "XIII Festival Folclórico Nogueirense", Subsídio para o projecto "Dar Saúde à Vida".                                                                                                   | 12.352    |
| <b>TRANSFERÊNCIA PARA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                           |           |
| Associação de Municípios do Vale do Sousa - Imputação do custo às Câmaras Municipais do "Estudo de introdução de portagens nas scuts do grande Porto" - Actualização dos critérios do MOPTC para aplicação de portagens.                                                                                                                     | 5.243     |
| <b>TRANSFERÊNCIAS PARA AS FAMÍLIAS</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |           |
| Actividades no âmbito do Protocolo de Cooperação entre a Maia e Água Grande - São Tomé e Príncipe - Atribuição de bolsas de estudo a jovens São-Tomenses, que estão a frequentar o Instituto Superior da Maia - ISMAI . Atribuição de bolsas de estudo na área da construção civil a jovens São - Tomenses que estão a frequentar o CICCOPN. | 52.575    |
| Comparticipação financeira da Autarquia no custo da participação e preparação de Competições internacionais nomeadamente: campeonato europeu de wushu, campeonato mundial de danças de salão e campeonato do mundo de pesca desportiva.                                                                                                      | 2.550     |
| Subsídio mensal, relativo ao processo de integração de um jovem deficiente, no horto Municipal da Quinta da Gruta.                                                                                                                                                                                                                           | 2.100     |
| Subsídio mensal para apoiar aluna maiaita do curso de arquitectura na efectivação de um estágio internacional.                                                                                                                                                                                                                               | 221       |
| Concessão de apoio económico para aquisição de baterias para cadeira eléctrica, atribuição no âmbito do Fundo Social.                                                                                                                                                                                                                        | 186       |
| <b>OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |           |
| Pagamento da quota do ano de 2010 do Município como comparticipação financeira para o funcionamento dos serviços e novos projectos da Área Metropolitana do Porto, conforme deliberação de 2010/10/21.                                                                                                                                       | 61.376    |

Un:Euros

## INVESTIMENTO GLOBAL

O Investimento Directo, as Transferências de Capital (Investimento Indirecto) e os Activos Financeiros representam no seu conjunto o Investimento Global do Município. O seu relato incidirá inicialmente numa análise geral do seu comportamento, cuja facturação transitada está excluída dos estornos realizados em 2010, e posteriormente uma apreciação detalhada de cada um dos seus agregados de despesa e identificação dos principais projectos.

O próximo Quadro permite avaliar a evolução de cada uma das suas componentes no último quadriénio assim como aferir o peso de cada uma delas no total das despesas facturadas do próprio exercício.

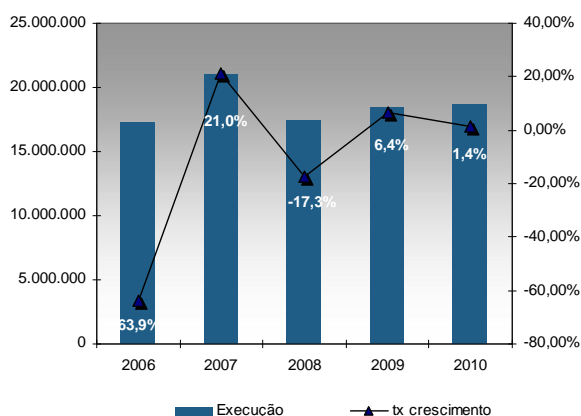


| INVESTIMENTO GLOBAL          |                   |                   |                   |                   |                   |                   |                   |                                 |                       |                    |                 |                    |
|------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|---------------------------------|-----------------------|--------------------|-----------------|--------------------|
|                              | 2007              |                   | 2008              |                   | 2009              |                   | 2010              |                                 | % Investimento global | % despesas capital | % despesa total | Taxa de variação % |
|                              | Fact Transitada   | Fact Nova         | Fact Transitada   | Fact Nova         | Fact Transitada   | Fact Nova         | Fact Transitada   | Fact Nova                       |                       |                    |                 |                    |
| Aquisição de bens de capital | 25.110.933        | 17.467.839        | 15.238.547        | 15.120.755        | 12.139.150        | 15.556.504        | 5.855.407         | 17.033.192                      | 91,0%                 | 65,1%              | 24,6%           | 9,5%               |
| Transferências de capital    | 1.818.838         | 2.753.904         | 2.773.999         | 2.103.136         | 2.210.884         | 2.880.167         | 1.367.679         | 1.642.748                       | 8,8%                  | 6,3%               | 2,4%            | -43,0%             |
| Activos financeiros          | 0                 | 736.350           | 10.000            | 114.008           | 0                 | 16.462            | 0                 | 43.801                          | 0,2%                  | 0,2%               | 0,1%            | 166,1%             |
| <b>Total</b>                 | <b>26.929.771</b> | <b>20.953.093</b> | <b>18.027.546</b> | <b>17.337.899</b> | <b>14.350.034</b> | <b>18.453.193</b> | <b>7.223.086</b>  | <b>18.719.742</b>               | <b>100,0%</b>         | <b>71,5%</b>       | <b>27,1%</b>    | <b>1,4%</b>        |
| <b>Facturada Total</b>       | <b>47.892.864</b> |                   | <b>35.365.445</b> |                   | <b>32.803.227</b> |                   | <b>25.942.827</b> |                                 |                       |                    |                 |                    |
| Un/Euros                     |                   |                   |                   |                   |                   |                   |                   | Despesas de Capital (fact nova) | 26.176.522            | 100,0%             | 37,9%           |                    |
|                              |                   |                   |                   |                   |                   |                   |                   | Despesas Totais (fact nova)     | 69.129.472            |                    | 100,0%          |                    |

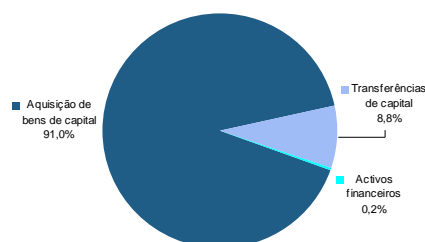
No exercício em análise, o investimento realizado totalizou 18.719.742€, traduzindo um aumento de 1,4%, correspondendo-lhe 27% das despesas totais do Município.

É nas Aquisições de Bens de Capital, que o Investimento do Município tem maior expressão, ao absorver 91% do Investimento Global, seguido pelas Transferências de Capital 8,8% e Activos Financeiros 0,2%.

EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO GLOBAL



INVESTIMENTO GLOBAL



## INVESTIMENTO DIRECTO

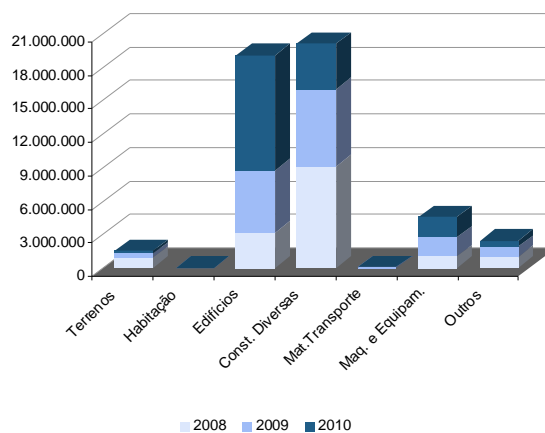
Compõem o investimento directo a aquisição ou produção de bens duráveis bem como as melhorias ou modificações que visam aumentar o período de duração desses bens ou a sua produtividade. Esta tipologia de investimento consta de forma discriminada do PPI.

| INVESTIMENTO DIRECTO                |                   |                        |                        |                   |                |                   |              |                  |             |                               |
|-------------------------------------|-------------------|------------------------|------------------------|-------------------|----------------|-------------------|--------------|------------------|-------------|-------------------------------|
|                                     | 2009              |                        |                        | 2010              |                |                   | Pago<br>(e)  | Taxa de Execução |             | Taxa de variação %<br>(d)/(a) |
|                                     | Fact Nova<br>(a)  | Dotações Finais<br>(b) | Fact Transitada<br>(c) | Fact Nova<br>(d)  | % no Total PPI | [(c)+(d)]/(b)     |              | (e)/[(c)+(d)]    |             |                               |
| <b>Terrenos e Recursos Naturais</b> | 396.363           | 1.147.000              | 997                    | 240.489           | 1,4%           | 231.719           | 21,1%        | 96,0%            | -39,3%      |                               |
| <b>Habituação</b>                   | 11.153            | 17.000                 | 11.153                 | 0                 | 0,0%           | 11.153            | 65,6%        | 100,0%           | -100,0%     |                               |
| Construção                          | 0                 | 0                      | 0                      | 0                 | 0,0%           |                   |              |                  |             |                               |
| Aquisição                           | 0                 | 0                      | 0                      | 0                 | 0,0%           |                   |              |                  |             |                               |
| Reparação e Beneficiação            | 11.153            | 17.000                 | 11.153                 | 0                 | 0,0%           | 11.153            | 65,6%        | 100,0%           | -100,0%     |                               |
| <b>Edifícios</b>                    | 5.612.025         | 15.666.220             | 3.404.816              | 10.314.617        | 60,6%          | 11.913.048        | 87,6%        | 86,8%            | 83,8%       |                               |
| <b>Construções Diversas</b>         | 6.909.487         | 16.112.750             | 1.547.520              | 4.105.050         | 24,1%          | 3.824.192         | 35,1%        | 67,7%            | -40,6%      |                               |
| <b>Material de Transporte</b>       | 21.484            | 394.600                | 0                      | 0                 | 0,0%           | 0                 | 0,0%         |                  | -100,0%     |                               |
| <b>Maq. e Equipamento</b>           | 1.732.791         | 3.542.890              | 750.020                | 1.799.372         | 10,6%          | 1.559.481         | 72,0%        | 61,2%            | 3,8%        |                               |
| Equipamento Informático             | 470.043           | 1.395.680              | 320.743                | 929.705           | 5,5%           | 791.696           | 89,6%        | 63,3%            | 97,8%       |                               |
| Software Informático                | 322.419           | 744.720                | 150.365                | 237.989           | 1,4%           | 221.875           | 52,1%        | 57,1%            | -26,2%      |                               |
| Equipamento Administrativo          | 24.533            | 63.998                 | 2.998                  | 48.235            | 0,3%           | 38.590            | 80,1%        | 75,3%            | 96,6%       |                               |
| Equipamento Básico                  | 899.245           | 1.312.190              | 274.372                | 571.888           | 3,4%           | 495.089           | 64,5%        | 58,5%            | -36,4%      |                               |
| Ferramentas e Utensílios            | 16.552            | 26.303                 | 1.542                  | 11.555            | 0,1%           | 12.232            | 49,8%        | 93,4%            | -30,2%      |                               |
| <b>Outros</b>                       | 873.260           | 2.519.850              | 140.901                | 573.664           | 3,4%           | 444.217           | 28,4%        | 62,2%            | -34,3%      |                               |
| Artigos e Objectos Valor            | 0                 | 51.000                 | 0                      | 36.885            | 0,2%           | 33.860            | 72,3%        | 91,8%            |             |                               |
| Investimentos Incorporáveis         | 363.572           | 918.700                | 55.404                 | 89.856            | 0,5%           | 145.260           | 15,8%        | 100,0%           | -75,3%      |                               |
| Outros Investimentos                | 462.453           | 1.474.150              | 85.497                 | 446.923           | 2,6%           | 265.098           | 36,1%        | 49,8%            | -3,4%       |                               |
| Locação Financeira                  | 0                 | 0                      | 0                      | 0                 | 0,0%           | 0                 |              |                  |             |                               |
| Bens Património Histórico-Cultural  | 47.235            | 40.000                 | 0                      | 0                 | 0,0%           | 0                 | 0,0%         |                  | -100,0%     |                               |
| Outros Bens Domínio Público         |                   | 36.000                 | 0                      | 0                 | 0,0%           | 0                 | 0,0%         |                  |             |                               |
| <b>Total</b>                        | <b>15.556.564</b> | <b>39.400.310</b>      | <b>5.855.407</b>       | <b>17.033.192</b> | <b>100,0%</b>  | <b>17.983.810</b> | <b>58,1%</b> | <b>78,6%</b>     | <b>9,5%</b> |                               |

Unid-Euros

No ano 2010, a nova facturação em investimento directo ascendeu a 17.033.192€ reflectindo um acréscimo de 9,5%. Esta variação encontra-se influenciada sobretudo pelas rubricas *Edifícios* e *Equipamento Informático* que no seu conjunto representam (+) 5.162.254€, ou seja cerca de (+) 85%.

EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO DIRECTO



A dotação orçamental estimada situou-se nos 39.400.310€ correspondendo-lhe uma taxa de execução orçamental de cerca de 58,1%.

No que concerne à taxa de realização de pagamentos verifica-se que esta atingiu os 78,6% situando-se nos mesmos níveis do ano anterior. Em termos de pagamentos, o investimento directo absorveu 17.983.810€, ligeiramente acima do valor global da nova facturada reflectindo uma recuperação de facturação transitada no montante de 950.618€, facto que se tem verificado nas últimas gerências.

Importa anotar que algumas rubricas obtiveram apreciáveis taxas de realização de pagamentos acima daquela percentagem aproximando-se dos 100%. São exemplos desse facto os *Terrenos e Recursos Naturais*, a *Habitação*, os *Edifícios* e os *Investimentos Incorpóreos*.

Para uma melhor percepção do Investimento Directo do Município, proceder-se-á de seguida a uma análise individual de cada uma das suas vertentes de natureza económica, destacando a execução de alguns projectos.

### **Terrenos**

A despesa realizada por conta de *Terrenos e Recursos Naturais*, situou-se em 240.489€, desta importância 72% respeitou a aquisição de terrenos para domínio privado e 28 % para domínio público. Verificou-se uma redução nesta tipologia de despesa de cerca de 40% em relação ao ano transacto.

### **Habitação**

A *Habitação*, no ano em análise, não compreendeu qualquer novo investimento, sendo que algum do investimento de reestruturação dos edifícios foi realizado pela Espaço Municipal.

### **Edifícios**

Neste agregado de despesa encontram-se os investimentos efectuados nos edifícios para instalação de serviços, instalações desportivas, creches, escolas, lares de terceira idade e outros edifícios.

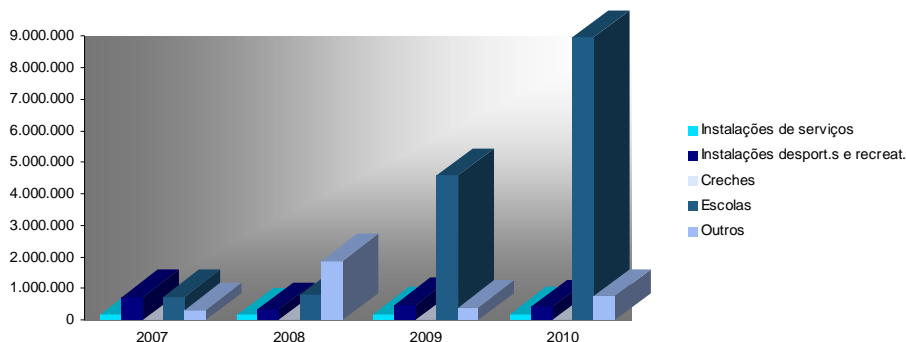
Responsável por cerca de 61% da nova despesa facturada, ou seja 10.314.617€, constitui a rubrica com maior peso no Investimento Directo Municipal evidenciando-se o significativo aumento de 83% relativamente ao ano precedente.

Pela sua materialidade insere-se de seguida um quadro e um gráfico detalhado da sua evolução no último quadriénio:

| EDIFÍCIOS                        |                  |                  |                  |                   |               |              |                  |
|----------------------------------|------------------|------------------|------------------|-------------------|---------------|--------------|------------------|
|                                  | Fact Nova        |                  |                  |                   | Peso          | Variação     |                  |
|                                  | 2008             | 2008             | 2009             | 2010              |               | (%)          | (Valor)          |
| Instalações de serviços          | 171.868          | 155.954          | 177.634          | 180.014           | 1,7%          | 1,3%         | 2.380            |
| Instalações desport.s e recreat. | 727.492          | 324.596          | 468.294          | 403.892           | 3,9%          | -13,8%       | -64.401          |
| Creches                          | 0                | 0                | 0                | 0                 | 0,0%          |              | 0                |
| Escolas                          | 725.265          | 798.038          | 4.576.503        | 8.971.510         | 87,0%         | 96,0%        | 4.395.007        |
| Lares de terceira idade          | 0                | 0                | 0                | 0                 | 0,0%          |              | 0                |
| Outros                           | 300.870          | 1.868.894        | 389.594          | 759.200           | 7,4%          | 94,9%        | 369.606          |
| <b>Total</b>                     | <b>1.925.495</b> | <b>3.147.482</b> | <b>5.612.025</b> | <b>10.314.617</b> | <b>100,0%</b> | <b>83,8%</b> | <b>4.702.592</b> |

Un:Euros

## EDIFÍCIOS



Da análise do quadro apresentado ressalta de imediato o investimento efectuado a nível do parque escolar que no exercício de 2010 ascendeu a 8.971.510€, reflectindo uma variação de 96% face a 2010. De facto, já em 2009 se verificou um crescimento na rubrica *Escolas* na ordem dos 78%, pelo que a aposta na educação constitui mais uma vez, de forma inequívoca, no último biénio uma prioridade de acção municipal.

Destacam-se diversas construções de centros escolares e beneficiação e recuperação dos edifícios existentes tais como:

- Centro Escolar da Gandra - EB1 e J.I. - na Freguesia de Águas Santas - 2.097.416€
- Construção do Centro Escolar de Vermoim/Gueifães - EB1 e J.I. - 1.780.165€
- Construção do novo Centro Escolar da Maia - EB1 e J.I. - na Freguesia da Maia - 1.317.465€
- Beneficiação e ampliação da Escola do EB1 do Corim, na Freguesia de Águas Santas - 864.133€
- Beneficiação e ampliação da Escola do EB1 da Guarda, na Freguesia de Moreira - 831.952€
- Ampliação e reformulação do Edifício do EB1 de Pedrouços 3 - Giesta - na Freguesia de Pedrouços, com vista, em especial, à instalação de salas para o Ensino Pré-Escolar e de um Refeitório - 673.715€
- Ampliação da Escola do EB1 dos Arcos, na Freguesia de S. Pedro Fins - 640.803€
- Obras de beneficiação do edifício Municipal sito à Rua de D. Manuel II, integrado na Zona Desportiva Central do Município, na Freguesia de Vermoim, - 404.631€
- Beneficiação da Escola do EB1 de Monte das Cruzes, na Freguesia de Milheirós.- 151.160€
- Ampliação e reformulação do Edifício do EB1 da Prozela, na Freguesia de Vila Nova da Telha, com vista, em especial, à instalação de salas para o Ensino Pré-Escolar e de um Refeitório - 94.346€
- Recuperação do edifício do EB1 do Paço, na Freguesia de Águas Santas - 66.388€
- Ampliação e reformulação do Edifício do EB1 da Guarda, na Freguesia de Moreira - 28.449€

Os *Outros Edifícios* com a importância de 759.200€ abarcam 7,4% do valor global dos edifícios. Os projectos de maior relevância efectivaram-se ao nível:

- da beneficiação e da conservação da Torre Lidador;

- na aquisição de prédio urbano sito à Rua do Eng.º Duarte Pacheco, na Freguesia da Maia, propriedade de "E.P. - Estradas de Portugal, S.A.;
- na conservação de edifícios municipais.

No que se refere à categoria *Instalações Desportivas e Recreativas*, cujo volume de investimento atinge 403.982€ salientam-se os projectos a seguir discriminados:

- Recompartimentação, substituição da cobertura e outros trabalhos de restauro da designada Escola Príncipe da Beira, na Freguesia de Gueifães;
- Aquisição de edifícios de carácter sócio-cultural ou desportivo destinados a apoiar os empreendimentos levados ou a levar a efeito no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER);
- Obras de Conservação de instalações desportivas.

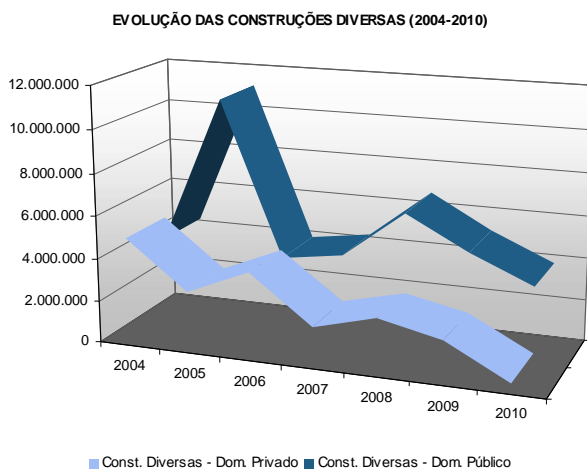
No âmbito das *Instalações de Serviços*, o montante investido manteve-se praticamente inalterado fixando-se em 180.014€, cujo destino foi:

- A remodelação interior da área dos Auditórios do Forum da Maia - acessibilidades e sistemas de segurança;
- Obras de remodelação do Edifício dos Paços do Concelho.

### **Construções Diversas**

A rubrica *Construções Diversas*, constitui a segunda maior componente ao avocar 24,1% de investimento directo. Absorveu a importância de 4.105.050€ dos quais 506.370€ tiveram como destino o domínio privado e 3.598.680€ o domínio público.

Revela um acentuado decréscimo de 40,6% influenciado sobretudo pelas sub-rubricas de *Viadutos, arruamentos e obras complementares* e de *Instalações desportivas e recreativas* que contribuíram no seu conjunto para uma diminuição de 2.294.663€.



Pela sua importância no cômputo geral, realiza-se de seguida uma análise individualizada, em termos de nova facturação, das construções diversas do domínio privado e construções diversas do domínio público.

### **Construções Diversas para integrar no Domínio Privado da Autarquia**

No domínio privado do Município o novo investimento em construções diversas ascendeu a 365.329€ dos quais 72,1%, foram aplicados em instalações desportivas e recreativas, pese embora esta sub-rubrica ter apresentado um contributo negativo de (-) 73% face a 2009. Destacam-se as obras efectuadas:

- Piscinas Descobertas da Quinta da Gruta;
- Complexo Desportivo do Castelo da Maia;
- Parque de Jogos de Gondim;
- Complexo Desportivo de Vermoim;
- Complexo Desportivo de Pedras Rubras, na Freguesia de Vila Nova da Telha;
- Complexo Desportivo de Nogueira, na Freguesia de Nogueira.

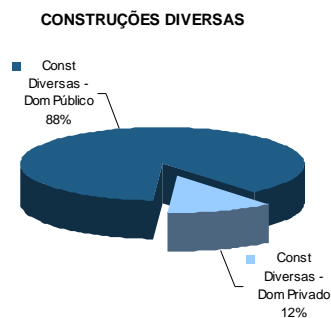
No agregado de despesa “Outros” a nova facturação situou-se nos 94.371€ e envolveu apenas os projectos:

- Arranjo urbanístico da zona envolvente à Capela Mortuária de Folgosa;
- Construção de Ecopistas.

Na rubrica de “Parques e jardins” a importância de 34.189€ teve como destino exclusivo a construção de diversos parques infantis.

No que concerne à *Sinalização e trânsito*, a semaforização de vias beneficiou de apenas 9.543€

Por último, refira-se que a construção do Cemitério Municipal de Vermoim absorveu na íntegra 2.938€ da classificação económica *Cemitérios*.



### **Construções Diversas para integrar em Bens Domínio Público**

As construções diversas integradas no domínio público municipal totalizaram a importância de 3.598.680€, dos quais 2.668.640€ respeitam a “*Viadutos, arruamentos e obras complementares*”. As principais intervenções efectuaram-se nos seguintes projectos:

- Rectificação, drenagem de águas pluviais, pavimentação e repavimentação de arruamentos diversos em vários locais do Concelho
- Repavimentação e beneficiação de vias em várias zonas do Concelho.

- Construção de infraestruturas de drenagem de águas pluviais na Rua da Estrada;
- Beneficiação, construção de passeios e infra-estruturação da Rua de D. António Castro Meireles, na Freguesia de Pedrouços.
- Intervenções de carácter urgente em razão de intempéries ou outras situações fortuitas.
- Recuperação e beneficiação de arruamentos diversos em várias zonas do Concelho, com especial incidência na construção de passeios e seu lancilamento;
- Arranjo urbanístico da Vereda da Estação, na Freguesia da Maia

Os projectos enquadráveis em *outras infra-estruturas de domínio público*, abarcaram 564.054€ e respeitaram essencialmente a trabalhos urbanísticos em diversas áreas do Concelho, com vista à sua recuperação urbana e à construção de ramais de baixa tensão e de média tensão.

O ajardinamento, a remoção de raízeiros, recomposição de caldeiras de árvores e reconstrução de passeios e o sistema centralizado de gestão e optimização de redes de rega constituíram acções levadas a efeito na sub-rubrica *parques e jardins* envolvendo na sua globalidade 273.280€.

No âmbito da *Iluminação Pública* os investimentos executados no montante de 92.705€, foram exclusivos do projecto “Comparticipação, construção e manutenção de redes de iluminação pública”.

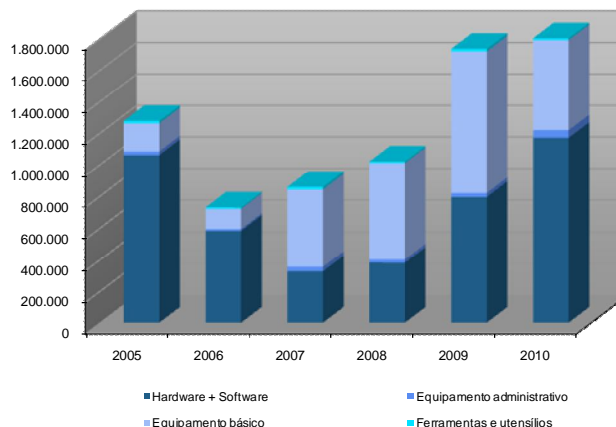
#### **Material de Transporte**

A rubrica de natureza económica *Material de Transporte* não compreendeu qualquer novo investimento no exercício de 2010.

#### **Maquinaria e Equipamento**

A Maquinaria e Equipamento compreende, entre outros, os encargos com aquisição ou grandes reparações de máquinas e ferramentas, a aquisição de mobiliário bem como equipamento informático e escolar. Compõem este agregado de despesa as sub-rubricas *Hardware, Software, Equipamento Básico, Administrativo e Ferramentas e Utensílios*. No ano em análise arrecadou o montante global de 1.799.372€ e foi responsável por uma taxa de crescimento de cerca de 4%.

EVOLUÇÃO MAQUINARIA E EQUIPAMENTO (2005-2010)



### **Equipamento e Software Informático**

No seu conjunto (*Hardware e Software*) avocaram para si cerca de 65% do montante investido em *Maquinaria e Equipamento* ou seja 1.167.694€. Continuam a evidenciar uma tendência de crescimento (+) 47%, pese embora, analisadas que sejam estas rubricas separadamente, se tenha verificado maior preponderância de investimento na aquisição de Hardware, dando continuidade a um projecto de importância estruturante como é o SIMA - Sistema Integrado de Modernização Autárquica.

A nova Facturação neste agregado incidiu essencialmente sobre os projectos seguintes:

- Modernização da infraestrutura tecnológica informática - 489.526€;
- Programa de "Gestão de Documentos Electrónicos" tendo em vista a desmaterialização e circulação documental no montante global de 441.963€, destacando-se neste projecto a aquisição do sistema integrado de arquivos e digitalização de documentos de grande formato designado por "Kapture";
- A aquisição de equipamento informático e software para as Escolas - 110.589€;
- Aquisição de equipamentos diversos com destino à Biblioteca Municipal - 3.116€

### **Equipamento básico**

As áreas de actuação municipal para as quais se realiza investimento em equipamento básico são tão diversas como a educação, o desporto, a biblioteca, a sinalização e trânsito e outros serviços municipais.

Em 2010, a despesa realizada em *Equipamento Básico* atingiu o montante de 571.888€, sendo que o maior dispêndio foi efectuado com as escolas e com o apetrechamento dos novos centros escolares tendo-se fixado em 495.192€. O remanescente foi aplicado em projectos tais como: Plano tecnológico; aquisição de sinais de trânsito, nos parques infantis, e no Plano Nacional de Leitura.

### **Equipamento administrativo**

A aquisição de mobiliário e equipamento para os diversos serviços municipais absorveu na íntegra os 48.234€ de investimento efectuado nesta categoria de despesa.



### ***Ferramentas e utensílios***

A aquisição de *Ferramentas e utensílios* foi pouco significativa e fixou-se nos 11.555€

### **Outros**

#### ***Outros investimentos***

Na categoria de *outros investimentos* foi realizada despesa no montante de 446.923€ destacando-se:

- Aquisição de equipamento para o Forum da Maia no âmbito da remodelação do SADI (Sistema Automático de Detecção de Incêndios), protecção contra incêndios e sinalética de emergência e ainda a substituição das cadeiras do Auditório Principal - 213.400€
- Aquisição de equipamento diverso e adornos para os edifícios municipais – 61.027,34€
- Aquisição de equipamentos destinados à rede de Iluminação Pública - 46.723,88€
- Conservação e equipamentos diversos para instalações desportivas ou para recintos desportivos - 40.805€

#### ***Investimentos incorpóreos***

Pela classificação económica de *investimentos incorpóreos*, foi realizada despesa no montante de 89.856€ que teve como destino a elaboração de projectos diversos, a saber:

- Elaboração do "Plano de Pormenor da Zona a Nascente da designada Urbanização do Lidador" (Freguesias de Moreira e Vila Nova da Telha) – 37.528€
- Actualização da cartografia digital e de ortofotomapas – 19.090€
- Elaboração do Plano Municipal de Acessibilidade para Todos – 18.000€

#### ***Artigos e Objectos de valor***

A Aquisição de obras de arte e outro repositório artístico com vista a ampliar o espólio dos Museus no montante de 36.885€ constituiu a totalidade do investimento efectuado nesta componente de despesa.

### **TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL**

As Transferências de Capital respeitam a fluxos monetários não reembolsáveis, que se destinam a financiar despesas de capital das entidades beneficiárias, onde se incluem as freguesias, as instituições sem fins lucrativos e empresas municipais e intermunicipais.

O quadro seguinte reflecte a distribuição das *Transferências de Capital* pelos seus diversos agregados de despesa:

| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL                            |                     |                  |                     |                     |                  |               |                  |              |                           |                                 |
|------------------------------------------------------|---------------------|------------------|---------------------|---------------------|------------------|---------------|------------------|--------------|---------------------------|---------------------------------|
|                                                      | 2009                |                  |                     | 2010                |                  |               | % Total Transf   | Pago (f)     | Tx Execução [(d)+(e)]/(c) | Tx de Variação % [(f)/[(d)+(e)] |
|                                                      | Fact Transitada (a) | Fac Nova (b)     | Dotações finais (c) | Fact Transitada (d) | Fact Nova (e)    |               |                  |              |                           |                                 |
| <b>Sociedades e quase-sociedades não financeiras</b> |                     |                  |                     |                     |                  |               |                  |              |                           |                                 |
| Empresas Publicas Municipais/Intermunicipais         | 52.974              | 1.082.294        | 1.635.100           | 120.792             | 706.351          | 43,0%         | 710.441          | 50,6%        | 85,9%                     | -34,7%                          |
| Outras                                               |                     |                  | 50                  |                     |                  |               |                  | 0,0%         |                           |                                 |
| Privadas                                             |                     |                  | 50                  |                     |                  |               |                  | 0,0%         |                           |                                 |
| <b>Administração Central</b>                         |                     |                  |                     |                     |                  |               |                  |              |                           |                                 |
| Serviços e Fundos Autónomos                          |                     |                  | 50                  |                     |                  |               |                  | 0,0%         |                           |                                 |
| <b>Administração Local</b>                           |                     |                  |                     |                     |                  |               |                  |              |                           |                                 |
| Municípios                                           |                     | 244.584          | 245.050             |                     |                  |               |                  | 0,0%         |                           | -100,0%                         |
| Freguesias                                           | 1.905.667           | 1.001.196        | 2.983.850           | 960.645             | 665.614          | 40,5%         | 896.738          | 54,5%        | 55,1%                     | -33,5%                          |
| Serviços e Fundos Autónomos                          |                     |                  | 50                  |                     |                  |               |                  | 0,0%         |                           |                                 |
| Outras                                               |                     | 10.588           | 11.600              |                     |                  |               |                  | 0,0%         |                           | -100,0%                         |
| Instituições sem fins Lucrativos                     | 252.242             | 541.505          | 1.189.750           | 286.242             | 270.783          | 16,5%         | 407.579          | 46,8%        | 73,2%                     | -50,0%                          |
| Famílias                                             |                     |                  | 50                  |                     |                  |               |                  | 0,0%         |                           |                                 |
| Resto do Mundo                                       |                     |                  | 100                 |                     |                  |               |                  | 0,0%         |                           |                                 |
| <b>Total</b>                                         | <b>2.210.884</b>    | <b>2.880.167</b> | <b>6.065.700</b>    | <b>1.367.679</b>    | <b>1.642.748</b> | <b>100,0%</b> | <b>2.014.758</b> | <b>49,6%</b> | <b>66,9%</b>              | <b>-43,0%</b>                   |
| <b>Facturada Total</b>                               | <b>5.091.051</b>    |                  |                     | <b>3.010.427</b>    |                  |               |                  |              |                           |                                 |

U\$: Euros

Na categoria *Transferências de Capital* realizou-se nova despesa que ascendeu a 1.642.748€. Esta importância teve como destino as sub-rubricas *Empresas Publicas Municipais/Intermunicipais*, as *Freguesias* e as *Instituições sem fins Lucrativos*. Da análise do quadro antecedente sobressai o facto de todas estas sub-rubricas apresentarem taxas de crescimento negativas contribuindo no final para um decréscimo global das transferências de capital de (-) 43%. Este decréscimo encontra-se influenciado pela comparticipação efectuada em 2009 à Espaço Municipal no valor de 322.850 que se destinou ao financiamento das obras de reabilitação nos empreendimentos municipais de Meilão e Moreira bem como pelo facto de grande parte do investimento realizado na construção das novas sedes de junta encontrar-se em fase de conclusão.

A comparticipação para investimentos na LIPOR-Serviço Intermunicipalizado de Tratamento de Lixos da Região do Porto assume a exclusividade da importância afecta às *Empresas Municipais e Intermunicipais*.

Nas *Freguesias* a nova facturação no montante de 665.614€ teve como destino:

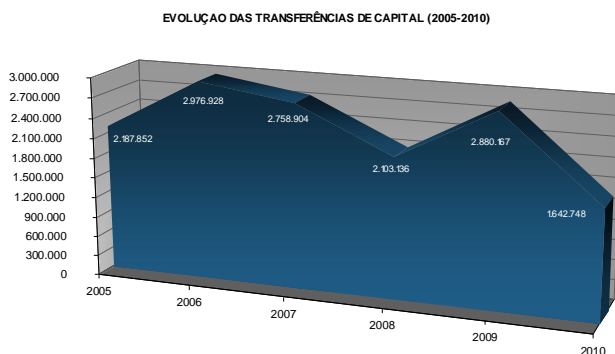
- Construção do Edifício-Sede da Junta de Freguesia de Águas Santas – 424.055€
- Comparticipação na Obra de construção da Capela Mortuária da Freguesia de Folgosa – 109.618€
- Comparticipação no equipamento e em outros trabalhos do Parque Zoológico da Maia – 50.000€
- Construção do Edifício-Sede da Junta de Freguesia de Gemunde – 28.897€
- Remodelação ou adaptação do antigo edifício da Junta de Freguesia de S. Pedro Fins – 20.000€
- Construção do Edifício-Sede da Junta de Freguesia de Santa Maria de Avioso – 15.000€
- Apoios financeiros a conceder às Juntas de Freguesia do Concelho, com vista à aquisição de equipamento ou reequipamento das suas instalações – 13.800€
- Comparticipação na Obra de ampliação do Cemitério Paroquial da Freguesia de Gueifães – 4.245€

Relativamente às *Instituições sem fins lucrativos*, foram financiados investimentos no montante de 270.782,69€. Contribuíram de forma mais relevante os seguintes projectos:

- Apoio à aquisição de viaturas por parte de Associações ou Colectividades Desportivas – 124.091€

- Apoio a obras de construção, reconstrução, ampliação e ou adaptação de outros edifícios religiosos, obras levadas a cabo pelas Comissões Fabriqueiras das Fábricas das Igrejas Paroquiais respectivas.– 43.627€
- Apoios financeiros a conceder a diversas Associações e Colectividades do Concelho, com vista ao melhoramento ou ampliação das suas instalações, ao equipamento ou reequipamento das mesmas e à construção das suas instalações – 27.800€;
- Apoio à Associação de Solidariedade Social "O Amanhã da Criança" na obra de adaptação/transformação de suas instalações com vista a albergar um Berçário e Creche - 24.307€;
- Apoio às obras de beneficiação da Igreja de Nossa Senhora do Ó - Mosteiro de Santa Maria de Águas Santas, a levar a cabo pela respectiva Comissão de Fábrica – 20.000€;
- Apoio às obras de beneficiação da Igreja Matriz de Gondim, e respectivo Adro, na Freguesia de Gondim – 14.292€

No gráfico que se segue é possível apreciar a evolução das *Transferências de Capital* nos últimos seis anos:



## ACTIVOS FINANCEIROS

Para concluir a análise do Investimento Global do exercício de 2010, anota-se que no que respeita a títulos de crédito nada foi investido, registando-se apenas nesta rubrica de activos financeiros o investimento realizado em matéria de subsídios reembolsáveis, em resultado da formalização de cinco contratos de abertura de crédito no âmbito do Programa "MaiaFinicia" no montante global de 43.801€ com as empresas:

- Elisabete Pinto – Terapias Reabilitação e Reeducação Unipessoal, Lda.
- Fabuloso Clique, Lda.
- Strwwgate, Lda.
- Ecoemotion – Carlos Maia dos Santos Unipessoal, Lda.
- Newscenter – Tabacaria e Jogos, Lda.

O Fundo MaiaFinicia consiste no financiamento de iniciativas empresariais a 100% do projecto de investimento, por um prazo de reembolso alargado até 6 anos, em que 80% é financiado pelo Banco Espírito Santo e 20% pela Câmara Municipal sob a forma de subsídio reembolsável sem qualquer encargo de juros. São parceiros neste programa além da Câmara Municipal e o Banco Espírito Santo, o IAPMEI, a Norgarante e a Tecmaia. Com este fundo pretende-se estimular e orientar os investimentos das micro e pequenas empresas colocando à sua disposição um produto financeiro inovador que potencie e melhore os seus produtos ou serviços prestados assim como contribuir para a modernização das mesmas.

Nos anexos às demonstrações financeiras do presente Relatório de Gestão, é apresentado um mapa resumo das entidades participadas pelo Município (ponto 8.2.16 do POCAL), com indicação da parcela detida, bem como dos capitais próprios ou equivalente e do resultado do último exercício, em cada uma dessas entidades, com menção desse exercício, traduzindo de forma clara o investimento realizado em activos financeiros pelo município, ao longo dos últimos anos.

## GRANDES OPÇÕES DO PLANO

As linhas de desenvolvimento estratégico da autarquia local encontram-se definidas no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e no Plano de Actividades Mais Relevantes (PAM) que compõem as Grandes Opções do Plano (GOPS).

Para análise das GOPS, insere-se um quadro com a sua execução e um comparativo com o ano 2009, discriminado por funções.

| Classificação Funcional                           | GOPS                   |                   |                        |                        |                   |                 |                   |                              |                                   |               |
|---------------------------------------------------|------------------------|-------------------|------------------------|------------------------|-------------------|-----------------|-------------------|------------------------------|-----------------------------------|---------------|
|                                                   | 2009                   |                   |                        | 2010                   |                   |                 |                   |                              |                                   |               |
|                                                   | Fact Transitada<br>(a) | Fact Nova<br>(b)  | Dotações finais<br>(c) | Fact Transitada<br>(d) | Fact Nova<br>(e)  | % Total<br>GOPS | Pago<br>(f)       | Tx Execução<br>[(d)+(e)]/(c) | Tx de Variação %<br>(f)/[(d)+(e)] |               |
| <b>Funções Gerais:</b>                            | <b>3.597.456</b>       | <b>3.951.537</b>  | <b>10.240.910</b>      | <b>2.880.098</b>       | <b>4.731.292</b>  | <b>13,9%</b>    | <b>4.646.077</b>  | <b>74,3%</b>                 | <b>61,0%</b>                      | <b>19,7%</b>  |
| Serviços Gerais de Administração Pública          | 2.269.411              | 3.475.371         | 8.429.910              | 1.610.098              | 4.511.260         | 13,2%           | 4.406.045         | 72,6%                        | 72,0%                             | 29,8%         |
| Segurança e Ordens Públicas                       | 1.328.045              | 476.166           | 1.811.000              | 1.270.000              | 220.032           | 0,6%            | 240.032           | 82,3%                        | 16,1%                             | -53,8%        |
| <b>Funções Sociais:</b>                           | <b>6.194.165</b>       | <b>24.463.583</b> | <b>45.550.075</b>      | <b>4.201.522</b>       | <b>25.371.801</b> | <b>74,3%</b>    | <b>26.696.907</b> | <b>64,9%</b>                 | <b>90,3%</b>                      | <b>3,7%</b>   |
| Educação                                          | 1.383.250              | 9.172.704         | 17.695.364             | 2.054.835              | 13.823.911        | 40,5%           | 15.063.071        | 89,7%                        | 94,9%                             | 50,7%         |
| Saúde                                             | 2.468                  | 12.698            | 40.160                 | 0                      | 15.707            | 0,0%            | 15.707            | 39,1%                        | 100,0%                            | 23,7%         |
| Segurança e Acção Sociais                         | 356.033                | 542.046           | 1.457.950              | 166.685                | 450.025           | 1,3%            | 493.701           | 42,3%                        | 80,1%                             | -17,0%        |
| Habitação e Serviços Colectivos                   | 1.440.607              | 10.451.733        | 17.980.700             | 1.104.224              | 6.650.265         | 19,5%           | 6.470.096         | 43,1%                        | 83,4%                             | -36,4%        |
| Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos      | 3.011.807              | 4.284.402         | 8.375.901              | 875.779                | 4.431.894         | 13,0%           | 4.654.332         | 63,4%                        | 87,7%                             | 3,4%          |
| <b>Funções Económicas:</b>                        | <b>5.990.147</b>       | <b>5.484.570</b>  | <b>7.560.541</b>       | <b>734.257</b>         | <b>2.687.043</b>  | <b>7,9%</b>     | <b>2.243.480</b>  | <b>45,3%</b>                 | <b>65,6%</b>                      | <b>-51,0%</b> |
| Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca |                        | 0                 | 0                      | 0                      | 0                 | 0,0%            | 0                 |                              |                                   |               |
| Indústria e energia                               | 100.199                | 289.788           | 666.000                | 28.254                 | 153.140           | 0,4%            | 81.841            | 27,2%                        | 45,1%                             | -47,2%        |
| Transportes e Comunicações                        | 5.766.044              | 4.862.241         | 6.415.616              | 702.229                | 2.303.322         | 6,7%            | 1.941.085         | 46,8%                        | 64,6%                             | -52,6%        |
| Comércio e Turismo                                | 122.841                | 317.406           | 253.800                | 2.484                  | 136.916           | 0,4%            | 125.598           | 54,9%                        | 90,1%                             | -56,9%        |
| Outras Funções Económicas                         | 1.063                  | 15.136            | 225.125                | 1.290                  | 93.666            | 0,3%            | 94.955            | 42,2%                        | 100,0%                            | 518,8%        |
| <b>Outras Funções:</b>                            | <b>0</b>               | <b>0</b>          | <b>1.961.500</b>       | <b>0</b>               | <b>1.362.679</b>  | <b>4,0%</b>     | <b>1.353.908</b>  | <b>69,5%</b>                 | <b>99,4%</b>                      |               |
| Transferências entre administrações               | 0                      | 0                 | 1.010.000              | 0                      | 1.003.343         |                 | 1.003.343         | 99,3%                        | 100,0%                            |               |
| Diversas não especificadas                        | 0                      | 0                 | 951.500                | 0                      | 359.336           | 1,1%            | 350.565           | 37,8%                        | 97,6%                             |               |
| <b>TOTAL</b>                                      | <b>15.781.768</b>      | <b>33.899.690</b> | <b>65.313.025</b>      | <b>7.815.877</b>       | <b>34.152.815</b> | <b>100,0%</b>   | <b>34.940.372</b> | <b>64,3%</b>                 | <b>83,3%</b>                      | <b>0,7%</b>   |
|                                                   |                        |                   |                        |                        |                   | (*)             |                   |                              |                                   |               |
| <b>Facturada Total</b>                            | <b>49.681.458</b>      |                   |                        | <b>41.968.692</b>      |                   |                 |                   |                              |                                   | <b>-15,5%</b> |

Un/Euro

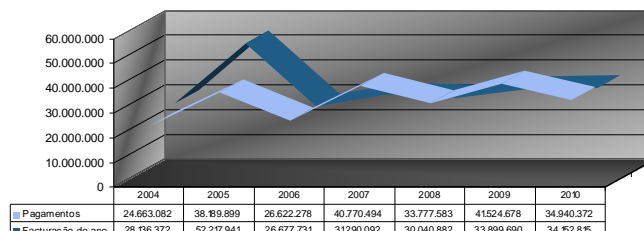
Notas:

(\*) Facturada Transitada actualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efectuaram em 2010 e que respeitavam a facturação de anos anteriores

Nas Grandes Opções do Plano, foi realizada despesa no valor global de 34.152.815€ traduzindo um aumento de 0,7% face a 2009. Este exíguo crescimento sofreu a influência negativa das sub-funções *Transportes e Comunicações* e da *Habitação e Serviços Colectivos*, que por sua vez compensou com o aumento de cerca de 51% da *Educação* bem como beneficiou da introdução das transferências para as Juntas de Freguesia nas GOPS enquadradas nas *Outras funções*.

Em termos de pagamentos as Gops absorveram 34.940.372€, valor ligeiramente acima do valor global da nova despesa facturada reflectindo uma recuperação de facturação transitada no montante de 787.557€, circunstancia que se tem vindo a verificar desde 2007.

EVOLUÇÃO DA FACTURAÇÃO E PAGAMENTO GOPS



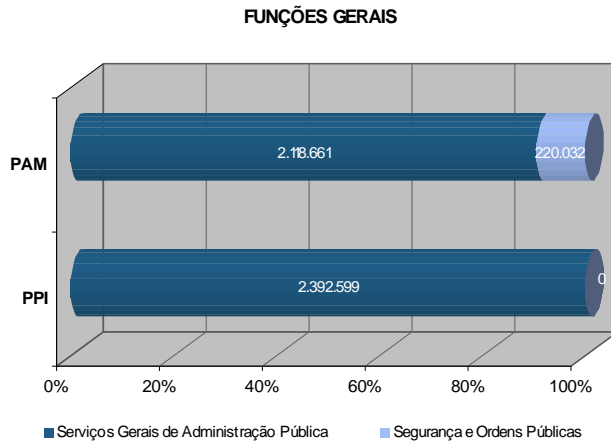
Em ambos os planos, no ano 2010, verifica-se um equilíbrio na execução quer ao nível de nova facturada quer ao nível pagamentos rondarem os 50%.

De seguida será efectuada uma análise que será focada nas diversas funções que constituem as GOPS, procurando destacar os projectos e acções que mais se evidenciaram em termos de realização de nova despesa de investimento e de actividades mais relevantes do ano de 2010.

O quadro subsequente exhibe as funcionais que compõem as Grandes Opções do Plano repartidas pelo PPI e PAM e decompostas pela facturação transitada, a facturação do próprio ano e ainda os pagamentos efectuados por conta de cada classificação funcional.



## FUNÇÕES GERAIS



Enquadram-se nas *Funções Gerais* as actividades de âmbito geral da administração e compreendem as sub-funções *Serviços Gerais de Administração Pública* e *Segurança e Ordens Públicas*.

No ano 2010 a nova despesa realizada por conta desta componente das GOPS foi de 4.731.292€, cabendo-lhe 13,2% das mesmas. Assumem preponderância os *Serviços Gerais da Administração Pública* ao auferir 4.511.260€ contrapondo com 220.032€ da *Segurança e Ordens Públicas* exclusivos de actividades realizadas no PAM.

Dos projectos de investimento no âmbito das Funções Gerais destacam-se:

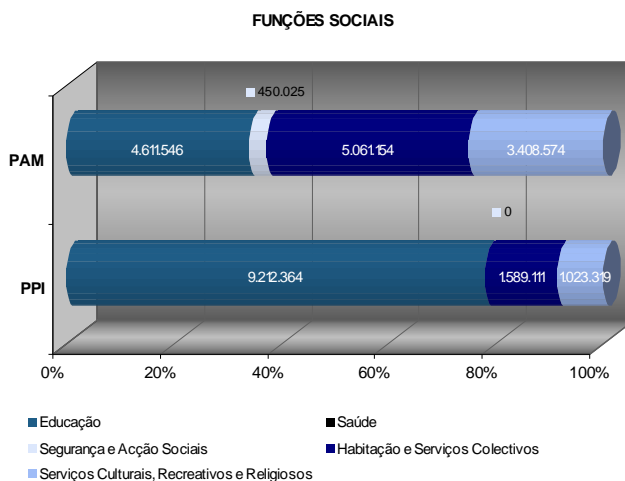
- Modernização da infraestrutura tecnológica informática, aquisição de equipamento e software informático incluindo aquisição de programa de "Gestão de Documentos Electrónicos" tendo em vista a desmaterialização e workflow e a implementação do SIMA - Sistema Integrado de Modernização Autárquica - 1.270.199€;
- Obras de beneficiação do edifício Municipal sito à Rua de D. Manuel II, integrado na Zona Desportiva Central do Município, na Freguesia de Vermoim - 420.164€;
- Conservação de edifícios municipais incluindo as obras de remodelação do Edifício dos Paços do Concelho e intervenções de beneficiação e de conservação da Torre Lidador - 554.544€;
- Aquisição de prédio urbano sito à Rua do Eng.º Duarte Pacheco, na Freguesia da Maia, propriedade de "E.P. - Estradas de Portugal, S.A – 251.220€;
- Aquisição de mobiliário e equipamento para os diversos Serviços Municipais - 74.820€

As actividades mais relevantes enquadráveis nesta função foram:

- Contratualização de serviços de vigilância e segurança – 884.480,85€;
- Comparticipação na recuperação e construção e reequipamento de Edifícios-Sede de Juntas de Freguesia através de contratos programa cujo valor ascendeu a 501.752€, já oportunamente discriminadas na análise efectuada às transferências de capital;

- Participação nos custos de conservação de viaturas e participação nas despesas relativas ao pessoal permanente do Corpo Activo da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Moreira-Maia e da Associação Humanitária de Pedrouços – 215.198€
- Contratualização de serviços de limpeza – 188.125€
- Contrato de Prestação de Serviços de Locação Operacional para equipamentos de cópia e impressão – 129.534€
- Contrato de Aluguer Operacional de Viaturas – 113.502€

## FUNÇÕES SOCIAIS



As *Funções Sociais* abrangem áreas como a educação, a saúde, a segurança e acção social, a habitação, o ordenamento do território, o saneamento básico, resíduos sólidos e os serviços recreativos, culturais, religiosos e cívicos. Assumem um claro predomínio na acção municipal ao representarem 74,3% das GOPS ou seja, 25.371.801€

A *Educação* composta pelo ensino pré-escolar, básico (EB1), artístico, os transportes escolares, e os serviços auxiliares de ensino, como já foi anteriormente referido, constitui a grande prioridade estratégica do Município quer ao nível do investimento nos novos centros escolares e beneficiação dos edifícios existentes como também ao nível de políticas e programas de apoio educativo. Totalizou em 2010 a apreciável quantia de 13.823.911€

Considerando que aquando da análise do investimento directo na rubrica Edifícios já foram elencados os edifícios escolares intervencionados remete-se para aquele capítulo a identificação dos projectos que mais se evidenciam nesta sub-função.

A nível das actividades mais relevantes destacam-se:

- Programa de expansão e desenvolvimento da Educação Pré-Escolar – 1.362.786€
- Programa de Enriquecimento Curricular – 1.345.170,64€



- Fornecimento de refeições aos alunos do EB1 e do ensino Pré-escolar – 1.192.567,26€
- Serviço de Transportes Escolares– 343.580,51€

No âmbito de acção da *Habituação e Serviços Colectivos* foi realizada despesa no valor de 6.650.265€. Deste montante, 1.589.111€ respeitam a novo investimento e 5.061.154€ a actividades desenvolvidas no âmbito do PAM, dos quais se destacam:

- Participações à Maiambiente no montante global de 1.785.714,30 ao abrigo do Contrato de Gestão celebrado. Importa aqui referir que esta importância é inferior à inicialmente prevista ao ter sido deduzida de 714.286€, em consequência da previsão de equilíbrio de contas efectuada por aquela entidade e que lhe permitiu abdicar deste montante.
- O Tratamento de Resíduos Sólidos pela LIPOR – 1.721.534€
- Construção de jardins, concepção de espaços ajardinados e sua manutenção – 896.322,47€
- Participação de Investimentos na Lipor – 706.351,44€
- Trabalhos urbanísticos em diversas áreas do Concelho, com vista à sua recuperação urbana. - 550.655,02

Em 2010 a vertente *Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos* representou 13% do total das GOPS tendo sido efectuada despesa no valor de 4.431.894€ destacando-se o *Desporto, Recreio e Lazer*.

Com especial incidência desenvolveram-se as seguintes actividades e eventos:

- Apoios a Associações e Colectividades com vista ao financiamento de suas actividades - 1.647.483€
- Participação à Academia das Artes, E.M., no âmbito do Contrato Programa celebrado, no montante de 618.000€, tendo em vista o desenvolvimento de diversas actividades de carácter cultural;
- Festival Internacional de Teatro Cómico: "Teatro Cómico Maia" - 128.029€
- Férias Desportivas Municipais – 153.118€
- Apoio à aquisição de viaturas por parte de Associações ou Colectividades Desportivas - 124.091€
- Festival de Música da Maia - 99.960€
- Maiact - Festival da Juventude - 91.156€
- Realização da "Taça Internacional Maia Jovem", em Ténis. - 70.801€
- Feira do Desporto - 45.844€

Os projectos de investimento de maior visibilidade foram:

- Remodelação do Forum da Maia incluindo a aquisição de equipamento, acessibilidades e segurança - 335.534€
- Recuperação das Piscinas Descobertas da Quinta da Gruta - 192.089€

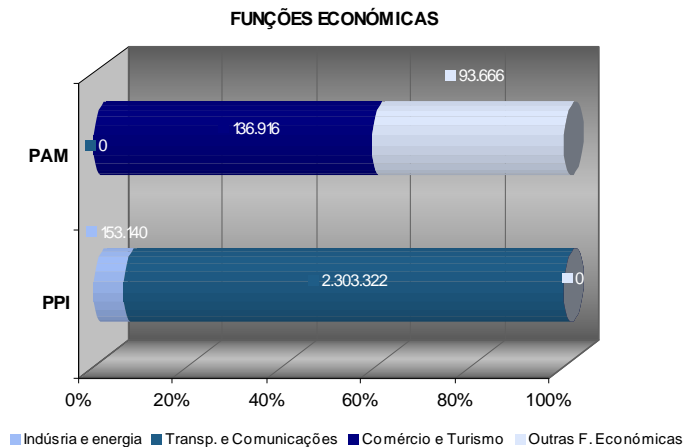
- Recompartimentação, substituição da cobertura e outros trabalhos de restauro da designada Escola Príncipe da Beira - 186.256€
- Construção do Complexo Desportivo do Castelo da Maia, na Freguesia de Gemunde, incluindo o completamento da bancada e as respectivas instalações no interior da mesma, a sua cobertura, o arrelvamento do recinto de jogo, a construção de uma pista - 84.728€

No âmbito da *Segurança e Acção Sociais*, desenvolveram-se os seguintes apoios e actividades mais relevantes:

- Projecto de Intervenção Comunitária "Novos Laços" incluindo o Serviço de Apoio Domiciliário - 92.324€
- À realização das Festas em Honra da Nossa Senhora do Bom Despacho - 83.500€
- Atribuição de Cabaz de Natal a Famílias carenciadas - 61.932€
- Apoio à actividade do Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara e Serviços Municipalizados da Maia - 54.160€

A rubrica *Saúde* compreende programas de prevenção e educação no montante de 15.707€ sendo o mais representativo o evento "Maia Saúde".

## FUNÇÕES ECONÓMICAS



A nova despesa realizada por conta das Funções Económicas fixou-se em 2.687.043€ ocupa cerca de 8% das Grandes Opções do Plano e exhibe face a 2009 um decréscimo significativo de 51%.

Para este cenário contribuiu com maior expressividade a sub-função *Transportes e Comunicações* muito embora também se verifiquem reduções na ordem dos 50% nas sub-funções *Comércio e Turismo* e *Industria e Energia*.

Do total dispendido nas Funções Económicas, 2.303.322€ tiveram como propósito a construção, recuperação beneficiação de viadutos, arruamentos e obras complementares, drenagem de águas pluviais, pavimentação e repavimentação, em vários locais do Concelho.

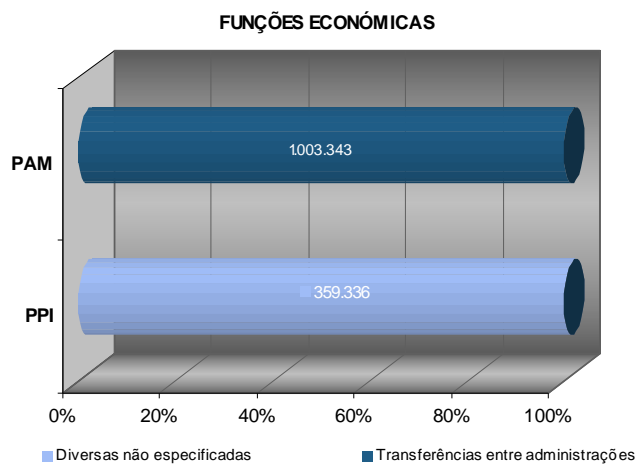
A função *Indústria e Energia* comportou exclusivamente o investimento na rede de Iluminação Pública e Infra-estruturas Eléctricas que em 2010 ascendeu a 153.140€

No âmbito *Comércio e Turismo* foram realizadas actividades que abarcaram a importância de 136.916€

- Feira de Artesanato – 69.732€
- Programa de “Turismo Sénior” – 23.855€
- Programa de Animação de Natal 23.160€
- Festival da Criança, ANIMAIA – 15.160€

As *Outras Funções Económicas*, que constituem excepção à redução evocada, assumem o montante de 93.666€ e apresenta um expressivo aumento fruto da regularização do programa de sustentabilidade do Maia Digital - Participação nas actividades do "Centro de Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação da Maia" - CTICE Maia - Portal da Educação.

## OUTRAS FUNÇÕES



Esta nova componente funcional abarcou em 2010 a importância global de 1.362.679€ dos quais 1.003.343€ tiveram como objectivo as transferências para as Juntas de Freguesia com vista ao financiamento de suas despesas correntes e 359.336€ a aquisição de edifícios, propriedades ou outras construções em cumprimento de "Taxas Municipais de Urbanização" ou "Compensações por não cedências" em operações urbanísticas ou de construção.





2  
0  
1  
0

ANÁLISE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO

**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL



## ENQUADRAMENTO

O presente capítulo dedicado à matéria do endividamento autárquico encontra-se estruturado em duas partes, que apesar de distintas se complementam, endividamento “*Stricto Sensu*” versus “*Lato Sensu*”

- Endividamento - *Stricto Sensu*

Direccionado para uma apreciação circunstanciada à evolução do endividamento do município, excluindo as influências do sector empresarial local, das associações dos municípios e de igual modo dos serviços municipalizados, em conformidade com os dados constantes nas peças contabilísticas anexas ao presente documento, como tem sido prática corrente dos últimos anos

Refere-se que num primeiro momento é realizada uma abordagem generalizada à evolução desta dívida global, e só depois se segue uma avaliação individualizada de cada uma das suas componentes, ao nível de curto e médio e longo prazo, sempre centrada nos valores das operações orçamentais retratados na contabilidade patrimonial.

- Endividamento - *Lato Sensu*

Orientado para o apuramento do endividamento líquido municipal compatível com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC95), incorporando no município os efeitos do endividamento das entidades que constituem o sector empresarial local (SEL), em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no seu regime jurídico, os serviços municipalizados e as associações de municípios, na proporção da sua participação, bem como dos limites específicos para a celebração de empréstimos de curto, médio e longo prazo. Por último avalia-se a posição do município face a esses limites.

No âmbito desta análise ao endividamento, e independentemente da estrutura apresentada no balanço para efeitos de classificação em curto prazo e médio e longo prazo, considerou-se como dívida de médio e longo prazo, aquela cuja contratação ocorreu para um horizonte temporal superior a um ano.





## ENDIVIDAMENTO – STRICTO SENSU

A apreciação vertida ao longo deste capítulo atende à informação contida no balanço das operações de natureza orçamental, com exclusão dos adiantamentos, por se entender que os respectivos valores ao estarem indexados a actos definitivos futuros não configurarem no período em análise efectivas obrigações.

### DÍVIDA GLOBAL

| EVOLUÇÃO DA DÍVIDA TOTAL             |                    |                    |                   |                   |                   |                       |                       |
|--------------------------------------|--------------------|--------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-----------------------|-----------------------|
|                                      | 2006               | 2007               | 2008              | 2009              | 2010              | Variação<br>2009-2010 | Variação<br>2006-2010 |
| Divida de Médio e Longo Prazo        | 72.132.526         | 68.209.355         | 62.187.638        | 67.909.742        | 60.241.496        | -7.668.246            | -11.891.030           |
| Divida de Curto Prazo                | 40.198.367         | 32.829.558         | 26.638.184        | 17.619.616        | 16.685.700        | -933.915              | -23.512.667           |
| <b>Divida Total</b>                  | <b>112.330.893</b> | <b>101.038.913</b> | <b>88.825.821</b> | <b>85.529.358</b> | <b>76.927.197</b> | <b>-8.602.162</b>     | <b>-35.403.697</b>    |
| <b>Taxa de crescimento da divida</b> | <b>-9,5%</b>       | <b>-10,1%</b>      | <b>-12,1%</b>     | <b>-3,7%</b>      | <b>-10,1%</b>     |                       | <b>-31,5%</b>         |
| Médio e longo prazo                  | -8,7%              | -5,4%              | -8,8%             | 9,2%              | -11,3%            |                       | -16,5%                |
| Curto prazo                          | -12,0%             | -18,3%             | -18,9%            | -33,9%            | -5,3%             |                       | -58,5%                |

Un: Eur 06

Permanecendo a tendência evidenciada nos últimos anos, é visível que a dívida total do município continua a decrescer em 2010, ao posicionar-se nos 76.927.197€, o que demonstra uma variação negativa de (-)10% face ao ano anterior(- 8.602.162€), em resultado da influência das suas duas componentes, apesar do maior contributo da rubrica de médio e longo prazo

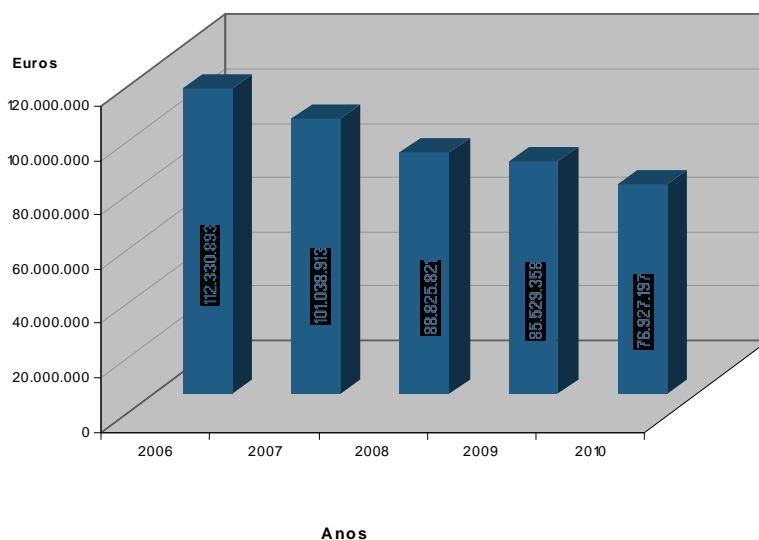
Se a diminuição de (-)11,3% aferida na dívida de médio e longo prazo provém da amortização dos empréstimos bancários de igual grau de exigibilidade, uma vez que não foram contraídos novos empréstimos da mesma natureza, já a dívida de curto prazo denuncia o empenho do município em matéria de controlo do endividamento municipal. Apesar de não ter a expressividade de anteriores gerências, em relação à dívida de curto prazo mantém-se em 2010 a orientação decrescente dos exercícios transactos, traduzida em (-)5,3% face a 2009, com um valor de (-) 933.915€

Do relatado resulta evidente que a diminuição do passivo e o controlo do endividamento municipal tem sido um dos objectivos prosseguidos pelo município, cuja concretização durante o último quinquénio se tem pautado por demarcado sucesso, o que uma vez mais sucedeu no ano findo, objectivo que no momento actual assume particular importância face às fortes restrições impostas pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento no sentido da consolidação orçamental das finanças públicas e que visam reforçar e acelerar a redução de défice excessivo e o controlo do crescimento da dívida pública.

No período de 2010, no âmbito das decisões financeiras ao nível da gestão de tesouraria, não foi aprovada a contratação de qualquer empréstimo bancário de curto prazo.

Inserir-se gráfico ilustrativo da redução da dívida do município ao longo deste período.

### EVOLUÇÃO DA DÍVIDA TOTAL



### DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Considerando que o município durante o exercício de 2010 não usufruiu de crédito bancário de médio e longo prazo, a análise deste conteúdo é centrada na evolução da dívida contratualizada em exercícios anteriores, diferenciando-se para o efeito os empréstimos consoante concorram ou não para efeitos do cálculo do limite do endividamento líquido e do de médio e longo prazo.

| EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO                                                                     |                   |                   |                   |                   |                   |                    |                |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--------------------|----------------|
|                                                                                                               | 2006              | 2007              | 2008              | 2009              | 2010              | Variação 2009/2010 |                |
| <b>Empréstimos de Médio e Longo Prazo</b>                                                                     | <b>72.132.526</b> | <b>66.253.301</b> | <b>60.443.050</b> | <b>66.376.618</b> | <b>58.919.838</b> | <b>-7.456.780</b>  | <b>-11,2%</b>  |
| <b>Empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento</b>                                             | <b>47.625.730</b> | <b>42.823.585</b> | <b>38.021.442</b> | <b>45.012.098</b> | <b>38.704.490</b> | <b>-6.307.607</b>  | <b>-14,0%</b>  |
| Empréstimo obrigacionista com o BCP no montante de 14.963.936,91                                              | 0                 | 0                 | 0                 | 0                 | 0                 |                    |                |
| Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82                                           | 27625.730         | 24.840.203        | 22.054.677        | 9.269.150         | 16.483.623        | -2.785.527         | -14,5%         |
| Empréstimo Bancário de M.L.P com o BPI no montante de 20.000,000                                              | 20.000.000        | 17.983.382        | 15.966.765        | 13.950.147        | 11.933.530        | -2.016.617         | -14,5%         |
| Empréstimo Bancário de M.L.P ao abrigo do PREDE - 2.545.533                                                   |                   |                   |                   | 11.792.801        | 10.287.337        | -1505.463          | -12,8%         |
| Banco Santander Totta                                                                                         |                   |                   |                   | 6.774.588         | 5269.124          | -1505.463          | -22,2%         |
| Estado                                                                                                        |                   |                   |                   | 5.018.213         | 5.018.213         | 0,0%               | 0,0%           |
| <b>Empréstimos que não relevam para a capacidade de endividamento</b>                                         | <b>24.506.796</b> | <b>23.429.716</b> | <b>22.421.608</b> | <b>21.364.520</b> | <b>20.215.348</b> | <b>-1.149.172</b>  | <b>-5,4%</b>   |
| Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - Intempéries - com o BTA no montante de 448.918,11 | 63.513            | 0                 | 0                 | 0                 | 0                 |                    |                |
| Empréstimo Bancário de M.L.P com C.G.D - Complemento PER - no montante de 3.426.512,43 €                      | 3.426.512         |                   |                   |                   |                   |                    |                |
| Empréstimo Bancário de M.L.P com o BES - Complemento PER - no montante de 2.428.716,06                        | 2.320.774         | 7.014.231         |                   |                   |                   |                    |                |
| Empréstimo Bancário de M.L.P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 1.421.928,26                       | 1.421.928         |                   | 6.740.937         | 6.462.700         | 6.179.270         | -283.430           | -4,4%          |
| Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1 com a C.G.D - no montante de 7.481.968,46€  | 4.948.205         | 4.710.425         | 4.483.371         | 4.241.906         | 3.974.635         | -267.271           | -6,3%          |
| Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a C.G.D - até 21007737,65             | 12.235.864        | 11.705.060        | 11.197.300        | 10.659.914        | 10.061.443        | -598.471           | -5,6%          |
| <b>Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo</b>                                                                  | <b>0</b>          | <b>1.956.054</b>  | <b>1.744.589</b>  | <b>1.533.123</b>  | <b>1.321.658</b>  | <b>-211.465</b>    | <b>-13,8%</b>  |
| Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo                                                            | 0                 | 1.956.054         | 1.744.589         | 1.533.123         | 1.321.658         | -211.465           | -13,8%         |
| <b>Total da dívida de médio e longo prazo</b>                                                                 | <b>72.132.526</b> | <b>68.209.355</b> | <b>62.187.639</b> | <b>67.909.741</b> | <b>60.241.496</b> | <b>-7.668.245</b>  | <b>-11,29%</b> |
| <b>Taxa de crescimento</b>                                                                                    | <b>-8,08%</b>     | <b>-5,44%</b>     | <b>-8,83%</b>     | <b>9,20%</b>      | <b>-11,29%</b>    |                    |                |

Un. Euros

Invertendo-se a orientação demonstrada no anterior exercício económico e retomando-se a tendência de descida evidenciada desde 2003, no ano de 2010 verifica-se uma redução de (-) 11,3% da dívida de médio e longo prazo, em resultado da amortização dos empréstimos que constituem o serviço de dívida,

que a cada ano que passa se vê mais abreviado, associado ao facto de não ter sido contratado nenhum outro financiamento.

Do decréscimo global obtido, como habitualmente, sobressai o contributo das amortizações efectuadas por conta dos empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento, em especial do empréstimo bancário contratado com o BTA, no montante de 29.927.873,82€, e que originou uma redução de 2.785.527€ no valor da dívida, logo seguido do empréstimo bancário adjudicado ao BPI, no valor de 20.000.000€, que determinou um corte adicional de 2.016.617€

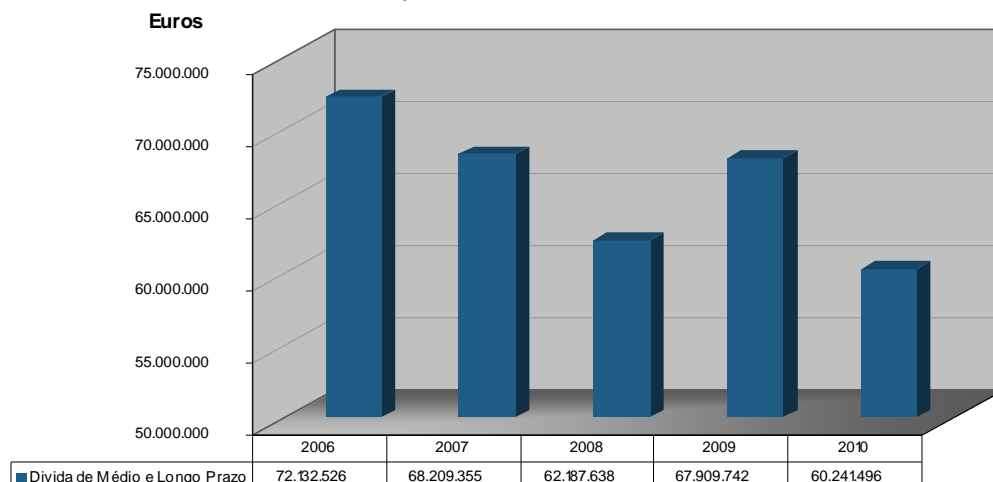
Na sequência da utilização no ano transacto do empréstimo contratado ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE), assistiu-se também a uma redução de (-)1.505.463€ na dívida de médio e longo prazo, integralmente decorrente da amortização da parte correspondente ao empréstimo contraído com a instituição de crédito Banco Santander Totta, uma vez que a parcela correspondente ao financiamento do Estado ainda se encontra em período de diferimento.

Em matéria de empréstimos que não relevam para efeitos de cálculo de capacidade de endividamento, o maior volume de amortizações está associado aos empréstimos contratualizados com a CGD ao abrigo das linhas de crédito bonificado (PER), cujo valor total ascendeu a (-) 865.742€, sendo os demais empréstimos denominados de complemento PER, presentemente contratados com o Banco Bilbao Viscaya em consequência da operação de “Reestruturação do serviço de dívida de médio e longo prazo” levada a cabo em 2007, responsáveis por uma redução de (-) 283.430€.

A componente de outras dívidas de médio e longo prazo, que provém da responsabilidade assumida pelo município em consequência de sentença homologatória proferida no âmbito do processo de aquisição do Pavilhão Gimnodesportivo de S. Pedro Fins, construído na esfera do Programa Especial de Realojamento, foi responsável por um abrandamento de (-)211.465€ no endividamento de médio e longo prazo.

A inclinação decrescente da dívida de médio e longo prazo patenteia-se no gráfico subsequente.

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO



Anos

Por último, remete-se para o próximo capítulo o necessário enquadramento legal em matéria de limites à contratação de empréstimos de médio e longo prazo.

### SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Com o objectivo de avaliar numa óptica orçamental o peso dos encargos decorrentes do endividamento de médio e longo prazo, como sejam os juros e as respectivas amortizações, no total da despesa e receita municipal, insere-se um quadro ilustrativo da evolução do serviço de dívida municipal ao longo dos últimos cinco anos.

| EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO                   |                  |                  |                  |                  |                  |
|------------------------------------------------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
|                                                                        | 2006             | 2007             | 2008             | 2009             | 2010             |
| <b>Total do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo (1+2+3)</b>       | <b>8.809.401</b> | <b>9.145.632</b> | <b>8.809.987</b> | <b>9.118.485</b> | <b>9.453.516</b> |
| Amortizações                                                           | 6.348.250        | 6.037.932        | 6.021.717        | 6.823.429        | 7.668.246        |
| Juros                                                                  | 2.461.151        | 3.107.700        | 2.788.270        | 2.295.056        | 1.785.270        |
| <b>Taxa de Crescimento do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo</b> | <b>45,5%</b>     | <b>3,8%</b>      | <b>-3,7%</b>     | <b>3,5%</b>      | <b>3,7%</b>      |
| Amortizações                                                           | 61,3%            | -4,9%            | -0,3%            | 13,3%            | 12,4%            |
| Juros                                                                  | 16,0%            | 26,3%            | -10,3%           | -17,7%           | -22,2%           |
| <b>Juros / Receita Total Cobrada</b>                                   | <b>4,0%</b>      | <b>4,0%</b>      | <b>3,6%</b>      | <b>2,9%</b>      | <b>2,6%</b>      |
| <b>Juros / Despesa Total Paga</b>                                      | <b>4,0%</b>      | <b>4,0%</b>      | <b>3,8%</b>      | <b>2,8%</b>      | <b>2,5%</b>      |
| <b>Juros / Despesa de Capital Paga</b>                                 | <b>10,2%</b>     | <b>8,7%</b>      | <b>10,4%</b>     | <b>7,2%</b>      | <b>6,5%</b>      |
| <b>Serviço Dívida / Receita Total Cobrada</b>                          | <b>14,4%</b>     | <b>11,9%</b>     | <b>11,5%</b>     | <b>11,6%</b>     | <b>13,6%</b>     |
| <b>Serviço Dívida / Despesa Total Paga</b>                             | <b>14,4%</b>     | <b>11,9%</b>     | <b>12,0%</b>     | <b>11,2%</b>     | <b>13,5%</b>     |

Um Euros

\* No ano de 2007 o valor das amortizações encontra-se deduzido dos 5.747.286 Euros que dizem respeito à amortização integral dos empréstimos contratados com C.G.D e B.E.S que transitaram como aditamento ao contrato inicial do BBVA, em resultado da "Reestruturação do Serviço da Dívida de M.L.P" que ocorreu.

Da análise dos números aqui presentes é notório que o serviço de dívida municipal têm vindo a aumentar nos últimos três anos, o que se deve integralmente ao acréscimo dos valores amortizados, uma vez que o montante de juros pagos apresenta um decréscimo em todas as componentes da dívida.

Para este comportamento contribuiu sobretudo o volume de amortizações associado aos empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento, registando-se que a partir de 2009 passaram a incluir as amortizações referentes ao crédito contraído junto do Banco Santander Totta ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE).

Sobressaem no exercício de 2010, não só o peso das amortizações, ao representar cerca de 81% do total do serviço de dívida, mas também o seu aumento de 12%, para além da descida acentuada dos encargos financeiros, de (-) 22%, em relação ao ano de 2009.

Num contexto de apertada gestão de disponibilidades destaca-se que o montante de 9.453.516€ atribuído ao Serviço de Dívida do Município em 2010 absorve cerca de 14% do total da receita executada, parcela que representa uma parte significativa da receita cobrada.

Considera-se de seguida uma descrição detalhada do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo no ano de 2010, bem como a respectiva previsão desses encargos para o exercício que se avizinha.

| DESCRIÇÃO DO SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO                                            |                   |                  |                  |                  |                  |                  |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
|                                                                                                  | Resultado em 2010 |                  |                  | Previsto em 2011 |                  |                  |
|                                                                                                  | Amort             | Juros            | Total            | Amort            | Juros            | Total            |
| <b>Empréstimos M LP que relevam p/ capacidade de endividamento</b>                               |                   |                  |                  |                  |                  |                  |
| Empréstimo Bancário de M.L.P com o Banco Santander Totta, de 29.927.873,82 €                     | 2.785.527         | 747.686          | 3.533.213        | 2.785.527        | 633.882          | 3.418.708        |
| Empréstimo Bancário de M.L.P com Banco Português de Investimento, de 20.000.000,00 €             | 2.016.618         | 541.846          | 2.558.463        | 2.016.618        | 460.572          | 2.477.190        |
| Empréstimo de MLP com o Banco Santander Totta, de 7.527.320,43 € - PREDE                         | 1.505.464         | 161.360          | 1.666.824        | 1.505.464        | 134.326          | 1.639.790        |
| <b>Sub Total</b>                                                                                 | <b>6.307.608</b>  | <b>1.450.892</b> | <b>7.758.501</b> | <b>6.307.608</b> | <b>1.228.079</b> | <b>7.535.688</b> |
| <b>Empréstimos M LP que não relevam p/ capacidade de endividamento</b>                           |                   |                  |                  |                  |                  |                  |
| Empréstimo Bancário de M.L.P com o BBVA - Complemento PER - de 7.169.214,75 €                    | 283.430           | 255.990          | 539.420          | 288.887          | 244.585          | 533.471          |
| Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado (PER 1) com a CGD - até 7.481.968,46 € | 267.271           | 18.351           | 285.622          | 267.746          | 18.681           | 286.427          |
| Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado (PER 2) com a CGD - até 2.107.411,44 € | 598.471           | 48.186           | 646.657          | 599.780          | 48.462           | 648.242          |
| <b>Sub Total</b>                                                                                 | <b>1.149.173</b>  | <b>322.527</b>   | <b>1.471.700</b> | <b>1.156.413</b> | <b>311.728</b>   | <b>1.468.141</b> |
| <b>Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo</b>                                                     |                   |                  |                  |                  |                  |                  |
| Fornecedores de Imobilizado de MLP                                                               | 211.465           | 11.851           | 223.316          | 211.465          | 13.521           | 224.986          |
| <b>Sub Total</b>                                                                                 | <b>211.465</b>    | <b>11.851</b>    | <b>223.316</b>   | <b>211.465</b>   | <b>13.521</b>    | <b>224.986</b>   |
| <b>TOTAL</b>                                                                                     | <b>7.668.246</b>  | <b>1.785.270</b> | <b>9.453.516</b> | <b>7.675.486</b> | <b>1.553.328</b> | <b>9.228.815</b> |

Un: Euros

Mantendo-se o rumo de anteriores gerências, continua a ser dominante o peso do serviço de dívida dos empréstimos que relevam para efeitos da determinação dos limites de endividamento, tornando-se este cenário ainda mais premente em consequência da contratação do empréstimo bancário de médio e longo prazo, no montante de 12.545.534€, que ocorreu no ano passado ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado, e que não beneficiou de qualquer período de diferimento das amortizações.

Para 2011, continuam a ser predominantes os encargos dos empréstimos bancários contratados com o Banco Santander Totta e o Banco Português de Investimento, nos montantes de 3.418.708€ e 2.477.190€, respectivamente.

Em matéria de empréstimos que não relevam para efeitos da determinação dos limites de endividamento, regista-se, como seria expectável, que o maior volume do serviço da dívida está indexado aos empréstimos contratados com a CGD ao abrigo das linhas de crédito bonificado (PER1 e PER2).

## COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO FIM DA GERÊNCIA

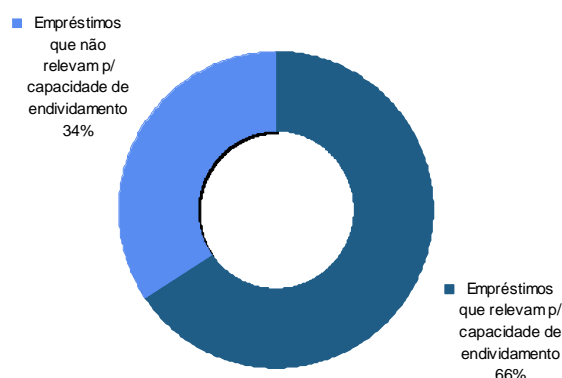
Com o objectivo de obter uma visão mais detalhada da estrutura do endividamento municipal de médio e longo prazo, apresenta-se de seguida um quadro síntese dos empréstimos existentes à data de 31 de Dezembro de 2010 e respectivos valores do capital em dívida, diferenciando-os em função da sua relevância para o cálculo da capacidade de endividamento e do seu grau de exigibilidade.

| COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO<br>POR GRAU DE EXIGIBILIDADE                                      |                   |                |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|----------------|
|                                                                                                               | 2010              |                |
|                                                                                                               | Valor             | Peso           |
| <b>EXIGÍVEL A MÉDIO E LONGO PRAZO</b>                                                                         | <b>52.566.010</b> | <b>87,26%</b>  |
| <b>Empréstimos Bancários de MLP</b>                                                                           | <b>51.455.817</b> | <b>85,42%</b>  |
| <b>Empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento</b>                                             | <b>32.396.882</b> | <b>53,78%</b>  |
| Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82                                           | 13.698.097        | 22,74%         |
| Empréstimo Bancário de M.L.P com BPI no montante de 20.000.000                                                | 9.916.912         | 16,46%         |
| Empréstimo Bancário de M.L.P ao abrigo do PREDE - 12.545.533                                                  | 8.781.873         | 14,58%         |
| Banco Santander Totta                                                                                         | 3.763.660         | 6,25%          |
| Estado                                                                                                        | 5.018.213         | 8,33%          |
| <b>Empréstimos que não relevam para a capacidade de endividamento</b>                                         | <b>19.058.935</b> | <b>31,64%</b>  |
| Empréstimo Bancário de M.L.P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75                       | 5.890.383         | 9,78%          |
| Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1- com a C.G.D - no montante de 7.481.968,46€ | 3.706.889         | 6,15%          |
| Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a C.G.D - até 21.007.737,65           | 9.461.663         | 15,71%         |
| <b>Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo</b>                                                                  | <b>1.110.193</b>  | <b>1,84%</b>   |
| Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo                                                            | 1.110.193         | 1,84%          |
| <b>EXIGÍVEL A CURTO PRAZO</b>                                                                                 | <b>7.675.486</b>  | <b>12,74%</b>  |
| <b>Empréstimos de Médio e Longo Prazo</b>                                                                     | <b>7.464.021</b>  | <b>12,39%</b>  |
| <b>Empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento</b>                                             | <b>6.307.608</b>  | <b>10,47%</b>  |
| Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82                                           | 2.785.527         | 4,62%          |
| Empréstimo Bancário de M.L.P com BPI no montante de 20.000.000                                                | 2.016.618         | 3,35%          |
| Empréstimo Bancário de M.L.P ao abrigo do PREDE - 12.545.533                                                  | 1.505.464         | 2,50%          |
| Banco Santander Totta                                                                                         | 1.505.464         | 2,50%          |
| Estado                                                                                                        | 0                 | 0,00%          |
| <b>Empréstimos que não relevam para a capacidade de endividamento</b>                                         | <b>1.156.413</b>  | <b>1,92%</b>   |
| Empréstimo Bancário de M.L.P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75                       | 288.887           | 0,48%          |
| Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1- com a C.G.D - no montante de 7.481.968,46€ | 267.746           | 0,44%          |
| Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a C.G.D - até 21.007.737,65           | 599.780           | 1,00%          |
| <b>Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo</b>                                                                  | <b>2.114.665</b>  | <b>0,35%</b>   |
| Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo                                                            | 2.114.665         | 0,35%          |
| <b>TOTAL DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO</b>                                                                 | <b>60.241.496</b> | <b>100,00%</b> |

Un: Euros

Em conformidade com os valores apresentados e atento o disposto na Lei das Finanças Locais, constata-se que do total dos empréstimos de médio e longo prazo contraídos, 34% estão excluídos para efeitos do cálculo do limite do endividamento líquido, sendo de mencionar que a maioria destes empréstimos, dizem respeito à linha de crédito bonificado ao abrigo do Programa Especial de Realojamento, no âmbito da construção da habitação social.

**RELEVÂNCIA DOS EMPRÉSTIMOS MLP PARA EFEITOS DO LIMITE DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO (2010)**



A título complementar, insere-se um quadro representativo da composição desta dívida no fim da gerência de 2011, que acaba por traduzir os valores atrás identificados na componente exigível a médio e longo prazo.

| PREVISÃO DA ESTRUTURA DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO                                                      |                   |             |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|-------------|
| FINAL DE 2011                                                                                               |                   |             |
|                                                                                                             | Valor             | Peso        |
| <b>Empréstimos de Médio e Longo Prazo</b>                                                                   | <b>51.455.817</b> | <b>98%</b>  |
| <b>Empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento</b>                                           | <b>32.396.882</b> | <b>62%</b>  |
| Empréstimo Bancário de M.L.P como BTA no montante de 29.927.873,82                                          | 13.698.097        | 26%         |
| Empréstimo Bancário de M.L.P com BPI no montante de 20.000.000                                              | 9.916.912         | 19%         |
| Empréstimo Bancário de M.L.P ao abrigo do PREDE - 12.545.533                                                | <b>8.781.873</b>  | <b>17%</b>  |
| Banco Santander Totta                                                                                       | 3.763.660         | 7%          |
| Estado                                                                                                      | 5.018.213         | 10%         |
| <b>Empréstimos que não relevam para a capacidade de endividamento</b>                                       | <b>19.058.935</b> | <b>36%</b>  |
| Empréstimo Bancário de M.L.P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75                     | 5.890.383         | 11%         |
| Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1- com a CGD - no montante de 7.481.968,46€ | 3.706.889         | 7%          |
| Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a CGD - até 21.007.737,65           | 9.461.663         | 18%         |
| <b>Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo</b>                                                                | <b>1.110.193</b>  | <b>2%</b>   |
| Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo                                                          | 1.110.193         | 2%          |
| <b>TOTAL DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO</b>                                                               | <b>52.566.010</b> | <b>100%</b> |

Un: Euros

### DÍVIDA DE CURTO PRAZO

A componente do endividamento de curto prazo incorpora a dívida proveniente dos fornecedores c/c e de imobilizado, dos credores de transferências para as autarquias locais e por investimentos financeiros, e do Estado e Outros Credores, cuja evolução dos últimos anos se retrata no quadro seguinte.

| EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE CURTO PRAZO                   |                   |                   |                   |                   |                   |               |               | Variação 2006-2010 |               |
|-----------------------------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|---------------|---------------|--------------------|---------------|
|                                                     | 2006              | 2007              | 2008              | 2009              | 2010              |               |               | Valor              | %             |
|                                                     |                   |                   |                   |                   | Valor             | Peso          | Variação      |                    |               |
| <b>Fornecedores c/c</b>                             | <b>4.545.822</b>  | <b>3.992.302</b>  | <b>3.735.283</b>  | <b>1.787.016</b>  | <b>2.500.544</b>  | <b>15,0%</b>  | <b>39,9%</b>  | <b>-2.045.278</b>  | <b>-45,0%</b> |
| Fornecedores c/c                                    | 4.060.852         | 3.680.135         | 3.604.849         | 1.754.547         | 2.494.821         | 15,0%         | 42,2%         | -1.566.031         | -38,6%        |
| Fornecedores c/c - com factoring                    | 484.970           | 312.167           | 130.434           | 32.469            | 5.723             | 0,0%          | -82,4%        | -479.247           | -98,8%        |
| <b>Fornecedores imobilizado</b>                     | <b>32.638.378</b> | <b>21.217.971</b> | <b>16.421.032</b> | <b>10.394.811</b> | <b>9.469.913</b>  | <b>56,8%</b>  | <b>-8,9%</b>  | <b>-23.168.464</b> | <b>-71,0%</b> |
| Fornecedores imobilizado                            | 15.243.270        | 9.653.042         | 10.709.224        | 10.207.407        | 8.614.038         | 51,6%         | -15,6%        | -6.629.232         | -43,5%        |
| Fornecedores imobilizado - com factoring            | 17.395.107        | 11.564.929        | 5.711.808         | 187.404           | 855.875           | 5,1%          | 356,7%        | -16.539.232        | -95,1%        |
| <b>Outros credores</b>                              | <b>3.014.168</b>  | <b>7.619.284</b>  | <b>6.481.868</b>  | <b>5.437.788</b>  | <b>4.715.244</b>  | <b>28,3%</b>  | <b>-13,3%</b> | <b>1.701.076</b>   | <b>56,4%</b>  |
| Estado                                              | 10.570            | 13.913            | 14.195            | 0                 | 12.684            | 0,1%          | -             | 2.115              | 20,0%         |
| Credores de transferências das autarquias           | 2.448.805         | 6.178.668         | 5.848.082         | 4.937.938         | 4.406.201         | 26,4%         | -10,8%        | 1.957.396          | 79,9%         |
| Credores por Investimentos Financeiros              | 162.350           | 101.000           | 0                 | 0                 | 5.125             | 0,1%          | -             | -147.225           | -90,7%        |
| Credores Diversos                                   | 392.443           | 1.325.703         | 619.591           | 499.850           | 281.233           | 1,7%          | -43,7%        | -111.210           | -28,3%        |
| <b>Total da Dívida de Curto Prazo</b>               | <b>40.198.367</b> | <b>32.829.558</b> | <b>26.638.184</b> | <b>17.619.616</b> | <b>16.685.700</b> | <b>100,0%</b> | <b>-5,3%</b>  | <b>-23.512.667</b> | <b>-58,5%</b> |
| <b>Taxa de Crescimento da Dívida de Curto Prazo</b> | <b>-12,0%</b>     | <b>-18,3%</b>     | <b>-18,9%</b>     | <b>-33,9%</b>     | <b>-5,3%</b>      |               |               |                    |               |
| Fornecedores c/c                                    | -17,8%            | -12,2%            | -6,4%             | -52,2%            | 39,9%             |               |               |                    |               |
| Fornecedores imobilizado                            | -12,9%            | -35,0%            | -22,6%            | -36,7%            | -8,9%             |               |               |                    |               |
| Outros credores                                     | 12,8%             | 152,8%            | -14,9%            | -16,1%            | -13,3%            |               |               |                    |               |

Duma análise comparativa e global conclui-se que ao longo dos cinco anos se registou um decréscimo acentuado das dívidas de curto prazo, (-)58,5%, (-)23.512.667€, consequente do comportamento da generalidade das suas rubricas, com especial incidência na dos fornecedores de imobilizado face à materialidade dos seus valores.

O exercício de 2010 confirma esta tendência ao ser perceptível a redução da estrutura de endividamento de curto prazo, em (-5,3%), ao totalizar 16.685.700€, apesar do aumento denotado na rubrica de fornecedores de conta corrente.

Efectivamente, do comparativo com o exercício de 2009, decorre do observado:

- Por um lado, as dívidas a fornecedores de imobilizado, ao perfazerem o valor de 9.469.913€, acusam uma diminuição de (-)924.898€, cerca de (-) 9%, bem como as dívidas a outros credores, no total de 4.715.244€, que reflectem uma redução de (-)722.545€, (-)13,3%.
- Por outro lado, o aumento das dívidas de fornecedores conta corrente, que ao atingirem 2.500.544€ relevam em mais 713.527€.

Neste âmbito é importante que se note que tem havido uma excessiva demora por parte do Estado na libertação dos pedidos de pagamento dos projectos co-financiados, valor que no final do exercício ascendia a 2.023.633€, onde já existe o emprego de capitais na aquisição de bens de equipamento e serviços, e como tal já com dívida consolidada, o que posicionou o município numa situação de impossibilidade de solver uma parte substantiva daqueles encargos dada a materialidade dos valores em causa.

Também não será despiciente ignorar a influência do actual período de recessão económica na cobrança efectiva da receita municipal, que em sede de impostos directos não é de todo desprezível.

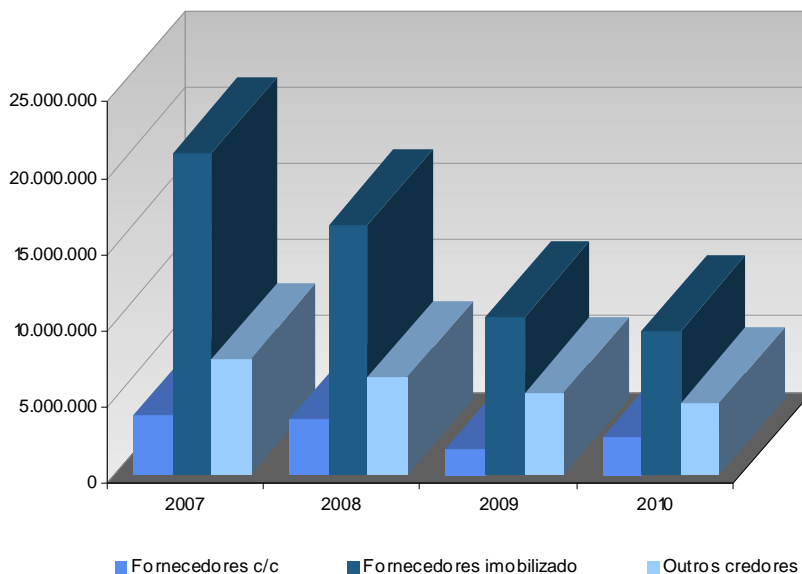
Na rubrica de credores de transferências das autarquias locais, o maior valor refere-se a uma dívida de 3.171.289€ de participações para investimento à LIPOR cuja assunção por parte do Município está a ser dirimida em sede de compromisso arbitral, com a invocação de que também são devidas taxas de



construção ao município na sequência do licenciamento da estação de tratamento de resíduos Sólidos (LIPOR II) e do aterro sanitário de apoio àquela estação.

A tendência decrescente do comportamento da dívida de curto prazo no último quinquénio afigura-se de forma notória no gráfico subsequente.

**EVOLUÇÃO DA DIVIDA DE CURTO PRAZO**

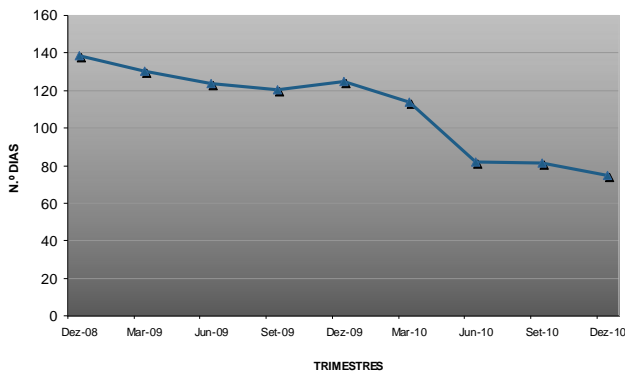


Apraz de igual modo assinalar a melhoria significativa do prazo médio de pagamento do município que à data de 31 de Dezembro ascende a 75 dias, como está bem patente no gráfico que se insere.

| PRAZO MEDIO PAGAMENTO                                                                                                                                                        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |  |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--|
|                                                                                                                                                                              | Dez-08 | Mar-09 | Jun-09 | Set-09 | Dez-09 | Mar-10 | Jun-10 | Set-10 | Dez-10 |  |
| PMP - Prazo Médio de pagamentos (Resolução do Conselho de Ministros 34/2008 de 22 de Fevereiro) com a Metodologia prevista pelo Despacho 3870/2009 do Ministério da Finanças | 139    | 130    | 124    | 121    | 125    | 114    | 82     | 81     | 75     |  |

$$PMP = \frac{\sum_{i=1}^n DF_i}{\sum_{i=1}^n A_i} \times 365$$

**EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO**



## ENDIVIDAMENTO – Lato Sensu

Em conformidade com o enquadramento legal vertido na actual Lei das Finanças Locais existe um conjunto de medidas tendentes ao controlo do endividamento municipal, como sejam a existência de um conceito de endividamento municipal que incorpora no município os efeitos do endividamento das entidades que constituem o sector empresarial local (SEL), em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no seu regime jurídico (Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro), os serviços municipalizados e as associações de municípios, na proporção da sua participação, bem como a imposição de dois limites ao endividamento municipal:

- Um limite ao endividamento líquido, correspondente a um stock de 125% dos seguintes recursos próprios: receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF e da participação no IRS, da derrama e da participações do sector empresarial local
- Um limite à contracção de empréstimos, correspondente a 100% daqueles recursos.

Por outro lado, prevê o n.º 3 do seu artigo 5.º que tendo em vista assegurar a coordenação efectiva entre as finanças do Estado e as finanças das Autarquias Locais, a Lei do Orçamento de Estado pode definir limites máximos ao endividamento municipal diferentes daqueles que se encontram atrás mencionados.

Considerando o exposto, no âmbito da apreciação formalizada é fundamental contextualizar os efeitos decorrentes das sucessivas alterações ao conceito do endividamento municipal previsto na Lei das Finanças Locais, que têm vindo a ser contempladas em sede de Lei de Orçamento do Estado, pois só assim é exequível uma análise comparativa que se pretenda séria e consistente, pelo que, mais uma vez, se reitera a necessidade de se proceder com prudência a qualquer análise comparativa.

Relativamente ao presente exercício económico a Lei do Orçamento para 2010, aprovada em 28 de Abril, em matéria de endividamento municipal apenas vem excepcionar dos limites de endividamento previstos na Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, os empréstimos destinados ao financiamento de investimentos no âmbito da Iniciativa Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos, bem como para aquisição de fogos, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 2.º do Decreto -Lei n.º 159/2003, de 18 de Julho, ao IHRU, I. P., os quais devem ser previamente autorizados por despacho do membro do Governo responsável pela área das finanças.

Todavia, em 30 de Junho de 2010, na sequência das fortes restrições impostas pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento no sentido da consolidação orçamental das finanças públicas, o Governo tomou um conjunto de decisões relevantes, cujas linhas gerais são públicas e conhecidas, e que visam reforçar e acelerar a redução de défice excessivo e o controlo do crescimento da dívida pública. Disposições estas, que foram estabelecidas na Lei n.º 12-A/2010 e que aí sim são contemplados novos limites ao endividamento municipal ainda mais restritivos.

Assim, se até 30 de Junho de 2010 o município estava obrigado a cumprir os limites de endividamento estabelecidos pela Lei das Finanças Locais, a partir de 01 de Julho de 2010, **a meio de um exercício económico, o que é importante que se refira**, é-lhe imposto um novo limite, a impossibilidade de acordar contratualmente novos empréstimos, incluindo todas as formas de dívida, que impliquem um aumento do seu endividamento líquido

Embora a lei não seja clara parece decorrer como novo limite a Regra do Endividamento Líquido Nulo, o que significa que o Endividamento Líquido do Município no final do exercício de 2010 terá de ser menor ou igual que o valor apurado à data de 30 de Junho de 2010, sob pena de incumprimento dos limites legais.

## LIMITES LEGAIS DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

Atento o exposto, impõe-se uma avaliação ao endividamento municipal do exercício 2010, inserindo-se para esse efeito um mapa ilustrativo do cálculo dos três limites de endividamento fixados na Lei das Finanças Locais bem como do novo limite de endividamento líquido - Regra do Endividamento Líquido Nulo - entretanto introduzido pela Lei n.º 12-A/2010, em 30 de Junho, para a gerência em análise.

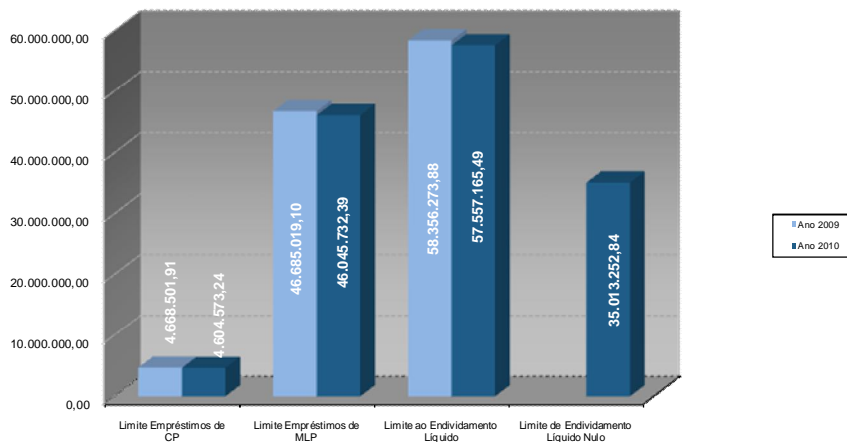
| CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL                                    |                      |                                                                                         |  |
|-----------------------------------------------------------------------------------|----------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------|--|
| ANO DE 2010                                                                       |                      |                                                                                         |  |
| Designação                                                                        | Montante (Euros)     | Observações                                                                             |  |
| <b>Receitas a considerar para efeitos de cálculo dos limites do endividamento</b> |                      |                                                                                         |  |
| (1) IMI 2009                                                                      | 16.364.165           |                                                                                         |  |
| (2) IMT 2009                                                                      | 6.030.748            |                                                                                         |  |
| (3) IUC 2009                                                                      | 2.127.118            | Receitas Cobradas Líquidas constantes no Mapa de Controlo Orçamental da Receita de 2009 |  |
| (4) CA 2009                                                                       | 70.227               |                                                                                         |  |
| (5) SISA 2009                                                                     | 26.522               |                                                                                         |  |
| (6) Derrama 2009                                                                  | 10.404.754           |                                                                                         |  |
| (7) SEL 2009                                                                      | 0                    |                                                                                         |  |
| (8) Fundos Municipais OE 2010                                                     | 11.022.197           |                                                                                         |  |
| <b>(9) Total de receitas a considerar</b>                                         | <b>46.045.732,39</b> | <b>(9)=somatório de (1) a (8)</b>                                                       |  |
| <b>(10) Limite aos Empréstimos de Curto Prazo</b>                                 | <b>4.604.573,24</b>  | <b>(10)=10%x(9)</b>                                                                     |  |
| <b>(11) Limite aos Empréstimos de Médio e Longo Prazo</b>                         | <b>46.045.732,39</b> | <b>(11)=100% x (9)</b>                                                                  |  |
| <b>(12) Limite ao Endividamento Líquido</b>                                       | <b>57.557.165,49</b> | <b>(12)=125%x(9)</b>                                                                    |  |
| <b>(13) Limite do Endividamento Líquido Nulo</b>                                  | <b>35.013.252,84</b> | <b>Endividamento líquido apurado a 30/06/2010</b>                                       |  |

Un: Euros

Importa acautelar que os limites máximos acima identificados foram calculados com base nas receitas discriminadas nos termos do disposto na Lei das Finanças Locais em conformidade com a norma interpretativa da Direcção Geral das Autarquias Locais e já contemplam a redução dos fundos municipais de igual modo ditada pelas alterações introduzidas em 30 de Junho pela Lei n.º 12-A/2010, em resultado das fortes restrições impostas pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento no sentido da consolidação orçamental das finanças públicas.

Como é dado a observar para o exercício de 2010 verifica-se mais uma vez uma redução destes limites em consequência da confluência de duas rubricas, por um lado do decréscimo da estrutura da receita cobrada, cenário que tem sido recorrente desde 2008, e que a meio do exercício económico sofreu também uma redução adicional por via do expressivo corte que atingiu os Fundos Municipais, e por outro lado da imposição da Regra do Endividamento Líquido Nulo, em ambos os casos resultado das referidas medidas adicionais de consolidação orçamental impostas pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento introduzidas pela Lei 12-A/2010.

Evolução dos Limites de Endividamento  
2009-2010



## ENTIDADES RELEVANTES PARA OS LIMITES LEGAIS

Face ao enquadramento do endividamento na actual Lei da Finanças Locais e consagrado que se encontra o conceito do endividamento líquido municipal que incorpora no município os efeitos do endividamento das entidades que constituem o sector empresarial local (SEL), em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no seu regime jurídico (Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro), os serviços municipalizados e as associações de municípios, na proporção da sua participação, importa desde logo identificar as entidades relevantes para os limites legais estabelecidos.

A observância da aludida regra do equilíbrio pode ser aferida numa óptica anual ou plurianual, sendo necessário neste último caso a apresentação de um plano previsional à Inspeção Geral de Finanças, o que não se verificou relativamente a qualquer das entidades participadas pelo município, anotando-se que no caso de ser cumprida tal regra o contributo para o endividamento municipal das entidades participadas que constituem o sector empresarial local (SEL) é nulo.

No cômputo geral das entidades participadas pelo município identificadas no quadro da página contígua, e de acordo com este conceito, no final do semestre eram susceptíveis de relevar para efeitos de limites do endividamento deste município, dezassete entidades: o Município, os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, duas Associações de Municípios, a Lipor e a Área Metropolitana, e treze empresas de natureza empresarial.

| Entidades participadas                                              |                                                                                                 | Parcela detida (1) |         | Resultados do último exercício |                   |        |
|---------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|---------|--------------------------------|-------------------|--------|
| Designação                                                          | Sede                                                                                            | Valor              | %       | Capitais Próprios              | Resultado Líquido | Exerc. |
| <b>Entidades Societárias</b>                                        |                                                                                                 |                    |         |                                |                   |        |
| Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.E.M.             | Praça do Doutor José Vieira de Carvalho Torre Municipal, 14.º Piso 4474-006 Maia                | 124.699,47         | 100%    | 218.075                        | 6.815             | 2010   |
| Academia das Artes da Maia - Produções Culturais, E.E.M.            | Fórum da Maia Núcleo Central do Concelho - Rua Engenheiro Duarte Pacheco 4474-006 Maia          | 49.879,78          | 100%    | -35.181                        | -117.691          | 2010   |
| Conservatório de Música da Maia CMM S.U.Lda (3)                     | Fórum da Maia Núcleo Central do Concelho - Rua Engenheiro Duarte Pacheco 4474-006 Maia          | 5.000,00           | 100%    | -95.725                        | -98.225           | 2010   |
| Maiambiente - Empresa Municipal do Ambiente, E.E.M.                 | Rua 5 de Outubro, 359 Milheirós 4475-302 Maia                                                   | 1496.393,69        | 100%    | 1815.108                       | 101775            | 2010   |
| Espaço Municipal - Renovação Urbana Gestão do Património, E.E.M.    | Rua Dr.º Carlos Felgueiras, 1814470-157 Maia                                                    | 13.336.638,50      | 100%    | 12.213.083                     | 139.008           | 2010   |
| Tum - Transportes Urbanos da Maia, E.M. (2)                         | Edifício dos Paços do Concelho - Praça do Dr. José Vieira de Carvalho, 4470-202 Maia            | 124.699,47         | 100%    | 9.117                          | -4.830            | 2010   |
| Águas do Douro e Paiva, S.A. (4)                                    | Rua de Vilar, n.º 235 - 5.º Apartado 55145 4050-626 Porto                                       | 566.805,00         | 2,92%   | 22.945.236                     | 2.176.370         | 2010   |
| Águas do Noroeste, S.A. (4)                                         | Lugar de Gáido, Barcelos, 4755-045 Areias de Vilar                                              | 1.150.000,00       | 2,19%   | 41.268.134                     | 1.048.096         | 2010   |
| Macmaí - Matadouro Agrícola e Comercial da Maia, Ld.ª               | Rua 5 de Outubro 4475-302 Milheirós Maia                                                        | 149.639,36         | 100%    | -18.1807                       | -8.714            | 2009   |
| Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S.A.   | Av. Prof. Dr.º Cavaco Silva, Edifício Ciência II, n.º 11, 3.º B, Taguspark 2740-120 Porto Salvo | 150.199,00         | 4,64%   | 3.995.064                      | -491.754          | 2010   |
| Net - Novas Empresas e Tecnologias, S.A. (2)                        | Rua de Salazares, 842 4149-002 Porto                                                            | 2.500,00           | 0,50%   | 356.057                        | -18.309           | 2010   |
| Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A.              | Rua Eng.º Frederico Ulrich, 2650 4470-605 Moreira da Maia                                       | 2.799.390,00       | 51%     | 4.444.275                      | -1.183.038        | 2010   |
| Portgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. (2) (4) | Rua Linhas de Torres, 41 4350-214 Porto                                                         | 18.981,96          | 0,24%   | 87.786.999                     | 20.912.945        | 2010   |
| Primus - Promoção e Desenvolvimento Regional, S.A.                  | Avenida dos Aliados, n.º 236 - 4º Esq. 4000-065 Porto                                           | 499,00             | 0,06%   | 259.009                        | 1.191             | 2010   |
| Renovarum - Renovação Urbana da Maia, Ld.ª                          | Rua Dr.º Carlos Felgueiras, 1814470-157 Maia                                                    | 162.450,17         | 100%    | 225.150                        | -2.764            | 2010   |
| Metro do Porto, S.A. (2) (4)                                        | Av. Fernão de Magalhães, 1862 - 7.º 4350-158 Porto                                              | 5,00               | 0,0001% | -157.678.433                   | -351.790.108      | 2010   |
| Hospital do Lido S.A.                                               | Sede Santa Casa Misericórdia Maia, Avenida Visconde Barreiros s/n                               | 5.000,00           | 10%     | 50.000                         | -                 | 2009   |

Un.: Euros

(1) Valor de Aquisição da Parcela detida.

(2) Relativamente a estas entidades foi informado que as contas de 2010 não se encontravam ainda aprovadas à data da elaboração do presente documento, sendo que os valores indicados têm carácter provisório.

(3) O Conservatório de Música da Maia é 100% detido pela Academia das Artes detendo assim o Município de forma indirecta uma participação de 100% do mesmo.

(4) Empresas que nos termos da legislação em vigor presentemente não estão integradas no Sector Empresarial Local.

Todavia, como o endividamento das entidades de natureza empresarial participadas pelo município apenas releva para efeitos dos respectivos limites caso não apresentem resultados anuais equilibrados, cujo enquadramento legal define como sendo o caso de o resultado de exploração anual operacional acrescido dos encargos financeiros se apresentar negativo, da apreciação das contas anuais de 2010 das catorze entidades participadas pelo município, e aplicando a dita regra do equilíbrio anual, conclui-se que violam esta regra as entidades a seguir mencionadas

| ENTIDADES DE NATUREZA EMPRESARIAL QUE VIOLAM A REGRA DE EQUILIBRIO ANUAL |                     |
|--------------------------------------------------------------------------|---------------------|
| ANO DE 2010                                                              |                     |
| Identificação                                                            | % do Capital Detido |
| Academia das Artes                                                       | 100%                |
| Conservatório de Música                                                  | 100%                |
| Renovarum                                                                | 100%                |
| TUM                                                                      | 100%                |
| Macmai                                                                   | 100%                |
| Tecmaia (51%)                                                            | 51,00%              |
| Municipia                                                                | 4,64%               |
| Net                                                                      | 0,50%               |
| Hospital Lidor                                                           | 10,00%              |

Un: %

## LIMITE À CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS

### LIMITE DOS EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO

Em conformidade com o estabelecido no quadro actual vigente, os municípios podem recorrer a empréstimos de curto prazo apenas para ocorrer a dificuldades momentâneas de tesouraria, até um montante máximo determinado, devendo ser amortizadas num prazo máximo de um ano após a sua contratação, sob pena serem considerados para efeitos do cálculo dos limites dos empréstimos de médio e longo.

No exercício em referência o município não recorreu à contratação de nenhum empréstimo desta natureza sendo de registar que, em conjunto com as restantes entidades relevantes no exercício em referência cumpriu integralmente o limite legal de endividamento de curto prazo que se fixou em 4.604.573,24€

Em relação aos empréstimos desta natureza que não foram amortizados até 31 de Dezembro regista-se a contribuição das seguintes entidades de natureza empresarial participadas pelo município, para efeitos do cálculo do endividamento bancário de médio e longo prazo, como se justifica.

| ENTIDADES DE NATUREZA EMPRESARIAL QUE VIOLAM A REGRA DE EQUILIBRIO ANUAL |             |
|--------------------------------------------------------------------------|-------------|
| ANO DE 2010                                                              |             |
| Empréstimos de Curto Prazo não amortizados até 31 de Dezembro            |             |
| Identificação                                                            | % Imputável |
| Academia das Artes                                                       | 67.340,06   |
| Macmai                                                                   | 25.000,00   |
| Tecmaia (51%)                                                            | 340.335,79  |
| Municipia                                                                | 36.308,00   |
| Net                                                                      | 916,38      |

Un: Euros

## **LIMITE DOS EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO**

Em matéria de endividamento de médio e longo prazo, a lei das finanças locais de igual modo prevê a possibilidade dos municípios recorrerem a esta tipologia de crédito bancário para a concretização das suas múltiplas necessidades de investimento, ou ainda para proceder ao saneamento ou reequilíbrio financeiro das suas contas, até um determinado limite.

Considerando que neste âmbito o Município ainda se posiciona acima dos limites legais impostos pela Lei das Finanças Locais, atendendo à estrutura de receitas que releva para efeitos de cálculo deste limite que se encontra atrás espelhado em quadro próprio, fruto da imposição dos 125% daquele valor, estipula-se como limite municipal do crédito bancário de MLP para o exercício de 2010 a quantia de 46.045.732,39€.

Para efeitos do cálculo do endividamento bancário de médio e longo prazo, uma vez que é de considerar todos os montantes contraídos, incluindo aberturas de crédito e os dos empréstimos obrigacionistas, se for caso disso, bem como os dos empréstimos e de aberturas de crédito de curto prazo no montante não amortizado até 31 de Dezembro do ano em causa (n.º 4 do artigo 39.º da LFL), estão aqui contemplados os mencionados no ponto anterior.

Em matéria de regime excepcionado, e de acordo com a metodologia adoptada pela Direcção Geral das Autarquias Locais, no caso do município foi excluído o montante em dívida dos empréstimos contratados no âmbito do Programa Especial de Realojamento no valor dos 20.215.347,75€ e no caso da LIPOR todos os empréstimos de médio e longo prazo contraídos por se destinarem ao financiamento de projectos co-financiados excepcionados na parte proporcional à participação da autarquia no valor de 10.878.955,94€.

Assim, em resultado da apreciação das contas de todas as entidades participadas pelo município, e aplicando a regra do equilíbrio anual, insere-se um quadro ilustrativo da contribuição individual de cada uma entidades que apresentam desequilíbrio de contas para o nível do endividamento bancário de MLP.

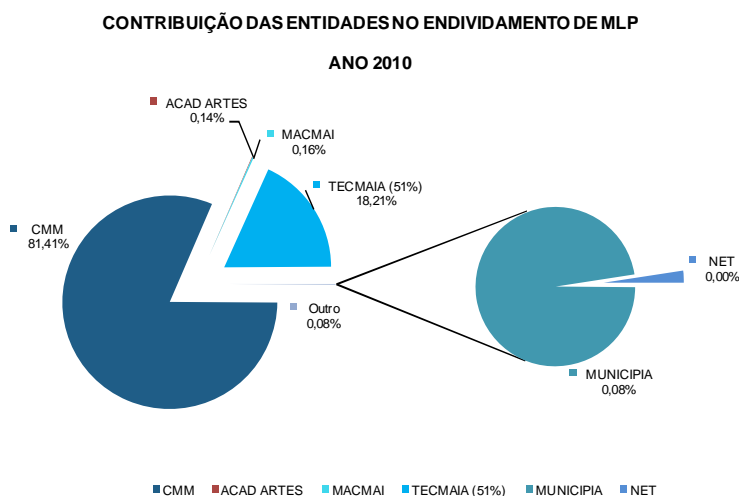
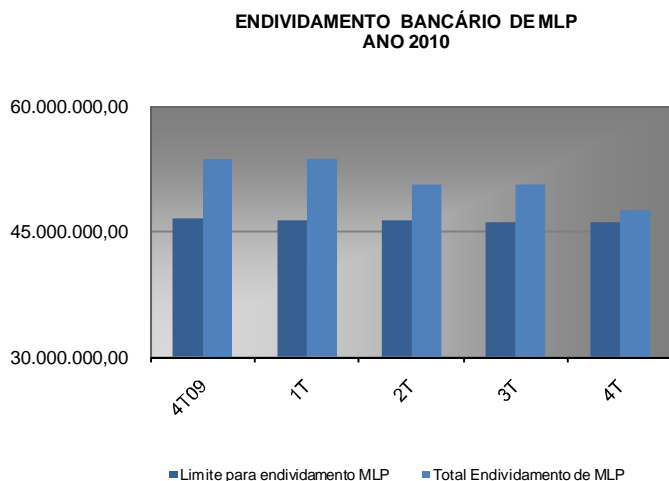
| <b>SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO FACE AO LIMITE DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO</b>                                                 |                                           |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------|
| <b>Ano de 2010</b>                                                                                                                |                                           |
|                                                                                                                                   | <b>Capital em Dívida a<br/>31/12/2010</b> |
| <b>Empréstimos de MLP que relevam para o limite (1)</b>                                                                           | <b>47.071.693</b>                         |
| <b>CÂMARA MUNICIPAL</b>                                                                                                           |                                           |
| Empréstimo Bancário de M.LP com o BTA no montante de 29.927.873,82 €                                                              | 16.483.623                                |
| Empréstimo Bancário de M.L.P com BPI no montante de 20.000.000 €                                                                  | 11.933.530                                |
| Empréstimo Bancário de M.L.P ao abrigo do PREDE - 12.545.533                                                                      | 10.287.337                                |
| Banco Santander Totta                                                                                                             | 5.269.124                                 |
| Estado                                                                                                                            | 5.018.213                                 |
| <b>SMAS</b>                                                                                                                       | 0                                         |
| <b>SECTOR EMPRESARIAL LOCAL</b>                                                                                                   |                                           |
| CONSERVATÓRIO DE MÚSICA                                                                                                           | 0                                         |
| ACADEMIA DAS ARTES                                                                                                                | 0                                         |
| TUM                                                                                                                               | 0                                         |
| RENOVARUM                                                                                                                         | 0                                         |
| MACMAI                                                                                                                            | 52.255                                    |
| TECMAIA                                                                                                                           | 8.314.948                                 |
| <b>SECTOR EMPRESARIAL LOCAL - Sociedades Comerciais</b>                                                                           |                                           |
| MUNICIPIA                                                                                                                         | 0                                         |
| NET                                                                                                                               | 0                                         |
| HOSPITALIDADOR                                                                                                                    | 0                                         |
| <b>ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS</b>                                                                                                  |                                           |
| LIPOR                                                                                                                             | 0                                         |
| GAMP                                                                                                                              | 0                                         |
| <b>Empréstimos de Curto Prazo não amortizados até 31 de Dezembro de 2009 que relevam para o limite dos Empréstimos de MLP (2)</b> | <b>469.900</b>                            |
| <b>CÂMARA MUNICIPAL</b>                                                                                                           |                                           |
| <b>SMAS</b>                                                                                                                       | 0                                         |
| <b>SECTOR EMPRESARIAL LOCAL</b>                                                                                                   |                                           |
| CONSERVATÓRIO DE MÚSICA                                                                                                           | 0                                         |
| ACADEMIA DAS ARTES                                                                                                                | 67.340                                    |
| TUM                                                                                                                               | 0                                         |
| RENOVARUM                                                                                                                         | 0                                         |
| MACMAI                                                                                                                            | 25.000                                    |
| TECMAIA                                                                                                                           | 340.336                                   |
| <b>SECTOR EMPRESARIAL LOCAL - Sociedades Comerciais</b>                                                                           |                                           |
| MUNICIPIA                                                                                                                         | 36.308                                    |
| NET                                                                                                                               | 916                                       |
| HOSPITALIDADOR                                                                                                                    | 0                                         |
| <b>ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS</b>                                                                                                  |                                           |
| LIPOR                                                                                                                             | 0                                         |
| GAMP                                                                                                                              | 0                                         |
| <b>TOTAL DE EMPRÉSTIMOS MLP QUE RELEVAM PARA O LIMITE À DATA DE 31/12/2010 (3)=(1)+(2)</b>                                        | <b>47.541.593</b>                         |
| <b>LIMITE LEGAL DOS EMPRÉSTIMOS DE MLP À DATA DE 01/01/2010 (4)</b>                                                               | <b>46.045.732</b>                         |
| <b>CAPACIDADE LIQUIDA DE CONTRAIR EMPRÉSTIMOS DE MLP = (4)-(3)</b>                                                                | <b>-1.495.861</b>                         |
| <b>Taxa de utilização do limite de empréstimos de MLP</b>                                                                         | <b>103,25%</b>                            |
| <b>CAPACIDADE LIQUIDA DE CONTRAIR EMPRÉSTIMOS DE MLP EXCLUINDO PREDE</b>                                                          | <b>37.254.256</b>                         |
| <b>Taxa de utilização do limite de empréstimos de MLP excluindo PREDE</b>                                                         | <b>80,91%</b>                             |

Un: Euros



Apesar da sua pouca representatividade regista-se a contribuição negativa da Empresa Academia das Artes, no valor de 67.340€, que pela primeira vez influencia este resultado.

Finaliza-se com a inserção de gráficos que permitem aferir de forma mais imediata o comportamento do município em matéria de endividamento bancário de médio e longo prazo à data e respectivo contributo de cada uma das entidades participadas neste tipo de endividamento.



### LIMITE AO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICIPAL

O âmbito da análise do endividamento líquido municipal seguidamente desenvolvido atende à informação contida no balanço, englobando as operações orçamentais e não orçamentais, ao contrário da apreciação promovida em capítulo próprio dedicado à dívida de curto prazo, considerando que o conceito de endividamento líquido municipal legalmente definido é compatível com o Sistema Europeu de Contas Regionais e Locais de 1995 (SEC). Nestes termos pretende-se determinar a diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os

contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos activos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria, os créditos sobre terceiros e os investimentos financeiros.

Com o objectivo de promover o necessário enquadramento do município quanto a este matéria, em resultado da apreciação das contas das entidades de natureza empresarial e aplicando a dita a regra do equilíbrio anual, reproduz-se em quadro próprio a contribuição individual de cada uma delas para o nível do endividamento líquido à data de 30 de Junho de 2010.

Todavia importa registar que, fruto da interpretação sistemática do quadro legal em vigor, nomeadamente do art.31º e 32.º do Regime Jurídico do Sector Empresarial Local, e que em sede de Lei do Orçamento de Estado ficou expressamente estabelecido, as entidades de natureza empresarial que apesar evidenciarem contas desequilibradas apresentam mais activos financeiros do que passivos financeiros relevantes para o endividamento líquido o que determina um endividamento líquido negativo, não revelam para efeitos do limite do endividamento líquido.

Nestes termos não influenciam o endividamento líquido municipal os resultados das empresas Renovarum, TUM, Municipia e a NET considerando que apesar de evidenciarem contas desequilibradas, apresentam mais activos financeiros do que passivos financeiros relevantes para o endividamento líquido o que determina um endividamento líquido negativo.

| ENTIDADES DE NATUREZA EMPRESARIAL QUE VIOLAM A REGRA DE EQUILIBRIO ANUAL |                                           |
|--------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------|
| ANO 2010                                                                 |                                           |
| Identificação                                                            | Contribuição para o Endividamento Líquido |
| Academia das Artes                                                       | 332.784,17                                |
| Conservatório de Música                                                  | 96.646,16                                 |
| Renovarum                                                                | 0,00                                      |
| TUM                                                                      | 0,00                                      |
| Macmai                                                                   | 84.305,00                                 |
| Tecmaia (51%)                                                            | 9.429.976,72                              |
| Municipia                                                                | 0,00                                      |
| Net                                                                      | 0,00                                      |
| Hospital Lidador                                                         | 121.791,47                                |
| <b>Total</b>                                                             | <b>9.732.719,35</b>                       |

Un: Euros

Mais uma vez, o cômputo geral das sociedades de natureza empresarial que violam a regra de equilíbrio de contas e que tem impacto no endividamento municipal sobressai, a contribuição negativa da empresa TECMAIA, fruto da sua expressividade ao determinar um aumento do endividamento líquido municipal em 9.429.977€, valor superior ao do ano passado.

Pela primeira vez, de igual modo se assinala, a contribuição negativa da Empresa Academia das Artes, que já assume alguma expressividade ao totalizar 332.784,17€, bem como o ligeiro agravamento da contribuição do Conservatório de Música.

Continua também a participar negativamente para esta componente de endividamento, tal como no ano transacto, a LIPOR com 1.301.578€, registando-se o agravamento do seu contributo.

Tendência inversa é apresentada pelos Serviços Municipalizados e a Grande Área Metropolitana do Porto (GAMP), que contribuem de forma positiva para este limite, com 3.940.801€ e 330.757€ respectivamente.

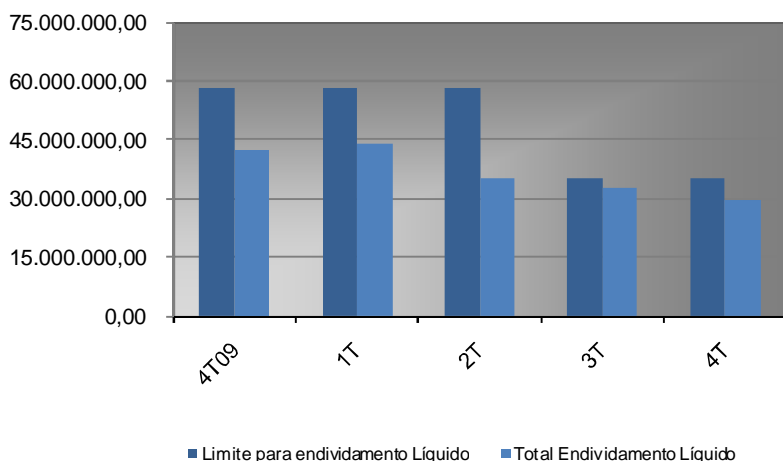
Alude-se igualmente ao contributo adveniente dos créditos do município sobre as entidades participadas onde se destacam a Lipor e a Espaço Municipal, assim como eventuais desacertos resultantes da circularização das contas correntes, valores meramente residuais.

Em matéria de regime excepcionado, quanto ao endividamento líquido municipal, foi ainda excluído o valor de 19.863.828€ em dívida à EDP reflectido no balanço dos SMAS

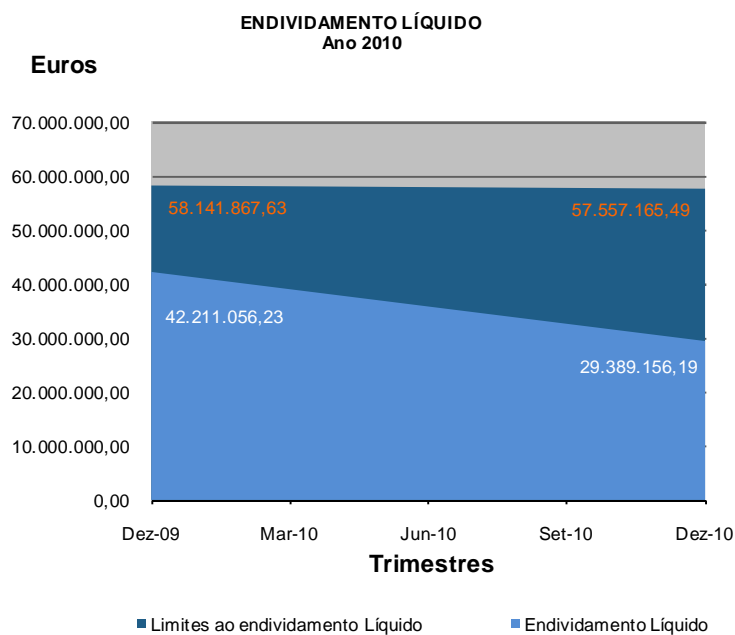
A apreciação da informação apresentada que se encontra sistematizada no quadro introduzido na parte final deste capítulo, em conformidade com a aplicação das regras existentes e apesar do impacto negativo do sector empresarial local, permite concluir que o endividamento líquido do município para o exercício de 2010 remonta a 29.389.156€, o que, face ao limite legalmente imposto de 35.013.253€, permitiu posicionar o município abaixo do limite em (-)5.624.097€

Por último, reitera-se mais uma vez que em matéria de endividamento líquido durante o exercício de 2010 foi exigido ao município um esforço suplementar de redução, não só por força da diminuição da receita cobrada em 2009, mas sobretudo devido às fortes restrições impostas pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento no sentido da consolidação orçamental das finanças públicas que determinaram a regra de endividamento líquido nulo, como bem espelha o gráfico que se segue.

#### ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO ANO DE 2010



A título meramente informativo insere-se um gráfico ilustrativo do posicionamento do município em matéria de endividamento líquido na hipótese de se manter “*ab initio*” o limite de endividamento líquido definido na Lei das Finanças Locais, o que posicionaria o município abaixo do limite em (-) 28.168.009€



Por fim, insere-se um mapa resumo representativo do posicionamento do município em matéria de endividamento à data de 31 de Dezembro de 2010, onde se sistematiza a informação relativa ao endividamento líquido e ao endividamento do médio e longo prazo de todas as entidades relevantes para os limites legais.

| SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO FACE AOS LIMITES DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL |            |            |                  |                |                         |              |                  |                     |                |             |             |           |               |        |                      |            |          |             |             |  |  |
|-------------------------------------------------------------------|------------|------------|------------------|----------------|-------------------------|--------------|------------------|---------------------|----------------|-------------|-------------|-----------|---------------|--------|----------------------|------------|----------|-------------|-------------|--|--|
| ANO DE 2010                                                       |            |            |                  |                |                         |              |                  |                     |                |             |             |           |               |        |                      |            |          |             |             |  |  |
| SECTOR EMPRESARIAL LOCAL                                          |            |            |                  |                |                         |              |                  |                     |                |             |             |           |               |        |                      |            |          |             |             |  |  |
|                                                                   | CM M       | SMAS       | EMEM - ESTACIONA | ACADEMIA ARTES | CONSERVATÓRIO DE MÚSICA | MAI AMBIENTE | ESPAÇO MUNICIPAL | TRANSPORTES URBANOS | RENOVARUM, LDA | MACMAI, LDA | TECMAIA, SA | MUNICÍPIA | NET           | PRIMUS | HOSPITAL LIDADOR *** | LIPOR      | GAMP     | TOTAL       |             |  |  |
| <b>Total do endividamento</b>                                     |            |            |                  |                |                         |              |                  |                     |                |             |             |           |               |        |                      |            |          |             |             |  |  |
| 1                                                                 | 89.416.698 | 32.660.258 | 0                | 102.558        | 96.646                  | 0            | 0                | 0                   | 0              | 84.305      | 10.574.780  | 0         | 0             | 0      | 121.792              | 18.251.001 | -330.757 | 160.977.281 |             |  |  |
| 2                                                                 | 58.919.838 | 0          | 0                | 67.340         | 0                       | 0            | 0                | 0                   | 0              | 77.255      | 8.655.284   | 36.308    | 916           | 0      | 0                    | 10.878.956 | 0        | 78.635.897  |             |  |  |
| <b>Excepções ao endividamento **</b>                              |            |            |                  |                |                         |              |                  |                     |                |             |             |           |               |        |                      |            |          |             |             |  |  |
| 3                                                                 | 48.263.430 | 16.737.231 | 0                | 0              | 0                       | 0            | 0                | 0                   | 0              | 0           | 143.401     | 0         | 0             | 0      | 1                    | 9.087.777  | 0        | 75.231.240  |             |  |  |
| 4                                                                 | 0          | 0          | 0                | -230.226       | 0                       | -3.750       | -1.351.963       | 0                   | 0              | 0           | 1.402       | 0         | 0             | 0      | 0                    | -3.016.709 | 0        | -4.601.247  |             |  |  |
| 5                                                                 | 0          | 19.863.828 | 0                | 0              | 0                       | 0            | 0                | 0                   | 0              | 0           | 0           | 0         | 0             | 0      | 0                    | 0          | 0        | 19.863.828  |             |  |  |
| 6                                                                 | 20.215.348 | 0          | 0                | 0              | 0                       | 0            | 0                | 0                   | 0              | 0           | 0           | 0         | 0             | 0      | 0                    | 10.878.956 | 0        | 31.094.304  |             |  |  |
| <b>Endividamento a considerar</b>                                 |            |            |                  |                |                         |              |                  |                     |                |             |             |           |               |        |                      |            |          |             |             |  |  |
| 7                                                                 | 20.937.920 | -3.940.801 | 0                | 332.784        | 96.646                  | 3.750        | 1.351.963        | 0                   | 0              | 84.305      | 9.429.977   | 0         | 0             | 0      | 121.791              | 1.301.578  | -330.757 | 29.389.156  |             |  |  |
| 8                                                                 | 38.704.490 | 0          | 0                | 67.340         | 0                       | 0            | 0                | 0                   | 0              | 77.255      | 8.655.284   | 36.308    | 916           | 0      | 0                    | 0          | 0        | 47.541.593  |             |  |  |
| <b>Verificação do cumprimento dos limites a 2010-12-31</b>        |            |            |                  |                |                         |              |                  |                     |                |             |             |           |               |        |                      |            |          |             |             |  |  |
| Limites                                                           |            |            |                  |                |                         |              |                  |                     |                |             |             |           |               |        |                      |            |          |             |             |  |  |
| Endividamento Líquido Nulo                                        |            |            |                  |                |                         |              |                  |                     |                |             |             |           | 35.013.252,84 |        |                      | 35.013.253 |          |             |             |  |  |
| Empréstimos de MLP                                                |            |            |                  |                |                         |              |                  |                     |                |             | 100,00%     |           | 46.045.732,39 |        |                      | 46.045.732 |          |             |             |  |  |
| <b>Montante em excesso</b>                                        |            |            |                  |                |                         |              |                  |                     |                |             |             |           |               |        |                      |            |          |             |             |  |  |
| Endividamento Líquido Nulo = (6)-(8)                              |            |            |                  |                |                         |              |                  |                     |                |             |             |           |               |        |                      |            |          |             |             |  |  |
| Taxa de utilização de EL                                          |            |            |                  |                |                         |              |                  |                     |                |             |             |           |               |        |                      |            |          |             | 84%         |  |  |
| Empréstimos de MLP = (7)-(9)                                      |            |            |                  |                |                         |              |                  |                     |                |             |             |           |               |        |                      |            |          |             | 1.495.861   |  |  |
| Taxa de utilização de EMLP                                        |            |            |                  |                |                         |              |                  |                     |                |             |             |           |               |        |                      |            |          |             | 103%        |  |  |
| Empréstimos de MLP excluindo PREDE                                |            |            |                  |                |                         |              |                  |                     |                |             |             |           |               |        |                      |            |          |             | 37.254.256  |  |  |
| Taxa de utilização de EMLP excluindo PREDE                        |            |            |                  |                |                         |              |                  |                     |                |             |             |           |               |        |                      |            |          |             | 81%         |  |  |
| <b>Endividamento à data de 31/12/2009</b>                         |            |            |                  |                |                         |              |                  |                     |                |             |             |           |               |        |                      |            |          |             |             |  |  |
| Endividamento Líquido                                             |            |            |                  |                |                         |              |                  |                     |                |             |             |           |               |        |                      |            |          |             | 42.211.056  |  |  |
| Taxa de utilização de EL                                          |            |            |                  |                |                         |              |                  |                     |                |             |             |           |               |        |                      |            |          |             | 73%         |  |  |
| Empréstimos de MLP                                                |            |            |                  |                |                         |              |                  |                     |                |             |             |           |               |        |                      |            |          |             | 53.741.392  |  |  |
| Taxa de utilização de EMLP                                        |            |            |                  |                |                         |              |                  |                     |                |             |             |           |               |        |                      |            |          |             | 116%        |  |  |
| Empréstimos de MLP excluindo PREDE                                |            |            |                  |                |                         |              |                  |                     |                |             |             |           |               |        |                      |            |          |             | 41.948.591  |  |  |
| Taxa de utilização de EMLP excluindo PREDE                        |            |            |                  |                |                         |              |                  |                     |                |             |             |           |               |        |                      |            |          |             | 90%         |  |  |
| <b>Variação do Endividamento entre 2009 e 2010</b>                |            |            |                  |                |                         |              |                  |                     |                |             |             |           |               |        |                      |            |          |             |             |  |  |
| Endividamento Líquido Nulo                                        |            |            |                  |                |                         |              |                  |                     |                |             |             |           |               |        |                      |            | -30,38%  |             | -12.821.900 |  |  |
| Empréstimos de MLP                                                |            |            |                  |                |                         |              |                  |                     |                |             |             |           |               |        |                      |            | -11,54%  |             | -6.199.798  |  |  |

Un: Euros

\*A parte dos SMAS refere-se exclusivamente à dívida à EDP

\*\* Consideradas para efeitos de cálculo dos limites do endividamento, isto é, deduzindo as contas 27.45 a 27.49 e 23 excepcionada.

\*\*\* Os dados referentes ao Hospital Lidador são os constantes do relatório provisório apresentado em 31/12/2009.

\*\*\*\* Endividamento líquido nulo, ou seja, montante de endividamento líquido à data de 30/06/2010 em conformidade com o estabelecido no art.º 15.º da Lei n.º 12-A/2010 de 30 de Junho, que aprova um conjunto de medidas de consolidação orçamental





2  
0  
1  
0

ANÁLISE ECONOMICO FINANCEIRA

**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL







2  
0  
1  
0

BALANÇO

**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL



O Balanço agrega, num conjunto de rubricas, os bens, direitos e obrigações da autarquia no momento retratado, servindo assim como um instrumento à comparação dos elementos financeiros do período 2009 e 2010, estando aqui evidenciados os valores líquidos, sobre os quais incidirá a respectiva análise.

Sem prejuízo da apresentação do balanço no modelo oficial preconizado pelo POCAL, como anexo que integra as demonstrações financeiras do Município da Maia, insere-se neste capítulo a análise baseada no Sistema de Normalização Contabilística.

| RUBRICAS                                      | Datas              |                    | Variação           |               |
|-----------------------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|---------------|
|                                               | 2010               | 2009               | Valor              | %             |
| <b>ACTIVO</b>                                 |                    |                    |                    |               |
| <b>Activo Não Corrente</b>                    |                    |                    |                    |               |
| Imobilizado                                   | 449.894.502        | 471.436.033        | -21.541.531        | -4,6%         |
|                                               | <b>449.894.502</b> | <b>471.436.033</b> | <b>-21.541.531</b> | <b>-4,6%</b>  |
| <b>Activo Corrente</b>                        |                    |                    |                    |               |
| Existências                                   | 665.349            | 824.553            | -159.203           | -19,3%        |
| Dívidas de Terceiros                          | 6.306.713          | 4.436.297          | 1.870.416          | 42,2%         |
| Disponibilidades                              | 5.034.962          | 5.848.268          | -813.306           | -13,9%        |
| Acréscimos e diferimentos                     | 2.445.483          | 1.675.359          | 770.124            | 46,0%         |
|                                               | <b>14.452.507</b>  | <b>12.784.477</b>  | <b>1.668.030</b>   | <b>13,0%</b>  |
| <b>Total do activo</b>                        | <b>464.347.009</b> | <b>484.220.509</b> | <b>-19.873.501</b> | <b>-4,1%</b>  |
| <b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>              |                    |                    |                    |               |
| <b>Capital Próprio</b>                        |                    |                    |                    |               |
| Património                                    | 298.809.328        | 312.851.256        | -14.041.928        | -4,5%         |
| Ajustamentos de partes de capital em Empresas | -14.964            | -14.964            | 0                  | 0,0%          |
| Reservas                                      | 16.958.643         | 16.104.772         | 853.871            | 5,3%          |
| Resultados transitados                        | -4.949.212         | 101.088            | -5.050.300         | -4995,9%      |
| Resultado líquido do exercício                | 4.047.526          | 437.270            | 3.610.256          | 825,6%        |
| <b>Total do Capital Próprio</b>               | <b>314.851.322</b> | <b>329.479.422</b> | <b>-14.628.101</b> | <b>-4,4%</b>  |
| <b>Passivo não Corrente</b>                   |                    |                    |                    |               |
| Provisões                                     | 1.100.000          | 500.000            |                    | 120,0%        |
| Empréstimos obtidos                           | 52.566.010         | 60.241.183         | -7.675.173         | -12,7%        |
|                                               | <b>53.666.010</b>  | <b>60.741.183</b>  | <b>-7.075.173</b>  | <b>-11,6%</b> |
| <b>Passivo Corrente</b>                       |                    |                    |                    |               |
| Dívidas a Terceiros                           | 29.072.774         | 30.091.938         | -1.019.164         | -3,4%         |
| Acréscimos e diferimentos                     | 66.756.903         | 63.907.966         | 2.848.937          | 4,5%          |
|                                               | <b>95.829.677</b>  | <b>93.999.904</b>  | <b>1.829.773</b>   | <b>1,9%</b>   |
| <b>Total do Passivo</b>                       | <b>149.495.687</b> | <b>154.741.087</b> | <b>-5.245.400</b>  | <b>-3,4%</b>  |
| <b>Total do Capital Próprio + Passivo</b>     | <b>464.347.009</b> | <b>484.220.509</b> | <b>-19.873.501</b> | <b>-4,1%</b>  |

Un.: Euros

## ACTIVO

Da análise do Balanço do Município à data de 31 de Dezembro de 2010, extrai-se que o Activo Líquido Total atingiu o montante de 464.347.009€, ao qual corresponde em termos brutos à quantia de 624.803.222€.

Na continuidade de exercícios anteriores é visível a preponderância do activo não corrente, o imobilizado, ao representar cerca de 96,89% do Activo Líquido Total, percentagem que mesmo excluindo os Bens de Domínio Público, assume grande representatividade ao situar-se em 71,42%.

## ACTIVO NÃO CORRENTE

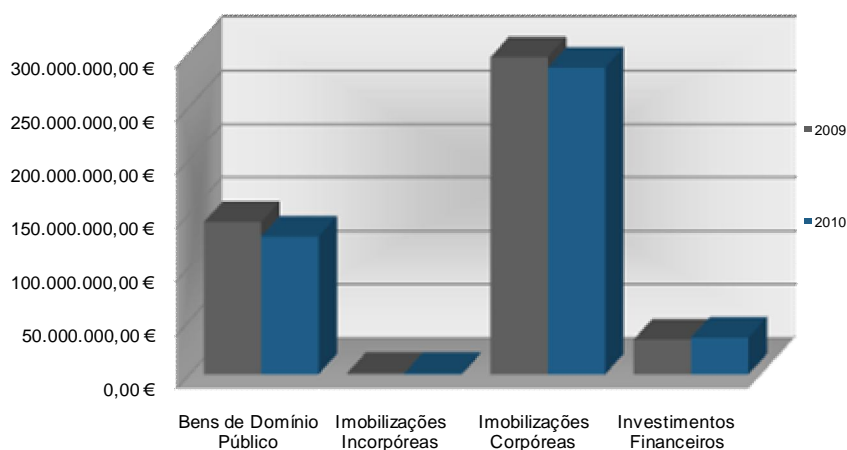
O activo não corrente reflecte as aplicações com carácter permanente, que a autarquia não vai transformar em liquidez, mas que utiliza para o exercício da sua actividade e para obter recursos. São constituídas pelos bens do domínio público, activos intangíveis, tangíveis e investimentos financeiros.

O exercício de 2010 caracteriza-se pela adopção de medidas com vista a regularização de componentes relacionadas com o Imobilizado em curso, com impacto no balanço inicial, nos resultados transitados e adicionalmente, num aumento do montante das amortizações acumuladas, e que explicam, o decréscimo do valor do Imobilizado Líquido de 4,57%.

| ACTIVO NÃO CORRENTE - Variação 2009/2010 |                    |        |                    |        |               |                    |
|------------------------------------------|--------------------|--------|--------------------|--------|---------------|--------------------|
| Rubricas                                 | 2009               | %      | 2010               | %      | Variação %    | Variação Absoluta  |
| Bens de Domínio Público                  | 141.779.224        | 30,07% | 128.585.866        | 28,58% | -9,31%        | -13.193.358        |
| Imobilizações Incorpóreas                | 1.226.758          | 0,26%  | 1.149.143          | 0,26%  | -6,33%        | -77.616            |
| Imobilizações Corpóreas                  | 296.020.014        | 62,79% | 286.007.199        | 63,57% | -3,38%        | -10.012.815        |
| Investimentos Financeiros                | 32.410.037         | 6,87%  | 34.152.295         | 7,59%  | 5,38%         | 1.742.258          |
| <b>TOTAL</b>                             | <b>471.436.033</b> |        | <b>449.894.502</b> |        | <b>-4,57%</b> | <b>-21.541.531</b> |

Un.: Euros

Activo não Corrente - Variação 2009/2010



Os bens do domínio público e as Imobilizações Corpóreas, com um peso de 28,58% e 63,57%, respectivamente, do valor total do activo líquido Imobilizado, constituem-se como as rubricas que mais contribuíram para o desempenho do Imobilizado, reflectindo variações negativas de (9,31%) e (3,38%) face a 2009, influenciadas pela variação da componente Imobilizado em curso.

Os investimentos Financeiros viram a sua posição reforçada, representando 7,59% do activo não corrente, reflectindo uma oscilação positiva de 5,38% relativamente ao exercício transacto. Para o seu desempenho contribuiu a inclusão do valor de 5.000.000€ relativos à Constituição do Fundo de Investimento Imobiliário “Praça Maior”, sendo a actual carteira de fundos de investimento imobiliário organizada e valorizada conforme se segue.

| OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS                           |                          |               |                        |                |                   |
|---------------------------------------------------------|--------------------------|---------------|------------------------|----------------|-------------------|
| Natureza                                                | 2010                     |               |                        |                |                   |
|                                                         | Unidades de Participação | Valor Nominal | Valor Bruto de Balanço | Provisão       | Valor Líquido     |
| Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (Maia Golf)   | 5.500                    | 1000          | 5.500.000              | 537.906        | 4.962.094         |
| Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (Maia Imo)    | 6.000                    | 1000          | 6.000.000              | 77.106         | 5.922.894         |
| Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (Praça Maior) | 5.000                    | 1000          | 5.000.000              |                | 5.000.000         |
|                                                         |                          |               | <b>16.500.000</b>      | <b>615.012</b> | <b>15.884.988</b> |

Un.: Euros

| IDENTIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO |                |                 |                   |                |           |                  |                   |
|------------------------------------------------------------------------------|----------------|-----------------|-------------------|----------------|-----------|------------------|-------------------|
| Designação                                                                   | 2009           |                 |                   | 2010           |           |                  |                   |
|                                                                              | Activo Líquido | Passivo Líquido | Resultado Líquido | Activo Líquido | Passivo   | Capital do Fundo | Resultado Líquido |
| Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Maia Golfe                | 13.612.485     | 8.477.795       | 112.361           | 13.882.679     | 8.920.585 | 4.962.094        | -172.596          |
| Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Maia Imo                  | 12.052.705     | 6.102.490       | -48.259           | 12.115.371     | 6.192.477 | 5.922.894        | -27.321           |
| Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Praça Maior                        | -              | -               | -                 | 7.385.713      | 2.376.570 | 5.009.143        | 9.143             |

Un.: Euros

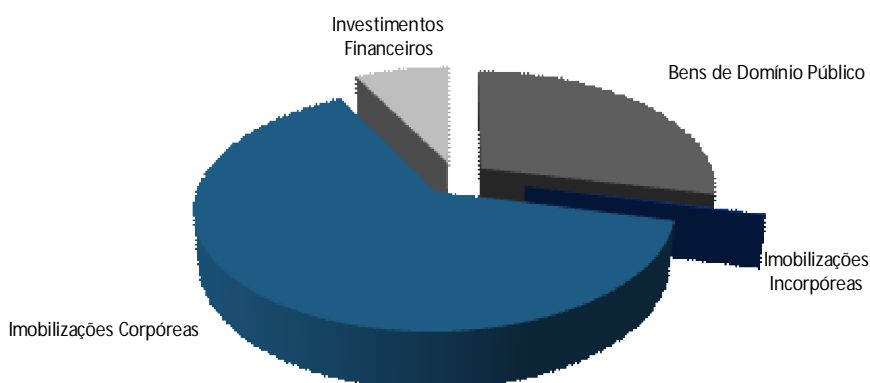
De destacar o aumento de 48,16% da provisão com outras aplicações financeiras reflexo da rentabilidade negativa associada ao desempenho dos Fundos de Investimento Imobiliários MAIA IMO e MAIA GOLFE no exercício de 2010.

De forma a inverter a rentabilidade negativa dos fundos de investimento, é preocupação da Autarquia realizar investimentos numa perspectiva de médio e longo prazo, com vista à valorização e divulgação dos Activos que constituem a sua carteira, de forma a torná-los “atractivos”, não só para o mercado de arrendamento, como para o mercado empresarial e habitacional. A sua rentabilidade é também reflexa da crise económica generalizada, mas também do sector Imobiliário fortemente atingido.

A evolução do Imobilizado é assim um elemento fulcral no desempenho do balanço, representando 96,89% do Activo gerido pela Autarquia.

Conclui-se a apreciação do activo imobilizado com a inserção de gráfico demonstrativo da sua composição no período em referência.

**Estrutura do Activo Não Corrente em 2010**



## ACTIVO CORRENTE

O activo corrente é constituído pelas existências, dívidas de terceiros, disponibilidades e acréscimos e diferimentos, representa 3,1% do activo líquido total, tendo incrementado 13% face a 2009.

A componente relativa às dívidas de terceiros de curto prazo, representa 43,6% do Activo Corrente, reflectindo uma variação positiva de 42% face a 2009, alavancada, quer pelos aumentos na componente de “ Clientes, Contribuintes e utentes cobrança duvidosa”, que apesar de registar um incremento de 2,6% (159.431,19€), influenciam o activo líquido via diminuição da provisão em -17,32% (-1.051.045,30€), quer pelo aumento da rubrica de outros devedores com um incremento de 16,9%.

Justificam o acréscimo da componente “Devedores de Transferências para as Autarquias Locais:

- a execução dos projectos de Investimento co-financiados por Fundos Comunitários ao abrigo do Quadro de Referência Estratégico Nacional, indexados à construção dos Centros Escolares, em 67,96% (1.375.290,96€);
- a ampliação/beneficiação da rede escolar do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar, em 5% (101.222,63€);
- a implementação do projecto SIMA - Sistema Integrado de Modernização Autárquica, em 27,04% (547.119,89€),

Por outro lado, o processo de regularização do valor pela venda do lote n.º 2 ao Fundo Investimento Imobiliário Praça Maior (1.000.000,00€), cujo recebimento depende da concretização do financiamento do fundo para a construção das edificações que deverá ocorrer nos próximos 3 anos, foi a acção que abonou em favor do acréscimo da componente “Devedores Diversos – Outros”.

Destaca-se também o incremento de 99,7% (39.339,00€) da rubrica com Empréstimos Concedidos, reflexo do envolvimento da autarquia no Fundo MAIAFINICIA, que visa estimular e orientar investimentos a realizar por Micro e Pequenas Empresas do Concelho da Maia, para a melhoria dos produtos e/ou serviços prestados, para a modernização das empresas, ou para as modificações decorrentes de imposições legais e regulamentares.

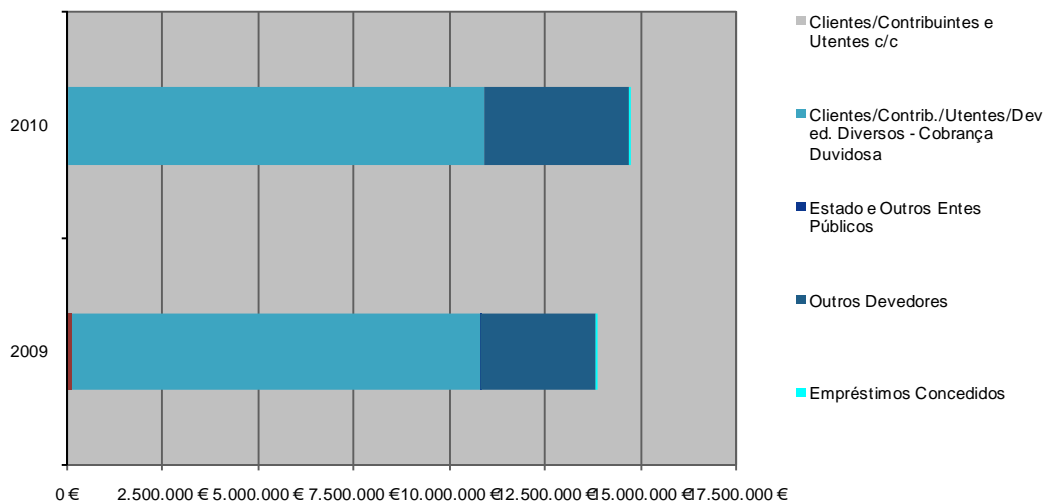
Inserir-se em termos brutos um quadro identificativo da alteração da estrutura das dívidas de terceiros, comparativamente ao precedente ano.

| DÍVIDAS DE TERCEIROS - Activo Bruto                          |                   |                   |                      |
|--------------------------------------------------------------|-------------------|-------------------|----------------------|
|                                                              | 2009              | 2010              | Varição<br>2009/2010 |
| Empréstimos Concedidos                                       | 39.470            | 78.809            | 99,67%               |
| Clientes/Contribuintes e Utentes c/c                         | 138.026           | 51.425            | -62,74%              |
| Clientes/Contrib/Utentes/Deved. Diversos - Cobrança Duvidosa | 10.672.284        | 10.855.803        | 1,72%                |
| Estado e Outros Entes Públicos                               | 316               | 0                 | -                    |
| Outros Devedores                                             | 3.016.786         | 3.772.613         | 25,05%               |
| Devedores de Transferências para as Autarquias Locais        | 1.509.922         | 2.023.633         | 34,02%               |
| Devedores Diversos - Outros                                  | 1.506.864         | 1.748.979         | 16,07%               |
| <b>TOTAL</b>                                                 | <b>13.866.882</b> | <b>14.758.649</b> | <b>6,43%</b>         |

Un. Euros

Para melhor dimensionar as oscilações das dívidas de terceiros, auxilia-se a análise antes efectuada com a representação gráfica que se insere.

#### Dívidas de Terceiros 2010- Activo Bruto



Finaliza-se a apreciação do activo líquido com a alusão às disponibilidades, cujo montante a 31 de Dezembro de 2010 ascendeu a 5.034.961,90€, dos quais 5.026.328,20€ provêm de depósitos em Instituições de Crédito e 8.633,62€ de caixa.

#### ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Do cumprimento do princípio da especialização dos exercícios resulta a inclusão nas demonstrações financeiras, no activo do balanço, das rubricas de Acréscimos de Proveitos e de Custos Diferidos, cuja disposição se apresenta.

| ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS             |                                |                  |
|---------------------------------------|--------------------------------|------------------|
| <b>27.1 - Acréscimos de Proveitos</b> |                                | <b>2.343.855</b> |
| 27.11                                 | Juros a Receber                | 16.230           |
| 27.13                                 | Impostos e Taxas               | 1.436.027        |
| 27.14                                 | Subsídios Correntes            | 1.188            |
| 27.19                                 | Outros Acréscimos de Proveitos | 890.409          |
| <b>27.2 - Custos Diferidos</b>        |                                | <b>101.628</b>   |
| 27.2.1                                | Prémios de Seguro              | 58.930           |
| 27.2.2                                | Rendas Antecipadas             | 361              |
| 27.2.4                                | Vigilância e Segurança         | 0                |
| 27.2.9                                | Outros Custos Diferidos        | 42.337           |

Em 2010, o reconhecimento de custos e proveitos de natureza activa fixou-se em 2.445.482,63€, um crescimento de 45,97% face a 2009, cabendo a Acréscimos de Proveitos o valor de 2.343.854,70€ e a Custos Diferidos o de 101.627,93€.

As componentes que mais contribuíram para a variação apresentada foram Outros Acréscimos de Proveitos que viram reflectidas a especialização das receitas provenientes do programa de expansão do Pré-escolar componente social com um contributo de 52,73% (736.908,89€), assim como, as remunerações dos funcionários que se encontram a desempenhar funções em empresas municipais 15,87% (221.770,00€). Representando 57,48% dos Acréscimos de Proveitos, a rubrica Impostos e Taxas, reflecte um incremento de 14%, reflexo, em parte, da receita arrecadada em Janeiro de 2011, referente a Imposto Municipal de Transmissão Onerosa de Imóveis e a Imposto Único de Circulação.



## PASSIVO

É reportada para capítulo próprio do presente Relatório de Gestão uma análise mais detalhada da dívida do Município da Maia, pelo que todas as considerações aí contidas se aplicam directa ou indirectamente aos comentários a esta rubrica, registando-se contudo que as importâncias aqui referidas no quadro das dívidas a terceiros incluem quer as operações orçamentais, quer as não orçamentais, sendo a estas últimas imputáveis as eventuais diferenças verificadas em relação aos valores constantes naquele capítulo.

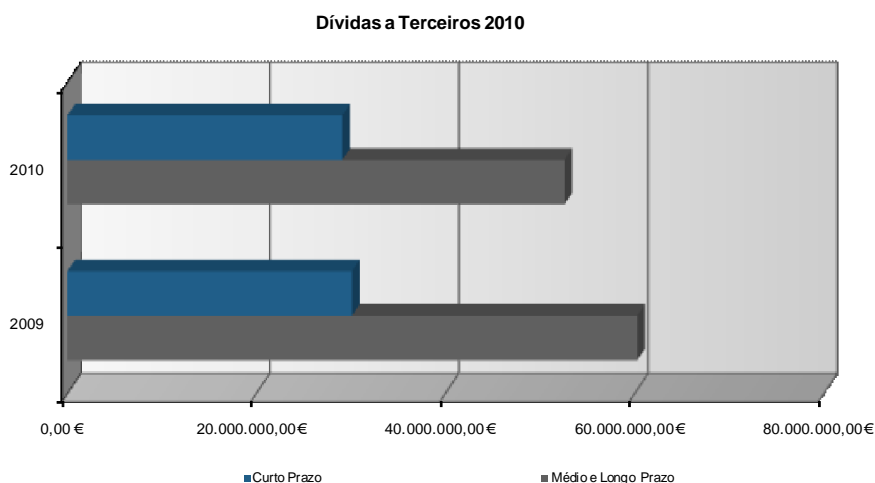
Como é dado a observar à data de 31 de Dezembro de 2010 o Passivo Total atingiu o montante de 149.495.687€, sendo notória a influência do passivo corrente ao representar cerca de 64% do Total do Passivo, tendência que se tem mantido ao longo dos últimos anos, em grande parte influenciada pela redução que se tem verificado anualmente na dívida de médio e longo prazo.

A evolução do passivo reflecte a missão e objectivo estratégico que a autarquia tem vindo a adoptar. Com uma redução de 5.245.400,14€, equivalente a uma variação – 3,4%, alicerçada na sua maioria na componente de dívidas a terceiros de médio e longo prazo.

É também notório que são as dívidas a terceiros a componente que assume maior materialidade ao nível do passivo, ao representar 54,61% do valor total do passivo.

| DÍVIDAS A TERCEIROS - Operações Orçamentais e Não Orçamentais |                   |                   |               |
|---------------------------------------------------------------|-------------------|-------------------|---------------|
|                                                               | 2009              | 2010              | Variã o       |
| Dívidas a Médio e Longo Prazo                                 | 67.909.742        | 60.241.496        | -11,29%       |
| Curto Prazo                                                   | 22.423.379        | 21.397.288        | -4,58%        |
| <b>Total</b>                                                  | <b>90.333.121</b> | <b>81.638.784</b> | <b>-9,62%</b> |

Un.: Euros



A dívida a terceiros no seu conjunto apresenta um decréscimo de 9,6%, comparativamente a igual período do ano anterior, sendo conveniente uma análise isolada de cada uma das rubricas, dada a complexidade inerente à sua natureza.

## PASSIVO NÃO CORRENTE

O passivo não corrente, constituído pelas provisões, os empréstimos obtidos de médio e longo prazo e os fornecedores de imobilizado de médio e longo prazo, corresponde a 35,9% do passivo total, reflectindo um decréscimo de 3,3% na contribuição desta rubrica face a 2009.

Este desempenho é reflexo da amortização dos empréstimos contratualizados, que fazem parte do portfolio do serviço de dívida do Município.

Ao nível das provisões verifica-se um reforço de 600.000,00€ da provisão com os processos judiciais em curso, reflectindo uma variação de 120%.

## PASSIVO CORRENTE

| DÍVIDAS A TERCEIROS                                                       |                   |                   |              |
|---------------------------------------------------------------------------|-------------------|-------------------|--------------|
| Operações Orçamentais                                                     | 2009              | 2010              | Variação     |
| <b>Curto Prazo</b>                                                        | <b>17.648.816</b> | <b>16.714.900</b> | <b>-5,3%</b> |
| Adiantamentos de Clientes, Contribuintes e Utentes                        | 29.200            | 29.200            | 0,0%         |
| Fornecedores c/c (incluindo facturas em recepção/conferência)             | 1.787.016         | 2.500.544         | 39,9%        |
| Fornecedores de Imobilizado c/c (incluindo facturas recepção/conferência) | 10.394.811        | 9.469.913         | -8,9%        |
| Estado e Outros Entes Públicos:                                           | 0                 | 12.684            | -            |
| Outros Credores                                                           | 5.437.788         | 4.702.559         | -13,5%       |
| <b>Sub-Total</b>                                                          | <b>17.648.816</b> | <b>16.714.900</b> | <b>-5,3%</b> |
| Operações Não Orçamentais                                                 | 2009              | 2010              | Variação     |
| <b>Curto Prazo</b>                                                        | <b>4.774.563</b>  | <b>4.682.387</b>  | <b>-1,9%</b> |
| Clientes e Utentes c/ Cauções:                                            | 1.757.362         | 1.758.429         | 0,1%         |
| Fornecedores de Imobilizado c/ cauções                                    | 1.777.869         | 1.668.154         | -6,2%        |
| Estado e Outros Entes Públicos:                                           | 213.851           | 248.617           | 16,3%        |
| Outros Credores                                                           | 1.025.481         | 1.007.187         | -1,8%        |
| <b>Sub-Total</b>                                                          | <b>4.774.563</b>  | <b>4.682.387</b>  | <b>-1,9%</b> |
| <b>TOTAL</b>                                                              | <b>22.423.379</b> | <b>21.397.288</b> | <b>-4,6%</b> |

Un.: KE

No que respeita as operações orçamentais de curto prazo, verifica-se um decréscimo de 5,3%, fortemente impulsionado pela componente relativa aos Fornecedores de Imobilizado, que regista nos últimos três exercícios uma redução no peso total dos débitos, passando de 75,67% em 2008 para 56,7% em 2010.

Esta componente de Fornecedores de Imobilizado regista uma diminuição de 8,9%, face a 2009, reflexo dos objectivos assumidos pela autarquia em reduzir os prazos de pagamento dos seus compromissos perante os fornecedores, beneficiando dos co-financiamentos ao abrigo do QREN, reduzindo o seu endividamento, sem descurar o Investimento em capital fixo, contribuindo assim para a valorização do seu património, e demonstrando uma atitude pró-activa no enriquecimento e beneficiação dos meios colocados a disposição dos munícipes. O Investimento preconizado na renovação do parque escolar, com um volume de facturação em 2010 de 7.655.353€ é uma prova dessa política de investimento no futuro, com vista a incrementar as qualificações dos cidadãos, garantindo a igualdade de oportunidade a recursos adequados ao sucesso educativo.

De destacar o comportamento da rubrica Outros Credores, que apesar de contribuir com 19,6% do total do passivo, mantém a tendência dos últimos exercícios, tendo decrescido 11,7%, impulsionada pelas transferências de capital processadas a favor das Freguesias, ao abrigo de contratos-programa para o efeito celebrados.

Como se referiu, a pormenorização da análise da dívida do Município consta de capítulo próprio inserido no presente Relatório de Gestão, para o qual se remete nesta parte.

## ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Do cumprimento do princípio da especialização dos exercícios resulta a inclusão nas demonstrações financeiras, no passivo do balanço, das rubricas de acréscimos de custos e de proveitos diferidos, cuja constituição se demonstra de seguida.

| ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS          |                                   |                   |
|------------------------------------|-----------------------------------|-------------------|
| <b>27.3 - Acréscimos de Custos</b> |                                   | <b>2.912.311</b>  |
| 27.3.2                             | Remunerações a Liquidar em 2011   | 2.352.178         |
| 27.3.3                             | Juros a Liquidar                  | 194.907           |
| 27.3.9                             | Outros Acréscimos de Custos       | 365.226           |
| <b>27.4 - Proveitos Diferidos</b>  |                                   | <b>63.844.592</b> |
| 27.4.2                             | Rendas:                           | 15.581.161        |
|                                    | Processo de antecipação de rendas | 14.182.314        |
|                                    | Outras rendas                     | 12.848            |
|                                    | Direito de Superfície             | 1.386.000         |
| 27.4.5                             | Subsídios para Investimentos      | 48.117.760        |
| 27.4.9                             | Outros Proveitos Diferidos        | 145.671           |

Un: Euros

O reconhecimento de custos e proveitos de natureza passiva ascendeu a 66.756.902,82€, correspondendo a Acréscimos de Custos 2.912.311,16€ e a Proveitos Diferidos o de 63.844.591,66€, estes últimos essencialmente constituído pelos subsídios para investimento e rendas.

Os subsídios para investimento, com um peso de 96% do total da rubrica acréscimos de custos, reflectem as comparticipações a obter no âmbito de projectos co-financiados, com reconhecimento do direito na medida dos pedidos de pagamento efectuados, verificando-se um incremento de 7.734.403,45€ ao abrigo do FEDER ON 2 - Programa Operacional Regional do Norte.

As rendas reflectem o processo de cessão das rendas habitacionais de contratos de arrendamento e promessa de compra e venda, promovido pela empresa Espaço Municipal, cujo valor oportunamente transferido para o Município é transferido para proveitos na proporção das rendas futuras a arrecadar, referentes ao Imobilizado património da Autarquia e que é alvo de amortização.

## FUNDOS PRÓPRIOS

No final de 2010, o valor total dos Fundos Próprios apresenta uma oscilação negativa de 4,44% comparativamente a 31 de Dezembro de 2009, com reflexos ao nível do Património, nomeadamente a componente Correções ao Balanço Inicial, com uma variação de -24,16%, fruto das regularizações efectuadas ao balanço inicial e a exercício anteriores, derivadas da identificação de factos que condicionam a composição do património municipal e que não haviam sido anteriormente detectados.

O resultado líquido do exercício apurado foi de 4.047.526,47€, um incremento de 826% face a idêntico período do ano antecedente.





2  
0  
1  
0

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL



| SÍNTESE DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS   |                   |                   |                |                                     |                   |                   |               |
|------------------------------------------|-------------------|-------------------|----------------|-------------------------------------|-------------------|-------------------|---------------|
| Custos e Perdas                          | Exercícios        |                   |                | Proveitos e Ganhos                  | Exercícios        |                   |               |
|                                          | 2009              | 2010              | Varição        |                                     | 2009              | 2010              | Varição       |
| Total de Custos Operacionais (A)         | 58.094.848        | 55.866.870        | -3,84%         | Total de Proveitos Operacionais (B) | 61.188.704        | 60.094.215        | -1,79%        |
| Total de Custos Financeiros (C)          | 2.746.544         | 3.996.272         | 45,50%         | Total de Proveitos Financeiros (D)  | 561.549           | 451.790           | -19,55%       |
| Total de Custos Extraordinários          | 5.606.758         | 1.829.616         | -67,37%        | Total de Proveitos Extraordinários  | 5.135.167         | 5.194.281         | 1,15%         |
| <b>Total dos Custos</b>                  | <b>66.448.150</b> | <b>61.692.759</b> | <b>-7,16%</b>  | <b>Total dos Proveitos</b>          | <b>66.885.420</b> | <b>65.740.286</b> | <b>-1,71%</b> |
| <b>Resultados Operacionais: (B-A)</b>    | <b>3.093.856</b>  | <b>4.227.345</b>  | <b>36,64%</b>  |                                     |                   |                   |               |
| <b>Resultados Financeiros: (D-C)</b>     | <b>-2.184.995</b> | <b>-3.544.482</b> | <b>62,22%</b>  |                                     |                   |                   |               |
| <b>Resultados Correntes: (B+D)-(A+C)</b> | <b>4.854.088</b>  | <b>682.862</b>    | <b>-85,93%</b> |                                     |                   |                   |               |
| <b>Resultados Líquido do Exercício:</b>  | <b>437.270</b>    | <b>4.047.526</b>  | <b>825,63%</b> |                                     |                   |                   |               |

Un. Euros

Do confronto dos rendimentos e gastos apurados durante o exercício de 2010 obtém-se um resultado positivo de 4.047.526,47€, reflectindo um crescimento de 825,63% face ao período homólogo de 2009.

A actividade Operacional do Município assume-se como o factor mais relevante na formação do resultado líquido, reflexo do contributo que cada uma das suas componentes tem na estrutura global da demonstração de resultados, representando 91,41% dos proveitos totais e 90,56% dos custos totais.

Com um crescimento de 36,64%, reveste-se de grande importância a análise das componentes que contribuíram para a formação dos resultados operacionais. Constata-se que a performance obtida a nível operacional se deve sobretudo à redução dos custos operacionais (- 2.227.977,52€), não tendo sido alavancados pela componente de proveitos operacionais que registaram uma redução de (- 1.094.489€).

Da decomposição das componentes associadas aos proveitos operacionais, constata-se que é o desempenho negativo com a rubrica Impostos e Taxas que condiciona os resultados operacionais da autarquia. Contribuindo com 58,91% para a formação dos proveitos operacionais, o decréscimo de 4,05% (1.635.426,81€), deve-se à diminuição significativa da derrama, tendo-se cobrado menos 3.954.269,20€ face a 2009, ou seja, menos 38%.

Contrariando esta tendência, as rubricas como o Imposto Municipal sobre Imóveis, 9,7% (1.633.902,34€), os Impostos Indirectos - Loteamento e obras - (Taxa Municipal de Infra-estruturas Urbanísticas), 17,27% (456.359,02€) e a Publicidade, 52,54% (147.510,24€), comportam um aumento global de 2.237.771,60€, minimizando o impacto negativo da rubrica impostos e taxas. De destacar também o crescimento da componente relativa às transferências e subsídios obtidos, com um incremento de 296.754,49€.

De destacar o desempenho dos custos operacionais, verificando-se uma diminuição generalizada das componentes que mais influenciam a formação do resultado, também reflexo da implementação de uma política de contenção de custos e maximização dos recursos existentes, fomentada num plano de avaliação de desempenho e responsabilização de cada um dos colaboradores.

Os custos associados aos fornecimento e serviços externos reduziram 5,66% relativamente ao exercício de 2009, impulsionados pelos cortes de algumas componentes que os constituem, nomeadamente, outros fornecimentos e serviços externos, trabalhos especializados, publicidade e propaganda, artigos para oferta e deslocações e estadias, materializados numa redução de 1.906.200,06€.

No campo oposto, destaca-se um acréscimo dos custos associados às rubricas com Electricidade, 11,18% (321.761,09€), Honorários, sobretudo aos Estudos e consultoria, com um incremento de 62,39% (121.647,79€), reflexo quer do estudo a elaborar pela Faculdade de Economia do Porto no âmbito

da viabilidade do Aeródromo Municipal de Vilar de Luz (78.884,00€), quer dos novos contratos celebrados no âmbito da prestação de Serviços de Consultadoria no domínio da educação e ainda de consultadoria em relacionamento Institucional e comunicação (45.612,00€).

Salienta-se ainda os honorários associados a aquisição de serviços de desenvolvimento da norma de controlo interno do Município da Maia, abrangendo diversas áreas municipais, no montante de 26.620,00€, processo este necessário à implementação de um conjunto de procedimentos e regras internas, de forma a produzir uma informação credível e fiável, cumprindo com artigo 3.º do POCAL.

De forma mais residual, alude-se à variação das Rendas e Alugueres, com um acréscimo de 52.790,69€.

Com uma variação pouco irrelevante no exercício em causa (0,13%), releva-se que os custos com o Pessoal representam 34,21% da despesa operacional total, e que houve efectivamente um aumento do custo com as remunerações - incremento de 26,75% (49.678,57€) na componente "Remuneração dos Órgãos Autárquicos" e de 0,35% (54.332,95€) na de "Remunerações de Pessoal" -, que em parte foi absorvido pela redução dos encargos sociais, -2,5% (- 79.912,00€), justificados pelas diminuições das despesas de saúde, com uma variação de -14,90% (-140.930,06€), que só não teve maior impacto, dado o acréscimo verificado com o custo relativos aos seguros de acidente de trabalho e doenças profissionais, no montante de 12.800,12€

Destaca-se o contributo das Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais, com uma desvalorização de 14,88% face a 2009, motivada pela redução das transferências em -40% para a Empresa Municipal Mambiente (-714.285,70€), -7,83% para as Instituições Particulares (-184.124,95€) e -41.26% com Acção Social Escolar (-166.628,74€).

Os gastos financeiros líquidos reflectem um incremento de 1.249.728€, face a igual período do ano anterior, reflexo do reforço da provisão para aplicações financeiras em 919,94%, justificada pela diferença entre os Capitais Próprios das entidades participadas e o seu custo da Participação.

Os resultados extraordinários em 2010 inverteram a tendência negativa do exercício anterior, apresentando proveitos superiores aos custos do período, registando um aumento de 3.836.254,89€ relativamente ao ano de 2009, determinado essencialmente pela acentuada descida dos custos.

Os proveitos extraordinários reflectem um crescimento de 1,15% face a 2009, verificando-se alterações ao nível do contributo das diferentes rubricas que o compõe.

As reduções verificadas com os ganhos em imobilizações (-18,29%) e de outros proveitos e ganhos extraordinários (-17,47%) foram, em grande parte, compensadas com o crescimento de 116,87% da rubrica de amortizações e provisões, o qual proveio da anulação no valor de 1.193.817€ da provisão associada à dívida da empresa Portgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A, pelo licenciamento da ocupação do domínio público. O crescimento remanescente diz respeito à recuperação dos débitos de outros devedores.

Apresentando uma diminuição em todas as rubricas, os custos extraordinários revestem-se como o elemento fulcral na formação dos Resultados Extraordinários, fortemente determinados pela variação de 93,46% com a rubrica correcções relativas aos anos anteriores, que em 2009 reflectia a atribuição de um subsídio à exploração à empresa municipal Maiambiente, no valor de 2.170.000€, cujo reconhecimento era imputável ao ano transacto.

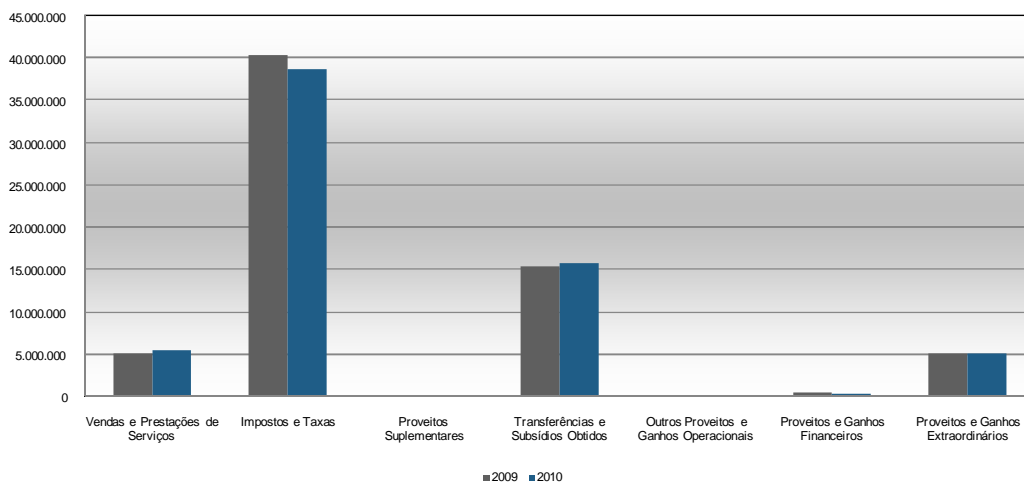


Importa referir que a redução de 936.859€ nas transferências de capital concedidas, correspondente a uma variação de (-) 36,44%, abrangeu todas as entidades que a constituem de forma mais ou menos homogénea.

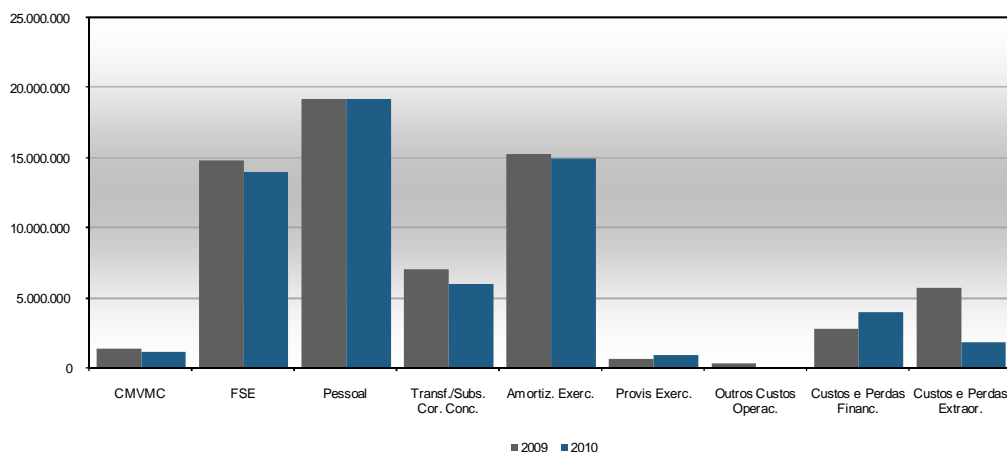
O detalhe da apreciação dos resultados financeiros e dos resultados extraordinários consta nas Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados, em pontos próprios.

Finaliza-se com a inserção de gráficos que permitem aferir de uma forma mais imediata as variações ocorridas entre 2009 e 2010, dos custos e proveitos do exercício.

**Proveitos do Exercício - Variação 2009/2010**



**Custos do Exercício - Variação 2009/2010**







2  
0  
1  
0

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS  
RESULTADOS LÍQUIDOS

**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL



De conformidade com o preceituado no ponto 2.7.3 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 24 de Fevereiro, a aplicação do resultado líquido do exercício é aprovada pelo órgão deliberativo mediante proposta fundamentada do órgão executivo.

Em tal conformidade, o Executivo Municipal propõe que o resultado líquido de 2010, no montante de 4.047.526,47€, tenha a seguinte aplicação:

- Reforço da conta 59 – Resultados Transitados, no equivalente a 4.047.526,47€.





2  
0  
1  
0

INDICADORES DE GESTÃO

**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL





## INDICADORES ORÇAMENTAIS

| INDICADORES ORÇAMENTAIS                  |                                                                                                 |                                                   |                                |            |            |            |            |            |           |           |                                                                                                                                           |       |
|------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------|--------------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|-----------|-----------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| INDICADORES                              |                                                                                                 |                                                   | 2008                           |            | 2009       |            | 2010       |            | VARIÇÃO   |           | OBSERVAÇÕES                                                                                                                               |       |
|                                          |                                                                                                 |                                                   |                                |            |            |            |            |            | 2008/2009 | 2009/2010 |                                                                                                                                           |       |
| COBERTURA GLOBAL DAS RECEITAS E DESPESAS | 1                                                                                               | Cobertura das Despesas                            | Receita Total                  | 78 620 115 | 104,12%    | 78 430 400 | 96,20%     | 69 294 396 | 98,97%    | -7,61%    | Refira-se que em 2009 e 2010 parte da Despesa Total foi financiada pelo saldo da gestão anterior o que justifica o resultado apresentado. |       |
|                                          |                                                                                                 |                                                   | Despesa Total                  | 75 510 429 |            | 81 532 558 |            | 70 015 526 |           |           |                                                                                                                                           | 2,88% |
|                                          | 2                                                                                               | Cobertura da Despesa Corrente                     | Receita Corrente               | 65 330 229 | 139,94%    | 62 092 790 | 125,26%    | 59 187 335 | 139,21%   | -10,49%   | 11,14%                                                                                                                                    |       |
|                                          |                                                                                                 |                                                   | Despesa Corrente               | 46 684 767 |            | 49 571 627 |            | 42 516 376 |           |           |                                                                                                                                           |       |
|                                          | 3                                                                                               | Cobertura da Despesa de Capital                   | Receita de Capital             | 13 285 316 | 46,09%     | 16 326 354 | 51,08%     | 10 082 082 | 36,66%    | 10,84%    | -28,23%                                                                                                                                   |       |
|                                          |                                                                                                 |                                                   | Despesa de Capital             | 28 825 663 |            | 31 960 930 |            | 27 499 150 |           |           |                                                                                                                                           |       |
|                                          | 4                                                                                               | Cobertura da Despesa por Empréstimos              | Passivos Financeiros (Receita) | 2.000.000  |            | 12 545 533 |            | 0,00       |           | 0,00%     | 480,94%                                                                                                                                   |       |
|                                          |                                                                                                 |                                                   | Despesa Total                  | 75 510 429 | 2,65%      | 81 532 558 | 15,39%     | 70 015 526 |           |           | -100,00%                                                                                                                                  |       |
|                                          | 5                                                                                               | Cobertura da Despesa por Transferências do O.E.   | Fundos Municipais              | 12 230 736 | 16,20%     | 12 842 273 | 15,75%     | 12 973 915 | 18,53%    | -2,76%    | 17,64%                                                                                                                                    |       |
|                                          |                                                                                                 |                                                   | Despesa Total                  | 75 510 429 |            | 81 532 558 |            | 70 015 526 |           |           |                                                                                                                                           |       |
| 6                                        | Cobertura da Despesa por Receitas Cobradas pelo Município                                       | Receita Cobrada Localmente                        | 23 497 393                     | 31,12%     | 12 810 759 | 15,71%     | 12 946 339 | 18,49%     | -49,51%   | 17,68%    |                                                                                                                                           |       |
|                                          |                                                                                                 | Despesa Total                                     | 75 510 429                     |            | 81 532 558 |            | 70 015 526 |            |           |           |                                                                                                                                           |       |
| 7                                        | Cobertura da Despesa Líquida de Amortização de Empréstimos por Receitas Cobradas e Transferidas | (Receita Total-Passivo Financeiro)                | 76 620 115                     | 113,18%    | 65 884 866 | 87,94%     | 69 294 396 | 110,77%    | -22,30%   | 25,96%    |                                                                                                                                           |       |
|                                          |                                                                                                 | (Despesa Total - Amortizações de Empréstimos)     | 67 700 177                     |            | 74 920 594 |            | 62 558 745 |            |           |           |                                                                                                                                           |       |
| ESTRUTURA DA RECEITA                     | 8                                                                                               | Independência da Receita Total - Receita Própria  | Receita Própria                | 60 555 096 | 77,02%     | 48 875 758 | 62,32%     | 46 663 901 | 67,37%    | -19,09%   | 8,11%                                                                                                                                     |       |
|                                          |                                                                                                 |                                                   | Receita Total                  | 78 620 115 |            | 78 430 400 |            | 69 294 396 |           |           |                                                                                                                                           |       |
|                                          | 9                                                                                               | Independência da Receita Total - Receita Corrente | Receita Corrente               | 65 330 229 | 83,10%     | 62 092 790 | 79,17%     | 59 187 335 | 85,41%    | -4,73%    | 7,89%                                                                                                                                     |       |
| Receita Total                            |                                                                                                 |                                                   | 78 620 115                     |            | 78 430 400 |            | 69 294 396 |            |           |           |                                                                                                                                           |       |
| 10                                       | Independência da Receita Total - Receita Cobrada Localmente                                     | Receita Cobrada Localmente                        | 23 497 393                     | 29,89%     | 12 810 759 | 16,33%     | 12 946 339 | 18,68%     | -45,35%   | 14,38%    |                                                                                                                                           |       |
|                                          |                                                                                                 | Receita Total                                     | 78 620 115                     |            | 78 430 400 |            | 69 294 396 |            |           |           |                                                                                                                                           |       |

**INDICADORES ORÇAMENTAIS**

|    | INDICADORES                                                        | 2008                                                   |            | 2009    |            | 2010    |            | VARIACÃO  |           | OBSERVAÇÕES |  |
|----|--------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------|------------|---------|------------|---------|------------|-----------|-----------|-------------|--|
|    |                                                                    |                                                        |            |         |            |         |            | 2008/2009 | 2009/2010 |             |  |
| 11 | Independência da Receita Total - Impostos Directos                 | Impostos Directos                                      | 37 057 703 | 47,14%  | 36 064 999 | 45,98%  | 33 733 189 | 48,68%    | -2,44%    | 5,87%       |  |
|    |                                                                    | Receita Total                                          | 78 620 115 |         | 78 430 400 |         | 69 294 396 |           |           |             |  |
| 12 | Independência da Receita Total - Fundos Municipais                 | Fundos Municipais                                      | 12 230 736 | 15,56%  | 12 842 273 | 16,37%  | 12 973 915 | 18,72%    | 5,25%     | 14,34%      |  |
|    |                                                                    | Receita Total                                          | 78 620 115 |         | 78 430 400 |         | 69 294 396 |           |           |             |  |
| 13 | Independência da Receita Total - Passivos Financeiros              | Passivos Financeiros                                   | 2 000 000  | 2,54%   | 12 545 533 | 16,00%  | 0,00       | 0,00%     | 528,70%   | -100,00%    |  |
|    |                                                                    | Receita Total                                          | 78 620 115 |         | 78 430 400 |         | 69 294 396 |           |           |             |  |
| 14 | Independência da Receita Corrente I                                | Impostos, Taxas, Multas e Outras Penalidades           | 46 473 242 | 71,14%  | 42 432 489 | 68,34%  | 39 157 246 | 66,16%    | -3,93%    | -3,19%      |  |
|    |                                                                    | Receita Corrente                                       | 65 330 229 |         | 62 092 790 |         | 59 187 335 |           |           |             |  |
| 15 | Independência da Receita Corrente II                               | Transferências Correntes                               | 12 438 471 | 19,04%  | 13 547 122 | 21,82%  | 13 626 944 | 23,02%    | 14,59%    | 5,53%       |  |
|    |                                                                    | Receitas Correntes                                     | 65 330 229 |         | 62 092 790 |         | 59 187 335 |           |           |             |  |
| 16 | Grau de Execução da Receita                                        | Receitas Correntes Executadas                          | 65 330 229 | 109,81% | 62 092 790 | 102,41% | 59 187 335 | 91,74%    | -6,74%    | -10,42%     |  |
|    |                                                                    | Receitas Correntes Orçadas                             | 59 495 534 |         | 60 634 181 |         | 64 519 223 |           |           |             |  |
| 17 | Evolução da Receita Corrente                                       | Receita Total Corrente ano n                           | 65 330 229 | 101,88% | 62 092 790 | 95,04%  | 59 187 335 | 95,32%    | -6,71%    | 0,29%       |  |
|    |                                                                    | Receita Total Corrente ano n-1                         | 64 124 545 |         | 65 330 229 |         | 62 092 790 |           |           |             |  |
| 18 | Evolução da Receita - Impostos, Taxas, Multas e Outras Penalidades | (Impostos, Taxas, Multas e Outras Penalidades ano n)   | 46 473 242 | 98,56%  | 42 432 489 | 91,31%  | 39 157 246 | 92,28%    | -7,37%    | 1,07%       |  |
|    |                                                                    | (Impostos, Taxas, Multas e Outras Penalidades ano n-1) | 47 149 843 |         | 46 473 242 |         | 42 432 489 |           |           |             |  |
| 19 | Estrutura da Despesa - Capital/Total                               | Despesa de Capital                                     | 28 825 663 | 38,17%  | 31 960 930 | 39,20%  | 27 499 150 | 39,28%    | 2,69%     | 0,19%       |  |
|    |                                                                    | Despesa Total                                          | 75 510 429 |         | 81 532 558 |         | 70 015 526 |           |           |             |  |
| 20 | Estrutura da Despesa - Investimentos/Total                         | Investimentos                                          | 10 889 559 | 14,42%  | 12 421 009 | 15,23%  | 14 901 544 | 21,28%    | 5,64%     | 39,70%      |  |
|    |                                                                    | Despesa Total                                          | 75 510 429 |         | 81 532 558 |         | 70 015 526 |           |           |             |  |

INDICADORES ORÇAMENTAIS

|    | INDICADORES                                                    | 2008                                   |            | 2009    |            | 2010    |            | VARIÇÃO   |           | OBSERVAÇÕES |  |
|----|----------------------------------------------------------------|----------------------------------------|------------|---------|------------|---------|------------|-----------|-----------|-------------|--|
|    |                                                                |                                        |            |         |            |         |            | 2008/2009 | 2009/2010 |             |  |
| 21 | Estrutura da Despesa - Aquisição Bens Capital/Totál            | Aquisição de bens de capital (PPI)     | 18 220 152 | 24,13%  | 21 785 875 | 26,72%  | 17 983 810 | 25,69%    | 10,74%    | -3,87%      |  |
|    |                                                                | Despesa Total                          | 75 510 429 |         | 81 532 558 |         | 70 015 526 |           |           |             |  |
| 22 | Independência da Despesa - Transferências Capital/Totál        | Transferências de Capital (Despesa)    | 2 671 250  | 3,54%   | 3 473 628  | 4,26%   | 2 014 758  | 2,88%     | 20,43%    | -32,46%     |  |
|    |                                                                | Despesa Total                          | 75 510 429 |         | 81 532 558 |         | 70 015 526 |           |           |             |  |
| 23 | Estrutura da Despesa - Pessoal/Totál                           | Pessoal                                | 17 760 639 | 23,52%  | 18 867 993 | 23,14%  | 19 295 370 | 27,56%    | -1,61%    | 19,09%      |  |
|    |                                                                | Despesa Total                          | 75 510 429 |         | 81 532 558 |         | 70 015 526 |           |           |             |  |
| 24 | Estrutura da Despesa - Remunerações Certas e Permanentes/Totál | Remunerações Certas e Permanentes      | 13 675 554 | 18,11%  | 14 807 593 | 18,16%  | 15 215 215 | 21,73%    | 0,28%     | 19,65%      |  |
|    |                                                                | Despesa Total                          | 75 510 429 |         | 81 532 558 |         | 70 015 526 |           |           |             |  |
| 25 | Estrutura da Despesa - Bens e Serviços Correntes/Totál         | Aquisição de bens e serviços correntes | 14 750 282 | 19,53%  | 17 481 406 | 21,44%  | 14 359 108 | 20,51%    | 9,76%     | -4,35%      |  |
|    |                                                                | Despesa Total                          | 75 510 429 |         | 81 532 558 |         | 70 015 526 |           |           |             |  |
| 26 | Estrutura da Despesa - Serviço de Dívida/Totál                 | Serviço de Dívida                      | 10 565 313 | 13,99%  | 8 857 969  | 10,86%  | 9 230 200  | 13,18%    | -22,35%   | 21,34%      |  |
|    |                                                                | Despesa Total                          | 75 510 429 |         | 81 532 558 |         | 70 015 526 |           |           |             |  |
| 27 | Estrutura da Despesa - Amortização Empréstimos/Totál           | Amortizações de Empréstimos            | 7 810 252  | 10,34%  | 6 611 964  | 8,11%   | 7 456 781  | 10,65%    | -21,60%   | 31,33%      |  |
|    |                                                                | Despesa Total                          | 75 510 429 |         | 81 532 558 |         | 70 015 526 |           |           |             |  |
| 28 | Independência da Despesa - Transferências Correntes/Totál      | Transferências Correntes (Despesa)     | 3 763 884  | 8,06%   | 3 961 808  | 7,79%   | 3 435 429  | 8,08%     | -3,37%    | 3,72%       |  |
|    |                                                                | Despesas Correntes                     | 46 684 767 |         | 49 571 627 |         | 42 516 376 |           |           |             |  |
| 29 | Estrutura da Despesa - Pessoal/Despesas Correntes              | Pessoal                                | 17 760 639 | 38,04%  | 18 867 993 | 38,06%  | 19 295 370 | 45,38%    | 0,05%     | 19,24%      |  |
|    |                                                                | Despesas Correntes                     | 46 684 767 |         | 49 571 627 |         | 42 516 376 |           |           |             |  |
| 30 | Grau de Execução da Despesa                                    | Despesas Correntes Executadas          | 46 684 767 | 80,24%  | 49 571 627 | 85,05%  | 42 516 376 | 80,67%    | 6,00%     | -5,15%      |  |
|    |                                                                | Despesas Correntes Orçadas             | 58 182 270 |         | 58 283 510 |         | 52 701 875 |           |           |             |  |
| 31 | Evolução da Despesa Corrente                                   | Despesa Corrente ano n                 | 46 684 767 | 112,92% | 49 571 627 | 106,18% | 42 516 376 | 85,77%    | -5,96%    | -19,23%     |  |
|    |                                                                | Despesa Corrente ano n-1               | 41 344 768 |         | 46 684 767 |         | 49 571 627 |           |           |             |  |
| 32 | Evolução da Despesa em Investimento                            | Investimento ano n (PPI)               | 18 220 152 | 66,84%  | 21 785 875 | 119,57% | 17 983 810 | 82,59%    | 79,42%    | -30,96%     |  |
|    |                                                                | Investimento ano n-1 (PPI)             | 27 340 226 |         | 18 220 152 |         | 21 785 875 |           |           |             |  |

INDICADORES ORÇAMENTAIS

|    | INDICADORES                                                                          | 2008                                   |              | 2009    |              | 2010    |              | VARIÇÃO   |           | OBSERVAÇÕES |  |
|----|--------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------|--------------|---------|--------------|---------|--------------|-----------|-----------|-------------|--|
|    |                                                                                      |                                        |              |         |              |         |              | 2008/2009 | 2009/2010 |             |  |
| 33 | Relação da Despesa de Pessoal os Fundos Municipais Correntes                         | Pessoal                                | 17 760 639   | 173,56% | 18 867 993   | 172,95% | 19 295 370   | 175,09%   | -0,36%    | 1,24%       |  |
|    |                                                                                      | Fundos Municipais Correntes            | 10 232 890   |         | 10 909 781   |         | 11 020 534   |           |           |             |  |
| 34 | Relação da Aquisição de Bens e Serviços Correntes com os Fundos Municipais Correntes | Aquisição de Bens e Serviços Correntes | 14 750 282   | 144,15% | 17 481 406   | 160,24% | 14 359 108   | 130,29%   | 11,16%    | -18,69%     |  |
|    |                                                                                      | Fundos Municipais Correntes            | 10 232 890   |         | 10 909 781   |         | 11 020 534   |           |           |             |  |
| 35 | Relação da Despesa com Pessoal com a Receita Cobrada Localmente                      | Pessoal                                | 17 760 639   | 75,59%  | 18 867 993   | 147,28% | 19 295 370   | 149,04%   | 94,86%    | 1,19%       |  |
|    |                                                                                      | Receita Cobrada Localmente             | 23 497 393   |         | 12 810 759   |         | 12 946 339   |           |           |             |  |
| 36 | Relação dos Bens e Serviços Correntes com a Receita Cobrada Localmente               | Aquisição de Bens e Serviços Correntes | 14 750 282   | 62,77%  | 17 481 406   | 136,46% | 14 359 108   | 110,91%   | 117,38%   | -18,72%     |  |
|    |                                                                                      | Receita Cobrada Localmente             | 23 497 393   |         | 12 810 759   |         | 12 946 339   |           |           |             |  |
| 37 | Grau de Financiamento do Investimento por Fundos Municipais de Capital               | Fundos Municipais de Capital           | 1 997 846    | 10,97%  | 1 932 492    | 8,87%   | 1 953 381    | 10,86%    | -19,10%   | 22,45%      |  |
|    |                                                                                      | Investimento (PPI)                     | 18 220 152   |         | 21 785 875   |         | 17 983 810   |           |           |             |  |
| 38 | Grau de Financiamento de Investimento por Venda de Bens de Investimento              | Venda de bens de Investimento          | 7 663 234    | 42,06%  | 82 369       | 0,38%   | 1 119 138    | 6,22%     | -99,10%   | 1545,38%    |  |
|    |                                                                                      | Investimento (PPI)                     | 18 220 152   |         | 21 785 875   |         | 17 983 810   |           |           |             |  |
| 39 | Grau de Financiamento do Investimento por Passivos Financeiros                       | Passivos Financeiros (Recelta)         | 2 000 000    | 10,98%  | 12 545 533   | 57,59%  | 0,00         | 0,00%     | 424,61%   | -100,00%    |  |
|    |                                                                                      | Investimento (PPI)                     | 18 220 152   |         | 21 785 875   |         | 17 983 810   |           |           |             |  |
| 40 | Grau de Cobertura da Despesa de Funcionamento por Receita Corrente                   | Receita Corrente                       | 65 330 229   | 185,91% | 62 092 790   | 163,99% | 59 187 335   | 169,86%   | -11,79%   | 3,58%       |  |
|    |                                                                                      | Despesa de Funcionamento               | 35 141 097   |         | 37 863 872   |         | 34 843 976   |           |           |             |  |
| 41 | Grau de Cobertura da Despesa de Investimento por Receita de Capital                  | Receita de Capital                     | 13 285 316   | 63,22%  | 16 326 354   | 64,41%  | 10 082 082   | 50,30%    | 1,88%     | -21,90%     |  |
|    |                                                                                      | Despesa de Investimento                | 21 015 410   |         | 25 348 967   |         | 20 042 370   |           |           |             |  |
| 42 | Relação dos Juros Pagos com a Receita Total                                          | Juros                                  | 2 788 270    | 3,64%   | 2 295 056    | 2,93%   | 1 785 270    | 2,58%     | -19,59%   | -11,96%     |  |
|    |                                                                                      | Receita Total Cobrada                  | 76 620 115   |         | 78 430 400   |         | 69 294 396   |           |           |             |  |
| 43 | Relação dos Juros Pagos com a Despesa Total                                          | Juros                                  | 2 788 270    | 3,80%   | 2 295 056    | 2,81%   | 1 785 270    | 2,55%     | -25,85%   | -9,42%      |  |
|    |                                                                                      | Despesa Total Paga                     | 73 451 637   |         | 81 532 558   |         | 70 015 526   |           |           |             |  |
| 44 | Relação do Serviço da Dívida com a Receita Total                                     | Serviço Dívida                         | 8 809 986,57 | 11,50%  | 9 329 950,08 | 11,90%  | 9 453 516,33 | 13,64%    | 3,46%     | 14,68%      |  |
|    |                                                                                      | Receita Total Cobrada                  | 76 620 115   |         | 78 430 400   |         | 69 294 396   |           |           |             |  |
| 45 | Relação do Serviço da Dívida com a Despesa Total                                     | Serviço Dívida                         | 8 809 987    | 11,99%  | 9 329 950    | 11,44%  | 9 453 516    | 13,50%    | -4,59%    | 17,99%      |  |
|    |                                                                                      | Despesa Total Paga                     | 73 451 637   |         | 81 532 558   |         | 70 015 526   |           |           |             |  |

## INDICADORES ECONÓMICO PATRIMONIAIS

| INDICADORES ECONÓMICO PATRIMONIAIS |                                        |                                                                                           |               |         |               |         |               |         |           |           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|------------------------------------|----------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|---------|---------------|---------|---------------|---------|-----------|-----------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1                                  | SUSTENTABILIDADE A MÉDIO E LONGO PRAZO | INDICADORES                                                                               | 2008          |         | 2009          |         | 2010          |         | VARIÇÃO   | VARIÇÃO   | OBSERVAÇÕES                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
|                                    |                                        |                                                                                           |               |         |               |         |               |         | 2008/2009 | 2009/2010 |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| 1                                  | Sustentabilidade I                     | Fundo Patrimonial                                                                         | 327 266 387   | 206,94% | 329 479 422   | 212,92% | 314 851 322   | 210,61% | 2,89%     | -1,09%    | Os indicadores de solvabilidade medem a capacidade financeira global de a entidade poder solver melhor ou pior a totalidade dos seus compromissos, isto é, evidencia se os capitais próprios são ou não suficientes para solver a dívida (de curto, médio ou longo prazo).<br>Rõe, assim, em destaque o grau de independência da entidade em relação aos seus credores.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|                                    |                                        | Passivo                                                                                   | 158 146 912   |         | 154 741 087   |         | 149 495 687   |         |           |           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| 2                                  | Sustentabilidade II                    | Activo Líquido                                                                            | 485 413 299   | 306,94% | 484 220 509   | 312,92% | 464 347 009   | 310,61% | 1,95%     | -0,74%    | Este indicador, em função do activo e do passivo, dá a solvabilidade em sentido estrito, devendo ser superior a 100%, pois caso seja inferior à unidade evidencia uma situação líquida negativa.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
|                                    |                                        | Passivo                                                                                   | 158 146 912   |         | 154 741 087   |         | 149 495 687   |         |           |           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| 3                                  | Sustentabilidade Adaptado              | Activo Líquido Total-Bens do Domínio Público Líquidos                                     | 344 750 561   | 217,99% | 342 441 286   | 221,30% | 335 761 143   | 224,60% | 1,52%     | 1,49%     | Trata-se de uma adaptação do indicador anterior, atendendo às características dos bens do domínio público (em especial, a sua intransmissibilidade e a repercussão de tal situação em termos de falta de liquidez). A diferença entre o indicador anterior e o actual dá-nos a cobertura do passivo total pelos bens do domínio público.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|                                    |                                        | Passivo                                                                                   | 158 146 912   |         | 154 741 087   |         | 149 495 687   |         |           |           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| 4                                  | Autonomia Financeira                   | Fundo Patrimonial                                                                         | 327 266 387   | 67,42%  | 329 479 422   | 68,04%  | 314 851 322   | 67,81%  | 0,92%     | -0,35%    | Este indicador evidencia a parte do activo coberto pelo fundo patrimonial, ou seja, compara o capital próprio com a aplicação de fundos.<br>Quando o maior o valor do rácio, tanto menor será a dependência da entidade face a financiamentos externos, o que lhe dará maior autonomia, ou seja, maior solvabilidade. Um valor baixo indica grande dependência em relação aos credores.<br>Deve ser superior a 33%.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
|                                    |                                        | Activo Líquido                                                                            | 485 413 299   |         | 484 220 509   |         | 464 347 009   |         |           |           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| 5                                  | Liquidez Geral                         | Activo Circulante                                                                         | 14 170 134    | 38,46%  | 11 109 118    | 36,92%  | 12 007 024    | 41,30%  | -4,01%    | 11,87%    | O presente indicador mede o grau em que os débitos de curto prazo estão cobertos pelo activo circulante, ou seja, mede a capacidade da entidade para fazer face aos débitos ou compromissos a curto prazo utilizando os montantes de disponibilidades, clientes, contribuintes e utentes e existências (Nota: não inclui, em ambos os casos, os montantes relativos a acréscimos e diferimentos).<br>Deve ser superior a 100% - situação em que se verifica um equilíbrio financeiro mínimo. Se for inferior a 100% mostra a impossibilidade da entidade de cumprir os pagamentos referentes a débitos a liquidar no curto prazo (um ano). Quanto maior for o resultado do indicador, maior a certeza de que os débitos a curto prazo podem ser pagos nos prazos adequados. |
|                                    |                                        | Passivo Circulante                                                                        | 36 845 146    |         | 30 091 938    |         | 29 072 774    |         |           |           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| 6                                  | Liquidez Imediata                      | Disponibilidades                                                                          | 8 346 011     | 22,65%  | 5 848 268     | 19,43%  | 5 034 962     | 17,32%  | -14,20%   | -10,89%   | É idêntico ao anterior, mas considerando apenas o valor das disponibilidades. Deve ser > 90%                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
|                                    |                                        | Passivo Circulante                                                                        | 36 845 146    |         | 30 091 938    |         | 29 072 774    |         |           |           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| 7                                  | Prazo Médio de Recebimento             | Clientes, Contribuintes e Utes e Outros Devedores                                         | 12.563.824,63 | 86      | 12.317.174,03 | 97      | 12.656.207,13 | 104     | 12,93%    | 6,92%     |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|                                    |                                        | Proveltos                                                                                 | 53 121 689    |         | 46 114 826    |         | 44 318 979    |         |           |           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| 8                                  | Prazo Médio de Pagamento (DGAL)        | Dividas a Fornecedores                                                                    | 24.597.879,94 | 139     | 19.739.973,17 | 125     | 16.470.063,54 | 75      | -10,11%   | -40,04%   | Resolução Conselho Ministros 34/2008 e Despacho 3870/2009 do Min. Finanças                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|                                    |                                        | Aquisições                                                                                | 64 776 412    |         | 57 833 250    |         | 80 470 591    |         |           |           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| 9                                  | Prazo médio de Pagamento               | Dívida a terceiros em 31/12 (excepto Empréstimos+OT+ Cauç. e gar. de fornec. em dinheiro) | 28 382 772    | 240     | 19 181 939    | 148     | 18 036 558    | 128     | -38,28%   | -13,60%   | Este indicador evidencia o número de dias que, em média, se demora para pagar as dívidas a terceiros (resultantes da execução orçamental, ou seja, excluindo OT e cauções prestadas em dinheiro).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|                                    |                                        | Aquisição de Bens e Serviços e Transferências e subsídios no ano                          | 43 243 477    |         | 47 350 030    |         | 51 531 673    |         |           |           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| 10                                 | Prazo médio de Pagamento - Imobilizado | Dívida a fornecedores de imobilizado em 31/12                                             | 19 042 316    | 332     | 12 952 574    | 234     | 11 786 390    | 156     | -29,47%   | -33,52%   | Este indicador evidencia o número de dias que, em média, se demora para pagar as dívidas a fornecedores de imobilizado.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|                                    |                                        | Aquisição de Imobilizado no ano                                                           | 20 931 643    |         | 20 185 868    |         | 27 631 067    |         |           |           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |

**INDICADORES ECONÓMICO PATRIMONIAIS**

(Continuação)

|    | INDICADORES                               | 2008                                   |             | 2009   |             | 2010   |             | VARIAÇÃO  | VARIAÇÃO  | OBSERVAÇÕES |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|----|-------------------------------------------|----------------------------------------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|-----------|-----------|-------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|    |                                           |                                        |             |        |             |        |             | 2008/2009 | 2009/2010 |             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| 11 | Indicador das imobilizações I             | Capitais Permanentes                   | 383 417 211 | 81,63% | 389 720 605 | 82,67% | 367 417 331 | 81,67%    | 1,27%     | -1,21%      | A aquisição de imobilizado deve processar-se, em regra, através de capitais que não sejam exigíveis a curto prazo, isto é, através de capitais permanentes (Fundo Patrimonial + financiamentos de MLP).<br>Avalia a cobertura do imobilizado por capitais permanentes, sendo complementar ao indicador de liquidez geral. Se tem um valor inferior à unidade, poderá significar que parte do imobilizado está a ser financiado por capitais exigíveis a curto prazo. |
|    |                                           | Imobilizado Líquido                    | 469 685 738 |        | 471 436 033 |        | 449 894 502 |           |           |             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|    | Indicador das imobilizações II            | Fundo Patrimonial                      | 327 266 387 | 69,68% | 329 479 422 | 69,89% | 314 851 322 | 69,98%    | 0,30%     | 0,14%       |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| 12 |                                           | Imobilizado Líquido                    | 469 685 738 |        | 471 436 033 |        | 449 894 502 |           |           |             | Avalia a cobertura do imobilizado pelo Fundo Patrimonial.<br>É um indicador destinado a analisar a segurança das imobilizações, evidenciando se o Fundo Patrimonial é suficiente para financiar o imobilizado ou se é necessário utilizar financiamentos externos.<br>Deve ser < 100%.                                                                                                                                                                               |
|    |                                           | Capitais Alheios de MLP                | 56 150 824  | 11,95% | 60 241 183  | 12,78% | 52 566 010  | 11,68%    | 6,89%     | -8,56%      | Avalia a cobertura do imobilizado pelos capitais alheios de MLP.<br>É um indicador destinado a analisar a segurança das imobilizações, evidenciando a utilização de financiamentos externos de MLP.<br>Em conjunto com os fundos próprios devem corresponder a 100% do activo imobilizado.                                                                                                                                                                           |
| 13 | Indicador das imobilizações III           | Imobilizado Líquido                    | 469 685 738 |        | 471 436 033 |        | 449 894 502 |           |           |             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|    |                                           | Capitais Alheios de Curto Prazo        | 36 845 146  | 7,84%  | 30 091 938  | 6,38%  | 29 072 774  | 6,46%     | -18,63%   | 1,24%       | Avalia a cobertura do imobilizado pelos capitais alheios de curto prazo (excluindo acréscimos e diferimentos).<br>É um indicador destinado a analisar a segurança das imobilizações, evidenciando a utilização de financiamentos externos de CP.                                                                                                                                                                                                                     |
| 14 | Indicador das imobilizações IV            | Imobilizado Líquido                    | 469 685 738 |        | 471 436 033 |        | 449 894 502 |           |           |             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|    |                                           | Activo Líquido                         | 485 413 299 | 96,76% | 484 220 509 | 97,36% | 464 347 009 | 96,89%    | 0,62%     | -0,49%      | Permite aferir da importância relativa do imobilizado no conjunto do activo líquido de autarquia. Quanto maior a % maior a rigidez e a falta de liquidez associada à estrutura do activo da entidade.                                                                                                                                                                                                                                                                |
| 15 | Percentagem de imobilizado líquido total  | Imobilizado de Domínio Público Líquido | 140 662 738 | 28,98% | 141 779 224 | 29,28% | 128 585 866 | 27,69%    | 1,04%     | -5,42%      | Permite aferir da importância relativa dos bens de domínio público (que, por isso, são, em princípio, insuscetíveis de serem transmitidos) no conjunto do activo líquido da autarquia. Quanto maior a % maior a rigidez e a falta de liquidez associada à estrutura do activo da entidade.                                                                                                                                                                           |
|    |                                           | Activo Líquido                         | 485 413 299 |        | 484 220 509 |        | 464 347 009 |           |           |             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| 16 | Percentagem de imobilizado líquido de BDP | Activo Líquido                         | 485 413 299 |        | 484 220 509 |        | 464 347 009 |           |           |             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|    |                                           | Passivo                                | 158 146 912 | 32,58% | 154 741 087 | 31,96% | 149 495 687 | 32,19%    | -1,91%    | 0,75%       | Mede o peso dos capitais alheios no financiamento das actividades da autarquia.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| 17 | Endividamento                             | Activo Líquido                         | 485 413 299 |        | 484 220 509 |        | 464 347 009 |           |           |             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|    |                                           | Dividas de MLP                         | 56 150 824  | 11,57% | 60 241 183  | 12,44% | 52 566 010  | 11,32%    | 7,55%     | -9,01%      | Mede o grau de dependência do activo líquido total relativamente ao capital alheio de MLP utilizado pela entidade.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| 18 | Endividamento de MLP                      | Activo Líquido                         | 485 413 299 |        | 484 220 509 |        | 464 347 009 |           |           |             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|    |                                           | Empréstimos de MLP                     | 54 617 700  | 11,25% | 58 919 525  | 12,17% | 51 455 817  | 11,08%    | 8,14%     | -8,93%      | Mede o grau de dependência do activo líquido total relativamente aos empréstimos de MLP contratados pela entidade.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| 19 | Endividamento - Empréstimos de MLP        | Activo Líquido                         | 485 413 299 |        | 484 220 509 |        | 464 347 009 |           |           |             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|    |                                           | Dividas de Curto Prazo                 | 36 845 146  | 7,59%  | 30 091 938  | 6,21%  | 29 072 774  | 6,26%     | -18,13%   | 0,75%       | Mede o grau de dependência do activo líquido total relativamente ao capital alheio de curto prazo utilizado pela entidade. As dividas de curto prazo correspondem ao passivo circulante anteriormente referido, não incluindo, por isso, os acréscimos e diferimentos.                                                                                                                                                                                               |
| 20 | Endividamento de CP                       | Activo Líquido                         | 485 413 299 |        | 484 220 509 |        | 464 347 009 |           |           |             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|    |                                           | Empréstimos de Curto Prazo             | 0,00        | 0,00%  | 0,00        | 0,00%  | 0,00        | 0,00%     | S/VAR.    | S/VAR.      | Mede o grau de dependência do activo líquido total relativamente aos empréstimos de curto prazo contratados pela entidade.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| 21 | Endividamento - Empréstimos de CP         | Activo Líquido                         | 485 413 299 |        | 484 220 509 |        | 464 347 009 |           |           |             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|    |                                           | Dividas de MLP                         | 56 150 824  | 35,51% | 60 241 183  | 38,93% | 52 566 010  | 35,16%    | 9,65%     | -9,68%      | Exprime a estrutura de endividamento, tendo em conta o passivo de MLP. Quanto maior for o rácio de médio e longo prazo menor será o peso das dividas de curto prazo, incluindo os acréscimos e diferimentos, na dívida total, implicando, nesse caso, menores pressões sobre a tesouraria.                                                                                                                                                                           |
| 22 | Estrutura de Endividamento I              | Passivo                                | 158 146 912 |        | 154 741 087 |        | 149 495 687 |           |           |             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|    |                                           | Dividas de Curto Prazo                 | 36 845 146  | 23,30% | 30 091 938  | 19,45% | 29 072 774  | 19,45%    | -16,53%   | 0,00%       | Exprime a estrutura de endividamento, tendo em conta apenas o passivo circulante, excluindo, por isso, os acréscimos e diferimentos. Complementa o indicador anterior.                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| 23 | Estrutura de Endividamento II             | Passivo                                | 158 146 912 |        | 154 741 087 |        | 149 495 687 |           |           |             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |



2  
0  
1  
0

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL





## **INTRODUÇÃO**

Estabelece o POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, a Resolução n.º 4/2001, do Tribunal de Contas, como peça integrante dos documentos de prestação de contas os *Anexos às Demonstrações Financeiras*.

As notas que se seguem encontram-se organizadas em conformidade com a numeração definida no ponto 8 do POCAL, para apresentação das contas, e visam facultar a informação necessária ao conhecimento da actividade autárquica, permitindo uma adequada compreensão das situações expressas nas demonstrações financeiras ou de outras situações que, não tendo reflexo nessas demonstrações, são úteis para uma melhor avaliação do seu conteúdo.

As notas que se encontrem omissas não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a análise das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram elaboradas em harmonia com os princípios contabilísticos previstos no ponto 3.2 do POCAL. Concentrado no princípio da continuidade estabeleceu-se uma correlação entre o Balanço Final de 2009 e o Balanço Final de 2010.

### **8.1 – CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE**

#### **8.1.1. IDENTIFICAÇÃO**

Município da Maia

Praça do Doutor José Vieira de Carvalho

4474 - 006 MAIA

Número de identificação fiscal: 505 387 131

Regime financeiro: Autonomia administrativa e financeira

O concelho da Maia é composto por 17 freguesias e tem uma área de 83,7Km<sup>2</sup>

N.º de eleitores: 107 963, conforme informação da DGAI – Direcção Geral Administração Interna - Administração Eleitor, obtida à data de 31 de Dezembro de 2010, para o processo eleitoral da “Presidência da República”, realizada em 23/01/2011.

#### **8.1.2. LEGISLAÇÃO**

As demonstrações financeiras apresentadas foram elaboradas em harmonia com os critérios e princípios contabilísticos geralmente aceites e preconizados no POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A / 99, de 22 de Fevereiro, com as alterações

introduzidas pelas Leis n.ºs 162/99, de 14 de Setembro, 60-A/2005, de 30 de Dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro.

### **8.1.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL EFECTIVA**

Em cumprimento do que se encontra legalmente estabelecido pelo Decreto-Lei n.º. 305/2009, de 23 de Outubro, a Assembleia Municipal da Maia, em sessão ordinária, realizada no dia 29 de Dezembro, homologou a decisão proferida pela Câmara Municipal da Maia, em reunião extraordinária de 13 de Dezembro de 2010, de aprovar o regulamento da Macroestrutura Organizacional da Câmara Municipal, constituído por um número máximo de 14 Unidades Nucleares, sob a forma de Departamentos Municipais e um número máximo de 34 Unidades Flexíveis (Divisões), cujo teor corresponde na íntegra ao anteriormente publicado em 15 de Maio de 2007, Diário da República n.º 93, II Série (Ver organograma anexo).

Após a publicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, que estabelece o regime de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, os mapas de pessoal são aprovados, mantidos ou alterados pela entidade competente para a aprovação da proposta de orçamento.

O mapa de pessoal para 2010 foi aprovado na reunião do Executivo Municipal realizada no dia 10 de Dezembro de 2009, e em sessão da Assembleia Municipal de 23 do mesmo mês.

### **8.1.4. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ACTIVIDADES**

A Câmara Municipal da Maia é uma autarquia local cujas actividades são direccionadas à concretização das atribuições que lhe estão legalmente conferidas pela Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, através do exercício das competências descritas na Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as respectivas alterações.

### **8.1.5. RECURSOS HUMANOS**

- O Órgão Executivo Municipal é composto pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Engenheiro António Gonçalves Bragança Fernandes, e por dez Vereadores, nomeadamente:
- Eng.º António Domingos da Silva Tiago
- Dr. Mário José Gomes Gouveia
- Dr.ª Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho
- Dr. Mário Nuno Alves de Sousa Neves
- Senhor José Manuel Santos Correia
- Dr. Paulo Fernando Sousa Ramalho
- Dr.ª Marta Moreira de Sá Peneda
- Dr.ª Maria Inês Loureiro Rodrigues
- Dr. Manuel Marques Nogueira dos Santos

- Senhor Hernâni Avelino da Costa Ribeiro

Em regime de permanência estiveram os Senhores Vereadores:

- Eng.º António Domingos da Silva Tiago
- Dr.ª Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho
- Dr. Mário Nuno Alves de Sousa Neves
- Dr.ª Marta Moreira de Sá Peneda
- Senhor Hernâni Avelino da Costa Ribeiro

Em regime de meio tempo estiveram os Senhores Vereadores:

- Dr. Paulo Fernando Sousa Ramalho
- Dr. Manuel Marques Nogueira dos Santos

#### **8.1.6. ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA**

Todas as operações e registos contabilísticos são efectuados num único sistema de contabilidade que integra a Contabilidade Orçamental, a Contabilidade Patrimonial e a Contabilidade de Custos ou Analítica, não estando esta última, ainda, adequadamente implementada, em estrita obediência às determinações do POCAL.

Os serviços de contabilidade são únicos e organizados de forma centralizada, no Departamento de Finanças e de Património. As actividades do Departamento são asseguradas por três divisões:

- Divisão de Contabilidade e Controlo Orçamental
- Divisão de Planeamento e Gestão Financeira
- Divisão de Contratação Pública, Aprovisionamento e do Património

O sistema informático que a autarquia utiliza, usualmente designado por SIGMA, é um sistema de informação centralizada assente numa base de dados relacional, constituído por 19 aplicações – recentemente foi incluída aplicação do Notariado, desenvolvida pela empresa Medidata Net – Sistemas de Informação para Autarquias, S.A., com excepção do Software existente nas instalações desportivas e recreativas.

As diversas aplicações estão integradas entre si, contribuindo, de forma assinalável para garantir a fiabilidade da informação financeira produzida.

Em detrimento de um mais eficiente controlo da informação financeira produzida, refere-se que ainda não se encontram em funcionamento as aplicações de “Obras Municipais” e “Programa de Concursos de Empreitadas”.

A aplicação informática de “Máquinas”, continua a ser apenas parcialmente utilizada pelo Departamento de Trânsito e Transportes.

A gestão informática das Instalações Desportivas e Recreativas da Autarquia é garantida pelo Software C-GESP XXI, Gestão de Equipamentos Desportivos, da empresa CEDIS, Consultores em Sistemas de Informação e Informática, Lda.

Por último refira-se que o Município da Maia tem preparado demonstrações financeiras semestrais com vista a análise económico financeiro e orçamental prevista na Lei das Finanças Locais.

#### **8.1.7. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES**

- Acções Inspectivas levadas a efeito por órgãos de controlo interno (IGF e IGAT), com incidência na gerência e nos 3 anos anteriores:

Data da acção: 15-11-2009      Período abrangido: 2005 a 2009      Entidade: IGF      N.º Processo: 2009/25/A3/1009

- Documentos de Gestão:

Grandes Opções do Plano e Orçamento aprovados em 2009 pelos órgãos executivo e deliberativo, em 10 de Dezembro e 23 de Dezembro, respectivamente.



2  
0  
1  
0

NOTAS AO BALANÇO E À  
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL



## 8.2 – NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

### NOTA 8.2.1 – DERROGAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO POCAL

Com excepção dos procedimentos estabelecidos quanto à aplicação de uma contabilidade de custos, cuja estrutura implementada no Município da Maia, embora em prática, carece de aperfeiçoamento substancial, não foi derrogada qualquer disposição constante do POCAL, pelo que a informação contida nas demonstrações financeiras reflecte a imagem verdadeira e apropriada da posição financeira (apresentada no Balanço) do desempenho (apresentado na demonstração dos resultados) e dos fluxos de caixa e das operações orçamentais.

### NOTA 8.2.2 – VALORES COMPARATIVOS

A fim de se corrigir situações reportadas a exercícios económicos anteriores, efectuaram-se em 2010 os ajustamentos que a propósito se mostraram necessários, designadamente nas rubricas de imobilizado, amortizações acumuladas e amortizações do exercício, afectando-se desta forma a comparabilidade com o exercício anterior.

### NOTA 8.2.3 – CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

#### Imobilizado

O imobilizado encontra-se valorizado ao custo de aquisição, sendo que para os activos desta natureza obtidos a título gratuito foi considerado o valor resultante de avaliação ou o valor patrimonial definido nos termos legais ou, no caso de não existir disposição aplicável, o valor resultante da avaliação seguindo critérios técnicos que se adequam à natureza dos bens. Na impossibilidade de valorização dos bens, estes assumem o valor zero.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes duodecimais, tendo sido aplicadas as taxas previstas no CIBE (Classificador Geral Integrado no Cadastro e Inventário dos Bens do Estado), aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril.

#### Existências

A valorização das existências é efectuada através do custo de aquisição, de acordo com os registos contabilísticos e respectiva documentação que os suporta. O custo médio ponderado é o método de custeio utilizado para as saídas de armazém.

#### Dívidas de e a Terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, não existindo dívidas em moeda estrangeira.

As dívidas de cobrança duvidosa correspondem a valores sobre os quais existe incerteza de cobrança efectiva e são provisionadas tendo em conta a probabilidade de perda que lhe está associada.

### **Disponibilidades**

Os depósitos em instituições de crédito e as disponibilidades em caixa são expressas pelos saldos de todas as contas de depósitos e pelos montantes dos meios de pagamento, respectivamente, não existindo disponibilidades em moeda estrangeira.

### **NOTA 8.2.6 – COMENTÁRIO ÀS CONTAS 43.1 «DESPESAS DE INSTALAÇÃO» E 43.2 «DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO»**

A conta 43.1 – *Despesas de Instalação*, abarca os registos inerentes à elaboração de planos pormenor, e planos urbanísticos para diversas áreas do Concelho. Na conta 43.2 - *Despesas de Investigação e Desenvolvimento* não se registou em 2010 qualquer movimento.

### **NOTA 8.2.7 – MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DO ACTIVO IMOBILIZADO E NAS RESPECTIVAS AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES**

Por limitações impostas pelo software informático da aplicação do património, o tratamento de determinados factos patrimoniais (regularizações diversas, desafectações e outros) passa forçosamente pelo abate do bem, seguido de um novo registo. Assim, ficam anualmente espelhados aumentos e reduções que na verdade não correspondem à ocorrência de factos dessa natureza (páginas 14 e 15 dos Anexos Documentais - Volume I).

### **NOTA 8.2.8 – DESAGREGAÇÃO DE CADA UMA DAS RUBRICAS DOS MAPAS ANTECEDENTES**

Cada uma das rubricas dos mapas antes citados encontra-se desagregada de modo a evidenciar a informação legalmente exigível (páginas 16 a 288 dos Anexos Documentais - Volume I).

### **NOTA 8.2.14 – RELAÇÃO DOS BENS DO IMOBILIZADO QUE NÃO FOI POSSÍVEL VALORIZAR, COM INDICAÇÃO DAS RAZÕES DESSA IMPOSSIBILIDADE**

A relação de bens do immobilizado que não foi possível valorizar respeita essencialmente a bens que se encontram já nessa situação desde a implementação do POCAL, dada a inexistência de informação que possibilitasse a sua adequada valoração, conforme listagem integrada nos anexos às demonstrações financeiras (páginas 289 a 297 dos Anexos Documentais – Volume I).



## NOTA 8.2.15 – IDENTIFICAÇÃO DOS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO QUE NÃO SÃO OBJECTO DE AMORTIZAÇÃO E INDICAÇÃO DAS RESPECTIVAS RAZÕES

De acordo com as disposições legais constantes do CIBE, não são susceptíveis de amortização os terrenos, bem como alguns dos bens afectos ao domínio público. A relação discriminada destes bens consta em anexo (páginas 298 a 331 dos Anexos Documentais - Volume I).

## NOTA 8.2.16 – IDENTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES PARTICIPADAS

| Entidades participadas                                              |                                                                                                | Parcela detida (1) |         | Resultados do último exercício |                   |        |
|---------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|---------|--------------------------------|-------------------|--------|
| Designação                                                          | Sede                                                                                           | Valor              | %       | Capitais Próprios              | Resultado Líquido | Exerc. |
| <b>Entidades Societárias</b>                                        |                                                                                                |                    |         |                                |                   |        |
| Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.E.M.             | Praça do Doutor José Vieira de Carvalho Torre Municipal, 14.º Piso 4474-006 Maia               | 124.699,47         | 100%    | 218.075                        | 6.815             | 2010   |
| Academia das Artes da Maia - Produções Culturais, E.E.M.            | Fórum da Maia Núcleo Central do Concelho - Rua Engenheiro Duarte Pacheco 4474-006 Maia         | 49.879,78          | 100%    | -35.181                        | -117.691          | 2010   |
| Conservatório de Música da Maia CMM S.U.Lda (3)                     | Fórum da Maia Núcleo Central do Concelho - Rua Engenheiro Duarte Pacheco 4474-006 Maia         | 5.000,00           | 100%    | -95.725                        | -98.225           | 2010   |
| Maiambiente - Empresa Municipal do Ambiente, E.E.M.                 | Rua 5 de Outubro, 359 Milheirós 4475-302 Maia                                                  | 1496.393,69        | 100%    | 1815.108                       | 101.775           | 2010   |
| Espaço Municipal - Renovação Urbana Gestão do Património, E.E.M.    | Rua Dr.º Carlos Felgueiras, 1814470-157 Maia                                                   | 13.336.638,50      | 100%    | 12.213.083                     | 139.008           | 2010   |
| Tum - Transportes Urbanos da Maia, E.M. (2)                         | Edifício dos Paços do Concelho - Praça do Dr. José Vieira de Carvalho, 4470-202 Maia           | 124.699,47         | 100%    | 9.117                          | -4.830            | 2010   |
| Águas do Douro e Paiva, S.A. (4)                                    | Rua de Vilar, n.º 235 - 5.º Apartado 55145 4050-626 Porto                                      | 566.805,00         | 2,92%   | 22.945.236                     | 2.176.370         | 2010   |
| Águas do Noroeste, S.A. (4)                                         | Lugar de Gaído, Barcelos, 4755-045 Areias de Vilar                                             | 1.150.000,00       | 2,19%   | 41.268.134                     | 1.048.096         | 2010   |
| Macmaí - Matadouro Agrícola e Comercial da Maia, Ld.ª               | Rua 5 de Outubro 4475-302 Milheirós Maia                                                       | 149.639,36         | 100%    | -18.1807                       | -8.714            | 2009   |
| Municipia - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S.A.   | Av. Prof. Dr.º Cavaco Silva, Edifício Ciência II, n.º 11 3.º B, Taguspark 2740-120 Porto Salvo | 150.199,00         | 4,64%   | 3.995.064                      | -491.754          | 2010   |
| Net - Novas Empresas e Tecnologias, S.A. (2)                        | Rua de Salazares, 842 4149-002 Porto                                                           | 2.500,00           | 0,50%   | 356.057                        | -18.309           | 2010   |
| Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A.              | Rua Eng.º Frederico Ulrich, 2650 4470-605 Moreira da Maia                                      | 2.799.390,00       | 5%      | 4.444.275                      | -1.183.038        | 2010   |
| Portgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. (2) (4) | Rua Linhas de Torres, 41 4350-214 Porto                                                        | 18.981,96          | 0,24%   | 87.786.999                     | 20.912.945        | 2010   |
| Prímus - Promoção e Desenvolvimento Regional, S.A.                  | Avenida dos Aliados, n.º 236 - 4º Esq. 4000-065 Porto                                          | 499,00             | 0,06%   | 259.009                        | 1.191             | 2010   |
| Renovarum - Renovação Urbana da Maia, Ld.ª                          | Rua Dr.º Carlos Felgueiras, 1814470-157 Maia                                                   | 162.450,17         | 100%    | 225.150                        | -2.764            | 2010   |
| Metro do Porto, S.A. (2) (4)                                        | Av. Fernão de Magalhães, 1862 - 7.º 4350-158 Porto                                             | 5,00               | 0,0001% | -157.678.433                   | -35.1790.108      | 2010   |
| Hospital do Lídador S.A.                                            | Sede Santa Casa Misericórdia Maia, Avenida Visconde Barreiros s/n                              | 5.000,00           | 10%     | 50.000                         | -                 | 2009   |

Un.: Euros

(1) Valor de Aquisição da Parcela detida.

(2) Relativamente a estas entidades foi informado que as contas de 2010 não se encontravam ainda aprovadas à data da elaboração do presente documento, sendo que os valores indicados têm carácter provisório.

(3) O Conservatório de Música da Maia é 100% detido pela Academia das Artes detendo assim o Município de forma indirecta uma participação de 100% do mesmo.

(4) Empresas que nos termos da legislação em vigor presentemente não estão integradas no Sector Empresarial Local.

## NOTA 8.2.18 – DISCRIMINAÇÃO DA CONTA «OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS»

| OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS                           |                          |               |                        |                |                   |
|---------------------------------------------------------|--------------------------|---------------|------------------------|----------------|-------------------|
| Natureza                                                | 2010                     |               |                        |                |                   |
|                                                         | Unidades de Participação | Valor Nominal | Valor Bruto de Balanço | Provisão       | Valor Líquido     |
| Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (Maia Golf)   | 5.500                    | 1.000         | 5.500.000              | 537.906        | 4.962.094         |
| Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (Maia Imo)    | 6.000                    | 1.000         | 6.000.000              | 77.106         | 5.922.894         |
| Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (Praça Maior) | 5.000                    | 1.000         | 5.000.000              |                | 5.000.000         |
|                                                         |                          |               | <b>16.500.000</b>      | <b>615.012</b> | <b>15.884.988</b> |

Un: Euros

À data de 31 de Dezembro de 2010, a valorização dos capitais dos fundos “Maia Golfe” e “Maia Imo” era de, respectivamente, 4.962.094€ e 5.922.894€, traduzindo-se numa diferença global entre o custo de aquisição das unidades de participação e o seu valor de mercado, de 615.012€, havendo necessidade de reforçar a provisão anteriormente constituída na ordem dos 104.646€.

Em 2010 foi constituído o Fundo de Investimento Imobiliário “Praça Maior”, no valor de 5.000.000€, detendo o Município a totalidade das unidades de participação. No decurso desta operação o Município alienou um conjunto de bens imóveis ao referido Fundo, cujo valor patrimonial líquido ascendia a 455.382,18€, o que originou uma valorização de 4.544.617,82€.

À data de 31 de Dezembro de 2010, o Capital do Fundo “Praça Maior” valorizava-se em 5.009.143,25€, e, uma vez superior ao capital inicial, não originou a constituição de qualquer provisão.

O total dos passivos registados pelos Fundos à data de 31/12/2010 ascendeu a 17.489.632€.

É entendimento do Município, de acordo com Nota Informativa Externa Independente emitida pela empresa Telles de Abreu e Associados, Sociedade de Advogados, RL, que os fundos especiais de investimento imobiliário fechado não integram o sector empresarial local, interpretação que nunca foi contestada em sede de controlo de endividamento autárquico já realizado ao município pela Inspeção-Geral das Finanças. Dessa interpretação, resulta que os passivos assinalados não estão reflectidos no endividamento.

## NOTA 8.2.22 – VALOR GLOBAL DAS DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA INCLUÍDAS EM CADA UMA DAS RUBRICAS DE DÍVIDAS DE TERCEIROS CONSTANTES DO BALANÇO

O total das dívidas de cobrança duvidosa encontra-se registado nas contas 21.8 – *Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa* e 26.8.7.8 – *Devedores diversos de cobrança duvidosa*, e ascende em 2010 ao valor bruto de 10.855.803€.

## NOTA 8.2.26 – DESCRIÇÃO DESAGREGADA DAS RESPONSABILIDADES, POR GARANTIAS E CAUÇÕES PRESTADAS E RECIBOS PARA COBRANÇA DE ACORDO COM O MAPA RESPECTIVO.

A informação aqui invocada consta em anexo inserido no volume II (página 84 dos Anexos Documentais – Volume II).

## NOTA 8.2.27 – DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DE PROVISÕES ACUMULADAS

|                           |                                           | PROVISÕES         |                  |                  |                   |
|---------------------------|-------------------------------------------|-------------------|------------------|------------------|-------------------|
|                           |                                           | 2010              |                  |                  |                   |
|                           |                                           | Saldo Inicial     | Aumento          | Redução          | Saldo Final       |
| 19                        | Provisões para aplicações de tesouraria   | 0                 | 0                | 0                | 0                 |
| 291                       | Provisões para cobranças duvidosas        | 9.430.586         | 267.309          | 1245.959         | 8.451.936         |
| 292                       | Provisões para riscos e encargos          | 500.000           | 600.000          | 0                | 1.100.000         |
| 39                        | Provisões para depreciação de existências | 0                 | 0                | 0                | 0                 |
| 49                        | Provisões para investimentos financeiros  | 564.734           | 2.022.867        | 0                | 2.587.601         |
| <b>Total de Provisões</b> |                                           | <b>10.495.319</b> | <b>2.890.176</b> | <b>1.245.959</b> | <b>12.139.537</b> |

Un: Euros

Em 2010 os movimentos relacionados com as provisões distribuíram-se entre Provisões para Cobranças Duvidosas, Provisões para Riscos e Encargos e Provisões para Investimentos Financeiros.

O valor assumido pela rubrica de cobranças duvidosas traduz uma redução face ao ano anterior, decorrendo a mesma, essencialmente, da anulação das provisões imputáveis aos débitos da Portgás provenientes do licenciamento da ocupação de domínio público, uma vez que os desfechos das impugnações judiciais apresentadas pela citada empresa sobre esta matéria têm sido favoráveis ao Município.

Os montantes mais significativos aqui inseridos, já contabilizados em anos anteriores, respeitam à conta de Clientes, Contribuintes e Utentes de Cobrança Duvidosa, e, dentro desta, às provisões constituídas:

- No âmbito do diferendo com a Lipor, tendo em vista o recebimento das taxas provenientes do licenciamento da Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos e do Aterro Sanitário, cujo assunto se encontra em curso em sede de Tribunal Arbitral – 2.835.286€;
- Na sequência da cobrança adicional de valores a título de taxas urbanísticas e compensação pela não cedência de áreas, em cumprimento do que foi determinado pela IGF – Inspeção-Geral de Finanças em acção inspectiva – 1.360.720€

O valor de 600.000€ contabilizado como Provisões para Riscos e Encargos evidencia na sua totalidade os possíveis encargos que ocorrerão para o Município a título de indemnizações, a pagar às diferentes entidades promotoras de processos judiciais que se encontram em curso.

No que respeita aos Investimentos Financeiros, é de salientar o reforço de provisão referente à rubrica “Partes de Capital”, no montante de 1.821.827€ fomentado pela diferença entre os valores dos Capitais Próprios das Entidades Participadas e o seu Custo da Participação, relativamente às empresas: Academia de Artes da Maia - Produções Culturais E.E.M; Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património, E.E.M; Tum - Transportes Urbanos da Maia, E.E.M e Tecmaia - Parque Ciência e Tecnologia da Maia, S.A..

Foi ainda reforçada a rubrica “Outras Aplicações Financeiras”, dada a diferença entre o custo de aquisição das unidades de participação dos Fundos de Investimento Imobiliário “Maia Imo” e “Maia Golfe” e o seu valor de mercado à data de 31 de Dezembro de 2010, no valor de 199.917€

No âmbito das “Obrigações e Títulos de Participação, foi constituída uma provisão no valor de 1.122€ em relação aos Certificados de Dívida Inscrita de Dívida Pública Portuguesa datados de 1942, cujo valor

nominal era de 3.414€, e o seu valor contabilístico à data de 31 de Dezembro de 2010 se situava em 2.292€

Mantêm-se os mesmos processos litigiosos em curso enunciados nos documentos de prestação de contas do ano 2008, cuja explicitação se insere nos mesmos moldes:

- **Compromisso Arbitral: LIPOR - Município da Maia**

O objecto do litígio consiste nas divergências suscitadas entre as partes relativamente à obrigatoriedade de a LIPOR proceder ao licenciamento da Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos (LIPOR II) e do Aterro Sanitário de apoio àquela Estação, havendo lugar ao pagamento das respectivas taxas municipais de construção, que em 2002 ascendiam a um valor total de 2.957.998€. É entendimento da LIPOR que aquelas obras, por terem natureza de obra pública, não estão subordinadas ao regime jurídico do licenciamento de obras particulares e, por conseguinte, não estão sujeitas ao pagamento de taxas municipais. Tal posição não colhe a anuência do Município.

É também objecto do litígio ser, ou não, legítima a posição do Município ao recusar o pagamento a LIPOR de participações para investimento, no montante de 3.171.289€, com a invocação de que lhe são devidas aquelas taxas.

Quer o direito quer a obrigação encontram-se devidamente contabilizados pelo Município, apenas na óptica patrimonial.

Para a resolução do litígio foi constituído um Tribunal Arbitral, cujos trabalhos se encontram em curso, não tendo sido ainda proferida qualquer decisão final. Todavia, é expectativa do Município que a decisão a proferir determine o reconhecimento da obrigatoriedade do licenciamento municipal para as obras efectuadas pela LIPOR, com o consequente pagamento das taxas devidas, actualizadas à data em que for solicitado o competente alvará de construção.

- **Processo de execução fiscal: Direcção-Geral dos Impostos – Município da Maia**

Na sequência do contrato de cessão de créditos pela antecipação de rendas dos empreendimentos de habitação social, celebrado em 2004 pela Espaço Municipal, foi o Município notificado em Setembro de 2006 pelos Serviços de Inspeção Tributária – Direcção de Finanças do Porto, do Projecto de Relatório de Inspeção Tributária, no qual se encontra descrita e quantificada uma correcção devida no ano de 2004, e que resultam em imposto a entregar ao Estado, no valor global de 3.800.000€. Resulta a referida correcção da não liquidação de imposto, no valor de 3.800.000€, inerente à transferência efectuada pela Espaço Municipal a favor do Município, de 20.000.000€.

Fundamenta a administração fiscal que, tratando-se de uma alienação de direitos, o Município da Maia deveria ter liquidado I.V.A. aquando da emissão do documento de débito subjacente à transferência de 20.000.000€. Refira-se que, por ocasião da realização do processo de antecipação de rendas, resultou do enquadramento fiscal da respectiva operação financeira, em sede de I.V.A., a sua não sujeição.

A importância reclamada pela administração tem vindo a ser incrementada com os respectivos juros compensatórios e de mora, tendo sido identificada na última notificação uma dívida em cobrança coerciva de 4.191.423.71€

Para acompanhamento e resolução do correspondente processo, o Município da Maia recorreu a apoio jurídico externo, através da Sociedade de Advogados Nuno Cerejeira Namora, Pedro Marinho Falcão e Associados, sendo seu entendimento que estão reunidas as condições jurídicas e factuais para que a Autarquia venha a obter ganho de causa, circunstância esta que justifica a não constituição de provisões.

No âmbito deste processo foi apresentada como garantia a hipoteca sobre o Fórum no montante de 5.175.787€ registada a favor do Ministério das Finanças em 2007, tendo em vista a suspensão do processo de execução fiscal existente, em consequência do município ter contestado a decisão da cobrança do IVA associada ao processo de antecipação das rendas habitacionais realizado em 2004 a favor de terceiros.

#### NOTA 8.2.28 – EXPLICITAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DOS MOVIMENTOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO DE CADA UMA DAS CONTAS DA CLASSE 5 – FUNDO PATRIMONIAL

| FUNDO PATRIMONIAL                                       |                    |                   |                   |                    |
|---------------------------------------------------------|--------------------|-------------------|-------------------|--------------------|
| 2010                                                    |                    |                   |                   |                    |
|                                                         | Saldo Inicial      | Aumento           | Redução           | Saldo Final        |
| <b>51 Património</b>                                    | <b>312.851.256</b> | <b>5.786.446</b>  | <b>19.828.374</b> | <b>298.809.328</b> |
| 51.1 Património Inicial                                 | 249.736.100        | 5.371.039         | 19.828.374        | 235.278.765        |
| 51.1.1 Saldo Abertura POCAL                             | 189.891.029        | 0                 | 0                 | 189.891.029        |
| 51.1.2 Correções ao Balanço Inicial                     | 59.845.071         | 5.371.039         | 19.828.374        | 45.387.736         |
| 51.2 Património Adquirido                               | 63.115.156         | 415.407           | 0                 | 63.530.562         |
| <b>55 Ajustamentos de partes de capital em empresas</b> | <b>-14.964</b>     | <b>0</b>          | <b>0</b>          | <b>-14.964</b>     |
| <b>56 Reservas de Reavaliação</b>                       | <b>0</b>           | <b>4.544.618</b>  | <b>4.544.618</b>  | <b>0</b>           |
| <b>57 Reservas</b>                                      | <b>16.104.772</b>  | <b>892.402</b>    | <b>38.531</b>     | <b>16.958.643</b>  |
| 571 Reservas Legais                                     | 3.321.850          | 21.864            | 0                 | 3.343.714          |
| 575 Subsídios                                           | 261.249            | 0                 | 0                 | 261.249            |
| 576 Doações                                             | 4.273.904          | 347.627           | 409               | 4.621.123          |
| 577 Reservas decorrentes da transferências activos      | 2.100.329          | 0                 | 0                 | 2.100.329          |
| 578 Cedências                                           | 2.988.899          | 522.912           | 38.123            | 3.473.689          |
| 579 Outras                                              | 3.158.540          | 0                 | 0                 | 3.158.540          |
| <b>59 Resultados Transitados</b>                        | <b>101.088</b>     | <b>3.929.361</b>  | <b>8.979.660</b>  | <b>-4.949.212</b>  |
| <b>Totais</b>                                           | <b>329.042.152</b> | <b>15.152.827</b> | <b>33.391.184</b> | <b>310.803.795</b> |

Un:Euros

Durante os últimos exercícios, não obstante o empenho dos serviços no sentido de identificar toda e qualquer situação não devidamente relevada do ponto de vista contabilístico, têm sido sucessivamente identificados factos patrimoniais com impacto no activo imobilizado do Município à data de elaboração do balanço inicial ou em exercícios anteriores, quer por omissão quer por referência não exacta da respectiva informação financeira, cujas circunstâncias determinaram a concretização das diversas correcções.

Com o propósito de se conter o carácter de regularidade que essas correcções têm assumido no passado, foi desenvolvido em 2010 um amplo e decisivo trabalho de reconciliação dos valores do imobilizado registado na Secção de Cadastro e Inventários com os respectivos saldos contabilísticos. Ao longo desse trabalho foram sendo identificadas variadas ocorrências, nomeadamente ao nível do registo de imobilizado em curso, que determinaram a execução de um conjunto de movimentos de regularização, com impacto notório no balanço inicial e nos resultados transitados, pela via da redução, que ascenderam

a 19.581.059€. Por outro lado, influenciando positivamente esta rubrica sobressai o valor de 3.951.238€ na sequência da imputação ao balanço inicial da parte edificada do Complexo Municipal de Natação integrado na zona desportiva Municipal.

Quanto às Reservas Legais foi cumprindo o disposto do ponto 2.7.3.5 do POCAL, ao ser constituído um reforço de 21.863,52€, importância equivalente a 5% do Resultado Líquido de 2009. Os restantes 95% foram transferidos para a conta 51.2 - Património Adquirido.

Os movimentos operados nas contas de doações e de cedências respeitam a activos, terrenos na sua maioria, que passaram a integrar o património do Município na sequência da celebração de escrituras ou do licenciamento de alvarás de loteamento.

A componente de Resultados Transitados, tal qual aconteceu com a rubrica do Balanço Inicial, apresenta um significativo decréscimo em relação ao ano anterior, devido principalmente às regularizações de grande significado relativas a exercícios anteriores, onde se destacam os registos contabilísticos associados às empreitadas de “Construção do Centro Cívico da Maia - Pólo de Serviços Públicos” no montante de 2.444.005€ e da “Construção do PER da Rua Gonçalo Mendes da Maia”, no valor de 1.327.313€, bem como às amortizações de todas as correcções realizadas, que ascenderam a 3.628.592€

De igual modo se regista neste grupo de Resultados Transitados a contabilização do Resultado Líquido do Exercício de 2009 no valor de 437.270€

#### NOTA 8.2.29 – DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

| Movimentos                   | 2010         |                                            |
|------------------------------|--------------|--------------------------------------------|
|                              | Mercadorias  | Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo |
| Existências Iniciais         | 71.573       | 752.980                                    |
| Compras                      | 2.457        | 975.247                                    |
| Regularização de Existências | 0            | -17.205                                    |
| Existências Finais           | -71.568      | -593.781                                   |
| <b>Custos no Exercício</b>   | <b>2.462</b> | <b>1.117.241</b>                           |

Un:Euros

Os valores respeitantes às existências finais foram apurados através da realização de inventários físicos.

## NOTA 8.2.31 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

| DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS |                   |                   |                                        |                |                |  |
|-----------------------------------------|-------------------|-------------------|----------------------------------------|----------------|----------------|--|
| Custos e Perdas                         | Exercícios        |                   | Proveitos e Ganhos                     | Exercícios     |                |  |
|                                         | 2009              | 2010              |                                        | 2009           | 2010           |  |
| 681 Juros suportados                    | 2.469.156         | 1.945.728         | 781 Juros obtidos                      | 95.129         | 57.632         |  |
| 682 Perdas em entidades participadas    | 14.949            | 0                 | 782 Ganhos em entidades participadas   | 0              | 0              |  |
| 683 Amortizações invest. em imóveis     | 0                 | 0                 | 783 Rendimentos de imóveis             | 10.514         | 10.783         |  |
| 684 Provisões p/ aplicações financ.     | 198.333           | 2.022.867         | 784 Rendimentos participações capital  | 114.053        | 190.066        |  |
| 685 Diferenças câmbio desfavor.         | 0                 | 0                 | 785 Diferenças de câmbio favoráveis    | 0              | 0              |  |
| 687 Perdas na alienação aplic. tesour.  | 0                 | 0                 | 786 Descontos pronto pagat. obtidos    | 1              | 0              |  |
| 688 Outros custos e perdas financ.      | 64.106            | 27.678            | 787 Ganhos na alienação aplic. tesour. | 0              | 0              |  |
| <b>Total de Custos Financeiros</b>      | <b>2.746.544</b>  | <b>3.996.272</b>  | 788 Outros proveitos e ganhos financ.  | 341.852        | 193.308        |  |
| <b>Resultados Financeiros</b>           | <b>-2.184.995</b> | <b>-3.544.482</b> | <b>Total de Proveitos Financeiros</b>  | <b>561.549</b> | <b>451.790</b> |  |
| <b>Total</b>                            | <b>561.549</b>    | <b>451.790</b>    |                                        |                |                |  |

Un: Euros

Tal como no ano anterior, os resultados financeiros mantêm-se em valores negativos, registando em 2010 uma variação de 62,22%, resultado sobretudo do aumento das provisões para aplicações financeiras em cerca de 1.824.534€, explicitado no ponto 8.2.27.

A diminuição dos juros suportados no valor de 523.428€ é justificada pela amortização da dívida de médio e longo prazo dos empréstimos bancários, mas também pela oscilação da taxa de juro associada aos mesmos empréstimos.

No que aos proveitos financeiros diz respeito, verifica-se uma diminuição de (-) 19,55%, em parte justificada pelo decréscimo dos juros obtidos em depósitos bancários, num total de 37.497€, e dos juros indexados aos empréstimos bonificados PER - Plano Especial de Reajustamento, que registaram uma descida de 148.544€.

## NOTA 8.2.32 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

| DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS |                  |                  |                                           |                  |                  |
|---------------------------------------------|------------------|------------------|-------------------------------------------|------------------|------------------|
| Custos e Perdas                             | Exercícios       |                  | Proveitos e Ganhos                        | Exercícios       |                  |
|                                             | 2009             | 2010             |                                           | 2009             | 2010             |
| 691 Transferências capital concedidas       | 2.570.831        | 1.633.972        | 791 Restituição de impostos               | 0                | 0                |
| 692 Dívidas incobráveis                     | 0                | 13               | 792 Recuperação de dívidas                | 0                | 0                |
| 693 Perdas em existências                   | 0                | 10               | 793 Ganhos em existências                 | 691              | 12               |
| 694 Perdas em imobilizações                 | 133.788          | 6.202            | 794 Ganhos em imobilizações               | 1.976.791        | 1.615.334        |
| 695 Multas e penalidades                    | 638              | 421              | 795 Benefícios de penalidades contr.      | 167.913          | 168.775          |
| 696 Aumento de amortiz. Provisões           | 0                | 0                | 796 Reduções de amortiz. e provisões      | 574.521          | 1.245.959        |
| 697 Correções relativas exerc. anteriores   | 2.830.164        | 185.102          | 797 Correções relativas exerc. anteriores | 356.202          | 464.892          |
| 698 Outros custos e perdas extraor.         | 71.338           | 3.896            | 798 Outros proveitos e ganhos extraor.    | 2.059.049        | 1.699.308        |
| <b>Total de Custos Extraordinários</b>      | <b>5.606.758</b> | <b>1.829.616</b> | <b>Total de Proveitos Extraordinários</b> | <b>5.135.167</b> | <b>5.194.281</b> |
| <b>Resultados Extraordinários</b>           | <b>-471.591</b>  | <b>3.364.664</b> |                                           |                  |                  |
| <b>Total</b>                                | <b>5.135.167</b> | <b>5.194.281</b> |                                           |                  |                  |

Un: Euros

Em 2010, os resultados extraordinários obtiveram um saldo positivo, registando um aumento de 3.836.255€ relativamente ao ano de 2009, determinado essencialmente pela acentuada descida dos custos.

De um modo geral, as diversas contas que compõem os custos e perdas extraordinários sofreram uma diminuição, o correspondente a (-) 67,37%, quando comparadas com o ano anterior, sendo que as correcções relativas aos anos anteriores foram as que mais contribuíram para esse resultado, dada a descida de (-) 93,46%. No entanto, deve-se evidenciar que estes mesmos custos tiveram um aumento significativo em 2009 devido a um subsídio à exploração concedido à empresa municipal Maiambiente no ano de 2008, no valor de 2.170.000€, que apenas foi reconhecido contabilisticamente no ano 2009.

Importa referir que a redução de 936.859€ nas transferências de capital concedidas, correspondente a uma variação de (-) 36,44%, abrangeu todas as entidades. Assim, as transferências para as freguesias diminuíram cerca de (-) 35,82%, o valor transferido para as instituições particulares (-) 30,22%, e para as empresas públicas, municipais e intermunicipais (-) 33,96%, face aos valores concedidos no ano prévio.

Os proveitos e ganhos extraordinários registaram uma pequena subida de 1,15%, consequência da confluência das rubricas de redução de amortizações e provisões (116,87%), de ganhos em imobilizações (-18,29%) e de outros proveitos e ganhos extraordinários (-)17,47%.

O proveito verificado nas amortizações e provisões é integralmente composto pela redução de provisões de cobranças duvidosas, que no essencial se deve à anulação do valor de 1.193.817€ da provisão referente ao débito da empresa Portgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A., pelo licenciamento da ocupação do domínio público da empresa.

Os ganhos em imobilizações, não obstante contribuírem com cerca de 31,10% para o valor total dos proveitos, registaram uma descida, produto da redução substancial da rubrica “outros ganhos em imobilizações”, permanecendo assim em 2010 com um valor residual.

Da conta de outros proveitos e ganhos extraordinários salienta-se o valor assumido pelos subsídios para investimentos, que totaliza 1.583.581€, bem como o seu contributo na descida, na ordem dos 362.318€.

## **EVENTOS SUBSEQUENTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO**

Após o termo do exercício em análise, mais concretamente no dia 22 de Fevereiro de 2011, ocorreu um incêndio no edifício municipal onde funcionava o armazém de apoio ao Departamento do Ambiente e Planeamento Territorial (Oficinas Gerais), tendo como consequência a destruição das existências em stock, cuja avaliação se fixou em 75.336€. Foram ainda destruídas algumas máquinas e ferramentas que se encontravam no local, para além da consequente danificação da edificação em causa. Regista-se no entanto que aquele local se encontrava devidamente segurado.





2  
0  
1  
0

NOTAS AO PROCESSO ORÇAMENTAL  
E RESPECTIVA EXECUÇÃO

**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL



## **8.3 – NOTAS AO PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPECTIVA EXECUÇÃO**

### **NOTA 8.3.1 – MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO**

Ao longo do exercício económico de 2010 foram concretizadas catorze modificações (treze alterações e uma revisão) ao Orçamento, cujos documentos se anexam, as quais se sintetizaram em:

- Treze alterações ao Orçamento da Despesa;
- Onze alterações ao Plano Plurianual de Investimentos;
- Treze alterações ao Plano de Actividades Mais Relevantes;
- Uma alteração ao Orçamento da Receita;
- Uma Revisão, ao Orçamento da Despesa, para a inclusão de dois novos projectos.

### **NOTA 8.3.2 – MODIFICAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS**

No que respeita ao Plano Plurianual de Investimentos, assim, como ao Plano de Actividades Mais Relevantes, as alterações na gerência em análise, foram efectuadas da seguinte forma:

Plano Plurianual de Investimentos 11 alterações;

Plano de Actividades Mais Relevantes 13 alterações.

### **NOTA 8.3.6 – ENDIVIDAMENTO**

(páginas 170 a 180 dos Anexos Documentais – Volume II).





2  
0  
1  
0

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL

## Certificação Legal das Contas

### Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras do **Município da Maia**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010, (que evidencia um total de 464.347.009 euros e um total de fundos próprios de 314.851.322 euros, incluindo um resultado líquido de 4.047.526 euros), a Demonstração dos Resultados e os Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 70.015.526 euros de despesa paga e um total de 70.368.101 euros de receita cobrada) do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

### Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Órgão Executivo a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município, o resultado das suas operações e o relato da execução orçamental, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação, numa base de amostragem, da conformidade legal e regularidade financeira das transacções efectuadas; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.



## Município da Maia

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

## Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Município da Maia** em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações e a execução orçamental relativa à despesa paga e à receita cobrada no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL.

## Ênfases

8 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:

- 8.1 Conforme referido no ponto 8.2.18 das Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, foram constituídos em 2007, 2008 e 2010 Fundos Especiais de Investimento Imobiliário Fechados, no qual o Município da Maia é o único subscritor e titular das Unidades de Participação. As demonstrações financeiras destes Fundos de Investimento, objecto de Certificação Legal das Contas sem modificações, evidenciam passivos no montante de 17.489.632 euros (em 2009 ascendiam a 14.580.285 euros);
- 8.2 Embora preceituado no Artigo 46º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais) e na Portaria nº 474/2010, de 1 de Julho, conforme referido no Relatório de Gestão, por razões de operacionalização do processo face a um conjunto vasto de questões que aguardam resposta das Entidades competentes, o Município entendeu não estarem ainda reunidas as condições para a apresentação de contas consolidadas conjuntamente com as contas individuais, prevendo-se que a situação fique regularizada até final do Semestre em curso;
- 8.3 Segundo o ponto 8.2.27 das Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, existem activos e passivos contingentes que poderão vir a materializar-se nos exercícios futuros. No entanto, dada a sua natureza e incerteza quanto à efectiva concretização, foram apenas objecto de divulgação, procedimento com o qual concordamos;



**Município da Maia**

- 8.4 Apesar de previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e conforme referido no ponto 8.2.1 das Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, não se encontra ainda implementada uma Contabilidade de Custos. No entanto, à semelhança dos exercícios anteriores, os encargos com as funções exercidas e os custos das tarifas e preços dos bens e serviços, são apurados através doutros meios;
- 8.5 Segundo o ponto 8.3.6 das Notas sobre o Processo Orçamental e Respectiva Execução, o Município ultrapassou a sua capacidade de endividamento de Médio e Longo Prazo em cerca 1.500.000 euros (no ano anterior o valor ascendia a cerca de 7.200.000 euros). Consequentemente, nos termos do nº 3 do Artigo 39º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais), este montante terá de ser reduzido durante o exercício de 2011 e seguintes em pelo menos 10%; e
- 8.6 O Município possui uns Serviços Municipalizados de Electricidade, Águas e Saneamento (SMEAS), organismo dotado de autonomia administrativa e financeira, cujos documentos de prestação de contas evidenciam, no final de 2010, um Activo no montante de 66.419.747 euros, Fundos Próprios de 26.537.249 euros e um Passivo de 39.882.498 euros, incluindo neste último Proveitos Diferidos relacionados com Subsídios ao Investimento no montante de 16.737.231 euros. Estes Serviços não integram, nem têm qualquer registo contabilístico, nas contas individuais do Município da Maia.

Maia, 14 de Abril de 2011

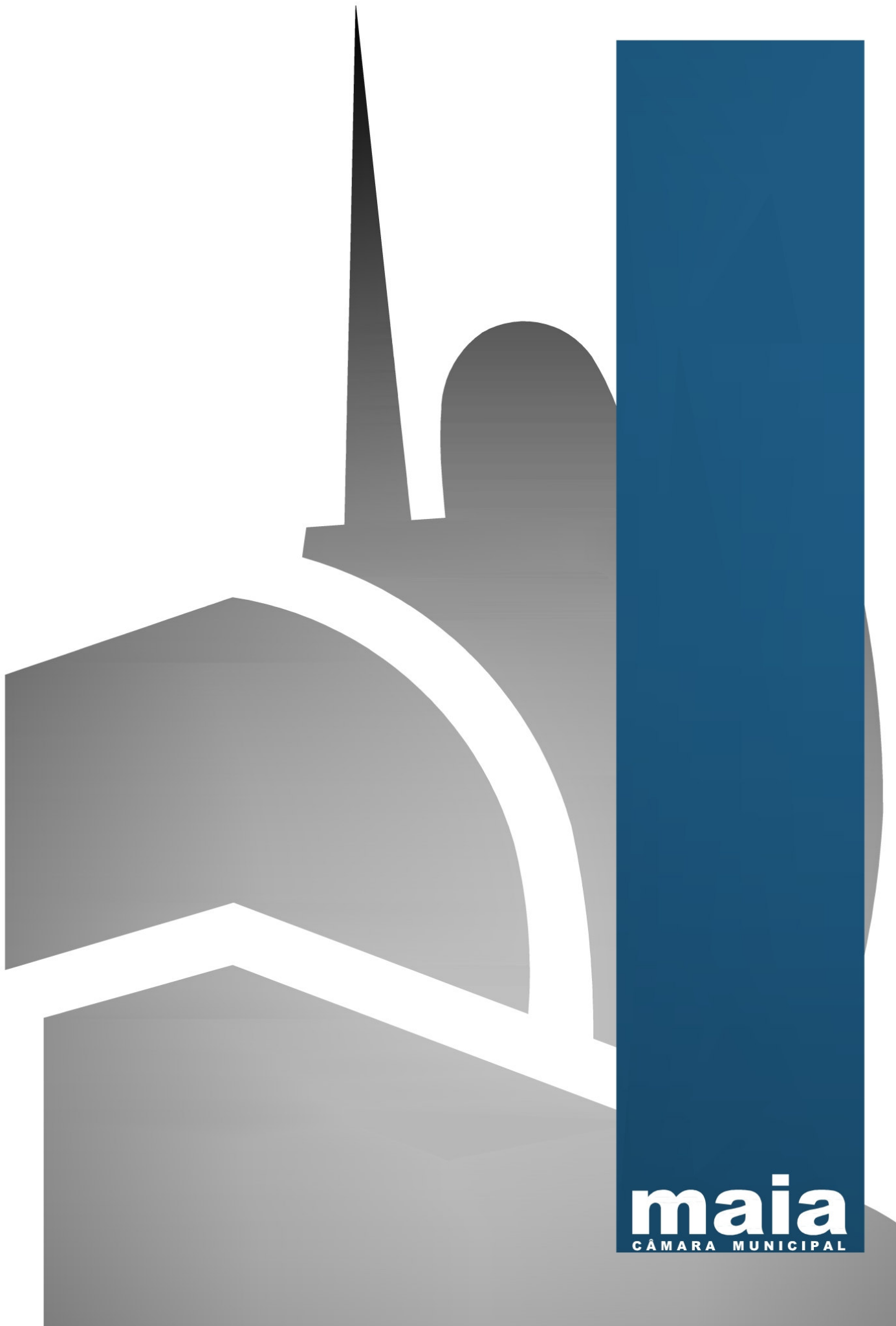
Esteves, Pinho & Associados, SROC, Lda.

Representada por:



Luís Manuel Moura Esteves, ROC





**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL